



# Prefeitura de Fortaleza

## PLANO PLURIANUAL DE FORTALEZA

P A 2014-2017 - Lei N.º 10.095, de 27 de Setembro de 2013

Suplemento do DOM ao N.º 15.136, de 09/10/2013



# **LEI PPA**

# **2014 – 2017**

## **PLANO PLURIANUAL DO MUNICÍPIO 2014 -2017**

Lei N.º 10.095, de 27 de Setembro de 2013

Suplemento do DOM ao N.º 15.136, de 09/10/2013

**SETEMBRO, 2013**

Prefeito de Fortaleza  
**Roberto Cláudio Rodrigues Bezerra**

Vice-Prefeito de Fortaleza  
**Gaudêncio Gonçalves de Lucena**

<b>Gabinete da Primeira Dama</b>	Carolina Cunha Bezerra
<b>Chefia do Gabinete do Prefeito</b>	Francisco José Queiroz Maia Filho
<b>Secretaria Municipal do Governo</b>	Prisco Rodrigues Bezerra
<b>Procuradoria Geral do Município</b>	José Leite Jucá Filho
<b>Secretaria Municipal de Segurança Cidadã</b>	Francisco José Veras
<b>Secretaria Municipal da Controladoria e Transparência</b>	Marlon Carvalho Cambraia
<b>Secretaria de Finanças do Município</b>	Jurandir Gurgel Gondim Filho
<b>Secretaria Municipal de Planejamento Orçamento e Gestão</b>	Philippe Theophilo Nottingham
<b>Secretaria Municipal de Educação</b>	Ivo Ferreira Gomes
<b>Secretaria Municipal de Saúde</b>	Maria do Perpétuo Socorro Martins Breckenfeld
<b>Secretaria Municipal Extraordinária da Copa</b>	Domingos Gomes de Aguiar Neto
<b>Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Infraestrutura</b>	Samuel Antonio Silva Dias
<b>Secretaria Municipal de Conservação e Serviços Públicos</b>	João de Aguiar Pupo
<b>Secretaria Municipal de Esporte e Lazer</b>	Marcio Eduardo e Lima Lopes
<b>Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico</b>	Robinson Passos de Castro e Silva
<b>Secretaria de Urbanismo e Meio Ambiente</b>	Maria Águeda Pontes Caminha Muniz
<b>Secretaria Municipal de Turismo de Fortaleza</b>	João Salmito Filho
<b>Secretaria Municipal de Trabalho e Desenvolvimento Social e Combate a Fome</b>	Claudio Ricardo Gomes de Lima
<b>Secretaria Municipal de Cidadania e Direitos Humanos</b>	Karlo Meireles Kardozo
<b>Secretaria Municipal de Cultura de Fortaleza</b>	Francisco Geraldo de Magela Lima Filho
<b>Ouvidoria Geral do Município</b>	Liliane da Silveira Araújo
<b>Secretaria Regional I</b>	Guilherme Teles Gouveia Neto
<b>Secretaria Regional II</b>	Claudio Nelson Araujo Brandão
<b>Secretaria Regional III</b>	Maria de Fátima Vasconcelos Canuto
<b>Secretaria Regional IV</b>	Francisco Airton Moraes Mourão
<b>Secretaria Regional V</b>	Julio Ramon Soares Oliveira
<b>Secretaria Regional VI</b>	Renato Cesar Pereira Lima
<b>Secretaria da Regional do Centro de Fortaleza</b>	Francisco Regis Cavalcante Dias

---

## Vinculados ao Gabinete do Prefeito Status de Secretaria

<b>Instituto de Planejamento de Fortaleza IPLANFOR</b>	Eudoro Walter de Santana – Presidente
<b>Fundação de Desenvolvimento Habitacional de Fortaleza - HABITAFOR</b>	Francisca Eliana Gomes dos Santos – Presidenta
<b>Coordenadoria Especial de Políticas Públicas de Juventude</b>	Jose Élcio Batista - Coordenador
<b>Coordenadoria de Políticas Sobre Drogas</b>	Juliana Maria de Freitas Sena Mota – Coordenadora
<b>Coordenadoria de Ciência, Tecnologia e Inovação</b>	Tarciso Haroldo Cavalcante Pequeno – Coordenador
<b>Coordenadoria de Participação Popular</b>	Jade Afonso Romero – Coordenadora

---

## Secretaria de Planejamento Orçamento e Gestão

<b>Secretário</b>	Phillipe Theophilo Nottingham
<b>Secretário Executivo</b>	Renan Ehrich Colares
<b>Assessoria Jurídica</b>	Luiz Ramom Teixeira Carvalho
<b>Assessoria Técnica</b>	Marcos Cavalcanti
<b>Assessoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional</b>	Desirée Custódio Mota Gondim
<b>Coordenadoria de Planejamento, Orçamento e Monitoramento</b>	Maria Aparecida Gomes Rodrigues Façanha
<b>Coordenadoria de Gestão Corporativa de Tecnologia da Informação</b>	Haroldo Albuquerque Maranhão de Oliveira
<b>Coordenadoria de Gestão de Patrimônio e de Recursos Logísticos</b>	Rosângela de Albuquerque e Silva
<b>Coordenadoria de Gestão de Pessoas</b>	Ângela Márcia Fernandes Araújo
<b>Coordenadoria Administrativo-Financeira</b>	Tereza Cristina Nobre Dantas
<b>Coordenadoria de Tecnologia da Informação</b>	Jorge Alberto Cavalcanti Alcoforado
<b>Instituto Municipal de Pesquisas, Administração e Recursos Humanos (IMPARH)</b>	André Ramos Silva
<b>Instituto de Previdência do Município (IPM)</b>	José Barbosa Porto

**COORDENAÇÃO ESTRATÉGICA DE GOVERNO PARA ELABORAÇÃO  
PPA 2014-2017**

**Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão - SEPOG**

Philippe Theophilo Nottingham  
Secretário

**Instituto de Planejamento de Fortaleza - IPLANFOR**

Eudoro Walter de Santana  
Presidente

**Coordenadoria Especial de Participação Popular - CPP**

Jade Afonso Romero  
Coordenadora

## ELABORAÇÃO DO PPA 2014-2017

### COORDENAÇÃO GERAL

Secretário de Planejamento, Orçamento e Gestão - Philipe Nottingham  
Presidente do Instituto de Planejamento de Fortaleza - Eudoro Santana

### COORDENAÇÃO TÉCNICA

Maria Aparecida Gomes Rodrigues Façanha

#### EQUIPE TÉCNICA

##### SEPOG      CPP

Antonia Cleide da Silva Madeiro      Maria Evenice Barbosa Neta

Antônio Ézio Martins Pereira      Rafaelle Reis de Oliveira

Cláudia Gonçalves de Lima      **SEFIN**

Cristiane Eleutério Carvalho Deusdará      Adriana Islaia Carneiro Leal

Francisco das Chagas Lima Filho      Eliane Paiva Montenegro

Frimerio Asevedo Ferreira      Flávia Roberta Bruno Teixeira

Lúcio Soares e Silva Júnior      José Ítalo Bandeira Gomes

Marcelle Feitosa Alves Barbosa

##### **Equipe da Tecnologia da Informação**

Marcelo Maximiliano da Costa

Luís Eduardo Pequeno Almeida

**IPLANFOR**      Miguel Teixeira Nogueira

Lia de Souza Parente      Rodolfo Sikora de Melo

Marcio José Mota Pinto

#### COLABORAÇÃO

Ana Socorro Pereira Carvalho Simplício      Luiza de Marilac Martins e Silva Perdigão

Annia Melo de Saboya      Tânia Maria Braga Damasceno

Jorge Washington Laffite      Vivianny Mary Jucá Bezerra

#### EQUIPES SETORIAIS

Coordenadores, Assessores e Técnicos de Planejamento e Técnicos  
Administrativos Financeiros das Secretarias e Vinculadas

LEI N º 10.09 , De 27 de setembro de 2013

*Dispõe sobre o Plano Plurianual (PPA) de Governo do Município de Fortaleza, para o quadriênio 2014/2017.*

**FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA APROVOU E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:**

**Art. 1º.** Esta Lei institui o Plano Plurianual do Município de Fortaleza, para o quadriênio 2014-2017, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 1º, da Constituição Federal, e o art. 144, inciso I, da Lei Orgânica do Município, na forma do anexo desta Lei.

**Art. 2º.** O Plano Plurianual 2014-2017 foi elaborado tomando por referências diretrizes norteadoras, estabelecidas para a ação do Governo Municipal, dispostas em 3 (três) eixos que congregam programas e ações, concebidos visando o alcance dos resultados e objetivos estratégicos a seguir estabelecidos:

**EIXO I: Melhoria da Qualidade de Vida e Justiça Social**

**Resultado Estratégico I. 1: Fortaleza Saudável**

**Objetivo Estratégico 1.1:** Propiciar atenção integral à saúde, com melhoria na qualidade dos serviços.

**Objetivo Estratégico 1.2:** Proporcionar ambiente saudável, por meio da oferta ampla e diversificada de esporte e lazer.

**Resultado Estratégico I.2: Fortaleza do Conhecimento**

**Objetivo Estratégico 2.1:** Ampliar, com ações de reestruturação e inovação, o acesso, a permanência e a aprendizagem na rede educacional.

**Objetivo Estratégico 2.2:** Valorizar os bens culturais locais e democratizar o acesso da população a esses bens

**Resultado Estratégico I.3: Fortaleza Segura, Inclusiva e Justa**

**Objetivo Estratégico 3.1:** Promover a segurança preventiva e pacífica aos cidadãos

**Objetivo Estratégico 3.2:** Minimizar o impacto dos desastres naturais, humanos e mistos e erradicar as áreas de risco

**Objetivo Estratégico 3.3:** Assegurar o exercício dos direitos de cidadania e apoiar a inclusão social e produtiva

**Resultado Estratégico I.4: Fortaleza da Juventude**

**Objetivo Estratégico 4.1:** Prover atenção integral à juventude, com ênfase na inserção cultural, intelectual, social e econômica

**Objetivo Estratégico 4.2:** Promover cuidados a jovens em situação de riscos e vulnerabilidades.

**Objetivo Estratégico 4.3:** Apoiar a presença dos jovens como protagonistas em questões culturais, sociais e econômicas, relativas à dinâmica dos bairros e da cidade, fortalecendo o desenvolvimento ativo da cidadania.

**Resultado Estratégico I.5:** Fortaleza da Mobilidade e da Acessibilidade

**Objetivo Estratégico 5.1:** Oferecer maior mobilidade e acessibilidade com qualidade e segurança

**Objetivo Estratégico 5.2:** Priorizar, qualificar e democratizar o acesso ao transporte público em Fortaleza

**EIXO II: Crescimento Sustentável**

**Resultado Estratégico II.6:** Fortaleza Produtiva e Inovadora

**Objetivo Estratégico 6.1:** Aumentar a geração de emprego e renda

**Objetivo Estratégico 6.2:** Promover o crescimento econômico sustentável, com soluções produtivas, criativas e inovadoras

**Resultado Estratégico II.7:** Fortaleza Sustentável

**Objetivo Estratégico 7.1:** Assegurar o efetivo controle e ordenamento urbano e ambiental, a função social da propriedade e a qualidade de vida da comunidade

**Objetivo Estratégico 7.2:** Preservar e conservar o patrimônio natural e cultural

**EIXO III: Gestão Transparente, Participativa e Transformadora**

**Resultado Estratégico III.8:** Fortaleza Planejada e Participativa

**Objetivo Estratégico 8.1:** Implantar a cultura do planejamento e gestão participativa para resultados, com mecanismos de observatórios e práticas de controle social

**Art. 3º.** Os programas e ações deste Plano Plurianual serão observados nas leis de diretrizes orçamentárias, nas leis orçamentárias anuais e nas leis que as modifiquem.

**Art. 4º.** O valor global dos Programas, as Metas e os enunciados dos Objetivos não constituem limites à programação e à execução das despesas expressas nas leis orçamentárias e nas leis que as modifiquem.

**Art. 5º.** O Plano Plurianual incorpora automaticamente as alterações estabelecidas pelas Leis Orçamentárias Anuais aprovadas pela Câmara Municipal e suas alterações, devendo a Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão (SEPOG) proceder aos ajustes necessários para fins de alinhamento dos instrumentos de planejamento.

**Art. 6º.** A exclusão ou a alteração de programas constantes desta Lei ou a inclusão de um novo programa serão propostas pelo Poder Executivo, por meio de projeto de lei específico.

**Art. 7º.** O Poder Executivo Municipal fica autorizado a:

I – alterar o órgão responsável por programas e ações;

II – alterar os indicadores dos programas e seus respectivos índices;

III – adequar a meta física de ação orçamentária para compatibilizá-la com alterações no seu valor, produto, ou unidade de medida, efetivadas pelas leis orçamentárias anuais e seus créditos adicionais ou por leis que alterem o Plano Plurianual.

**Art. 8º.** O Plano Plurianual será acompanhado e monitorado sistematicamente para averiguação do cumprimento dos objetivos, metas e ações dos principais programas de governo, sob a coordenação da SEPOG.

*Parágrafo único.* Caberá à SEPOG, como coordenadora do Planejamento Municipal, definir os prazos, as diretrizes e as orientações técnicas para o monitoramento dos programas especificados no caput junto aos órgãos e entidades de Governo.

**Art. 9º.** Os órgãos do Poder Executivo responsável pela condução dos programas deverão manter atualizados, durante cada exercício financeiro, na forma estabelecida pela SEPOG, as informações referentes à execução física das ações orçamentárias constantes dos programas sob sua responsabilidade.

**Art. 10.** A Prefeitura Municipal poderá formular revisões do PPA durante sua execução, devendo submetê-las à aprovação da Câmara Municipal, a exceção quando se tratar dos itens estabelecidos no Art. 7º.

*Parágrafo único.* A SEPOG disponibilizará no seu sítio na internet as versões revisadas do PPA.

**Art. 11º.** O Poder Executivo enviará à Câmara de Vereadores, até o dia 30 de abril de 2016 e 30 de abril de 2018, relatório de avaliação do Plano Plurianual, respectivamente aos biênios 2014-2015 e 2016-2017.

§1º Caberá ao Instituto de Planejamento de Fortaleza (IPLANFOR) a coordenação e a elaboração do relatório de avaliação do Plano Plurianual correspondente aos biênios definidos no caput desse artigo, inclusive do conjunto das políticas setoriais e do mapa estratégico do Governo.

§2º O relatório a que se refere o caput deste artigo conterà no mínimo:

I – avaliação do comportamento das variáveis macroeconômicas que embasaram a elaboração do Plano, explicando, se forem o caso, as razões das diferenças verificadas entre os valores previstos e observados;

II – demonstrativo, por programa, da execução física e financeira do exercício anterior e a acumulada;

III – acompanhamento da evolução dos indicadores de resultados;

IV - avaliação, por programa, da possibilidade de alcance do índice final previsto para cada indicador e de cumprimento das metas físicas e da previsão de custos para cada ação, relacionando, se for o caso, as medidas corretivas necessárias.

**Art. 12.** O Poder Executivo promoverá a participação da sociedade no acompanhamento e avaliação do Plano Plurianual de que trata esta Lei.

**Art. 13.** O Poder Executivo divulgará, pela Internet, pelo menos 1( uma) vez em cada um dos anos subseqüentes à aprovação do referido Plano, em função de alterações ocorridas:

I – texto atualizado da Lei do Plano Plurianual;

II – anexos atualizados dos Programas e respectivas ações.

**Art.14.** O Plano Plurianual, objeto da presente Lei, incorpora automaticamente as alterações estabelecidas pela Lei Orçamentária de 2014, devendo a Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão (SEPOG), proceder aos reajustes necessários para fins de alinhamento dos 2( dois) instrumentos.”

**Art. 15.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**Paço Municipal da Prefeitura de Fortaleza, em 27 de setembro de 2013.**

**Roberto Cláudio Rodrigues Bezerra**

**Prefeito Municipal de Fortaleza**

## SUMÁRIO

I. Concepção do PPA 2014 - 2017.....	- 2 -
I.1. Bases Conceituais e Metodológicas.....	- 2 -
I.2. Marco Legal.....	- 5 -
II. Fortaleza Hoje.....	8
II.1. Diagnóstico Situacional.....	8
II.1.1 A Formação Histórica da Cidade.....	8
II.1.2. O Perfil Socioeconômico.....	10
II.1.3. Economia de Fortaleza.....	12
II.1.3 Desenvolvimento Social.....	19
II.2. Principais Desafios para a nova Gestão.....	66
II.3. O Processo Participativo.....	67
II.3.1 Ações prioritizadas nos Encontros Temáticos Regionais.....	77
RESULTADOS OBTIDOS – PPA DIGITAL.....	129
III. Orientação Estratégica do Governo.....	133
III.1. Premissas do PPA.....	133
III.2. Eixos e Resultados Estratégicos de Governo.....	135
III.3. Objetivos Estratégicos, Indicadores e Metas Prioritárias de Governo por Resultado.....	141
III.4. ESTRUTURA PROGRAMÁTICA DO PLANO.....	147
III.4.1. Áreas Temáticas e Programas Finalísticos.....	147
IV. Financiamento do Plano.....	203
IV.1 Projeção das Receita.....	203
IV.2 Previsão de Receita.....	204
IV. 3 Financiamento do Plano.....	207
V. Gestão do PPA.....	211
V.1 Gerenciamento e Responsabilidade.....	212
V.2 Avaliação e Revisão do PPA 2014-2017.....	213
VI - Anexos	

# Concepção do PPA 2014 - 2017



## **I. CONCEPÇÃO DO PPA 2014 - 2017**

### **I.1. Bases Conceituais e Metodológicas**

O Plano Plurianual 2014-2017, no feito aqui proposto, inequivocamente assume uma feição diferenciada, de importância fundamental como instrumento de gestão municipal para o próximo quadriênio. Rigorosamente, inaugura uma nova cultura de Planejamento na Prefeitura de Fortaleza, pautada na gestão pública para resultados.

A execução de ações voltadas à promoção do desenvolvimento local, que resultem em melhorias reais na vida dos cidadãos, é um desafio que se impõe às administrações municipais, mas o êxito no seu enfrentamento requer também o aprimoramento da cooperação federativa, mediante o fortalecimento/ampliação dos mecanismos de articulação entre os governos federal, estadual e municipal para a promoção do desenvolvimento integrado, em âmbito nacional, regional e local, bem como a garantia do uso responsável dos recursos públicos e a prestação de contas com resultados efetivos e de qualidade.

Ao ter em conta essas preocupações, a concepção do Plano Plurianual 2014-2017, no que tange à definição da estratégia de desenvolvimento municipal, também incorpora o enfoque de Visão Estratégica e Áreas Temáticas definidos pelo Governo Federal, explicitados em seu PPA 2012-2015, os quais perpassam as cinco dimensões das políticas e programas governamentais: social, econômica, regional, ambiental e democrática.

Por outro lado, a idealização metodológica instituída para o processo de elaboração do PPA 2014-2017, atendeu a uma orientação de direcionamento estratégico da política de governo, iniciando com o resgate dos compromissos firmados na campanha eleitoral. Para tanto, apoiou-se no elenco de expectativas renunciadas para as distintas Fortalezas expressas no documento: “PARA RENOVAR FORTALEZA”. PROPOSTAS PARA O PLANO DE GOVERNO, apresentado à sociedade ainda no pleito eleitoral, realizado em 2012, que consagrou a atual gestão.

Dessa forma, foram recepcionados desafios que permitem tanto a visualização de carências como a exploração de possibilidades, cujo equacionamento aponta para a construção de soluções, tais como: Fortaleza Planejada; Fortaleza Saudável; Fortaleza do Conhecimento; Fortaleza da Mobilidade e da Acessibilidade; Fortaleza



Segura e Pacífica; Fortaleza Produtiva e Empreendedora; Fortaleza Criativa e Inovadora; Fortaleza Sustentável; Fortaleza da Juventude; Fortaleza Esportiva; Fortaleza Tolerante e Inclusiva; e Fortaleza Participativa, Transparente e Justa, as quais constituíram os insumos estruturantes e norteadores do Planejamento Estratégico da Prefeitura Municipal de Fortaleza, realizado no primeiro semestre de 2013. Essa ação resultou na definição de uma **Agenda Estratégica**, contendo como componentes estruturantes da gestão municipal a *Visão de Futuro* e a *Missão institucional*, bem como os *Valores*, todos elementos constitutivos de um conjunto interdependente de compromissos, posturas e sentimentos que objetivam estruturar culturas e práticas gerenciais direcionadas para melhor servir a cidade.

Sob a égide dessa concepção, o PPA 2014-2017 foi formulado a partir da construção da Agenda Estratégica, incorporando a definição **de eixos e resultados estratégicos de governo, além dos objetivos estratégicos**.

Ademais, a definição do elenco de **programas e ações** passa pela escolha da melhor alocação dos recursos orçamentários e não orçamentários para que se possa otimizar o gasto público e alcançar os resultados desejados.

Seguem, abaixo, os principais comentários sobre a fundamentação da presente proposta e algumas de suas conceituações básicas mais usuais:

## **Elementos do Plano**

### **Visão de Futuro**

Resultado que se pretende alcançar com a realização das políticas estratégicas de governo. Descreve as melhorias e mudanças desejadas para a população local e para a situação dita como atual ao início do planejamento.

### **Missão**

É o objetivo fundamental de uma organização, traduz a finalidade última da instituição e consiste na definição dos seus fins estratégicos gerais. É o enunciado dos propósitos gerais que expressam intenções fundamentais da gestão global.

### **Valores**

Expressam o conjunto de sentimentos que estruturam, ou pretendem estruturar, a cultura e a prática da organização. Normalmente, os valores surgem agregados à missão, como uma simples relação ou de forma mais elaborada, como crenças ou

políticas organizacionais. Os valores representam as crenças essenciais ou princípios morais que informam as pessoas como devem reger os seus comportamentos na organização.

### **Eixos Estratégicos de Governo**

Correspondem aos pilares da atuação do Governo visando o cumprimento de sua missão. Apontam as orientações mais gerais, com as quais o Governo se compromete seguir quando define os seus programas e ações.

### **Resultados Estratégicos de Governo**

Resposta efetiva e qualitativa que o Governo ambiciona alcançar em um prazo determinado, dada a estratégia escolhida no contexto do seu ambiente, para concretizar a sua visão de futuro e cumprir a sua missão.

### **Objetivos Estratégicos**

Resultado que se pretende obter como consequência da realização das ações governamentais. São descritos de forma concisa e precisa, sendo mensurados por indicadores que expressam o impacto esperado.

### **Áreas Temáticas**

Constituem as políticas setoriais que serão implementadas para efeito do alcance dos objetivos estratégicos do Governo.

### **Programas**

Conjunto articulado de ações que visam solucionar problemas, atender demandas ou ainda criar oportunidades de desenvolvimento e crescimento da cidade. É o elemento que integra o PPA e o Orçamento.

### **Ações**

São projetos ou atividades que visam proporcionar um bem ou um serviço, tendo em vista o atendimento das demandas da sociedade.

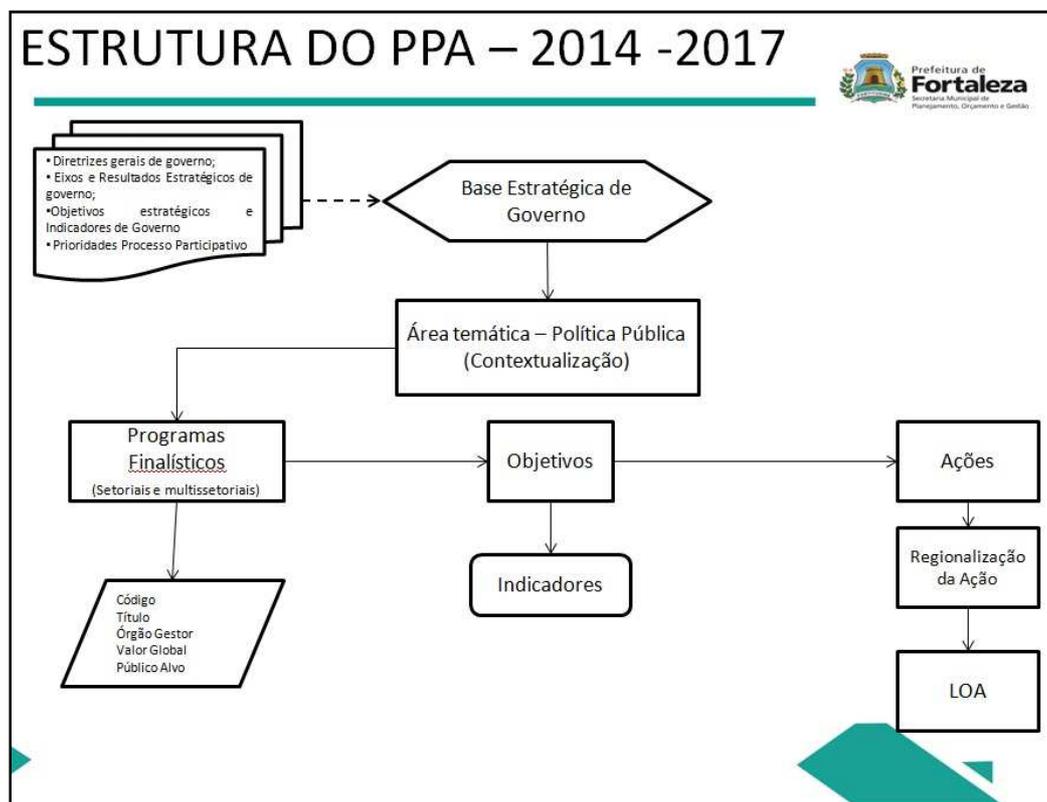
### **Produtos**

Bens e/ou serviços resultantes das ações realizadas e postas à disposição pela instituição executora dos programas municipais.

## Custos

Compreende a tradução, em termos financeiros, de todos os meios necessários à execução dos programas e ações.

Figura 1 - Estrutura do PPA 2014 - 2017



## I.2. Marco Legal

Dentro do ordenamento jurídico brasileiro, o PPA é regido pela **Constituição Federal de 1988, em seu artigo 165, inciso I**, que o considera instrumento normativo para que os entes municipais materializem o planejamento de seus programas e ações governamentais, de forma a fortalecer a integração entre as funções de planejamento e orçamento. E ainda determinando a compatibilidade entre os três instrumentos legais básicos: **Plano Plurianual – PPA, Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e Lei Orçamentária Anual – LOA**. Lembrando-se também que o art. 166 da CF, prevê que as emendas ao Projeto da LOA ou aos projetos que modifiquem este orçamento somente podem ser aprovadas caso sejam compatíveis com o PPA e com a LDO.

A **Lei Complementar nº 101 de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF**, por sua vez, no seu artigo 8º, instituiu a Programação Financeira e o Cronograma de Execução de Desembolso para despesas das atividades e projetos e para detalhamento mensal. A LRF estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, deixando claro que a decisão de aumentar gastos, independente de seu mérito, deve estar acompanhada de uma fonte de financiamento.

A **Lei Complementar nº 131**, de 27 de maio de 2009, acrescenta dispositivos a LRF, a fim de determinar a disponibilização, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Esta Lei modifica o artigo 48 da LRF, estabelecendo através do seu parágrafo único que: “A transparência será assegurada também mediante: I - incentivo à participação popular e realização de audiências públicas durante os processos de elaboração e discussão dos planos, lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos; II - liberação ao pleno conhecimento e acompanhamento da sociedade, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, em meios eletrônicos de acesso público; III - adoção de sistema integrado de administração financeira e controle, que atenda a padrão mínimo de qualidade estabelecido pelo Poder Executivo da União e ao disposto no art. 48-A”, o qual determina quais informações da receita e da despesa devem ser disponibilizadas ao público.

Estabelece, também, os seguintes prazos para o cumprimento das determinações dispostas nos incisos II e III do parágrafo único do art. 48 e do art. 48-A: I - 1 (um) ano para a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios com mais de 100.000 (cem mil) habitantes; II - 2 (dois) anos para os Municípios que tenham entre 50.000 (cinquenta mil) e 100.000 (cem mil) habitantes; III - 4 (quatro) anos para os Municípios que tenham até 50.000 (cinquenta mil) habitantes.

**Portaria nº 42, de 14/04/1999**, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – atualiza a discriminação de despesa por funções de que trata o inciso I, § 1º, do artigo 2º da Lei Nº 4.320, de 17 de março de 1964; estabelece conceitos de função, subfunção, programa, projeto, atividade e operações especiais e dá outras providências.

# Fortaleza Hoje



## II. FORTALEZA HOJE

### II.1. Diagnóstico Situacional

#### II.1.1 A Formação Histórica da Cidade

Em 1726 Fortaleza passou à vila, ganhando o título de Vila de Fortaleza de Nossa Senhora de Assunção. Mas apenas no século XVIII ganhou representatividade econômica, com o início do processo de exportação de algodão. Em 1823 Fortaleza tornou-se cidade e começou a ganhar melhorias urbanísticas, financiadas, principalmente, pelos recursos oriundos da cultura do algodão, que devido à sua importância econômica à época, era denominado ouro branco. Dentre as principais obras construídas destacam-se o Farol do Mucuripe, a Santa Casa de Misericórdia, o Seminário da Prainha e a Cadeia Pública. Também nesse período foram instalados em Fortaleza bondes, telefones, praças, os famosos *boulevards* e cafés.

No século XX Fortaleza passou por grandes mudanças urbanas. Muitos estudos técnicos e planos urbanísticos foram produzidos, mas muito pouco foi executado. Em 2013 se completam dois séculos de planos urbanísticos em grande parte engavetados.

Tornou-se costumeiro que os interesses de uma pequena classe mais abastada da cidade prevalecesse sobre os da maioria, mesmo a revelia de orientações técnicas bem fundamentadas. Um bom exemplo disto foi a decisão sobre a transposição do Porto da Praia de Iracema para o Mucuripe, atendendo exclusivamente ao interesse de transformar a Praia de Iracema em local exclusivo para suas casas de veraneio, apesar do laudo emitido por técnicos de notória especialidade alertando sobre problemas que poderiam acontecer. Esta mesma elite, que influenciou a equivocada decisão, teve boa parte de suas casas destruídas pelo mar pouco tempo depois da instalação da nova zona portuária, conforme havia sido previsto pelos técnicos contratados. O poder público não só teve que investir na obra de transposição do porto, como também numa grande sequência de obras de contenção marinha (espigões, engordas de praia), erro que até hoje causa danos às cidades do litoral oeste do estado.

Entre as décadas de 1950 e 1960 a cidade mais do que dobrou a sua população e sua economia, em parte consequência do grande êxodo rural decorrente de longos períodos de estiagem ocorridos também nestas décadas. A cidade





rapidamente se ampliou, mas de forma bastante dispersa e desigual, uma vez que a política pública era a de alocar esta população de baixa renda longe dos bairros já ocupados pela população mais abastada, gerando grande cinturão distante do núcleo histórico, onde foram implantados conjuntos habitacionais de baixa renda desprovidos de redes de abastecimento de esgoto, limpeza pública, drenagem, serviços de saúde e educação. Nestas décadas, durante o regime militar, a ocupação do território já espelha e acentua ainda mais sua intensa segregação social, a Fortaleza dos ricos, junto ao centro e na zona leste da cidade, e a Fortaleza dos pobres, inaugurada pelos “campos de concentração” que originaram o Alagadiço e o Pirambu, decorrentes da seca de 32, e complementada pelo grande cinturão nas bordas da cidade.

Ao final dos anos 70, com a implantação do Distrito Industrial de Fortaleza, a cidade começou a se destacar no cenário regional como importante pólo industrial. Como alternativa de morar mais próximo de oportunidades de trabalho e de poder usufruir alguns poucos serviços públicos, a população de baixa renda ocupa de forma ainda mais intensa as áreas verdes, áreas de preservação, margens de recursos hídricos, dunas, áreas portuárias e de marinha, se conformando assim extensas favelas.

Práticas não planejadas de expansão urbana, com objetivo exclusivo de auferir lucros para o bolso de alguns poucos através da especulação imobiliária, tem sido também, infelizmente, costumeiras em nossa cidade. Um bom exemplo disso foi a ampliação da Av. Santos Dumont na década de 70, estimulando a ocupação desastrosa da Praia do Futuro, que ainda não havia sido devidamente preparada (redes de drenagem, rede de esgoto), poluindo rapidamente o grande reservatório de água existente em suas dunas, que era capaz de abastecer boa parte da cidade.

Como reflexo destas políticas e cultura vigente, a capital cearense foi apontada como a 5ª cidade mais desigual do mundo no relatório das Nações Unidas State of the World Cities 2010/2011: Bridging the Urban Divide.

Os dez bairros mais ricos de Fortaleza têm renda pessoal de 26% da cidade. Os 44 bairros de menor renda da capital juntos somam o mesmo percentual obtido pelos bairros ricos. Dessa forma, apenas 7% da população se apropria de 26% da renda pessoal total da cidade.

Esta forte concentração espacial da renda média pessoal de Fortaleza, acarreta diversos problemas, dentre eles a potencialização de tensões sociais, áreas de

grande vulnerabilidade e exclusão social, aumento da violência, grandes transtornos de mobilidade urbana - uma vez que amplia o movimento de pessoas de bairros muitos pobres para bairros de nível de renda mais elevado em busca de emprego -, renda e serviços.

### II.1.2. O Perfil Socioeconômico

A economia de Fortaleza, representada pelo seu produto interno bruto-PIB, alcançou, em 2010, o montante de R\$ 37.106 milhões, situando-se na 9ª colocação em termos nacionais, contribuindo com 0,98% da geração da riqueza nacional naquele ano. Embora apresente bom desempenho econômico, Fortaleza registrou um PIB *per capita* de R\$ 15.161, em 2010, posicionando-se na quarta colocação no cômputo regional. Por outro lado, segundo dados do IBGE de 2010, numa lista de 26 capitais estaduais (excluída Brasília) **classificadas por rendimento mensal total domiciliar *per capita* nominal**, Fortaleza ocupa a 18ª posição com um valor de R\$ 701,00.

Outro aspecto importante está relacionado com a forte dependência do Estado do Ceará com a sua capital, uma vez que quase a metade (47,7%) da produção estadual de bens e serviços situa-se em Fortaleza.

A cidade de Fortaleza tem sua economia baseada fortemente no setor Serviços, que responde por aproximadamente, 78,6% do produto municipal, com destaque para as atividades de comércio, que representa algo em torno de 30% da economia municipal, bem como de serviços de alojamento, transportes e alimentação, por conta do intenso fluxo turístico na capital. A Indústria é o segundo principal setor, com participação de 21,27%. Dentre os segmentos industriais, destacam-se o de Transformação e Construção Civil. Com relação à Agropecuária, Fortaleza praticamente não possui zona rural, o que justifica a pequena participação do setor Agropecuário na economia municipal (apenas 0,11%), caracterizada pela produção de aves e agricultura irrigada, destacando-se frutas e flores.

Nos últimos anos, Fortaleza vem crescendo bastante na atividade de comércio, com destaque para a instalação de inúmeros *shopping centers* em diferentes pontos da cidade. Pelo que tem sido observado, esse tipo de empreendimento exige transformações no espaço urbano da cidade como também em municípios vizinhos. Em 2010, foram acrescentados mais três grandes *shoppings* aos já existentes, em áreas nobres e outros, de menores portes, nas periferias da cidade.



Quanto ao turismo, outro segmento importante, Fortaleza é a porta de entrada do Ceará. Em 2010, visitaram o Ceará, via Capital, 2,8 milhões de turistas ou 11% a mais em relação a 2009, segundo os dados da SETUR-CE. Desse total, 92% eram turistas nacionais e destinavam-se a passeio (47,4%) e Negócio/Trabalho (21,2%). Ressalte-se ainda, o turismo de negócio que vem reunindo importantes eventos nacionais e internacionais em Fortaleza, tornando a capital um dos principais pólos de negócios do País.

Nos últimos dez anos Fortaleza aumentou sua população em 300 mil habitantes, tornando-se a 5ª maior cidade do Brasil em termos populacionais, com 2,45 milhões de habitantes, sendo 53,2% mulheres e 46,8% homens. Atualmente, Fortaleza é a cidade com maior densidade demográfica, com 7.786,5 pessoas por quilômetro quadrado. Esse padrão de organização demográfica da cidade gera, por consequência, inúmeras demandas sociais que devem ser atendidas satisfatoriamente pelo poder público, especialmente o municipal, sendo, portanto, um indicador eloqüente dos desafios que se colocam para a nova gestão municipal.

Em 2010, a cidade de Fortaleza ainda detinha 134 mil pessoas na extrema pobreza, correspondendo a 5,5% de sua população, estando a maior parte desse contingente populacional localizado nos bairros do Conjunto Palmeiras, Jangurussu, Granja Lisboa e Barra do Ceará.

Fortaleza apresenta em torno de 131.828 pessoas analfabetas, representando 6,9% da população residente na cidade, sendo que em 2000 esse percentual era de pouco mais de 10% da população da cidade. Os grupos etários de 7 a 10 anos e 65 anos ou mais são os mais representativos. Essa última faixa de idade representou, no ano de 2010, 1/5 das pessoas analfabetas. No primeiro grupo, apesar de ter ocorrido uma redução de 10% no percentual de analfabetos ao longo de 10 anos, quase 12% das crianças ainda se encontravam nessa condição. Da população em idade escolar que frequenta escola ou creche, aproximadamente 61% concentram-se na rede pública, enquanto os demais estão na rede particular.

Em termos de serviços de saúde, Fortaleza dispunha, em 2011, de 279 unidades de saúde ligadas aos SUS, 2 unidades Federais, 27 Estaduais, 127 Municipais (sendo 91 Centros de Saúde da Família, doze na SER I, SER II e SER VI, 16 na SER III e 20 nas SER VI e 8 hospitais e demais unidades especializadas) e 123 unidades ligadas à Rede Privada prestadoras de serviços ao SUS. A rede pública de saúde contava



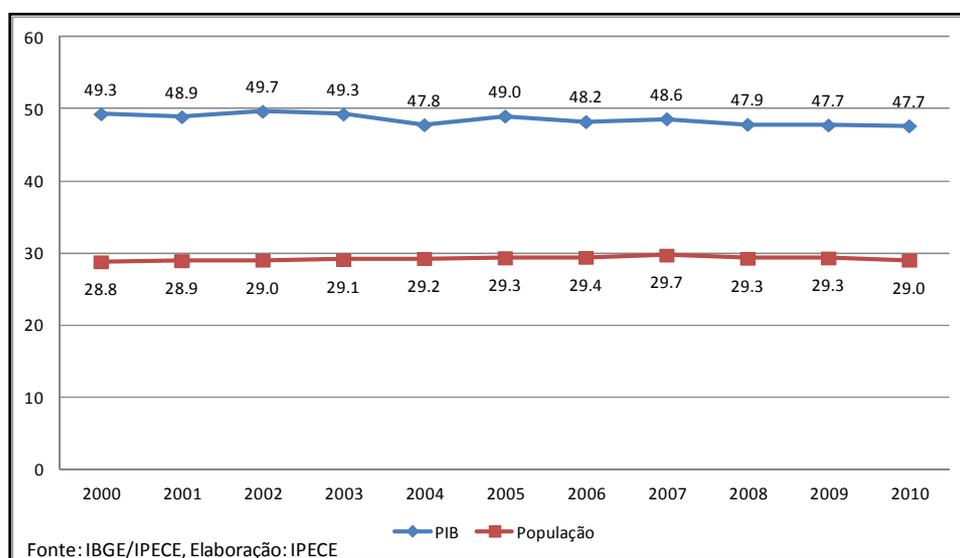
com 17.148 profissionais da área da saúde que se dividiam entre médicos (3.998), dentistas (591), enfermeiros (1.731), agentes comunitários de saúde (2.367), auxiliares/técnicos/atendentes (6.060) e outros (2.191).

Os serviços de transporte público de Fortaleza são realizados pelo Sistema de Transporte Coletivo por Ônibus (STCO), denominado Sistema Integrado de Transportes (SITFOR), e o sistema de transporte público complementar (STPC). O expressivo crescimento da população ocasionou aumento na demanda de transporte público, porém a oferta desse serviço entre os anos de 2005 e 2010 manteve-se praticamente estável. Vale ressaltar que ainda em 2013 o Metrô de Fortaleza (METROFOR) deverá estar funcionando de forma integral, podendo ser a principal alternativa de transporte público na Região Metropolitana de Fortaleza.

### II.1.3. Economia de Fortaleza

Historicamente o município de Fortaleza concentra considerável parcela da população e da produção de riquezas do Estado. Quanto ao PIB municipal pode-se observar uma ligeira tendência de queda da representatividade que caiu de 49,3%, em 2000, para 47,7%, em 2010, ver Gráfico 1. Já a população permaneceu oscilando em torno de 29% da população do Estado.

**Gráfico 1 - Participação da Economia de Fortaleza no Estado do Ceará - 2000 / 2010**



Dado que Fortaleza concentra quase a metade da produção de riqueza e menos de um terço da população estadual, pode-se concluir facilmente que sua renda *per capita* é superior à observada no Ceará. De fato, ao analisar-se as informações do Gráfico 2, verifica-se que, no ano de 2010, a renda *per capita* de Fortaleza era

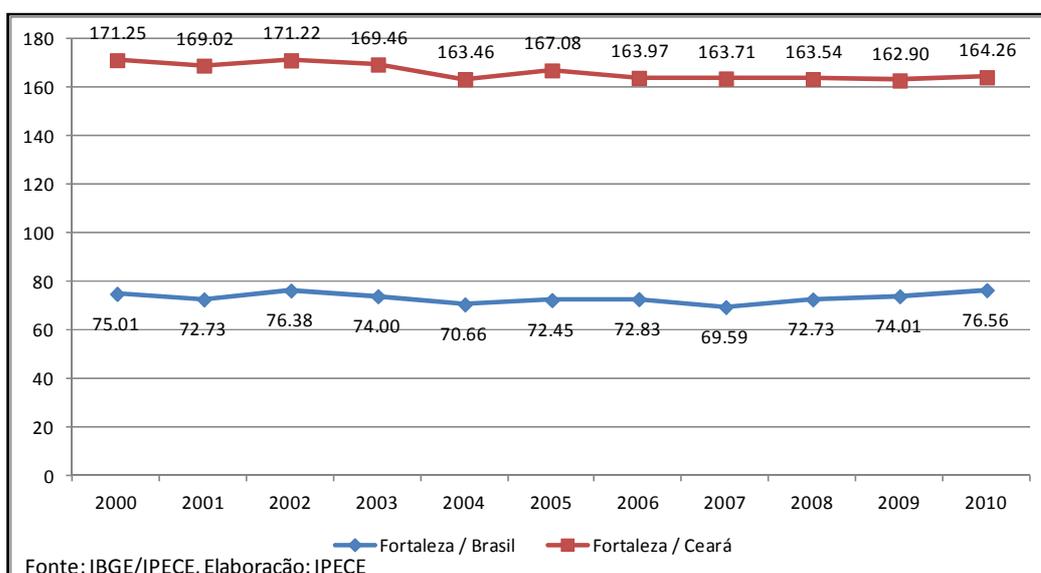


64,26% superior à do Estado. Pode-se afirmar, portanto, que a população da Capital cearense possui mais riqueza que a do restante do Estado.

Entretanto, deve-se observar que, durante toda a década de 2000, a renda *per capita* da capital cearense correspondia a aproximadamente, 75% da nacional. Assim sendo, constata-se que apesar da maior pujança de Fortaleza, quando comparada ao restante do Estado, ainda existe um considerável hiato de geração de riqueza quando se compara a situação local com a média nacional.



**Gráfico 2 - Comparativo do PIB Per Capita de Fortaleza com o do Ceará e o do Brasil**



Nesse sentido identifica-se um importante desafio para a capital Fortaleza que é a promoção de seu crescimento econômico com o intuito de, pelo menos, alcançar a renda média nacional. Entretanto, deve-se ressaltar que a promoção do desenvolvimento local poderá resultar em maior distanciamento da realidade econômica das demais áreas do Estado e, conseqüentemente, em atração de migrantes de outras regiões menos dinâmicas ou estagnadas do Ceará.

## Turismo

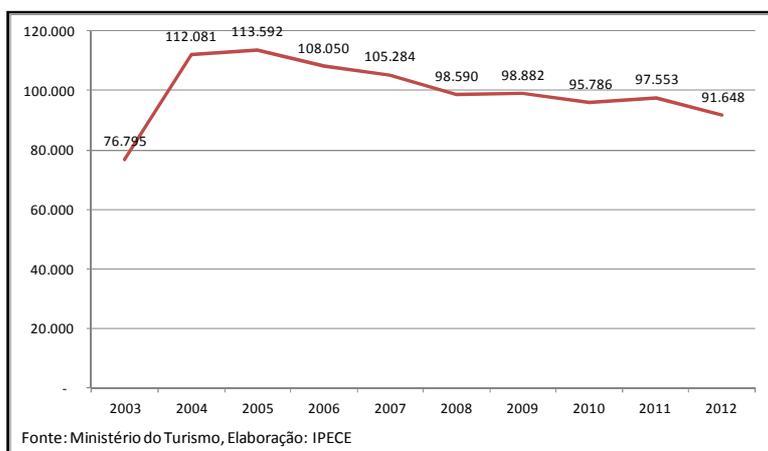
Desde a década de 1970 que o turismo vem sendo considerado como setor de grande potencial econômico do Estado do Ceará e, mais especificamente, de Fortaleza. Nesse sentido, cabe analisar alguns indicadores desse segmento econômico e suas implicações para a economia de Fortaleza.

Inicialmente, como pode ser observado no Gráfico 3, houve um crescimento da entrada de turistas estrangeiros pelo Ceará entre os anos de 2003 e 2005, mas

desde 2006 esse número vem decrescendo. Essa queda pode ser considerada um indicador preocupante para o setor turístico, já que pode estar sinalizando a queda do número de turistas estrangeiros no Estado e na Capital cearense.

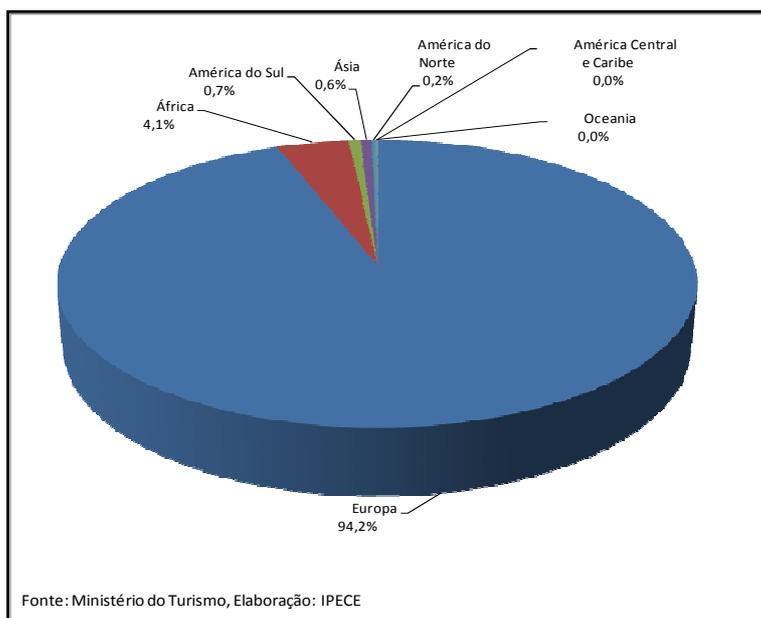
Relativamente à informação apresentada no Gráfico 3 deve-se observar que o número de estrangeiros que entraram pelo Ceará é apenas uma *proxy* do número de estrangeiros que visitaram o Ceará, dado que eles poderiam ter entrado por outros estados brasileiros.

**Gráfico 3 - Entrada de Turistas Estrangeiros pelo Ceará**



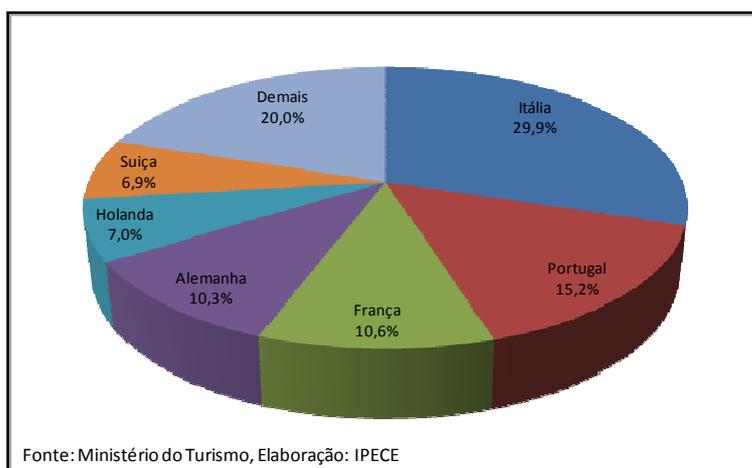
Quanto à origem dos estrangeiros que entram no Brasil pelo Ceará constata-se nos Gráficos 4 e 5, que eles são predominantemente europeus, representando mais de 94% dos turistas, provenientes, principalmente, da Itália, Portugal, França e Alemanha. Esses quatro países concentram mais de 50% dos turistas que entraram no Brasil pelo Ceará.

**Gráfico 4 - Origem dos Turistas Estrangeiros no Ceará em 2012**



Em segundo lugar, estão os turistas africanos, que representam apenas 4,1% do total de entradas. Segundo dados do Ministério do Turismo, os turistas africanos vêm, principalmente, de Cabo Verde, de onde provêm 67,3% dos 3.800 turistas africanos. Por fim, deve-se destacar o baixo número de turistas provenientes do continente americano. Ao somar-se o percentual dos turistas provenientes da América do Norte, do Sul e da Central e do Caribe, eles representam menos de 1% dos turistas que ingressaram no Brasil pelo Ceará.

**Gráfico 5 - País de Origem dos Turistas Europeus no Ceará em 2012**



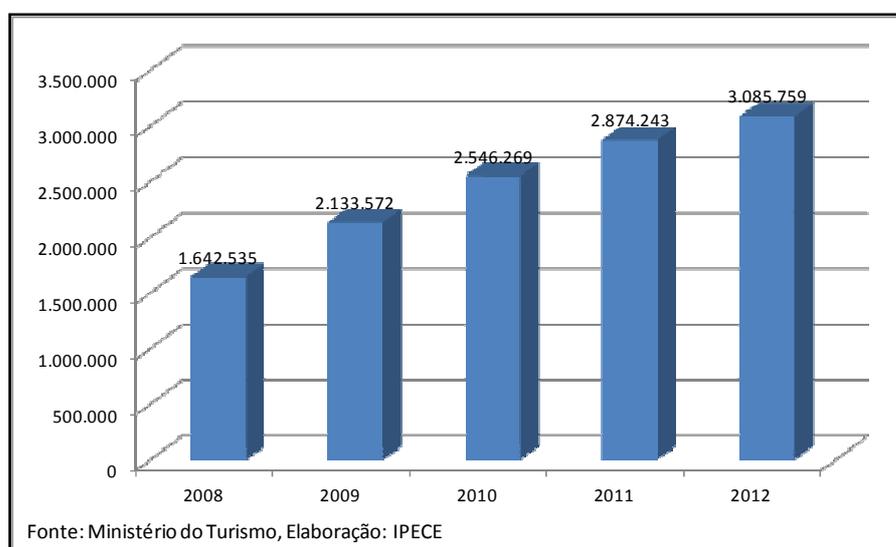
Dessa forma, é possível supor que o turista estrangeiro que visita o Ceará e sua Capital são, em sua quase totalidade, europeus, assim sendo, a crise econômica



que vem afetando diversos países do velho continente representa um sério fator limitante para o crescimento do número de turistas estrangeiros em Fortaleza.

Quanto ao turismo interno, de uma forma geral, há uma considerável escassez de dados para análises mais apuradas, entretanto o número de desembarques domésticos pode ser utilizado como um indicador que aponta sua tendência<sup>1</sup>. Assim, no Gráfico 6 é apresentada a evolução do número de desembarques domésticos nos dois aeroportos cearenses, o Pinto Martins, em Fortaleza, e o Orlando Bezerra de Menezes, em Juazeiro do Norte<sup>2</sup>. Analisando-se os dados do Gráfico 6, constata-se que o número de desembarques no Ceará tem crescido de forma significativa desde o ano de 2008, sendo esse um possível reflexo do crescimento da renda nacional.

**Gráfico 6 - Total de Desembarques Domésticos no Ceará**



A partir dos indicadores aqui analisados, pode-se levantar a hipótese de que o turismo no Ceará, e mais especificamente em Fortaleza, vem dependendo cada vez mais de viajantes nacionais, dado que o número de turistas estrangeiros vem caindo enquanto cresce o número de desembarques nacionais. Portanto, um desafio para a nova gestão será a promoção de Fortaleza como destino internacional a fim de aproveitar melhor o potencial turístico da cidade.

## Mercado de Trabalho

<sup>1</sup> O total de passageiros desembarcados refere-se tanto ao número de cearenses que retornam de viagem como de moradores de outros estados que visitam o Ceará, daí não poder utilizar esse número como o total de turistas nacionais que visitam o Ceará.

<sup>2</sup> Segundo dados do Ministério do Turismo, em 2011, o Pinto Martins representava mais de 94% do total de desembarques em território cearense.

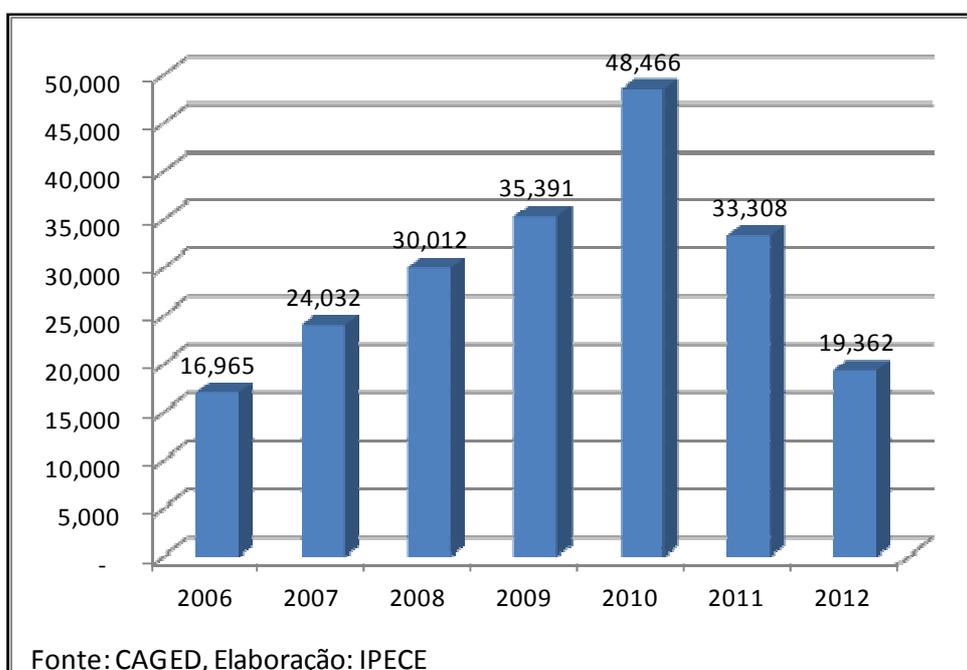




Devido à desaceleração da atividade econômica nacional, o mercado de trabalho de Fortaleza tem experimentado redução na criação de postos de trabalhos desde o ano de 2010. Como pode ser constatado no Gráfico 7, o número de empregos criados a cada ano cresceu de aproximadamente 17 mil, em 2006, para 48,5 mil, em 2010, decaindo para 19,3 mil, em 2012. Assim sendo, pode-se afirmar que houve uma desaceleração no mercado de trabalho de Fortaleza, tendo em vista a redução no número de contratações nos anos de 2011 e 2012.

Como o mercado de trabalho da capital cearense é caracterizado por uma forte dependência com relação ao setor de serviços, é possível afirmar que essa situação do emprego na capital cearense seja decorrente da desaceleração no número de contratações que vem ocorrendo nesse setor desde 2011.

**Gráfico 7 - Criação de Postos de Trabalho em Fortaleza**



Relativamente à distribuição setorial do emprego em Fortaleza, observa-se na Tabela 1 que o setor com maior estoque de trabalhadores no ano de 2011, era a Administração Pública, ocorrendo, no entanto, uma queda de sua importância relativa, dado que sua participação caiu de 23,9% em 2006, para 20,5% em 2011. O setor do Comércio, segundo maior empregador na Capital, teve um leve crescimento de sua participação nesse mesmo período.

Quanto ao setor industrial, em que estão compreendidas a indústria extrativa, de transformação, serviços industriais de utilidade pública (distribuição de água,

energia e gás) e a construção civil, observa-se que sua participação cresceu de 19% em 2006, para 20,5% em 2011. Esse crescimento é decorrente, principalmente, da evolução do emprego na construção civil, cujo emprego cresceu 156% entre 2006 e 2011, enquanto o emprego da indústria de transformação cresceu apenas 24,9% em idêntico período.

**Tabela 1 - Estoque de Emprego em Fortaleza em Anos Selecionados (%)**

Setor	2011		2006	
	Emprego	%	Emprego	%
AGRICULTURA, PECUÁRIA, PRODUÇÃO FLORESTAL, PESCA E AQUICULTURA	2.192	0,3	2.093	0,4
INDÚSTRIAS EXTRATIVAS	340	0,0	517	0,1
INDÚSTRIAS DE TRANSFORMAÇÃO	81.180	10,6	64.961	12,4
ELETRICIDADE E GÁS	1.337	0,2	1.087	0,2
ÁGUA, ESGOTO, ATIVIDADES DE GESTÃO DE RESÍDUOS E DESCONTAMINAÇÃO	3.720	0,5	5.207	1,0
CONSTRUÇÃO	70.318	9,2	27.429	5,2
COMÉRCIO, REPARAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES E MOTOCICLETAS	141.526	18,5	93.834	17,9
TRANSPORTE, ARMAZENAGEM E CORREIO	31.696	4,1	24.648	4,7
ALOJAMENTO E ALIMENTAÇÃO	30.284	3,9	21.126	4,0
INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	12.307	1,6	8.303	1,6
ATIVIDADES FINANCEIRAS, DE SEGUROS E SERVIÇOS RELACIONADOS	13.470	1,8	10.202	2,0
ATIVIDADES IMOBILIÁRIAS	2.010	0,3	2.027	0,4
ATIVIDADES PROFISSIONAIS, CIENTÍFICAS E TÉCNICAS	16.237	2,1	7.306	1,4
ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS E SERVIÇOS COMPLEMENTARES	103.060	13,4	58.443	11,2
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, DEFESA E SEGURIDADE SOCIAL	157.009	20,5	125.120	23,9
EDUCAÇÃO	38.791	5,1	26.275	5,0
SAÚDE HUMANA E SERVIÇOS SOCIAIS	23.756	3,1	18.723	3,6
ARTES, CULTURA, ESPORTE E RECREAÇÃO	3.325	0,4	2.155	0,4
OUTRAS ATIVIDADES DE SERVIÇOS	34.310	4,5	23.248	4,4
SERVIÇOS DOMÉSTICOS	140	0,0	88	0,0
ORGANISMOS INTERNACIONAIS E OUTRAS INSTITUIÇÕES EXTRATERRITORIAIS	9	0,0	2	0,0
Total	767.017	100,0	522.794	100,0

Fonte: RAIS, Elaboração: IPECE

De maneira geral observa-se que o setor de serviços é o principal gerador de empregos no município de Fortaleza, respondendo por aproximadamente, 80% do estoque total.

### Dívida Pública Municipal

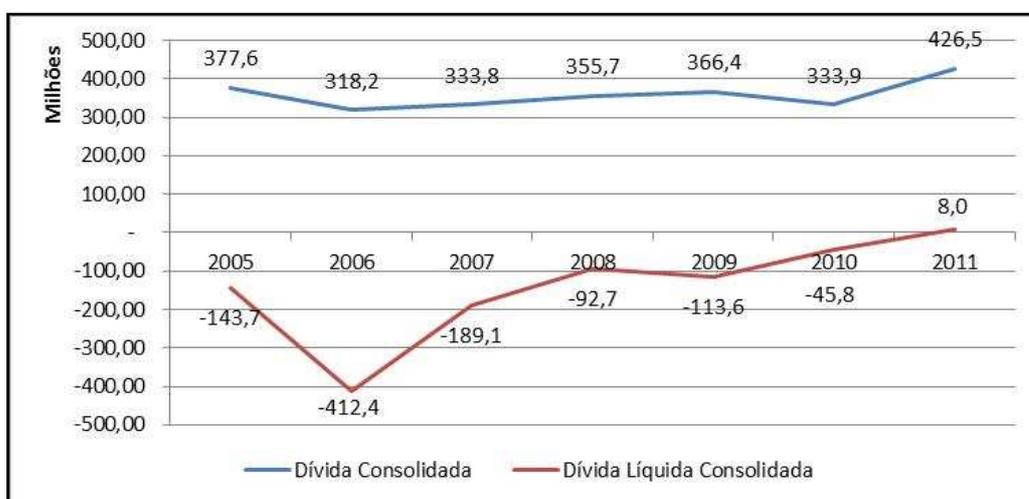
Com relação à evolução da dívida pública municipal, ela é analisada a partir de 2005, quando os dados passaram a ser disponibilizados pela Secretária do Tesouro Nacional. De acordo com o Gráfico 8, a Dívida Consolidada de Fortaleza nesse período situou-se entre R\$ 300 milhões e R\$ 400 milhões. Ressalte-se que esse valor representa cerca de 10% da receita corrente do município.



Já a Dívida Consolidada Líquida, que deduz do valor da dívida a disponibilidade de caixa bruta e demais haveres financeiros, foi negativa<sup>3</sup> até o ano de 2010, alcançando o valor de R\$ 8 milhões em 2011. Sabe-se que a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) estabelece que o endividamento máximo do município pode ser de 120% de sua Receita Corrente Líquida e que, para o caso de Fortaleza, em 2011, isso representaria o montante de R\$ 4,2 bilhões. Portanto, pode-se atestar que há um considerável espaço para o município aumentar o volume de empréstimos, dado o baixo nível de endividamento municipal existente.



**Gráfico 8 - Dívida consolidada e dívida líquida consolidada de Fortaleza**



Fonte: FINBRA – STN

## II.1.3 Desenvolvimento Social

### Educação

De acordo com os critérios adotados pelo IBGE pode-se considerar uma pessoa alfabetizada como aquela com capacidade de ler ou escrever um texto simples no seu idioma, desconsiderando seu nível de instrução ou mesmo seus anos de estudo. Dados do Censo 2010 apontaram que 9,6% ou quase 14 milhões da população brasileira de 15 anos ou mais estão assim classificados.

Para esse mesmo ano, o Estado do Ceará ainda apresentava um contingente de 1.176.582 de pessoas analfabetas, o qual representava 18,8% da população estadual. Fortaleza, capital do Estado, possuía 131.828 de pessoas nessa situação,

<sup>3</sup> O resultado negativo significa que os recursos disponíveis no município seriam mais do que suficientes para o pagamento da dívida municipal.

o que seria 6,9% da população residente na cidade, sendo que em 2000 esse percentual era de pouco mais de 10% da população. De forma comparativa, a Tabela 2 a seguir apresenta, em valores absolutos e em termos percentuais, a população com mais de 15 anos de idade das capitais nordestinas que eram analfabetas nos anos de 2000 e 2010.

**Tabela 2 - População com mais de 15 anos de idade analfabeta – 2000 / 2010**

Capitais Nordeste	População acima de 15 anos de idade analfabetas			
	2000	Part %	2010	Part %
Aracaju – SE	30.756	9,22	29.358	6,62
<b>Fortaleza – CE</b>	<b>154.835</b>	<b>10,24</b>	<b>130.091</b>	<b>6,85</b>
João Pessoa – PB	48.985	11,33	43.684	7,76
Maceió – AL	88.781	15,93	80.018	11,44
Natal – RN	54.783	10,72	49.625	7,89
Recife – PE	101.255	9,64	84.429	6,94
Salvador – BA	105.029	5,82	83.381	3,93
São Luís – MA	39.152	6,47	35.782	4,62
Teresina – PI	65.238	13,08	54.891	8,80

Fonte dos dados: IBGE – Censo Demográfico 2000/2010. Elaboração: IPECE.

Como descrito, os valores absolutos para Fortaleza estão bem acima das demais capitais nordestinas, mas os valores percentuais estão bem próximos das demais, o que pode ser reflexo da maior densidade demográfica da capital cearense como possível corredor por parte daqueles menos favorecidos que vivem no interior e buscam novas oportunidades na cidade. Se, de fato, essa hipótese for razoável, esse é um ponto fundamental na política de planejamento habitacional da cidade.

Avançando nessa discussão, os Gráficos 9 e 10 a seguir são recortes da população analfabeta da cidade para esses mesmos anos acima analisados por grupo etário e por gênero, respectivamente. Como observado no Gráfico 9, os grupos etários 7 a 10 anos e 65 anos ou mais são os mais representativos nos dois anos analisados. No caso desse último, seu grau de participação chega a ser de mais de 1/5 no ano de 2010. No primeiro grupo, apesar de uma redução de 10% no percentual de analfabetos ao longo de 10 anos, quase 12% das crianças ainda se encontram nessa condição. Sem dúvida, torna-se um desafio para os próximos anos não somente um planejamento a médio prazo por parte da administração municipal com o objetivo de eliminar esse percentual, mas também o direcionamento dos



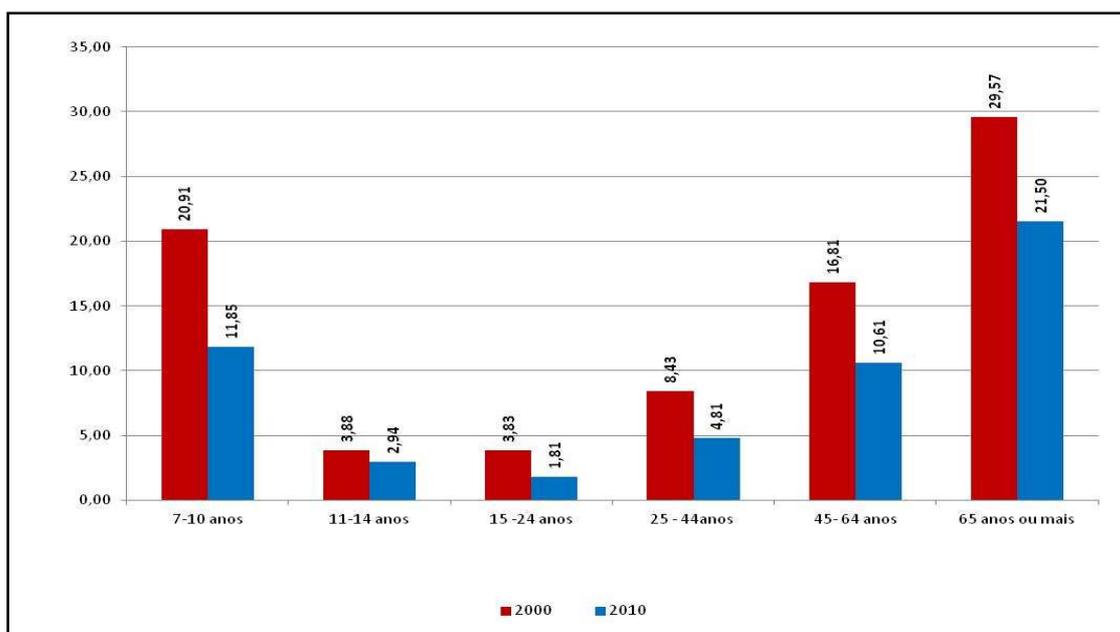
esforços na qualidade da educação, haja vista a simples permanência na escola não ser sinônimo de melhor aprendizado.

Por sua vez, conforme se observa no Gráfico 10, a diferença entre o percentual de homens e mulheres analfabetas vem se mantendo constante ao longo desses 10 anos. De fato, em 2000, daqueles que foram classificados analfabetos 46% eram homens, enquanto pouco mais de 53% eram mulheres, valores similares no ano de 2010.

Nessa perspectiva, em vista do crescimento recente de lares monoparentais, onde a mulher acaba tornando-se progenitora do lar, sendo também muitas vezes a responsável pelos filhos, é fundamental o direcionamento de políticas públicas para elas tendo em conta que a educação é um dos principais, se o não principal, insumo para o provento do lar.

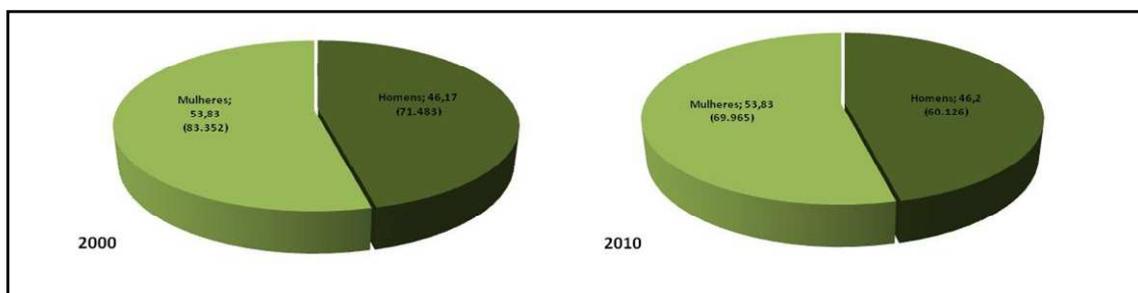


**Gráfico 9 - Evolução da população analfabeta por grupo etário de Fortaleza**



Fonte dos dados: IBGE – Censo Demográfico 2000/2010. Elaboração: IPECE.

**Gráfico 10 - Evolução da população analfabeta por Gênero de Fortaleza**



Fonte dos dados: IBGE – Censo Demográfico 2000/2010. Elaboração: IPECE.

Pode-se caracterizar como pessoas em idade escolar a população de 4 a 17 anos, idade em que a criança deve entrar na escola e que deve concluir o ensino médio, respectivamente. Na Tabela 3, a seguir, discorre-se a evolução da população em idade escolar que frequentava escola ou creche em 2000 e 2010, tanto para Fortaleza quanto para as demais capitais do Nordeste do Brasil.

**Tabela 3 - População em idade escolar das capitais nordestinas - 2000-2010**

Capitais - Nordeste	População em idade escolar que frequenta escola ou creche			
	2000	Part %	2010	Part %
Aracaju – SE	114.579	90,90	118.129	94,43
<b>Fortaleza – CE</b>	<b>542.873</b>	<b>89,65</b>	<b>512.133</b>	<b>92,54</b>
João Pessoa – PB	146.255	89,75	145.917	92,49
Maceió – AL	187.737	82,82	206.835	90,79
Natal – RN	178.869	90,88	161.792	92,60
Recife – PE	330.754	90,95	300.551	94,04
Salvador – BA	572.762	90,63	509.507	92,60
São Luís – MA	242.060	91,85	222.895	94,42
Teresina – PI	195.642	90,95	178.238	95,61

Fonte dos dados: IBGE – Censo Demográfico 2000/2010. Elaboração: IPECE.

Similarmente aos dados de analfabetismo da Tabela 2, os dados da Tabela 3 mostram percentuais semelhantes nas cidades aqui consideradas. Mais uma vez, os valores absolutos de Fortaleza destoam, mas agora acompanhados da capital da Bahia, Salvador.

Apesar da redução em termos absolutos daqueles em idade escolar, possivelmente em decorrência de mudanças demográficas, a cidade de Fortaleza elevou em quase 3 pontos percentuais o montante dessa população que frequenta escola ou creche. Ainda não é considerada uma universalização do ensino em todas as esferas, provavelmente como resultado do maior nível de evasão que ainda ocorre no ensino médio, esfera na qual os jovens procuram o mercado de trabalho e tendem muitas vezes a abandonar a escola, mas deve-se considerar que esse percentual já indica um direcionamento nesse sentido.

Sabe-se também que a maior demanda por creches como consequência da maior taxa de participação das mulheres no mercado de trabalho é outro fator



preponderante para a não universalização do ensino para as pessoas em idade escolar, considerando que a idade de corte inicial aqui analisada é a partir de 4 anos. Mais uma vez, esse é um desafio em termos de planejamento na esfera municipal, tendo em conta ser esta a instância governamental a responsável pela oferta desse tipo de serviço. Como ingrediente adicional para esse tipo de política pública pode-se também citar as pesquisas recentes que enfatizam a intervenção cada vez mais precoce no nível de aprendizado infantil impactando na melhora do desempenho escolar dos participantes.

Para se ter uma ideia da importância da gestão pública na questão educacional a Tabela 4, abaixo, elenca a população em idade escolar que frequenta a rede particular e a rede pública de ensino nos anos de 2000 e 2010 com base nos dados do censo. Mesmo com uma participação de quase 40% e um tímido crescimento nesse período de 10 anos da rede particular, a rede pública ainda é a maior ofertante do serviço educacional com uma participação de quase 61% em 2010.

**Tabela 4 - População em idade escolar que frequenta escola ou creche da rede de particular e pública de ensino - 2000-2010**

Fortaleza	Rede de Ensino			
	2000	Part %	2010	Part %
Particular	204.557	37,68	200.063	39,06
Pública	338.316	62,32	312.071	60,94
<b>Total</b>	<b>542.873</b>	<b>100,00</b>	<b>512.134</b>	<b>100,00</b>

Fonte dos dados: IBGE – Censo Demográfico 2000/2010. Elaboração: IPECE.

Essa maior participação por parte do setor público tem ao menos duas questões importantes em termos de políticas públicas. Em primeiro lugar, a própria dimensão mostra o desafio da gestão na medida em que a maior parte da população recorre à oferta do serviço público para atendimento. Além disso, a população mais carente e com menor poder aquisitivo é a maior demandante, o que mostra a relevância do planejamento público haja vista a preocupação de logo na tenra idade, buscar-se “nivelar o campo de jogo” em termos de oportunidades futuras na geração de renda e sucesso no mercado de trabalho.



## Saúde

Grande parte da população de Fortaleza necessita da assistência média do Sistema Único de Saúde (SUS) que é financiado com recursos públicos do Município, Estado e Governo Federal. O SUS é responsável por todo atendimento ligado à saúde do cidadão de forma gratuita e universal, desde o atendimento ambulatorial até procedimentos mais complexos como o transplante de órgãos. Portanto, de acordo com a Secretaria da Saúde do Estado do Ceará (SESA)<sup>4</sup>, em 2011, a capital do Ceará dispunha de 279 unidades de saúde ligadas aos SUS, 2 unidades Federais, 27 Estaduais, 127 Municipais (sendo 91 Centros de Saúde da Família, doze na SER I, SER II e SER VI, 16 na SER III e 20 na SER VI e 8 hospitais e demais unidades especializadas) e 123 unidades ligadas à Rede Privada de prestadoras de serviços ao SUS.

No SUS de Fortaleza, em 2011, existia o total de 6.569 leitos hospitalares, sendo que a maioria estava na Rede Estadual (35%) e no setor Privado (42%), a Rede Municipal e Federal respondiam por 14% e 8% dos leitos, respectivamente.

A rede pública de saúde contava com 17.148 profissionais da área da saúde que se dividiam entre médicos (3.998), dentistas (591), enfermeiros (1.731), agentes comunitários de saúde (2.367), auxiliares/técnicos/atendentes (6.060) e outros (2.191).

### Atendimento pelo SUS

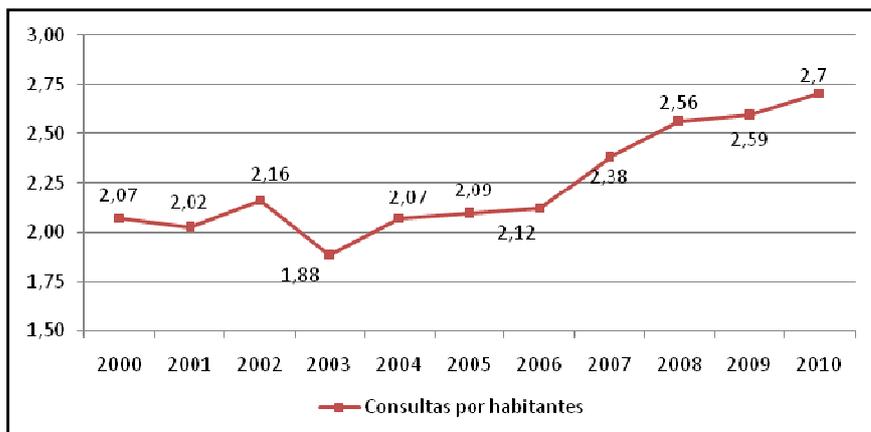
De acordo com dados disponibilizados pelo DATASUS, o SUS vem ampliando sistematicamente o atendimento nos últimos anos em Fortaleza, chegando a mais de 5,04 milhões de consultas em 2010, o que representa 2,7 consultas por ano por habitante. (Gráfico 11)

---

<sup>4</sup> Os dados estão disponíveis no Anuário Estatístico do Ceará, 2012.



**Gráfico 11 - Proporção de consultas médicas (SUS) por habitante, Fortaleza, 2000 a 2010**

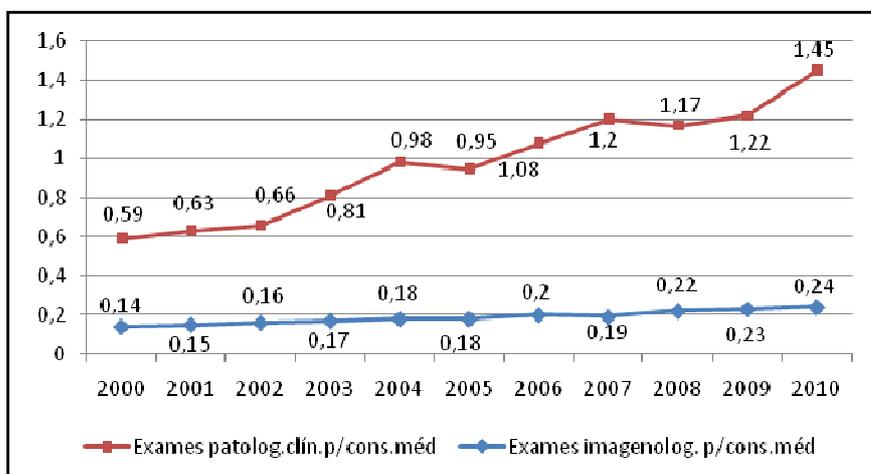


Fonte: DATASUS 2000 a 2010. Elaboração IPECE

Essas informações apresentam algumas limitações que podem superestimar ou subestimar os dados, pois não consideram as consultas realizadas sem o vínculo com o SUS e a consulta de não residentes em Fortaleza, embora seu cálculo seja entre o total de consultas realizadas pelo SUS e a população total residente.

O Gráfico 12, a seguir, mostra os procedimentos realizados por consulta pelo SUS. Nota-se uma tendência de aumento do número de procedimentos, de patologia clínica e imagem, em Fortaleza. A média de procedimentos de patologia clínica aumentou de 0,5% em 2000 para 1,45% em 2010. Já para os procedimentos de imagenologia o aumento foi de 0,14% para 0,24%, no mesmo período.

**Gráfico 12 - Proporção de procedimentos diagnósticos de patologia clínica e imagenologia por consultas médicas (SUS), Fortaleza, 2000 a 2010**

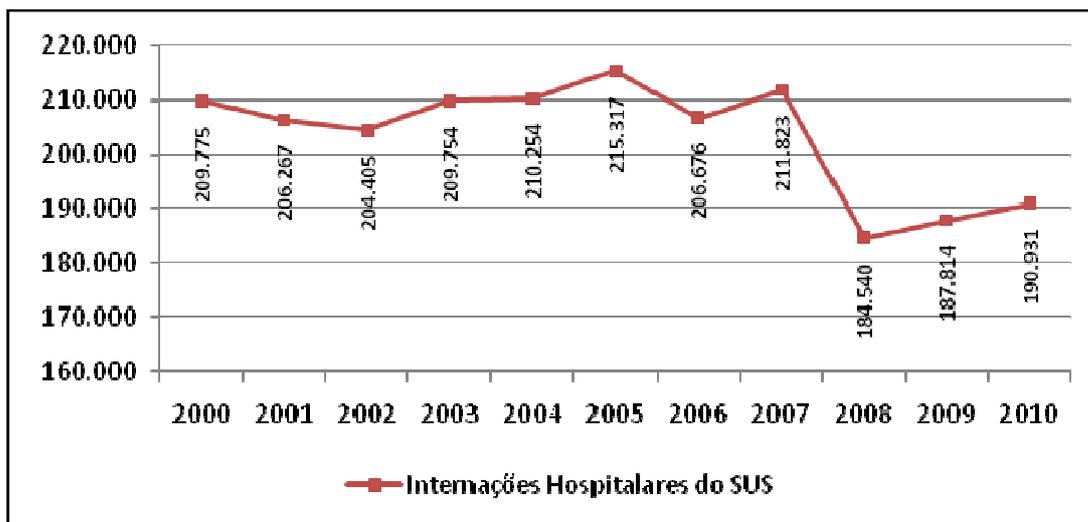


Fonte: DATASUS 2000 a 2010. Elaboração IPECE



O Gráfico 13, abaixo, que relaciona o número de internações na capital, revela uma queda das internações entre 2000 e 2010, observando-se uma maior variação no total de internações realizadas na rede pública da capital a partir de 2007. Como este indicador mede o número de internações sem considerar a residência do paciente, essa queda pode ser relacionada à criação de unidades especializadas no interior do Estado, o que levou a uma redução das internações na capital.

**Gráfico 13 - Número de internações hospitalares (SUS), Fortaleza, 2000 a 2010**



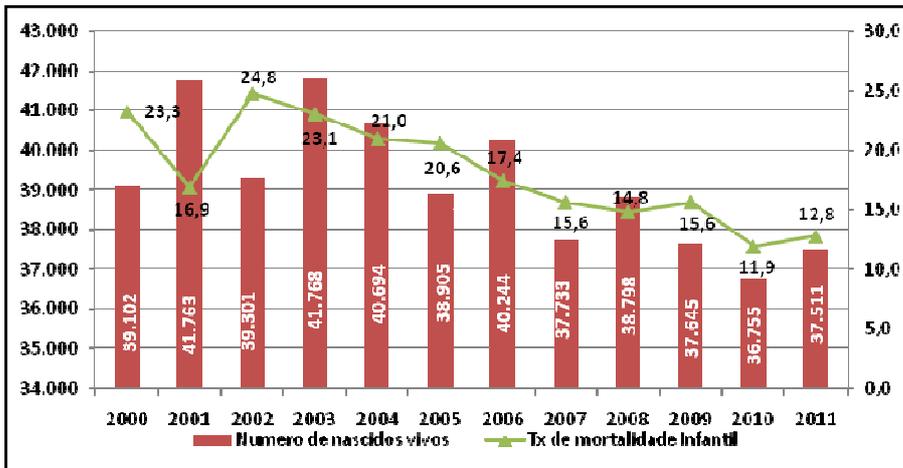
Fonte: DATASUS 2000 a 2010. Elaboração IPECE

### Número de Nascidos Vivos e Mortalidade Infantil

Uma das principais preocupações da atualidade é reduzir a taxa de mortalidade infantil e expandir o atendimento às gestantes. Como mostra o Gráfico 14, abaixo, o número de crianças nascidas vinha caindo desde 2008, mas isso foi revertido em 2011, quando o total registrado (37.511) foi superior ao do ano de 2010. A taxa de mortalidade infantil, que mede a razão de crianças que morrem com menos de um ano de vida em uma população, em relação a cada mil crianças nascidos vivos em determinado ano, também vem melhorando nos anos recentes.



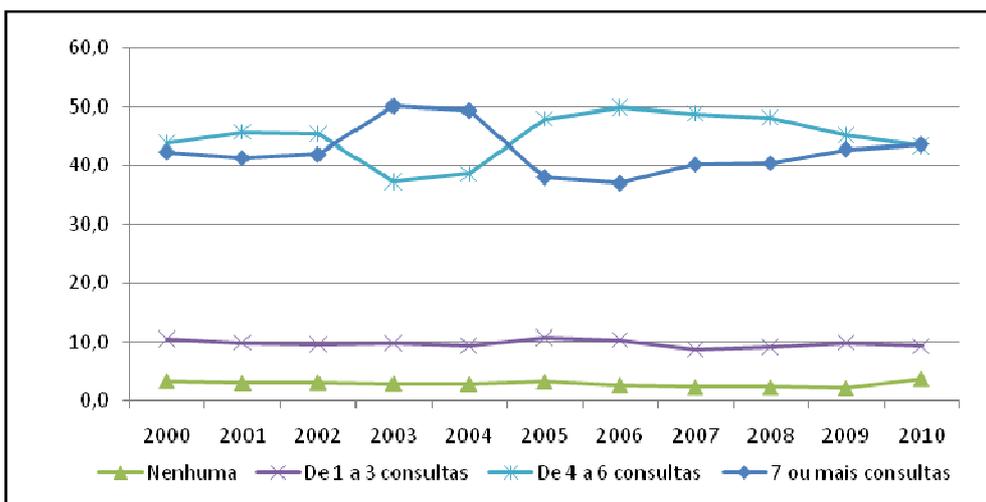
**Gráfico 14 - Número de Nascidos Vivos e Mortalidade infantil Fortaleza – 2000-2011**



Fonte: DATASUS 2000 a 2011. Elaboração IPECE

Este declínio reflete a melhoria nas condições de vida da população que, em grande parte, é resultado do efeito das intervenções públicas nas áreas não apenas da saúde, mas do saneamento básico, na melhoria da escolaridade das mães e no acesso a informações. O Gráfico 15, a seguir, mostra o número de consultas pré-natal em relação ao número de crianças nascidas vivas. Observa-se que o percentual de crianças que nascem sem nenhum acompanhamento na capital é relativamente baixo, no entanto, segue uma frequência constante.

**Gráfico 15 - Percentual de Consultas Realizadas por Nascidos Vivos Fortaleza – 2000-2010**



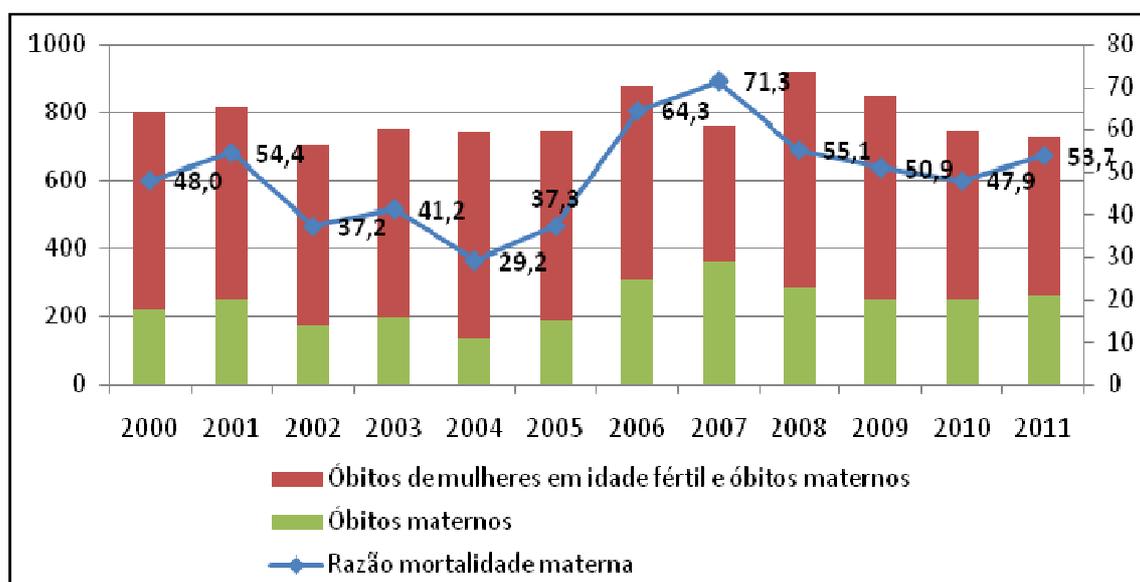
Fonte: DATASUS 2000 a 2010. Elaboração IPECE



## Mortalidade Materna

O Gráfico 16, abaixo, mostra a razão de mortalidade materna, para cada 100 mil nascidos vivos, o número absoluto de óbitos femininos durante a gestação e em decorrência de complicações durante o parto. Verificam-se oscilações durante o período analisado, sendo que em 2004 ocorreu a menor taxa de óbitos na capital. Em 2011, foram 53.3 óbitos maternos a cada 100 mil crianças nascidas vivas, ou 21 casos.

Gráfico 16 - Mortalidade Materna - Fortaleza 2000-2011



Fonte: DATASUS 2000 a 2011. Elaboração IPECE

## Desigualdade e Pobreza

Segundo estudos divulgados pela Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (SAE/PR), a divisão de classes na sociedade brasileira pode possuir como parâmetros valores de renda domiciliar *per capita* mensal. Assim, nesse contexto, a própria instituição veio a criar uma comissão para definir a nova classe média no Brasil com o objetivo de subsidiar pesquisas e estratégias na área de política social. Mais especificamente, a classificação por estratos da população pode contribuir para a formulação de políticas adequadas à demanda de cada grupo social ao qual cada pessoa pertence.

Nessa perspectiva, os valores construídos na formulação dos estratos foram feitos em uma classificação absoluta, ou seja, são definidos em termos reais utilizando o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) e, portanto, invariantes no tempo.



Sendo assim, ficaram definidas como Classe Baixa pessoas residentes em domicílios com renda *per capita* de até R\$ 260 por mês. Por sua vez, a Classe Média foi composta por todas aquelas pessoas que viviam em domicílios com renda *per capita* entre R\$ 261 e R\$ 913 por mês. Além disso, a Classe Média pode vir a ser desmembrada em outras três, a saber: Baixa Classe Média, Média Classe Média e Alta Classe Média. Por fim, a Classe Alta foi definida por pessoas com rendimentos domiciliares *per capita* iguais ou superiores a R\$ 914. A Tabela 5 apresenta para os anos de 2000 e 2010 os valores em termos absolutos e percentuais da composição das classes de renda para a cidade de Fortaleza. Já o Gráfico 17 traz um resumo dos valores em percentuais.



**Tabela 5 - Classes de Renda segundo a Classificação do SAE**

Fortaleza	Classes de Renda			
	2000	Part %	2010	Part %
Classe Baixa*	1.145.873	54,41	873.858	35,68
Classe Média**	639.700	30,37	1.083.298	44,23
<i>Baixa Classe Média</i> ***	286.350	13,59	415.019	16,95
<i>Média Classe Média</i> ****	185.907	8,83	375.683	15,34
<i>Alta Classe Média</i> *****	167.443	7,95	292.597	11,95
Classe Alta*****	320.743	15,22	491.920	20,09
<b>Total</b>	<b>2.106.316</b>	<b>100,00</b>	<b>2.449.076</b>	<b>100,00</b>

Fonte dos dados Gráfico 16 e 17: IBGE – Censo Demográfico 2000/2010. Elaboração: IPECE.

\*Renda Domiciliar per capita até R\$ 260

\*\*Renda Domiciliar per capita entre R\$ 261 a R\$ 913

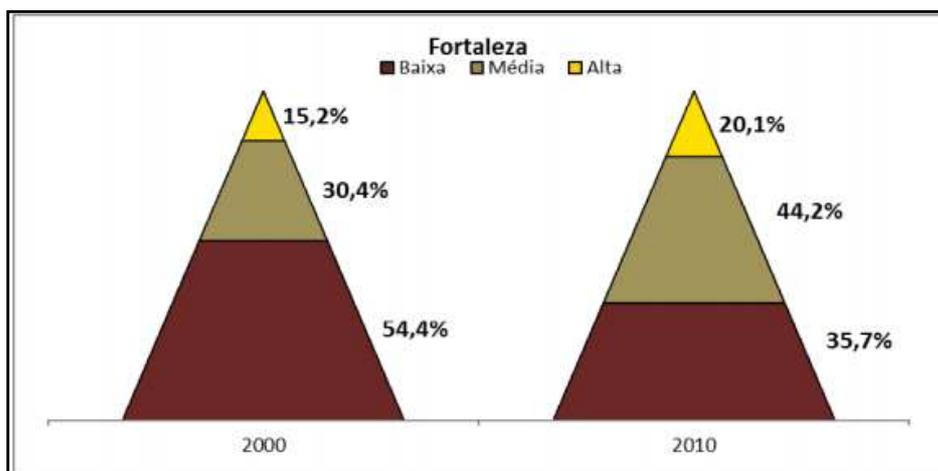
\*\*\*Renda Domiciliar per capita R\$ 261 a R\$ 394

\*\*\*\*Renda Domiciliar per capita R\$ 395 a R\$ 573

\*\*\*\*\*Renda Domiciliar per capita R\$ 574 a R\$ 913

\*\*\*\*\*Renda Domiciliar per capita acima de R\$ 913

**Gráfico 17 - Proporções da população segundo as Classes - Fortaleza (2000 e 2010)**



\*Valores da Renda a preços de 2010. Deflator INPC (Agosto/2010)

Ao longo desses dez anos, é notória uma evolução na cidade do quantitativo daqueles que ascenderam à classe média e que ao mesmo tempo deixaram a classe baixa. Além disso, um aumento de pouco mais de 5% foi observado naqueles que ascenderam à classe alta. Mas, de fato, o dado que chama mais atenção é que em 2010 pouco mais de 44% dos fortalezenses pertenciam à classe média contra quase 36% da classe baixa. Esse contingente, sem dúvida, chama a atenção, principalmente quando se pensa nas novas demandas públicas desse grupo social.

De fato, o crescimento da renda gera mais demanda por lazer, perspectivas ainda maiores em termos de ascensão social e busca por maiores horizontes no mercado de trabalho. Esses elementos acabam rebatendo na oferta do serviço público, principalmente no âmbito municipal, instância pública mais próxima da sociedade e responsável pelos serviços da cidade que impactam diretamente a vida de cada cidadão. Assim, é indispensável que o Plano Diretor da cidade incorpore áreas de lazer e espaço público de qualidade assim como um serviço de Mobilidade Urbana onde o transporte público seja prioridade.

### **Pobreza**

Mesmo apresentando uma evolução positiva em termos de redução da desigualdade, com a ascensão de uma fração representativa de pessoas para a classe média, Fortaleza ainda detinha 134 mil pessoas na extrema pobreza em 2010, o que correspondia a 5,5% de sua população, apesar de ser a menor proporção entre os municípios cearenses. Essa classificação foi feita de acordo



com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) ao lançar um programa de erradicação da extrema pobreza no Brasil, conhecido como *Brasil sem Miséria*. Na proposta apresentada foi considerado como linha de corte o valor da renda familiar mensal inferior a R\$ 70 por pessoa.

Na Tabela 6 abaixo a distribuição da extrema pobreza foi feita de acordo com as sete Secretarias Executivas Regionais (SER) existentes em Fortaleza. Pelos dados nota-se que as Regionais V e VI além de serem as mais populosas, são também as que detêm os maiores percentuais de pessoas na extrema pobreza. De fato, do total de pessoas nessas condições em Fortaleza, mais de 56% se concentram nessas duas localidades, com cada uma com quase 30% de extremamente pobres. Mas como dito, são também as duas únicas regionais com mais de meio milhão de pessoas residentes.



**Tabela 5 - Extrema Pobreza por Regionais em Fortaleza - 2010**

Regionais	Nº de Bairros	População total	Extrema Pobreza		% sobre o número total de extremamente pobres
			%	Nº	
Regional I	15	363.912	5,42	19.730	14,72
Regional II	20	334.868	3,62	12.131	9,05
Regional III	16	360.551	4,83	17.417	13
Regional IV	20	281.645	3,05	8.583	6,41
Regional V	18	541.511	7,12	38.554	28,77
Regional VI	29	541.160	6,85	37.074	27,67
Centro	1	28.538	1,76	503	0,38
<b>Total</b>	<b>119</b>	<b>2.452.185</b>		<b>133.992</b>	<b>100</b>

Fonte: Censo Demográfico do IBGE, 2010 dados preliminares / IPECE. Elaboração: Iplanfor.

Para se ter uma maior dimensão do grau de vulnerabilidade da população mais carente, a Tabela 7 lista os dez bairros da cidade que apresentaram a maior intensidade de pessoas na extrema pobreza. Em sua maioria, esses bairros se localizam nas extremidades do território de Fortaleza, fruto da explosão demográfica que ocorreu ao longo do século passado nas áreas urbanas do país.

Seguindo os dados da Tabela 7, tomados de forma conjunta, os dez bairros com maior intensidade de pessoas na extrema pobreza possuem uma população de 487,9 mil pessoas ou quase 20% da população total da cidade. Na mesma tabela é observado que quase 47 mil pessoas nesses bairros são extremamente pobres, o



que representaria quase 35% das pessoas nessas condições na cidade de Fortaleza, o que revela a alta representatividade dos mais vulneráveis nessas localidades. Do ponto de vista do planejamento urbano isso pode ser um indicativo de que existe, de fato, um problema espacial nas taxas de pobreza da cidade na medida em que em determinadas áreas a incidência tende a ser maior. Uma maior atuação por parte do poder público em termos de políticas sociais via reinserção no mercado de trabalho ou por meio de mecanismos que possam vir a gerar renda através do incentivo ao empreendedorismo nessas áreas seria fundamental para dirimir esse problema.

**Tabela 6 - Bairros de Fortaleza com maior intensidade de pessoas na extrema pobreza**

Bairros	População total	Extrema Pobreza	
		% de pessoas	Nº de pessoas
Conjunto Palmeiras	36.599	17,15	6.277
Jangurussu	50.479	10,92	5.511
Granja Lisboa	52.042	9,51	4.949
Barra do Ceará	72.423	6,64	4.808
Mondubim (Sede)	76.044	5,95	4.521
Canindezinho	41.202	10,47	4.314
Vicente Pinzon	45.518	9,33	4.249
Granja Portugal	39.651	10,44	4.141
Genibau	40.336	10,14	4.092
Siqueira	33.628	11,88	3.994
	487.922	9,60	46.856

Fonte: Censo Demográfico do IBGE, 2010, dados preliminares. Elaboração: IPECE.

## Demografia

Esta seção apresenta uma síntese das características da demografia da população de Fortaleza. A análise dos aspectos demográficos é fundamental, já que permite entender tanto a dinâmica populacional quanto a sua estrutura, organização e composição em uma determinada localidade. A compreensão desses aspectos é imprescindível para a tomada de decisões das autoridades governamentais no que concerne a traçar estratégias e desenvolver ações com o intuito de melhor atender as necessidades da população.

A Tabela 8 apresenta a evolução da população residente para todas as capitais do Brasil. Fortaleza figura como a quinta maior capital brasileira, como uma população de 2,45 milhões de habitantes.

**Tabela 7 - População residente das capitais brasileiras - 2000-2010**

Capitais	2000	Rk	2010	Rk	Var. Absoluta	Rk
Aracaju – SE	461.534	20	571.149	19	23,75	8
Belém – PA	1.280.614	11	1.393.399	11	8,81	22
<u>Belo Horizonte – MG</u>	2.238.526	4	2.375.151	6	6,10	26
Boa Vista – RR	200.568	26	284.313	26	41,75	2
<u>Brasília – DF</u>	2.051.146	6	2.570.160	4	25,30	7
Campo Grande – MS	663.621	17	786.797	17	18,56	12
Cuiabá – MT	483.346	19	551.098	20	14,02	16
<u>Curitiba – PR</u>	1.587.315	7	1.751.907	8	10,37	20
Florianópolis – SC	342.315	21	421.240	22	23,06	9
<b><u>Fortaleza – CE</u></b>	<b>2.141.402</b>	<b>5</b>	<b>2.452.185</b>	<b>5</b>	<b>14,51</b>	<b>15</b>
Goiânia – GO	1.093.007	12	1.302.001	12	19,12	11
João Pessoa – PB	597.934	18	723.515	18	21,00	10
Macapá – AP	283.308	24	398.204	23	40,56	3
Maceió – AL	797.759	14	932.748	14	16,92	13
<u>Manaus – AM</u>	1.405.835	9	1.802.014	7	28,18	5
Natal – RN	712.317	16	803.739	16	12,83	18
Palmas – TO	137.355	27	228.332	27	66,23	1
<u>Porto Alegre – RS</u>	1.360.590	10	1.409.351	10	3,58	27
Porto Velho – RO	334.661	22	428.527	21	28,05	6
<u>Recife – PE</u>	1.422.905	8	1.537.704	9	8,07	23
Rio Branco – AC	253.059	25	336.038	24	32,79	4
<u>Rio de Janeiro – RJ</u>	5.857.904	2	6.320.446	2	7,90	24
<u>Salvador – BA</u>	2.443.107	3	2.675.656	3	9,52	21
São Luís – MA	870.028	13	1.014.837	13	16,64	14
<u>São Paulo – SP</u>	10.434.252	1	11.253.503	1	7,85	25
Teresina – PI	715.360	15	814.230	15	13,82	17
Vitória – ES	292.304	23	327.801	25	12,14	19



Fonte dos dados: IBGE – Censos Demográficos 2000/2010. Elaboração: IPECE.

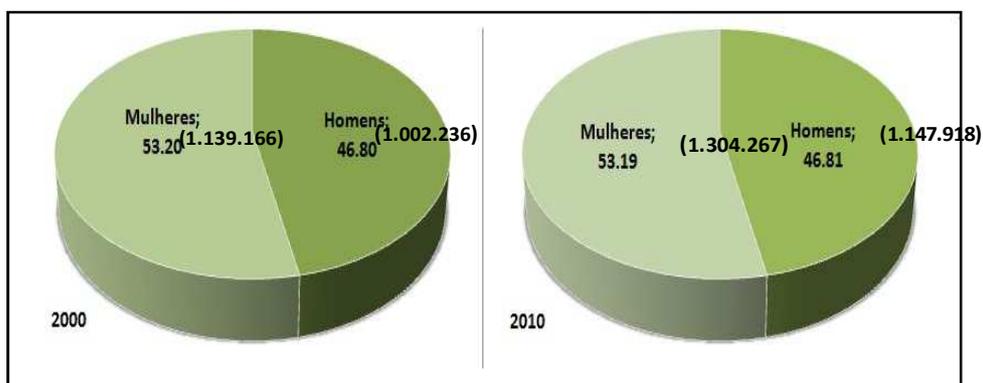
<sup>1</sup> As cidades grifadas possuem maior contingente populacional

De acordo com a Tabela acima, houve um aumento de 300 mil habitantes em Fortaleza entre 2000 e 2010. Para se ter uma noção da grandeza desse número, pode-se dizer que a cada dois anos foi incorporada a essa capital uma população quase do tamanho do município de Aracati (69.159 mil habitantes em 2010), por exemplo. Claramente, esse crescimento populacional vem se refletindo no

aumento da demanda por infraestrutura urbana na capital, como saneamento básico, manejo de resíduos sólidos urbanos, energia, habitação, transporte, hospitais, escolas, segurança e etc.

Quando observamos a distribuição por gênero no Gráfico 18, percebe-se que proporcionalmente não houve modificações na estrutura demográfica entre esses dois grupos populacionais. Todavia, o número total de mulheres é superior ao total de pessoas do sexo masculino.

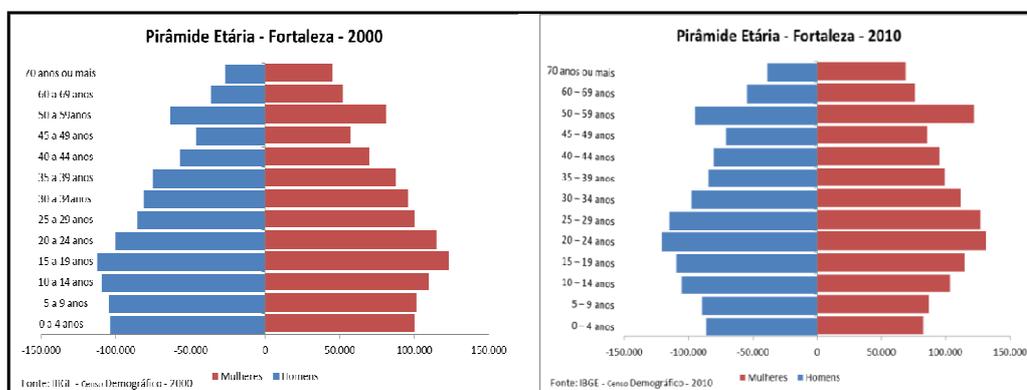
**Gráfico 18 - Evolução da população por Gênero de Fortaleza**



Fonte dos dados: IBGE – Censos Demográficos 2000/2010. Elaboração: IPECE.

A mudança mais significativa diz respeito à transição demográfica da população cearense. Comparando a pirâmide etária no início e final da década de 2000 (Gráfico 19), nota-se o estreitamento da base da pirâmide de 2010 em relação à 2000, e a ampliação da população na base intermediária e superior da pirâmide. Logicamente, isso significa que a população de Fortaleza está se tornando mais velha, o que vai demandar novas políticas públicas para esse estrato populacional.

**Gráfico 19 - Pirâmide etária para a cidade de Fortaleza – 2000/ 2010**



Fonte dos dados: IBGE – Censos Demográficos 2000/2010. Elaboração: IPECE

Outro indicador relevante para caracterizar demograficamente Fortaleza é dividir a população total pela área total da cidade, ou seja, a densidade demográfica. Nesse aspecto, Fortaleza deixou de ser a 2ª para ser a 1ª capital mais densa do país.

**Tabela 8 - Evolução da Densidade Demográfica das capitais brasileiras, 2000-2010**

Capitais	Densidade Demográfica				Variação %	Rk da Variação
	2000	Rk	2010	Rk		
Aracaju – SE	2.651,69	12	3.140,67	11	18,44	14
Belém – PA	1.202,55	15	1.315,27	15	9,37	20
<u>Belo Horizonte – MG</u>	6.763,86	3	7.167,02	3	5,96	25
Boa Vista – RR	35,27	25	49,99	25	41,75	3
<u>Brasília – DF</u>	353,53	19	444,07	19	25,61	8
Campo Grande – MS	81,97	22	97,22	23	18,61	13
Cuiabá – MT	136,61	20	163,88	20	19,96	11
Curitiba – PR	3.649,28	7	4.024,84	7	10,29	19
Florianópolis – SC	789,99	17	627,24	17	-20,60	27
<u>Fortaleza – CE</u>	6.838,39	2	7.786,52	1	13,86	17
Goiânia – GO	1478,05	14	1.776,75	14	20,21	10
João Pessoa – PB	2839,85	10	3.421,30	9	20,47	9
Macapá – AP	44,22	24	62,14	24	40,52	4
Maceió – AL	1562,23	13	1.854,12	13	18,68	12
<u>Manaus – AM</u>	123,31	21	158,06	21	28,18	6
Natal – RN	4182,77	6	4.808,20	6	14,95	16
Palmas – TO	61,90	23	102,90	22	66,23	1
<u>Porto Alegre – RS</u>	2.738,56	11	2.837,52	12	3,61	26
Porto Velho – RO	9,82	27	12,57	27	28,00	7
<u>Recife – PE</u>	6.542,27	4	7.037,61	4	7,57	22
Rio Branco – AC	27,44	26	38,03	26	38,61	5
<u>Rio de Janeiro – RJ</u>	4.954,68	5	5.265,81	5	6,28	24
<u>Salvador – BA</u>	3.456,58	8	3.859,35	8	11,65	18
São Luís – MA	1.051,85	16	1.215,69	16	15,58	15
<u>São Paulo – SP</u>	6.851,18	1	7.387,69	2	7,83	21
Teresina – PI	407,45	18	584,95	18	43,56	2
Vitória – ES	3.130,23	9	3.327,73	10	6,31	23

Fonte dos dados: IBGE – Censos Demográficos 2000/2010. Elaboração: IPECE <sup>1</sup> As cidades grifadas possuem maior contingente populacional

Essa elevada densidade demográfica necessita estar no cerne da tomada de decisão para as políticas públicas em Fortaleza, visto que esse é um fenômeno que está diretamente relacionado à migração do interior para a capital, uso e ocupação irregular do solo, degradação do meio ambiente, mobilidade urbana e demanda por serviços básicos.



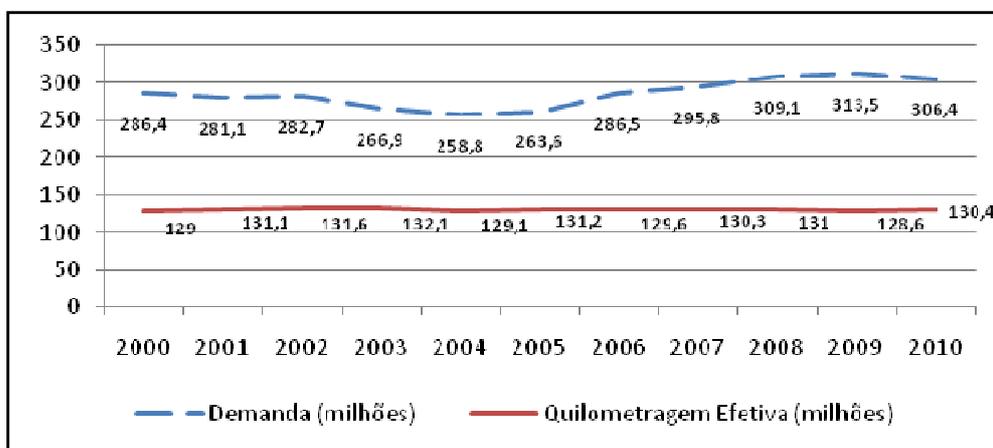
## Mobilidade Urbana

O crescimento populacional de Fortaleza observado na seção anterior, que coloca a cidade como a capital mais densa e a 5ª com maior população do país, nos coloca um desafio muito relevante para as próximas gestões públicas no que diz respeito à mobilidade urbana. Os serviços de transporte público de Fortaleza são realizados pelos sistemas de transporte coletivo por ônibus (STCO) e o sistema de transporte público complementar (STPC). O transporte realizado por ônibus é denominado de Sistema Integrado de Transportes (SITFOR). Sua cobertura é de 920 kms, o que corresponde a 23,3% da malha viária de Fortaleza. Já o STPC se caracteriza por ser um sistema de transporte coletivo de baixa capacidade que complementa o serviço regular onde este se mostra inadequado e insuficiente ao atendimento da população (ETUFOR, 2010).

O SITFOR foi desenvolvido em uma configuração tronco-alimentadora, em que linhas alimentadoras levam a demanda dos bairros para os terminais e linhas troncais coletam essa demanda levando-a até a área central. Além das linhas troncais e alimentadoras, as linhas adicionais de configurações diferenciadas completam a estrutura do sistema, permitindo a difusão da demanda em outros eixos de deslocamento. As linhas circulares ligam diversos terminais passando pelos bairros, enquanto linhas convencionais ligam diretamente os bairros ao Centro, sem passar pelos terminais. Por fim, linhas complementares fazem a ligação direta de bairros mais distantes aos terminais.

Nesse contexto, observa-se no Gráfico 20 uma demanda crescente por transporte público em Fortaleza para uma oferta praticamente constante entre 2005 e 2010.

**Gráfico 20 - Condições de oferta e demanda do transporte público de Fortaleza**

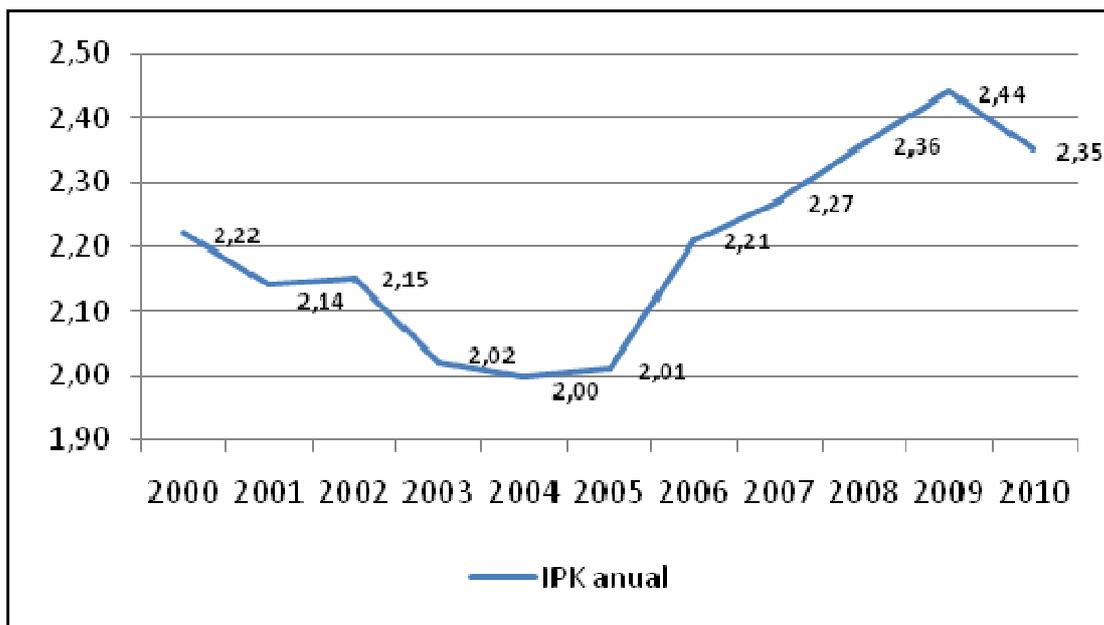


Fonte: ETUFOR. Anuário de Transportes Públicos de Fortaleza (2010)



Esse fenômeno se reflete no Índice de Passageiros por Quilômetro (IPK). Na perspectiva do usuário, elevações no valor do IPK significam perda de conforto em decorrência do número de passageiros durante o trajeto. Como não houve aumento da oferta de transporte público, a partir do Gráfico 21 observa-se que a evolução do IPK anual reflete apenas o comportamento da demanda<sup>5</sup>.

**Gráfico 21 - Índice de Passageiros por Quilômetro (IPK) do transporte público de Fortaleza**



Fonte: ETUFOR. Anuário de Transportes Públicos de Fortaleza (2010)

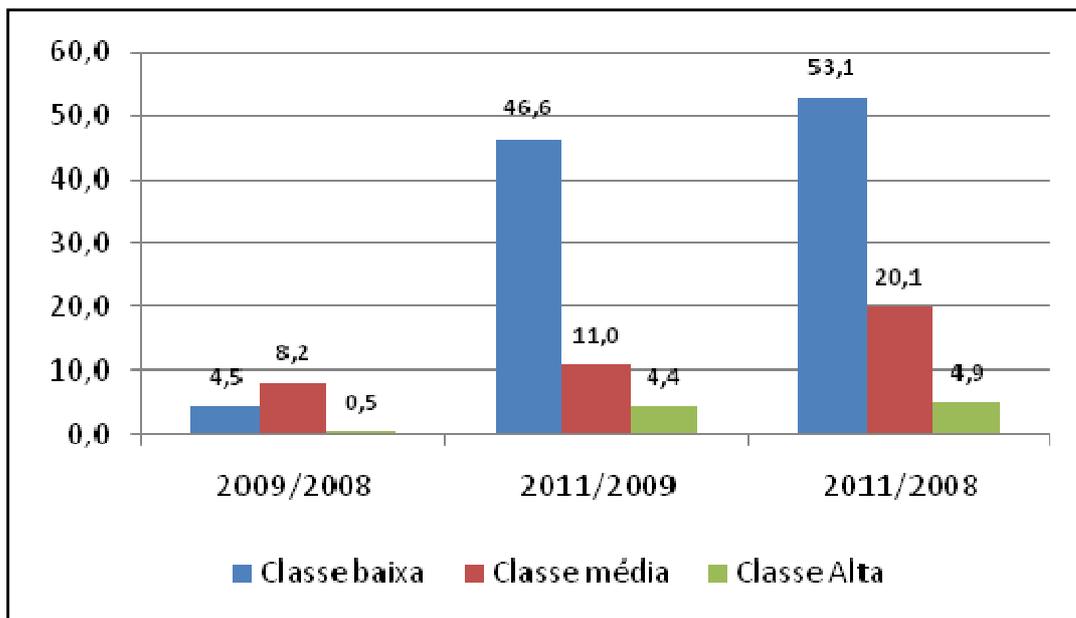
Ao mesmo tempo em que houve um aumento da demanda por transporte público em Fortaleza, provavelmente motivada pelo aquecimento da economia local e o crescimento populacional, houve um aumento do número de automóveis particulares. É possível que o crescimento real da renda do trabalhador nos últimos dez anos tenha influenciado a substituição do transporte público pelo privado.

O Gráfico 22, abaixo, mostra que os domicílios de classe de renda baixa foram aqueles que mais cresceram em termos de posse de automóveis particulares, seguido pelos domicílios de renda média.

<sup>5</sup> O IPK médio do sistema de transporte público de Fortaleza se encontra em níveis próximos a de cidades brasileiras com população acima de 500.000 habitantes, embora se verifique aumentos excessivos nos horários de pico (NTU, 2008).



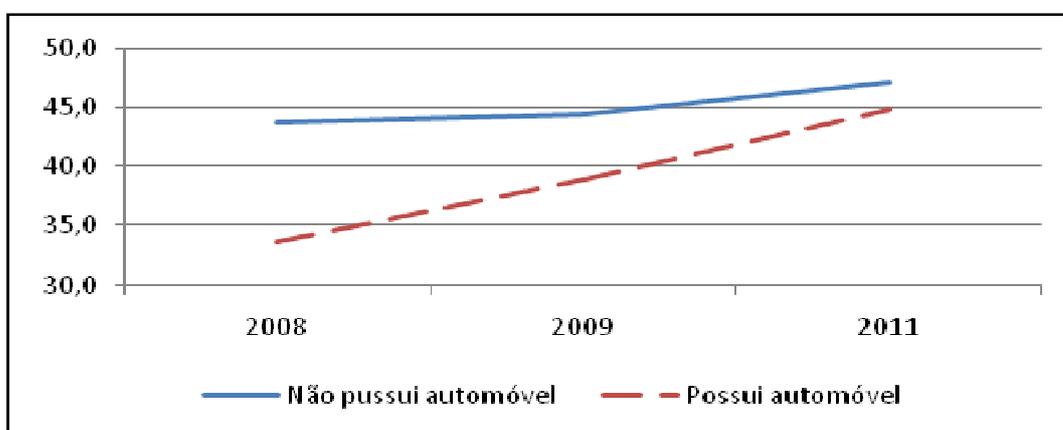
**Gráfico 22 - Taxa de crescimento dos domicílios com automóveis por classe social - Fortaleza - 2008-2009-2011**



Fonte: PNAD/IBGE

Um reflexo direto desse fenômeno para a mobilidade urbana, dada uma oferta constante de transporte público, é o aumento do tempo de deslocamento de casa para o trabalho. O Gráfico 23, abaixo, mostra que a diferença de proporções de pessoas ocupadas que levam mais de 30 minutos para se deslocarem de seus domicílios para o trabalho diminuiu para os grupos de indivíduos que possuem e não possuem automóveis. Em 2008, essa diferença era de quase 10%, caiu para menos de 5%.

**Gráfico 23 - - Proporção de ocupados de acordo com o tempo de deslocamento diário (acima de 30 minutos) para o trabalho segundo a condição de proprietário de automóvel Fortaleza - 2008 a 2011**



Fonte: PNAD-IBGE.

**Nota:** Os dados sobre a posse de veículos automotores estão disponíveis na PNAD a partir de 2008.

Diante do agravamento das condições de acessibilidade e mobilidade nos municípios brasileiros, o governo federal instituiu as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana. Essa política estabelece a prioridade dos serviços de transporte público coletivo sobre o transporte individual, a integração entre os modos e serviços de transporte urbano e a priorização de projetos de transporte público estruturadores e indutores do desenvolvimento urbano integrado.

De acordo com tal política, cabe aos municípios planejar, executar e avaliar a política de mobilidade urbana, bem como promover a regulamentação dos serviços de transporte. Os municípios terão o prazo máximo de três anos para elaboração do Plano de Mobilidade Urbana que deverá contemplar os serviços de transporte público, a infraestrutura do sistema de mobilidade urbana e os mecanismos e instrumentos de financiamento do transporte público e da infraestrutura de mobilidade urbana.

Dentre os instrumentos de gestão do sistema de transporte e da mobilidade urbana está a dedicação de espaços exclusivos nas vias públicas para os serviços de transporte público. Esse foi o principal instrumento adotado pela política de mobilidade urbana em Fortaleza nos últimos anos. O Programa de Transporte Urbano (TRANSFOR) correspondeu à restauração de vias e a criação de Corredores de Transporte (CT) exclusivos para o transporte público. De acordo com a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Infraestrutura (Sefin), foram criados três CTs com extensão total de 34,6 km<sup>6</sup>, que culminaram na implantação do sistema BRT-FOR.

O sistema BRT (Bus Rapid Transit) foi uma solução adotada por várias cidades brasileiras<sup>7</sup>. Nesse sistema, os ônibus circulam em uma rede de canaletas exclusivas com atributos especiais, como múltiplas posições de paradas nas estações, possibilidade de ultrapassagem, embarque em nível, acessibilidade universal, veículo articulado, pagamento e controle fora do ônibus, bons espaços nas estações e sistema de informações aos usuários.

---

<sup>6</sup> O corredor de transporte Bezerra de Menezes / Antônio Sales tem extensão de 17,4 kms, o CT Augusto dos Anjos / José Bastos tem extensão de 11,6 kms e o CT Sen. Fernandes Távora / Expedicionários possui extensão de 15,6 kms.

<sup>7</sup> Os municípios de Belo Horizonte, Brasília, Campo Grande, Cascavel, Curitiba, Goiânia, Maringá, Porto Alegre, Rio de Janeiro, Salvador, Uberlândia, Vitória já implantaram sistemas de BRT.



Segundo os critérios adotados nos estudos de BRT no Brasil elaborado pela NTU, o BRT-FOR não possui todas as características necessárias para a garantia da qualidade do serviço prestado a população, em termos de conforto e agilidade do deslocamento e, por consequência, na qualidade de vida do usuário. Além de representar uma cobertura de menos de 4% da extensão do SITFOR.

Outro ponto importante da política de mobilidade urbana recente foi a manutenção do preço da tarifa, a criação da tarifa social e da hora social garantiram a acessibilidade ao sistema de transporte público para as pessoas dos estratos mais baixos de renda. No entanto, apesar do valor da tarifa ser um importante requisito para a acessibilidade, ela não é um critério de avaliação da qualidade ou do desempenho dos serviços de transporte público. Influem na avaliação da tarifa não só o seu valor, mas se o serviço oferecido por determinada tarifa permite ao usuário ter acesso a uma rede de linhas integradas, com ou sem restrição temporal de uso.

Na base de um sistema tronco-alimentado, como é o caso do SITFOR, a integração entre as linhas de ônibus ocorre nos terminais. Este tipo de integração, em geral, não proporciona redução no tempo de viagem devido à necessidade de transferência nos terminais. Nesse sentido, o fato de existir um sistema de integração física em terminais não pode ser avaliado automaticamente como positivo, nem do ponto de vista do desempenho, nem da qualidade dos serviços (NTU, 2008). Entretanto, os benefícios em termos de redução do custo do transporte para o usuário podem ser significativos.

Desde 2007, a prefeitura de Fortaleza vem implantando a integração temporal. Nesse tipo de integração, o usuário pode trocar de veículo nas próprias vias sem a necessidade de ir a um terminal. Para isso, é necessário que ele respeite o tempo de integração temporal<sup>8</sup>, possua um vale-transporte eletrônico e conheça quais linhas estão integradas com o primeiro ônibus que pegou, uma vez que nem todas as linhas estão integradas. Tampouco há integração com outros meios de transportes.

A criação do Bilhete Único pode representar a possibilidade de integração entre diferentes serviços de transportes públicos como: ônibus, metrô e trens. Para tanto, é necessário que o Governo do Estado promova a integração dos serviços nas áreas que ultrapassem os limites do município, como é o caso do Metrô de

---

<sup>8</sup> Atualmente, esse tempo corresponde a 30 minutos após o desembarque do primeiro ônibus.





Fortaleza (METROFOR). Diante da elevada capacidade de transporte de passageiros<sup>9</sup>, o METROFOR será o principal modal para a integração do sistema de transporte público na Região Metropolitana de Fortaleza. Além da integração dos serviços de ônibus ele deverá estar integrado também aos serviços de Veículos Leves sobre Trilhos (VLT) que ligará a orla de Fortaleza ao bairro da Parangaba<sup>10</sup>. Somente a integração temporal desses diferentes modais e a ampliação dos investimentos em infraestrutura de mobilidade urbana poderão representar uma esperança para a melhoria das condições de acessibilidade e mobilidade da população da capital cearense.

### **Infraestrutura Urbana de Fortaleza**

O crescimento populacional de Fortaleza não somente tem impacto sobre a mobilidade urbana como também eleva a demanda por serviços básicos como abastecimento de água e de esgotamento sanitário, de coleta de lixo e de acesso à energia elétrica, além de induzir a necessidade de melhora da qualidade dos domicílios. Nesse contexto, foi elaborado pelo Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE) o Índice de Condições Domiciliares (ICD) que sintetiza as principais dimensões de acesso aos serviços básicos e qualidade do domicílio por bairros de Fortaleza. No cálculo deste índice levou-se em consideração a proporção de domicílios com coleta de lixo realizada por serviço de limpeza, a proporção de domicílios ligados à rede geral de água, a proporção de domicílios ligados à rede geral de esgoto ou pluvial, a existência de energia elétrica e de banheiro de uso exclusivo do domicílio.

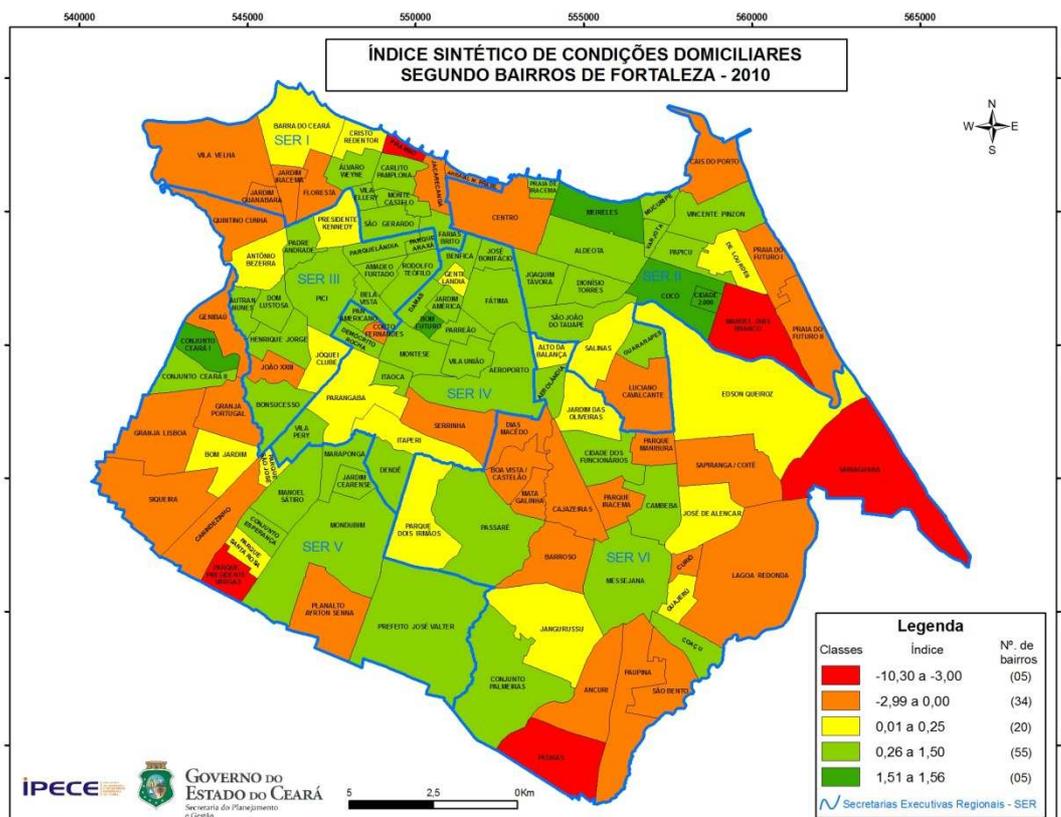
O Mapa 1 apresenta a distribuição espacial do ICD para os bairros de Fortaleza. Quanto mais verde melhor é o posicionamento do bairro no ranking total, e quanto mais vermelho pior é a condição de infraestrutura do bairro.

---

<sup>9</sup> Segundo estimativas da Companhia Cearense de Transportes Metropolitanos o número de passageiros transportados diariamente chegará a 485 mil.

<sup>10</sup> A construção da linha Parangaba-Mucuripe é uma obra de mobilidade urbana para a Copa do Mundo de 2014.

Mapa 1 - Índice de condições domiciliares segundo bairros de Fortaleza - 2010



Fonte: IPECE

A Tabela 10 reporta os valores do ICD dos dez melhores e dos dez piores bairros de Fortaleza. Este índice varia de valores negativos para positivos. O bairro Bom Futuro da regional administrativa IV possui a melhor condição de infraestrutura, enquanto o bairro Manuel Dias Branco possui a pior condição entre os bairros da capital cearense. É importante salientar a posição do Conjunto Ceará (etapa) I, o qual alcançou a terceira melhor condição de infraestrutura domiciliar, superando bairros como Meireles, Cocó e Praia de Iracema. O Conjunto Ceará (etapa) II obteve a décima primeira melhor condição de infraestrutura domiciliar.

**Tabela 9 - Índice Sintético de Condições Domiciliares (ICD) para os dez maiores e menores Bairros - Fortaleza - 2010**

Bairros	ICD	Bairros	ICD
10 maiores		10 menores	
Bom Futuro	1,56	Manuel Dias Branco	-10,30
Cidade 2000	1,55	Sabiaguaba	-6,97
Conjunto Ceará I	1,55	Pirambú	-4,73
Meireles	1,54	Pedras	-4,64
Cocó	1,51	Parque Presidente Vargas	-3,65
Praia de Iracema	1,46	Arraial Moura Brasil	-2,11
Fátima	1,45	Praia do Futuro II	-1,76
Estância (Dionísio Torres)	1,44	Praia do Futuro I	-1,66
Varjota	1,41	Siqueira	-1,66
Damas	1,41	Ancuri	-1,37

Fonte dos dados: IPECE.

O bom posicionamento dos bairros Conjunto Ceará I e II pode ser atribuído, em parte, a sua concepção como projeto urbanístico da COHAB no início da década de 1970. Por outro lado, o mau posicionamento dos bairros Manuel Dias Branco e Sabiaguaba pode estar provavelmente correlacionado com a baixa densidade demográfica e o elevado custo fixo para ampliação do acesso à energia elétrica, água, e especialmente da coleta de esgoto. Além disso, tais bairros exibem fatores geoambientais que podem restringir a disponibilização dos serviços públicos devido à vizinhança com a área de preservação do parque do Cocó. No entanto, a situação do bairro Pirambu pode ser considerada como crítica em relação aos bairros Manuel Dias Branco e Sabiaguaba, em virtude de tal bairro ser o maior aglomerado subnormal (ou seja, ocupações irregulares e/ou ilegais vivendo com serviços públicos precários) do Ceará e o sétimo maior de todo o país com quase 43 mil pessoas vivendo em condições subnormais, de acordo com o IBGE.

Vale salientar que os serviços de coleta de lixo, energia elétrica, abastecimento de água e domicílios com banheiro de uso exclusivo em Fortaleza caminham para a universalização da cobertura, com percentuais médios de pelo menos 99% dos domicílios. Todavia, a taxa de cobertura de esgotamento sanitário ainda é baixa e desigual na capital, necessitando de mais ações para a expansão da rede de coleta de esgotos na cidade no intuito de aumentar o percentual de cobertura.

A melhora da infraestrutura domiciliar através do acesso aos serviços básicos essenciais (água, esgoto e energia) pode reduzir a extrema pobreza em virtude da promoção de um padrão mínimo de vida. No caso específico do esgotamento



sanitário, uma política compensatória para domicílios com renda per capita inferior a linha de extrema pobreza (ou seja, R\$ 70) poderia incentivar uma maior taxa de ligação à rede geral de esgotos, por exemplo, via isenção da taxa de ligação ou descontos na conta da coleta de esgoto. Obviamente, uma análise de viabilidade financeira deve ser previamente realizada para esse tipo de política. No entanto, os benefícios do acesso à coleta de esgoto de melhor qualidade podem gerar benefícios para a saúde da população mais pobre, elevando sua produtividade no mercado de trabalho.



**Quadro 1 - Indicadores de Infraestrutura Domiciliar segundo os bairros de Fortaleza**

<b>SER</b>	<b>Bairros</b>	% de domicílios com serviço de público coleta de lixo	% de domicílios ligados à rede geral de água	% de domicílios com a existência de energia elétrica	% de domicílios com banheiro de uso exclusivo do domicílio	% de domicílios ligados à rede geral de esgoto ou pluvial	<b>Índice</b>	<b>Rk</b>
<b>5</b>	Aerolândia	100	99	99.7	98.8	79.3	0.789	28
<b>4</b>	Aeroporto (Base Aérea)	100	96.8	99.8	99	44.7	0.621	40
<b>2</b>	Alagadiço	99.9	91.8	100	99.3	96.4	1.090	17
<b>3</b>	Aldeota	99.9	93.7	100	99.8	97.9	1.346	14

<b>SER</b>	<b>Bairros</b>	% de domicílios com serviço de público coleta de lixo	% de domicílios ligados à rede geral de água	% de domicílios com a existência de energia elétrica	% de domicílios com banheiro de uso exclusivo do domicílio	% de domicílios ligados à rede geral de esgoto ou pluvial	<b>Índice</b>	<b>Rk</b>
<b>5</b>	Alto da Balança	100	97	99.5	97.6	90.1	0.174	68
<b>4</b>	Álvaro Weyne	99.9	88.4	99.8	99.1	92.6	0.651	35
<b>3</b>	Amadeo Furtado	100	91.1	99.8	98.7	95.8	0.662	34
<b>1</b>	Ancuri	94.6	98	99.6	96.7	14.3	-1.374	110
<b>6</b>	Antônio Bezerra	99.7	89	99.7	98.4	77.5	0.193	67
<b>1</b>	Arraial Moura Brasil	90.9	95.3	99.5	95.2	91.1	-2.108	114

<b>SER</b>	<b>Bairros</b>	% de domicílios com serviço de público coleta de lixo	% de domicílios ligados à rede geral de água	% de domicílios com a existência de energia elétrica	% de domicílios com banheiro de uso exclusivo do domicílio	% de domicílios ligados à rede geral de esgoto ou pluvial	<b>Índice</b>	<b>Rk</b>
<b>2</b>	Autran Nunes	99.8	95.9	99.7	98.7	84.2	0.636	36
<b>3</b>	Barra do Ceará	98.6	88	99.6	99.2	87.8	0.224	65
<b>3</b>	Barroso	95.7	96.2	99.5	97.3	48.7	-0.927	106
<b>3</b>	Bela Vista	99.8	95.1	99.8	99	84.5	0.811	27
<b>5</b>	Benfica	99.9	96.8	99.8	98.4	96.1	0.776	30
<b>1</b>	Bom Futuro	100	99.5	99.9	100	98.8	1.564	1

<b>SER</b>	<b>Bairros</b>	% de domicílios com serviço de público coleta de lixo	% de domicílios ligados à rede geral de água	% de domicílios com a existência de energia elétrica	% de domicílios com banheiro de uso exclusivo do domicílio	% de domicílios ligados à rede geral de esgoto ou pluvial	<b>Índice</b>	<b>Rk</b>
<b>6</b>	Bom Jardim	99.5	97.8	99.5	98.5	41	0.076	77
<b>1</b>	Bonsucesso	98.9	96.1	99.7	98.9	54	0.352	57
<b>5</b>	Cais do Porto	99.5	96.1	99.5	97	73.4	-0.264	89
<b>6</b>	Cajazeiras	97.2	98.5	99.9	96.9	47.6	-0.330	92
<b>6</b>	Cambeba	100	96.2	100	99.8	21.7	0.907	24
<b>5</b>	Canindezinho	94.4	98.9	99.5	98.5	14.9	-0.860	103

<b>SER</b>	<b>Bairros</b>	% de domicílios com serviço de público coleta de lixo	% de domicílios ligados à rede geral de água	% de domicílios com a existência de energia elétrica	% de domicílios com banheiro de uso exclusivo do domicílio	% de domicílios ligados à rede geral de esgoto ou pluvial	<b>Índice</b>	<b>Rk</b>
<b>6</b>	Carlito Pamplona	100	91.9	99.7	98.5	92.4	0.498	45
<b>6</b>	Castelão	96.4	98	99.5	98.4	13.2	-0.633	99
<b>Centro</b>	Centro	99.7	86	99.9	96.1	94.9	-0.370	93
<b>4</b>	Cidade 2000	100	99	100	99.7	99.9	1.555	2
<b>5</b>	Cidade dos Funcionários	100	88.9	99.9	99.5	8.2	0.311	59
<b>6</b>	Coaçu	99.6	94.6	99.8	99.4	23.3	0.450	49

<b>SER</b>	<b>Bairros</b>	% de domicílios com serviço de público coleta de lixo	% de domicílios ligados à rede geral de água	% de domicílios com a existência de energia elétrica	% de domicílios com banheiro de uso exclusivo do domicílio	% de domicílios ligados à rede geral de esgoto ou pluvial	<b>Índice</b>	<b>Rk</b>
<b>2</b>	Cocó	99.9	97.3	100	99.9	96.2	1.512	5
<b>4</b>	Conjunto Ceará I	100	98	100	99.8	99.7	1.547	3
<b>2</b>	Conjunto Ceará II	99.9	99.3	99.9	99.6	96.9	1.392	11
<b>6</b>	Conjunto Esperança	98.5	97.8	99.9	99.6	61.3	0.856	25
<b>5</b>	Conjunto Palmeiras	98.1	97.4	99.7	98.9	83.1	0.492	46
<b>1</b>	Couto Fernandes	99.9	88.8	99.4	95.6	68.4	-1.108	108

<b>SER</b>	<b>Bairros</b>	% de domicílios com serviço de público coleta de lixo	% de domicílios ligados à rede geral de água	% de domicílios com a existência de energia elétrica	% de domicílios com banheiro de uso exclusivo do domicílio	% de domicílios ligados à rede geral de esgoto ou pluvial	<b>Índice</b>	<b>Rk</b>
<b>1</b>	Cristo Redentor	99.4	89.6	99.6	98.3	86.5	0.099	74
<b>2</b>	Curió	96.5	95.2	99.7	99.2	2.8	-0.327	91
<b>6</b>	Damas	99.9	96.1	100	99.9	88.6	1.408	10
<b>4</b>	De Lourdes	100	85.6	99.9	98	85.3	0.233	64
<b>3</b>	Demócrito Rocha	99.9	97.1	99.9	99.6	47.6	0.945	22
<b>6</b>	Dendê	99.5	97.7	99.8	99.2	13.4	0.419	51

<b>SER</b>	<b>Bairros</b>	% de domicílios com serviço de público coleta de lixo	% de domicílios ligados à rede geral de água	% de domicílios com a existência de energia elétrica	% de domicílios com banheiro de uso exclusivo do domicílio	% de domicílios ligados à rede geral de esgoto ou pluvial	<b>Índice</b>	<b>Rk</b>
<b>4</b>	Dias Macedo	98.8	96.4	99.7	98.2	33	-0.041	83
<b>6</b>	Dom Lustosa	99.8	94.1	99.9	99.2	47.1	0.670	33
<b>5</b>	Edson Queiroz	98.1	89.4	100	99.2	21.7	0.138	71
<b>6</b>	Engenheiro Luciano Cavalcante	99.2	92.5	99.8	98.2	29.5	-0.057	84
<b>4</b>	Estância (Dionísio Torres)	100	97.6	99.9	99.9	97.5	1.445	8
<b>5</b>	Farias Brito	99.7	89.4	99.8	98.9	86.6	0.548	42

<b>SER</b>	<b>Bairros</b>	% de domicílios com serviço de público coleta de lixo	% de domicílios ligados à rede geral de água	% de domicílios com a existência de energia elétrica	% de domicílios com banheiro de uso exclusivo do domicílio	% de domicílios ligados à rede geral de esgoto ou pluvial	<b>Índice</b>	<b>Rk</b>
<b>5</b>	Fátima	100	97.5	100	99.6	98	1.447	7
<b>4</b>	Floresta	99.8	82.8	99.6	98.3	85.8	-0.117	86
<b>6</b>	Genibau	97.6	97.5	99.4	97	62.9	-0.682	100
<b>6</b>	Gentilândia	100	94.3	99.9	96.2	97.4	0.061	79
<b>6</b>	Granja Lisboa	97	98.7	99.4	98.4	24.9	-0.530	96
<b>6</b>	Granja Portugal	97.5	97.8	99	97.6	44.4	-1.033	107

<b>SER</b>	<b>Bairros</b>	% de domicílios com serviço de público coleta de lixo	% de domicílios ligados à rede geral de água	% de domicílios com a existência de energia elétrica	% de domicílios com banheiro de uso exclusivo do domicílio	% de domicílios ligados à rede geral de esgoto ou pluvial	<b>Índice</b>	<b>Rk</b>
<b>4</b>	Guajeru	99	98.7	99.7	99.1	14	0.248	63
<b>2</b>	Guarapes	99.7	88.7	100	99.7	20.3	0.516	44
<b>3</b>	Henrique Jorge	100	96.1	99.8	99.5	26.3	0.628	38
<b>2</b>	Itaóca	99.7	95.4	99.8	99.7	27	0.626	39
<b>4</b>	Itaperi	99.9	92.1	99.8	98.8	19	0.162	70
<b>4</b>	Jacarecanga	98.7	82.8	99.4	97.1	86.1	-0.899	105

<b>SER</b>	<b>Bairros</b>	% de domicílios com serviço de público coleta de lixo	% de domicílios ligados à rede geral de água	% de domicílios com a existência de energia elétrica	% de domicílios com banheiro de uso exclusivo do domicílio	% de domicílios ligados à rede geral de esgoto ou pluvial	<b>Índice</b>	<b>Rk</b>
<b>5</b>	Jangurussu	97.4	98.1	99.7	98.7	59.5	0.172	69
<b>6</b>	Jardim América	99.9	98.7	99.9	99.7	92.7	1.371	12
<b>1</b>	Jardim Cearense	99.3	96	99.7	99.3	27.7	0.354	56
<b>6</b>	Jardim das Oliveiras	99.3	96.8	99.7	98.1	64.7	0.249	61
<b>2</b>	Jardim Guanabara	100	55.8	99.8	98.9	86.2	-0.754	101
<b>5</b>	Jardim Iracema	100	80.9	99.7	97.8	83.6	-0.243	88

<b>SER</b>	<b>Bairros</b>	% de domicílios com serviço de público coleta de lixo	% de domicílios ligados à rede geral de água	% de domicílios com a existência de energia elétrica	% de domicílios com banheiro de uso exclusivo do domicílio	% de domicílios ligados à rede geral de esgoto ou pluvial	<b>Índice</b>	<b>Rk</b>
<b>2</b>	João XXIII	99.6	94.9	99.8	97.5	45.9	-0.016	82
<b>2</b>	Joaquim Távora	99.8	91.5	99.9	99.4	98	1.004	19
<b>4</b>	Jóquei Club (São Cristóvão)	100	82.2	99.8	98.9	61.2	0.122	73
<b>3</b>	José Bonifácio	100	97	100	99.3	97.9	1.325	15
<b>4</b>	José de Alencar	99.2	90.7	99.9	98.9	7.3	0.050	80
<b>2</b>	Lagoa Redonda	98.4	90.2	99.6	98.4	26	-0.438	95

<b>SER</b>	<b>Bairros</b>	% de domicílios com serviço de público coleta de lixo	% de domicílios ligados à rede geral de água	% de domicílios com a existência de energia elétrica	% de domicílios com banheiro de uso exclusivo do domicílio	% de domicílios ligados à rede geral de esgoto ou pluvial	<b>Índice</b>	<b>Rk</b>
<b>3</b>	Lagoa Sapiranga (Coité)	95.8	93.2	99.7	97	10.3	-1.204	109
<b>4</b>	Manoel Sátiro	99.6	94.8	99.9	99.6	23.4	0.630	37
<b>6</b>	Manuel Dias Branco	87.3	87.1	95	88.5	40.5	-10.302	119
<b>6</b>	Maraponga	99.4	96.7	99.8	99.4	13	0.428	50
<b>5</b>	Mata Galinha	99.4	97.9	99.2	98.2	6.3	-0.601	98
<b>1</b>	Meireles	100	97	100	99.9	99	1.536	4

<b>SER</b>	<b>Bairros</b>	% de domicílios com serviço de público coleta de lixo	% de domicílios ligados à rede geral de água	% de domicílios com a existência de energia elétrica	% de domicílios com banheiro de uso exclusivo do domicílio	% de domicílios ligados à rede geral de esgoto ou pluvial	<b>Índice</b>	<b>Rk</b>
<b>5</b>	Messejana (sede)	99.8	96.6	99.8	99.1	24.3	0.467	48
<b>4</b>	Mondubim (Sede)	98.5	97.1	99.8	99.1	26.6	0.302	60
<b>5</b>	Monte Castelo	100	94.3	99.9	99.8	89.3	1.219	16
<b>6</b>	Montese	99.2	91.6	99.9	99.3	83.1	0.773	31
<b>2</b>	Mucuripe	99.1	91.1	99.7	99	89.1	0.472	47
<b>6</b>	Padre Andrade (Cachoeirinha)	99.6	86.8	99.7	98.9	87	0.328	58

<b>SER</b>	<b>Bairros</b>	% de domicílios com serviço de público coleta de lixo	% de domicílios ligados à rede geral de água	% de domicílios com a existência de energia elétrica	% de domicílios com banheiro de uso exclusivo do domicílio	% de domicílios ligados à rede geral de esgoto ou pluvial	<b>Índice</b>	<b>Rk</b>
<b>6</b>	Pan-Americano	100	93.3	99.8	98.3	82.6	0.519	43
<b>1</b>	Papicu	99.3	94.9	99.7	98.8	85.9	0.564	41
<b>3</b>	Parangaba	98.8	87	99.8	99.2	39.6	0.072	78
<b>5</b>	Parque Araxá	100	95.3	99.9	99	88.3	0.981	20
<b>1</b>	Parque Dois Irmãos	98.7	96.1	99.8	98.5	30.9	0.122	72
<b>1</b>	Parque Iracema	99.2	89.8	99.6	99.4	15.8	-0.067	85

<b>SER</b>	<b>Bairros</b>	% de domicílios com serviço de público coleta de lixo	% de domicílios ligados à rede geral de água	% de domicílios com a existência de energia elétrica	% de domicílios com banheiro de uso exclusivo do domicílio	% de domicílios ligados à rede geral de esgoto ou pluvial	<b>Índice</b>	<b>Rk</b>
<b>5</b>	Parque Manibura	100	91.5	99.9	97.4	4.9	-0.318	90
<b>6</b>	Parque Presidente Vargas	90.6	96.8	98.4	95.9	2.4	-3.645	115
<b>1</b>	Parque Santa Rosa (Apolo XI)	100	93.9	99.8	99.1	5	0.249	62
<b>2</b>	Parque São José	99.1	95.5	99.8	98.5	19.5	0.077	76
<b>1</b>	Parquelândia	100	94.3	99.9	98.9	94.4	0.952	21
<b>3</b>	Parreão	99.5	98.8	100	99.4	98.6	1.358	13

<b>SER</b>	<b>Bairros</b>	% de domicílios com serviço de público coleta de lixo	% de domicílios ligados à rede geral de água	% de domicílios com a existência de energia elétrica	% de domicílios com banheiro de uso exclusivo do domicílio	% de domicílios ligados à rede geral de esgoto ou pluvial	<b>Índice</b>	<b>Rk</b>
<b>3</b>	Passaré	98	97.8	99.8	99	46.6	0.365	55
<b>4</b>	Paupina	98.8	94.4	99.4	97.2	15.5	-0.898	104
<b>2</b>	Pedras	79.5	86.8	99.2	96.8	0.5	-4.644	116
<b>6</b>	Pici (Parque Universitário)	99.8	96.9	99.5	99.4	81.2	0.683	32
<b>1</b>	Pirambú	97.2	84.3	97.9	91.1	76.1	-4.730	117
<b>4</b>	Planalto Ayrton Senna	99.7	95.5	99.7	98.5	9.3	-0.008	81

<b>SER</b>	<b>Bairros</b>	% de domicílios com serviço de público coleta de lixo	% de domicílios ligados à rede geral de água	% de domicílios com a existência de energia elétrica	% de domicílios com banheiro de uso exclusivo do domicílio	% de domicílios ligados à rede geral de esgoto ou pluvial	<b>Índice</b>	<b>Rk</b>
<b>2</b>	Praia de Iracema	99.8	97.8	100	99.7	98	1.462	6
<b>6</b>	Praia do Futuro I	97.8	82.2	99.6	95.8	35.4	-1.662	112
<b>3</b>	Praia do Futuro II	94.2	95.3	99.2	96.8	37	-1.761	113
<b>3</b>	Prefeito José Walter	96.2	97.9	99.8	99.2	76.3	0.374	53
<b>2</b>	Presidente Kennedy	99.8	92.1	99.6	98	93.3	0.209	66
<b>1</b>	Quintino Cunha	98.3	83.1	99.5	98	79.8	-0.586	97

<b>SER</b>	<b>Bairros</b>	% de domicílios com serviço de público coleta de lixo	% de domicílios ligados à rede geral de água	% de domicílios com a existência de energia elétrica	% de domicílios com banheiro de uso exclusivo do domicílio	% de domicílios ligados à rede geral de esgoto ou pluvial	<b>Índice</b>	<b>Rk</b>
<b>2</b>	Rodolfo Teófilo	99.9	93	99.8	99.6	92.6	1.004	18
<b>4</b>	Sabiaguaba	78.2	66.8	97.4	98.3	5.7	-6.972	118
<b>2</b>	Salinas	97.5	94.2	99.8	99.1	32.9	0.077	75
<b>3</b>	São Bento	96.5	94.3	99.3	98.3	37	-0.834	102
<b>4</b>	São João do Tauapé	99.2	95.6	99.8	99.3	80.7	0.812	26
<b>6</b>	Serrinha	100	93.8	99.7	97.8	16.3	-0.216	87

<b>SER</b>	<b>Bairros</b>	% de domicílios com serviço de público coleta de lixo	% de domicílios ligados à rede geral de água	% de domicílios com a existência de energia elétrica	% de domicílios com banheiro de uso exclusivo do domicílio	% de domicílios ligados à rede geral de esgoto ou pluvial	<b>Índice</b>	<b>Rk</b>
<b>3</b>	Siqueira	91	97.3	99.5	97.7	23.9	-1.656	111
<b>2</b>	Varjota	100	95.8	100	99.7	97.6	1.410	9
<b>4</b>	Vicente Pinzon	99.8	92.6	99.7	98.7	71.5	0.411	52
<b>6</b>	Vila Ellery	100	89.5	99.9	99.3	97.6	0.918	23
<b>2</b>	Vila Pery	100	94.5	99.8	99.2	13.1	0.366	54
<b>5</b>	Vila União	100	92.8	99.8	98.9	94.2	0.786	29

<b>SER</b>	<b>Bairros</b>	% de domicílios com serviço de público coleta de lixo	% de domicílios ligados à rede geral de água	% de domicílios com a existência de energia elétrica	% de domicílios com banheiro de uso exclusivo do domicílio	% de domicílios ligados à rede geral de esgoto ou pluvial	<b>Índice</b>	<b>Rk</b>
<b>2</b>	Vila Velha	99.2	77.4	99.8	97.8	79.2	-0.435	94

*Fonte dos dados: Censo Demográfico do IBGE, 2010. Elaboração: IPECE.*

## II.2. Principais Desafios para a nova Gestão

Diante dos problemas que Fortaleza apresenta, são grandes os desafios a enfrentar para torná-la uma cidade mais justa, bem cuidada e melhor para os que aqui vivem e para os que a buscam para o lazer.

Há, todavia, um grande potencial a explorar dentro de uma estratégia de desenvolvimento. E, embora Fortaleza conte com um orçamento atual projetado de R\$ 5 bilhões, o quinto entre as capitais brasileiras, esses recursos são insuficientes para atender a grande demanda de serviços e infraestrutura urbana que a cidade necessita; como saneamento básico, manejo de resíduo sólido, energia, habitação, transporte de qualidade, melhoria da atenção básica a saúde, mais qualidade na educação, segurança cidadã, enfrentamento às drogas, dentre outros.

A atual gestão está consciente de que para enfrentar o desafio histórico de colocar Fortaleza na trilha do desenvolvimento, é preciso contar com o compartilhamento da população. Foi neste sentido que durante a campanha eleitoral que elegeu Roberto Cláudio prefeito, foram ouvidos milhares de cidadãos e cidadãs de Fortaleza, para a construção de um conjunto de diretrizes e a partir delas, um amplo leque de propostas, tendo como foco principal: Renovar Fortaleza. É esse rico material, apreciado e complementado por representantes da comunidade de Fortaleza conforme processo disposto na seção a seguir, acrescido das ações prioritárias contidas no Plano Diretor Participativo de Fortaleza (PDFor) aprovado em 2009 pela Câmara de Vereadores, que se constitui a base fundamental para elaboração deste Plano Plurianual 2014-2017.

O Plano “Para Renovar Fortaleza”, tem um grande mérito, como já foi dito na mensagem de inauguração da Gestão Roberto Cláudio, o de abrir espaço para o aprofundamento e expansão temática do debate sobre o Planejamento Sistêmico da cidade, já que agregou contribuições valiosas, de entidades da sociedade civil, e particularmente, de personalidades interessadas em fortalecer a cidadania e em construir uma Fortaleza melhor para se viver e uma Fortaleza acolhedora.

Esse novo paradigma pode proporcionar a possibilidade de renovar Fortaleza, tornando-a mais humana, participativa, transparente e justa. Para tanto, é necessário resgatar e modernizar os instrumentos de planejamento e coordenação, implantar um Observatório capaz de fazer o acompanhamento e a avaliação das políticas públicas e a partir dele montar uma Sala de Situação que ofereça ao Gabinete de Governança da Gestão informações para a tomada de decisão.



A nova administração já deu sinais de que quer renovar a Cidade com um novo modelo de gestão para resultados, já tendo: criado uma Secretaria de Governo para promover a articulação política com os demais Poderes; implantado uma Coordenadoria para enfrentamento a problemática das Drogas, através de um Centro de Referência sobre Drogas para, articulado com as instituições da sociedade, oferecer acolhimento aos dependentes químicos; instituído uma Secretaria de Segurança Cidadã para, em articulação com o Estado, contribuir para o enfrentamento à criminalidade com a melhoria dos ambientes urbanos; inovado a administração com uma Coordenadoria de Ciência e Tecnologia para apoiar a economia criativa e inovadora e ajudar na implantação dos Distritos Criativos; fortalecido a Coordenadoria de Participação Popular - CPP, com nível de Secretaria, para anunciar o desejo de aperfeiçoar os mecanismos de participação da população para além do Orçamento Participativo; e, finalmente, esta sendo estruturado o IPLANFOR - Instituto de Planejamento de Fortaleza, que irá coordenar o Planejamento da Cidade, de forma sistêmica, compartilhada e participativa, devidamente fundamentado em estudos e pesquisas, abrangendo a instalação de um Observatório.



O Plano Estratégico Fortaleza 2040 conterà um Plano Mestre de Fortaleza, de cunho urbanístico, devidamente integrado a um Plano Estratégico de Desenvolvimento Socioeconômico, elaborado a partir da identificação das principais vocações econômicas de Fortaleza e Região Metropolitana, capazes de gerar os recursos necessários para tornar a economia da nossa capital sustentável, e aí sim, dispor dos recursos financeiros e humanos necessários para RENOVAR FORTALEZA. Para dar base a essa mudança e ao Programa de Gestão para Resultados, já se encontra em andamento uma ampla Reforma Administrativa, com apoio da Fundação Dom Cabral - FDC.

### **II.3. O Processo Participativo**

O processo participativo na etapa de elaboração do PPA 2014-2017 foi pensado com o intuito de proporcionar os seguintes objetivos específicos: *(i)* organizar as ações de que resultem oferta de bens ou serviços que atendam demandas da sociedade, estabelecendo a necessária relação entre os programas a serem desenvolvidos e a orientação estratégica de governo; explicitar a distribuição regional das metas e gastos do governo; *(ii)* garantir a transparência à aplicação de recursos e aos resultados obtidos e *(iii)* priorizar eixos e ações por meio do PPA Digital e dos encontros regionais temáticos.

A população foi mobilizada a participar da elaboração do PPA, por meio da realização de encontros que aconteceram em três etapas:

- **Encontros Formativos Regionais:** Etapa preparatória visando a compreensão do que é o PPA e quais seus objetivos. Por ocasião, foi realizada uma leitura participativa da cidade (necessidades/dificuldades vivenciadas cotidianamente e as potencialidades da cidade).
- **Encontros Regionais Temáticos:** Nesses encontros os participantes foram estimulados a discutir os temas relacionados às diferentes áreas de atuação do governo municipal, priorizando as ações a serem contempladas no menu de programas do PPA 2014 - 2017.
- **Participação Digital:** O processo do PPA Participativo contou, pela primeira vez em Fortaleza, com a utilização de meios digitais de participação, através da utilização da internet. A população pôde priorizar os eixos temáticos referentes às áreas de atuação do governo municipal, utilizando como mecanismos de votação os tótems (distribuídos na cidade) e votação *online*.

Foram realizados 14 encontros que mobilizaram uma grande equipe de trabalho do Governo Municipal. Num total participaram 1.451 pessoas, representantes dos diversos segmentos: delegados do OP, representantes de associações comunitárias, sociedade civil organizada e organizações não governamentais, representantes das organizações governamentais (poder executivo, legislativo e judiciário das esferas municipais, estaduais e federais) e a população em geral.

A ausculta de sugestões para elaboração do PPA 2014 - 2017 feitas nas 07 Regionais, concretizando o compromisso do Governo Municipal em estabelecer o diálogo permanente com a sociedade, trouxeram indicativos capazes de direcionar a integração e convergência das ações na montagem do PPA, em nível de cada Regional.



SAÚDE							
Dificuldades	Regionais						
	I	II	III	IV	V	VI	SERCEFOR
<b>Posto de Saúde:</b> baixa qualidade do atendimento falta de médicos e medicamentos nos postos, atendimento ruim, horário limitado, longas filas de espera para consultas especializadas; dificuldade de acesso dificuldade na realização dos exames e estrutura física precária nos postos.							
<b>Drogas e dependência química:</b> falta de tratamento x aumento do consumo							
<b>Atendimento de urgência e emergência:</b> demora das ambulâncias, dificuldade de atendimento nos hospitais, hospitais lotados.							
Carência de postos de saúde no Mucuripe.							
<b>IJF:</b> melhorar atendimento, humanização e ampliar número de leitos e dificuldade de acesso.							
Formação Profissional deficiente							
<b>Potenciais</b>							
Hospitais: Mulher e Waldemar de Alcântara							
Postos de saúde							





UPA							
Atenção básica nos Bairros							
Remanejamento de agentes de saúde							
Atuação dos Conselhos Locais de Saúde							

ESPORTE E LAZER							
Dificuldades	Regionais						
	I	II	III	IV	V	VI	SERCEFOR
Quadras deterioradas;							
Reduzido material de esporte para escolinhas de futebol							
Pouca iluminação em alguns campos de futebol;							
Pouco apoio para as equipes de futebol amador;							
Reduzido apoio para as ligas esportivas de futebol amador ;							
Falta estádios de futebol nos bairros para o futebol amador;							
Praças abandonadas.							

<b>Potenciais</b>							
Praças							
Cidade bonita, com muitas oportunidades							
Áreas de esportes na cidade							
Praias							
Iluminação dos campos de futebol							
Esporte nas praças							
CUCAS							



<b>EDUCAÇÃO</b>							
<b>Dificuldades</b>	<b>Regionais</b>						
	<b>I</b>	<b>II</b>	<b>III</b>	<b>IV</b>	<b>V</b>	<b>VI</b>	<b>SERCEFOR</b>
Número insuficiente de creches:							
A estrutura e o número de escolas com educação de jovens e adultos precisa melhorar							
Número insuficiente de escolas de ensino fundamental							



Reduzido número de escolas profissionalizantes							
Necessidade de ampliar o número de escola em tempo integral com esporte e lazer.							
Falta escola de ensino médio							
Número de profissionais nas creches é insuficiente							
<b>Potenciais</b>							
Creches e Centros de Educação Infantil (quantidade e qualidade)							
Educação infantil							
Acesso aos equipamentos educacionais							
Aprendizado Escolar							
Alimentação escolar							
Construção da escola no Planalto Vitória							
Escola em tempo integral							
Fim dos anexos							
Ensino Fundamental							
Preparação para o ENEM e Vestibular							

EJA								
Escolas melhoraram a qualidade e a estrutura								

SEGURANÇA							
Dificuldades	Regionais						
	I	II	III	IV	V	VI	SERCEFOR
Falta de segurança nos bairros e comunidades.							
Há muita violência na cidade.							
Brigas nos terminais							
Falta policiamento;							
Falta de segurança nos postos de saúde;							
Iluminação e segurança insuficiente							
Potenciais							
Trabalho realizado pelos Bombeiros							





ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS							
Dificuldades	Regionais						
	I	II	III	IV	V	VI	SERCEFOR
Atenção insuficiente para a realidade social da regional.							
Políticas públicas para crianças, jovens e idosos ainda são insuficientes para a demanda existente							
A não realização das conferências populares e demais espaços amplos de participação							
Falta de assistente social para trabalhar com crianças e adolescentes							
Falta de respeito aos idosos (as)							
Pouca assistência Social de forma geral.							
Falta de políticas públicas para moradores de rua e catadores							
<b>Potenciais</b>							
Participação dos idosos nos programas							
Políticas públicas de juventude e projetos desenvolvidos							

CRAS							
Movimentos sociais							
Organização dos movimentos de catadores/as							
Participação Popular							
Fiscalização e combate a todas as formas de violação de direitos.							



HABITAÇÃO							
Dificuldades	Regionais						
	I	II	III	IV	V	VI	SERCEFOR
Oferta insuficiente de moradia popular em relação à realidade da cidade;							
As desocupações realizadas de forma desordenada							
Falta planejamento do sistema de moradia popular							
Fiscalização ainda é insuficiente (famílias já beneficiadas, venda de casas etc.);							
Conjuntos habitacionais apresentam condições inadequadas de moradia							



Prédios abandonados e desocupados.								
<b>Potenciais</b>								
Vila do Mar								
Construção de novos conjuntos								

**MOBILIDADE/ACESSIBILIDADE (TRANSPORTE)**

Dificuldades	Regionais						
	I	II	III	IV	V	VI	SERCEFOP
Mobilidade Urbana dificultada pela grande quantidade de carros (engarrafamentos e trânsito parado)							
Transporte coletivo insuficiente e precário não atende a demanda da população.							
Falta de segurança nos coletivos							
Demora do transporte entre os bairros							
Pouca organização e segurança insuficiente nos terminais;							
A não conclusão do Metrofor.							
Dificuldade de mobilidade e locomoção de pedestres devido aos carros estacionados							

nas ruas e calçadas							
Implementar perímetro no centro de não entrada de carros							

### II.3.1 Ações priorizadas nos Encontros Temáticos Regionais



A priorização de ações temáticas setoriais foi subsidiada pelas discussões e análises da realidade das regionais a luz das dificuldades e potencialidades e das propostas de ações consolidadas no Plano Renovar Fortaleza.

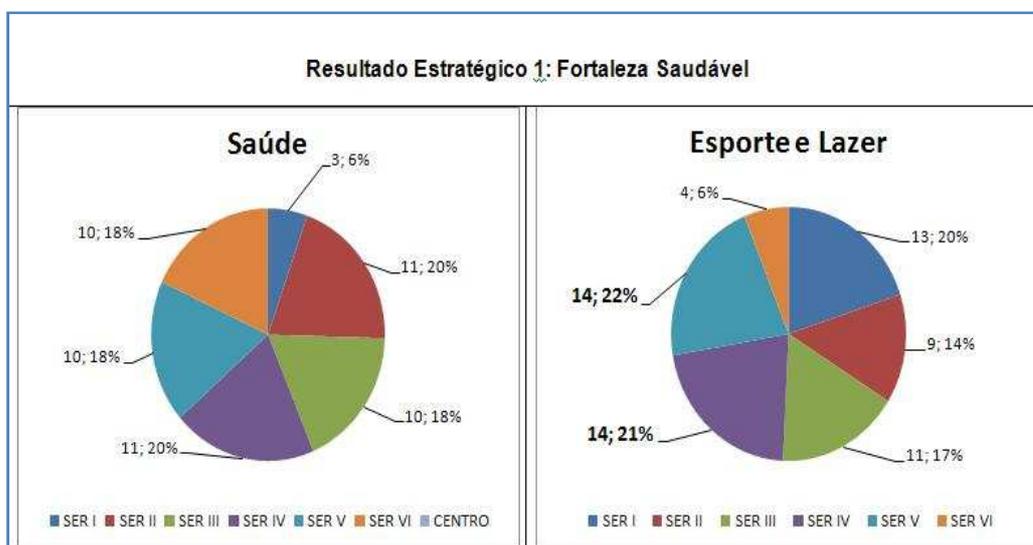
#### EIXO I: Melhoria da Qualidade de Vida e Justiça Social

Os resultados expressos pela leitura dos gráficos abaixo apontam para uma tendência quase que universal de que há uma necessidade gritante por parte da população nos temas relacionadas a Saúde, Esporte e Lazer, pela proximidade dos percentuais aferidos.

Na área de Saúde a maior quantidade de ações requeridas chegou a 20% por parte da SER IV, enquanto que na área de Esporte e Lazer, a mesma métrica atingiu a taxa de 22 e 21% para as SER I e SER IV, respectivamente.

#### Resultado Estratégico I.1: Fortaleza Saudável

Gráfico 24 - Resultado Estratégico 1 - Fortaleza Saudável



No que se refere a programação do PPA 2014 – 2017 foram priorizadas as seguintes ações:

<b>SAÚDE</b>							
<b>AÇÕES PROPOSTAS</b>	<b>Prioridades por Regionais</b>						
	<b>I</b>	<b>II</b>	<b>III</b>	<b>IV</b>	<b>V</b>	<b>VI</b>	<b>SERCEFOR</b>
Garantir o pleno funcionamento dos Postos de Saúde já instalados, com atendimento de qualidade, com destaque aos pacientes com atendimento de prioridades e humanização por parte dos profissionais que atendem e disponibilidade médicos e medicamentos	<b>1<sup>a</sup></b>	<b>1<sup>a</sup></b>	<b>3<sup>a</sup></b>	<b>11<sup>a</sup></b>	<b>1<sup>a</sup></b>	<b>1<sup>a</sup></b>	
Modernizar e equipar o IJF com capacitação dos profissionais com curso de humanização.	<b>3<sup>a</sup></b>	<b>5<sup>a</sup></b>	<b>4<sup>a</sup></b>	<b>6<sup>a</sup></b>	<b>4<sup>a</sup></b>		
Construir Policlínicas - Centros de Diagnóstico e Tratamento Ambulatorial, sendo 1 em cada Regional e realizar aquisição de 6 mamógrafos para as policlínicas e capacitar as equipes técnicas para realização destes exames.	<b>2<sup>a</sup></b>	<b>4<sup>a</sup></b>		<b>1<sup>a</sup></b>	<b>5<sup>a</sup></b>	<b>3<sup>a</sup></b>	
Adequar os Frotinhas para serem hospitais de suporte ao IJF em emergências adultas, trauma e emergências clínicas, com 200 leitos, 20 leitos de UTI e Centro de Diagnóstico por	<b>4<sup>a</sup></b>	<b>3<sup>a</sup></b>	<b>6<sup>a</sup></b>	<b>3<sup>a</sup></b>		<b>10<sup>a</sup></b>	



Imagem (ultracenetografia, tomografia computadorizada e endoscopia digestiva), crinado e mantendo uma ala em todos os Frotinhas da cidade para o atendimento infantil.							
Elaborar e executar Programa de Educação e Informação em Saúde, humanizando profissionais de saúde, professores, técnicos da saúde, conselheiros.		7 <sup>a</sup>	1 <sup>a</sup>				
Adequar os Gonzaguinhas para incluir o atendimento Materno-Infantil (saúde integral da mulher e da criança) aos demais serviços já disponibilizados, bem como assegurar a realizao de mamografias, realizao de exames e ampliao das equipes de saúde.	5 <sup>a</sup>					2 <sup>a</sup>	
Ampliar o atendimento e a melhoria do acesso dos serviços de ateno à saúde do idoso, incluindo ateno domiciliar, formando uma equipe médica para o atendimento exclusivo da pessoa idosa, com ateno ao idoso diabtico.	6 <sup>a</sup>			8 <sup>a</sup>	8 <sup>a</sup>	5 <sup>a</sup>	
Consolidar o Hospital da Mulher de Fortaleza como referência em atendimento ginecológico, obstétrico e neonatal e criar um ambulatório médico para atendimento emergencial.						6 <sup>a</sup>	
Facilitar o acesso do cidadão/usuário à consulta médica e odontológica através da criao de um serviço 0800 e disponibilizao de agendamento online	7 <sup>a</sup>				2 <sup>a</sup>	7 <sup>a</sup>	





para consultas, com a inclusão do Conselho de Saúde, reduzindo as filas.							
Construir e colocar para funcionar 25 novos postos de saúde e reforma de todos os postos de saúde existentes em Fortaleza.	8 <sup>a</sup>	6 <sup>a</sup>	7 <sup>a</sup>		6 <sup>a</sup>	8 <sup>a</sup>	
Implantar 8 UPAs (Unidade de Pronto Atendimento).	9 <sup>a</sup>	2 <sup>a</sup>		10 <sup>a</sup>			
Ampliação da oferta de procedimentos odontológicos em unidades de saúde de acordo com a demanda organizada e mapeada da rede integrada de saúde, permitindo o acesso dos usuários aos serviços de atenção à saúde bucal na atenção básica, secundária e terciária com atendimento especializado de qualidade.						9 <sup>a</sup>	
Implantar um Centro Municipal de Referência sobre Álcool e outras Drogas, para crianças, jovens e adultos, articulado com o Centro Estadual,	10 <sup>a</sup>		5 <sup>a</sup>		8 <sup>a</sup>		
Instalar atendimento 24 horas nos 6 CAPS AD existentes com a presença de guarda Municipal	11 <sup>a</sup>		11 <sup>a</sup>	5 <sup>a</sup>			
Ampliar o número de leitos para desintoxicação dos dependentes químicos na Santa Casa – passando de 12 para 30 leitos.	12 <sup>a</sup>		9 <sup>a</sup>	9 <sup>a</sup>		4 <sup>a</sup>	
Melhorar os serviços de saúde para o atendimento e priorizar o diagnóstico	13 <sup>a</sup>						

precoce do câncer de mama e prevenção do câncer de colo uterino;							
Construir um posto de saúde no Bairro Goiabeira	14 <sup>a</sup>						
<b>ESPORTE E LAZER</b>							
AÇÕES PROPOSTAS	Prioridades por Regionais						
	I	II	III	IV	V	VI	SERCEFOR
Estruturar as praças públicas com um agente municipal para promover e fiscalizar a não depreciação desta pela população, em parceria com a Comunidade (Conselho Gestor)	1 <sup>a</sup>	3 <sup>a</sup>	2 <sup>a</sup>	4 <sup>a</sup>		4 <sup>a</sup>	
Apoio financeiro e direto aos grupos de atletas amadores da cidade de Fortaleza (ligas esportivas e todas as outras modalidades existentes)						1 <sup>a</sup>	
Construir esteiras do calçadão até a beira do mar, para que os deficientes cadeirantes possam ter acesso e desfrutar de um banho de mar assim como das práticas esportivas náuticas.	2 <sup>a</sup>	7 <sup>a</sup>		2 <sup>a</sup>	11 <sup>a</sup>		
Apoiar as federações esportivas baseados em cadastro geral das instituições e entidades esportivas.	3 <sup>a</sup>	9 <sup>a</sup>	9 <sup>a</sup>	8 <sup>a</sup>			
Criação de um centro de excelência visando o ciclo não olímpico, olímpico e paraolímpico para o desenvolvimento do	4 <sup>a</sup>						





esporte de alto rendimento ( <i>Palácio do Esporte</i> )							
Reformular e fortalecer academias ao ar livre nos espaços urbanos e criação de projetos comunitários para viabilizar condições estruturais e de equipamentos em espaços públicos, com ampla fiscalização.	5 <sup>a</sup>	1 <sup>a</sup>		5 <sup>a</sup>	1 <sup>a</sup>		
Construir Estações Náuticas que funcionarão como suporte para a prática das modalidades esportivas náuticas e de outras atividades esportivas.	6 <sup>a</sup>	6 <sup>a</sup>					
Implantar escolinhas de iniciação esportivas visando a ampliação nas modalidades de badminton, vôlei de areia, futebol de areia, miniatletismo, lutas, entre outros	7 <sup>o</sup>	5 <sup>a</sup>		10 <sup>a</sup>	3 <sup>a</sup>		
Instituir o Sistema Municipal de Esporte criando o Conselho Municipal do Esporte de Fortaleza, o Fundo Municipal destinando recurso percentual mínimo de 2 % da receita do município e uma Lei Municipal de Incentivo ao Esporte e realização de Encontros Municipais do Esporte.	8 <sup>a</sup>		5 <sup>a</sup>	3 <sup>a</sup>	5 <sup>a</sup>		
Criar e apoiar centros de treinamentos de alto rendimento e apoio multiprofissional aos atletas, divulgando as diversas modalidades competitivas.	9 <sup>a</sup>	8 <sup>a</sup>					
Implantar o programa Segundo Tempo em 100% das escolas públicas municipais no Ensino Básico e Fundamental, oferecendo	10 <sup>a</sup>	4 <sup>a</sup>		7 <sup>a</sup>	7 <sup>a</sup>		

diversas modalidades competitivas;							
Criar festival de dança: hip hop, danças e coreografias	11 <sup>a</sup>		4 <sup>a</sup>				
Reformular e fortalecer as ações esportivas nos Centros Urbanos de Cultura, Arte, Ciência e Esportes (CUCA) e facilitar o acesso ao CUCA para todas as áreas de Fortaleza e dar continuidade à ampliação do projeto dos CUCAs para outras áreas de Fortaleza;	12 <sup>a</sup>		8 <sup>a</sup>	2 <sup>a</sup>	4 <sup>a</sup>	2 <sup>a</sup>	
Incluir atividades de esporte educacional e de lazer nas escolas, realizando anualmente a Copa Intercolegial	13 <sup>a</sup>			1 <sup>a</sup>		3 <sup>a</sup>	
Realizar o Campeonato Suburbão de Basquete de Rua, Handebol, Voleibol, Futsal e Futebol de Campo;		2 <sup>o</sup>	1 <sup>a</sup>	9 <sup>a</sup>			
Criar o festival esportivo municipal de esporte, lazer e cultura envolvendo associações de moradores conveniadas			3 <sup>a</sup>				
Promover sistemática de capacitações dos profissionais que atuam em Programas e Projetos desenvolvidos (principalmente capacitação para a Copa do Mundo)			6 <sup>a</sup>	12 <sup>a</sup>	6 <sup>a</sup>		
Desenvolver oficinas, nas escolas públicas, de valorização da Capoeira como Patrimônio Histórico-Cultural Nacional;			7 <sup>a</sup>				
Desenvolver projetos de integração e formação esportiva em futebol, outras modalidades e línguas estrangeiras, para a			10 <sup>a</sup>		10 <sup>a</sup>		



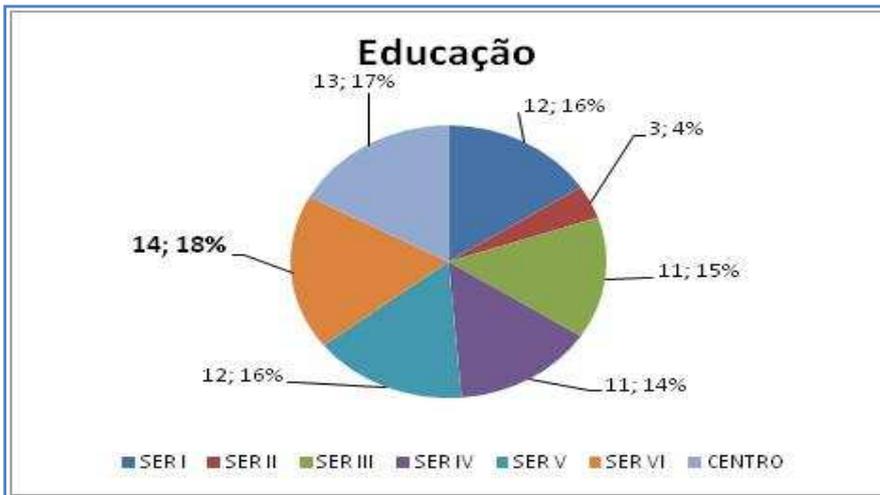


juventude, visando o esporte olímpico e paraolímpico 2016 e Copa do Mundo 2014.							
Implantar, em articulação e parceria com o Governo do Estado, um amplo Programa de despoluição das praias, lagoas e outros espelhos d'água de Fortaleza, para garantir condições de balneabilidade			11 <sup>a</sup>	13 <sup>a</sup>	8 <sup>a</sup>		
Realizar, periodicamente, jogos e festivais de caráter lúdico, esportivo e cultural;				6 <sup>a</sup>	9 <sup>a</sup>		
Criar o festival esportivo municipal de esporte, lazer e cultura;				11 <sup>a</sup>			
Criar competições de Esporte de Natureza: náuticos, voos, ginásticas, skate, vôlei de praia, nado sincronizado e triatlon;				14 <sup>a</sup>			
Construção de um CUCA no Grande Bom Jardim					2 <sup>a</sup>		

Continuando a análise, verificando agora o Resultado Estratégico I.2: **Fortaleza do Conhecimento**, observa-se que a maior taxa de proposição de ações foi emanada da SER VI, com um percentual de 18%, seguida pela SER I, com 17%. Novamente, com exceção da SER II, com proposição de 4%, quase todas as outras regionais apresentaram ações concernentes à essa área, com valores percentuais próximos de 21, 22%.

### Resultado Estratégico I.2: Fortaleza do Conhecimento

#### Gráfico 25 - Resultado Estratégico - Fortaleza do Conhecimento



Fonte: CPP 2013

No que se refere a programação do PPA 2014 – 2017 foram priorizadas as seguintes ações:

EDUCAÇÃO							
AÇÕES PROPOSTAS	Prioridades por Regionais						
	I	II	III	IV	V	VI	SERCEFOR
Ampliar a utilização das escolas para a oferta de cursos voltados para a profissionalização e geração de renda.	1 <sup>a</sup>			3 <sup>a</sup>			
Iniciar o Projeto de construção de 80 creches com recursos da Prefeitura e mais 80 em convênio com o Governo do Estado;		1 <sup>a</sup>	3 <sup>a</sup>	5 <sup>a</sup>	4 <sup>a</sup>	2 <sup>a</sup>	4 <sup>a</sup>
Ampliar as atividades nas escolas (esportivas, culturais e religiosas) nos finais de semana e nos feriados com construção de agendas junto com a						1 <sup>a</sup>	11 <sup>a</sup>



comunidade							
Ampliar a utilização das escolas para a oferta de cursos voltados para a profissionalização e geração de renda.			1 <sup>a</sup>				
Garantir o pleno funcionamento (físico e pedagógico) das unidades escolares do Município, dotando-as de equipamentos essenciais ao bom desenvolvimento do ensino.	12 <sup>a</sup>		4 <sup>a</sup>	1 <sup>ao</sup>	6 <sup>a</sup>	5 <sup>a</sup>	1 <sup>a</sup>
Iniciar o Projeto para construção de 48 escolas em tempo integral para concluí-las em 4 anos	5 <sup>a</sup>		2 <sup>a</sup>	6 <sup>a</sup>	1 <sup>a</sup>	3 <sup>a</sup>	8 <sup>a</sup>
Instituir um programa com visão integral e integrada da primeira infância (educação, saúde, assistência social e demais políticas).	2 <sup>a</sup>				2 <sup>a</sup>	4 <sup>a</sup>	
Incluir profissionais de apoio nas escolas (psicólogos, assistentes sociais, outros)		2 <sup>a</sup>					
Desenvolver processo de avaliação nutricional e monitoramento escolar, bem como a adequação dos cardápios às faixas etárias e ao perfil epidemiológico da população.	3 <sup>a</sup>				3 <sup>a</sup>		5 <sup>a</sup>
Incluir temas transversais no currículo das escolas do município (moral, cívica, OSPB)		3 <sup>a</sup>					
Ampliar os investimentos e os espaços para o atendimento à educação infantil.			7 <sup>a</sup>	11 <sup>a</sup>	12 <sup>a</sup>	6 <sup>a</sup>	9 <sup>a</sup>

Garantir o acesso à internet em todas as unidades escolares, implantação de laboratórios de informática educativa com professores da rede municipal.	6 <sup>a</sup>		9 <sup>a</sup>	9 <sup>a</sup>			3 <sup>a</sup>
Aumentar a alocação de recursos para a educação.	7 <sup>a</sup>			2 <sup>a</sup>	11 <sup>a</sup>		7 <sup>a</sup>
Reestruturar, garantindo formação específica e a efetividade do programa de atendimento escolar aos alunos com deficiências, transtornos globais de desenvolvimento e superdotação	4 <sup>a</sup>					8 <sup>a</sup>	10 <sup>a</sup>
Implantar centros de excelência para a formação profissional de jovens, em parceria com instituições estaduais e federais.	11 <sup>a</sup>		8 <sup>a</sup>			10 <sup>a</sup>	
Criar um centro de formação continuada, incluindo cursos de pós-graduação (mestrado e doutorado) e atenção psicossocial, para professores e demais profissionais da educação.			5 <sup>a</sup>	4 <sup>a</sup>			2 <sup>a</sup>
Incluir conteúdos relacionados à educação alimentar no currículo escolar e ampliar a articulação da escola com o Programa Saúde da Família.	10 <sup>a</sup>			7 <sup>a</sup>	10 <sup>a</sup>		
Implantar experiências piloto de escolas de tempo integral.	9 <sup>a</sup>			10 <sup>a</sup>		7 <sup>a</sup>	
Incentivar a participação da família na gestão escolar e o fortalecimento do diálogo entre a escola e os moradores da	8 <sup>a</sup>				9 <sup>a</sup>		





vizinhança.							
Criar uma agência destinada a estimular o uso da competência educacional, científica e técnica disponível na cidade na solução de seus problemas, no aperfeiçoamento de políticas públicas e na produção de riqueza através da criatividade e inovação.			6 <sup>a</sup>				
Instituir parcerias com instituições de educação superior para formação e qualificação no uso de tecnologias digitais.			10 <sup>a</sup>				
Dimensionar e qualificar a demanda por formação profissional nas diversas áreas de atividades econômicas, sociais, culturais, lazer, esporte e entretenimento, alinhando a oferta de cursos profissionalizantes à oferta de empregos.					5 <sup>a</sup>		
Incentivar a participação da família na gestão escolar e o fortalecimento do diálogo entre a escola e os moradores da vizinhança.					10 <sup>a</sup>		
Garantir a representação da sociedade civil organizada, indicada por instituições de bairros, no conselho escolar das escolas públicas municipais.	8 <sup>a</sup>				9 <sup>a</sup>	13 <sup>a</sup>	
Difundir as ciências nas escolas por meio de parcerias com universidades e ampliação dos laboratórios de Ciências nas escolas.					7 <sup>a</sup>		

Garantir o cumprimento dos 200 dias letivos e das 800 horas por ano letivo.							11 <sup>a</sup>
Garantir a realização de concursos públicos para professores e demais profissionais da educação.							6 <sup>a</sup>



Para o **Resultado Estratégico I.3 - Fortaleza Segura, Inclusiva e Justa** a SER VI apresentou índices técnicos de empate com a SER II com 19% e 18%, respectivamente, conforme gráfico abaixo. Verifica-se, também, que não há valores percentuais muito baixos, estando com uma média de 16,66%, além de demonstrar que em todas as regionais devem ser implementada ações que visem melhorar o nível de segurança na cidade de Fortaleza.

Inclinando o olhar sobre a Assistência Social e Direitos Humanos, observa-se um índice percentual de 23% das ações como advindas da regional SER V, seguida de 16% para a SER VI, parecendo expressar uma maior necessidade com item acima pesquisado.

No contexto geral, obtém-se uma maior quantidade de ações advindas da SER V, com uma taxa percentual de 29%, seguida da SER VI, com 23%,parecendo apontar,também, para o fato de que há maior necessidade da construção de habitações populares para oferecimento à população dessas regionais.

**Gráfico 26 - Resultado Estratégico - Fortaleza Segura, Inclusiva e Justa**



Fonte: CPP 2013

No que se refere a programação do PPA 2014 – 2017 foram priorizadas as seguintes ações:

<b>SEGURANÇA E INTEGRAÇÃO SOCIAL</b>							
<b>AÇÕES PROPOSTAS</b>	<b>Prioridades por Regionais</b>						
	<b>I</b>	<b>II</b>	<b>III</b>	<b>IV</b>	<b>V</b>	<b>VI</b>	<b>SERCEFOP</b>
Criar a Secretaria de Segurança Cidadã, a ser integrada com outras secretarias.	1 <sup>a</sup>	11 <sup>a</sup>	2 <sup>a</sup>	5 <sup>a</sup>	5 <sup>a</sup>		
Ampliar o número de CAPS-Álcool e Droga (AD) para atendimento da população	3 <sup>a</sup>	2 <sup>a</sup>	11 <sup>a</sup>	4 <sup>a</sup>	8 <sup>a</sup>	5 <sup>a</sup>	
Criar o Conselho Municipal de Segurança Cidadã.	6 <sup>a</sup>	12 <sup>a</sup>	1 <sup>a</sup>	6 <sup>a</sup>		9 <sup>a</sup>	
Criar os Núcleos de Mediação de Conflitos nas Escolas, Comunidades e Unidades de Saúde.	8 <sup>a</sup>	1 <sup>a</sup>	8 <sup>a</sup>	3 <sup>a</sup>	11 <sup>a</sup>	2 <sup>a</sup>	
Melhorar a iluminação pública da cidade de Fortaleza, principalmente campos de futebol, praças e canteiros.	11 <sup>a</sup>	4 <sup>a</sup>	4 <sup>a</sup>		2 <sup>a</sup>	1 <sup>a</sup>	
Efetivar o funcionamento das Casas de Seguranças com o apoio das Regionais.	2 <sup>a</sup>						
Colocar guardas municipais em todos os postos de saúde da cidade de Fortaleza	4 <sup>a</sup>						
Transformar as margens dos riachos e lagoas em áreas de lazer.	5 <sup>a</sup>			1 <sup>a</sup>	6 <sup>a</sup>		





Capacitar os professores da rede municipal de ensino e profissionais de saúde, principalmente agentes de endemias e agentes de saúde.	7 <sup>a</sup>	5 <sup>a</sup>			1 <sup>a</sup>		
Requalificar a Guarda Municipal transformando-a em Guarda Civil Metropolitana, com atuação em quatro eixos: <i>i) prevenção de drogas e violência na escola; ii) trânsito: ordem pública; iii) mediação comunitária de conflitos; iv) e defesa civil.</i>		7 <sup>a</sup>	3 <sup>a</sup>		7 <sup>a</sup>	7 <sup>a</sup>	
Criar cursos de prevenção às drogas para os pais dos alunos da rede municipal de ensino.	10 <sup>a</sup>			2 <sup>a</sup>		1 3 <sup>a</sup>	
Implantar a disciplina de segurança e convivência cidadã no currículo escolar da rede municipal de ensino.		9 <sup>a</sup>	7 <sup>a</sup>	8 <sup>a</sup>		8 <sup>a</sup>	
Apoiar e manter um acompanhamento e fiscalização ao Projeto Jovem Bombeiro Voluntário.	12 <sup>a</sup>		5 <sup>a</sup>			1 1 <sup>a</sup>	
Instalar escolinhas de trânsito nas escolas do município de Fortaleza.		6 <sup>a</sup>			9 <sup>a</sup>	3 <sup>a</sup>	
Instaurar programa de fiscalização dos locais de venda de bebidas alcoólicas e cigarros para combater a venda para menores de idade.		8 <sup>a</sup>	10 <sup>a</sup>			4 <sup>a</sup>	
Estabelecer um amplo programa de prevenção primária às drogas no município de Fortaleza.		3 <sup>a</sup>			10 <sup>a</sup>		



Firmar convênios com instituições privadas que trabalham com a prevenção e ressocialização dos usuários de Drogas.	9 <sup>a</sup>		9 <sup>a</sup>				
Capacitar um Núcleo da Guarda Civil Metropolitana para trabalhar na prevenção ao uso de drogas.		10 <sup>a</sup>					
Criar o Conselho Municipal de Políticas Públicas sobre Drogas.		13 <sup>a</sup>					
Implementar uma política municipal de enfrentamento ao tráfico de pessoas e exploração sexual.			6 <sup>a</sup>	7 <sup>a</sup>	3 <sup>a</sup>		
Criar o Fórum Cidade Segura e Pacífica, vinculado ao Fórum a criação de outros 117 Fóruns Bairro Pacífico e Seguro.				9 <sup>a</sup>		10 <sup>a</sup>	
Implantar de um Programa de conscientização da população com relação ao respeito às regras de trânsito;				10 <sup>a</sup>			
Criar uma disciplina escolar com foco na prevenção ao uso das drogas pelos estudantes.					4 <sup>a</sup>		
Instalar escolinhas de trânsito nas Escolas do Município de Fortaleza;					9 <sup>a</sup>		
Incluir a Guarda municipal dentro e fora das escolas públicas da cidade.						6 <sup>a</sup>	
Desenvolver o Programa Municipal de Gerenciamento de Riscos e criar o Centro						12 <sup>a</sup>	

de Monitoramento de Áreas de Risco.							
-------------------------------------	--	--	--	--	--	--	--

<b>ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS</b>							
<b>AÇÕES PROPOSTAS</b>	<b>Prioridades por Regionais</b>						
	<b>I</b>	<b>II</b>	<b>III</b>	<b>IV</b>	<b>V</b>	<b>VI</b>	<b>SECFOR</b>
Criar centros de habilidades profissionais e de ocupação para jovens e adultos, com banco de registro dos profissionais habilitados e encaminhamento ao mercado de trabalho, nos bairros.	1 <sup>a</sup>		7 <sup>a</sup>	3 <sup>a</sup>	7 <sup>a</sup>	1 <sup>a</sup>	3 <sup>a</sup>
Priorizar a criação de emprego conforme a vocação de cada bairro, a partir de informações cadastrais dos desempregados, com destaque para as pessoas com mais de 40 anos	4 <sup>a</sup>		3 <sup>a</sup>	2 <sup>a</sup>	1 <sup>a</sup>		6 <sup>a</sup>
Implantar o programa “Fortaleza de todas as idades” de atividades socioculturais e educativas intergeracionais.	6 <sup>a</sup>		6 <sup>a</sup>	11 <sup>a</sup>	5 <sup>a</sup>		5 <sup>a</sup>
Incentivar a criação de cooperativas de trabalho nos bairros.	5 <sup>a</sup>			1 <sup>a</sup>		2 <sup>a</sup>	
Criar e fortalecer projetos de educação não formal com base no Plano Nacional de Direitos Humanos – PNDH.	2 <sup>a</sup>						9 <sup>a</sup>
Recuperar urbana e socialmente as populações <i>favelizadas</i> e as áreas em processo de degradação	3 <sup>a</sup>			5 <sup>a</sup>			2 <sup>a</sup>





Construir o Fórum Municipal Permanente da educação afro-brasileira, bem como reafirmar e ampliar os programas de combate ao racismo.	7 <sup>a</sup>						
Ampliar o Programa de Transferência de Renda para a população atendida pela Política de Assistência Social	8 <sup>a</sup>					4 <sup>a</sup>	
Instalar o Observatório da Copa em Fortaleza, a ser utilizado para o registro de denúncias de situações de discriminação de raça, gênero e orientação sexual.	9 <sup>a</sup>						
Realizar ações para garantir o direito de ir e vir, sem quaisquer distinções e/ou discriminação, de raça, etnia, orientação sexual e identidade de gênero.	10 <sup>a</sup>						
Implementar e consolidar a política nacional de saúde integrada da população negra, conforme portaria nº 992/2009, do Ministério da Saúde,	11 <sup>a</sup>			7 <sup>a</sup>			
Garantir o atendimento humanizado e integral à saúde da mulher	12 <sup>a</sup>						
Fortalecer os Centros de Referência de Assistência Social - CRAS e Centros de Referência Especializados de Assistência Social - CREAS.	13 <sup>a</sup>					3 <sup>a</sup>	
Desenvolver sistemas de autogestão nos bairros	14 <sup>a</sup>						
Fomentar ações de segurança pública que	15 <sup>a</sup>						

atuem contra a escalada de violência policial, buscando a preservação da vida e cidadania da juventude negra.							
Divulgar sistemas de autogestão nos bairros	16ª						
Criar e manter o Núcleo de Informações e Orientações e um centro de reabilitação para Pessoas com Deficiências.	17ª		8ª				
Dinamizar o controle social através do fortalecimento do Conselho Municipal dos Direitos das Pessoas com Deficiência	18ª						
Criar a primeira Instituição de longa permanência de Idosos (abrigo) Municipal com capacidade inicial de 200 idosos		1ª	9ª				
Criar um Centro-dia em todas as regionais (local para as famílias colocarem os idosos enquanto trabalham		2ª			12ª		
Priorizar o atendimento ao idoso nos centros de saúde considerando a classificação de risco		3ª					
Realizar capacitação continuada para as mulheres sobre seus direitos e sobre o enfrentamento à violência doméstica e familiar.		5ª					
Capacitar os servidores do município independente de sua área de atuação (profissionais da área de saúde, educação e guardas municipais) para o convívio e			1ª	10ª	9ª	6ª	





respeito dos direitos do segmento LGBTT.						
Criar um grupo de trabalho GT, permanente, especializado em políticas públicas transversais (mulher, idoso, criança, negritude, outros).	2ª		2ª		9ª	4ª
Assegurar parcerias entre os programas municipais de habitação com o Programa Nacional "Minha Casa Minha Vida" e o "Programa de Urbanização" do PAC, visando às melhorias de habitação para populações majoritariamente de descendência negra.			4ª		3ª	
Criar um Centro de Referência Municipal para o idoso funcionando 24 horas em rede para triagem e encaminhamentos.			5ª		11ª	11ª
Criar a Secretaria Municipal das Mulheres, o Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Mulher e fomentar a criação de conselhos regionais de defesa dos direitos das mulheres nas Regionais de Fortaleza.			10ª			
Ampliar os equipamentos que deem sustentabilidade e autonomia econômica e profissional às mulheres, como creches com períodos noturnos, lavanderias públicas e restaurantes populares.			11ª		14ª	
Realizar programa de emprego e renda às mulheres chefes de família e vítima de violência.			12ª			
Celebrar convênios voltados para					2ª	

qualificação profissional e educação empreendedora.							
Garantir o pleno funcionamento do Centro de Profissionalização Inclusiva do bairro Goiabeiras e que seja ampliado para outras regionais.					4 <sup>a</sup>		
Apoiar as casas de abrigo que cuidem de crianças e adolescentes		4 <sup>a</sup>					
Implantar creches em tempo integral com qualidade de atendimento às crianças de 0 a 05 anos, em todos os bairros, priorizando a periferia;		4 <sup>a</sup>			6 <sup>a</sup>		
Criar um “Abrigo”, para acolher homossexuais, lésbicas, bissexuais, transexuais e travestis que são postos para fora de casa e não têm a quem recorrer.				6 <sup>a</sup>	8 <sup>a</sup>		
Priorizar e fiscalizar o atendimento ao idoso nos centros de saúde considerando a classificação de risco.					10 <sup>a</sup>		
Implantar Creches em tempo integral com qualidade de atendimento às crianças de 0 à 05 anos;						5 <sup>a</sup>	7 <sup>a</sup>
Promover ações integradas entre as Secretaria de Educação, da Cultura e Ministério Público em parceria com os Ministérios da Justiça, da Cultura, da Educação e Ministério Público Federal e com a participação dos setores organizados de religiosos de matriz						7 <sup>a</sup>	





africana para garantir a liberdade de culto e o respeito às religiões de matriz africana, coibindo a intolerância.							
Realizar cursos de formação para artistas negros voltados para o conhecimentos da estrutura burocrática do município.						8 <sup>a</sup>	
Criar um Conselho Municipal LGBTT.						9 <sup>a</sup>	
Gerar empregos e renda para o público LGBTT inclusive por meio de cooperativas						10 <sup>a</sup>	
Empreender ações que garantam a assistência e a inclusão social das populações de rua e outras populações em situação de vulnerabilidade.							1 <sup>a</sup>
Garantir próteses e próteses para pessoas com deficiências (visual; auditiva, físico, múltiplas e intelectuais).							8 <sup>a</sup>
Garantir uma política de assistência social na perspectiva de equidade para os segmentos sujeitos a maiores riscos sociais, como a população negra de rua							10 <sup>a</sup>
Construir a política para infância e adolescência com base no plano decenal e da política nacional de direitos humanos da criança e do adolescente							11 <sup>a</sup>
<b>SEGURANÇA ALIMENTAR</b>							
Criar a Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional - CAISAN Fortaleza, instância governamental de							1 <sup>a</sup>

efetivação da política de SAN, envolvendo principalmente as setoriais para que coordenem a Política e o Plano de Segurança Alimentar e Nutricional de Fortaleza assegurando o diálogo necessário com o CONSEA Fortaleza							
Realizar articulação para garantia de adesão ao Plano Safra da produção agropecuária							2ª
Fortalecer as ações de alimentação e nutrição em todos os níveis de atenção à saúde, de modo articulado às demais ações de segurança alimentar e nutricional							3ª
Criar, implantar e fortalecer o Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional de Fortaleza, integrando-o aos Sistemas Estadual e Nacional de SAN, com a participação dos órgãos públicos e das entidades da sociedade civil							4ª
Fortalecimento do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional de Fortaleza (CONSEA Fortaleza).							5ª
Implantar o Programa Municipal de Agricultura Urbana e Periurbana de Fortaleza, baseada na Lei nº 9.443/2009.							6ª
Garantir o monitoramento, de forma sistemática e progressiva, do Direito Humano à Alimentação Adequada para a promoção da Soberania e da Segurança Alimentar e Nutricional;							7ª





Criar o SISAN Fortaleza, com todos os seus componentes, em parceria com o CONSEA Fortaleza.								8ª
Realizar articulação para desenvolvimento da Agricultura Familiar Urbana e Periurbana (AUF), com órgãos competentes (EMATERCE, SDA), valorizando a produção agroecológica e a agrobiodiversidade								9ª
Implantar o Programa de Educação Alimentar e Nutricional Permanente (EAN).								10ª
Identificar as famílias que não tem acesso à rede pública de água.								11ª
Ampliar as ações de cooperação internacional de boas práticas.								12ª

## HABITAÇÃO

AÇÕES PROPOSTAS	Prioridades por Regionais						
	I	II	III	IV	V	VI	SERCEFOR
Criar o Sistema Municipal de Habitação: Secretaria Municipal de Habitação, Fundação de Desenvolvimento Habitacional de Fortaleza - Habitafor; Conselho Municipal de Habitação Popular de Fortaleza; Fundos fomentadores da habitação e Sistema de Informação		1ª	6ª	4ª	1ª	2ª	



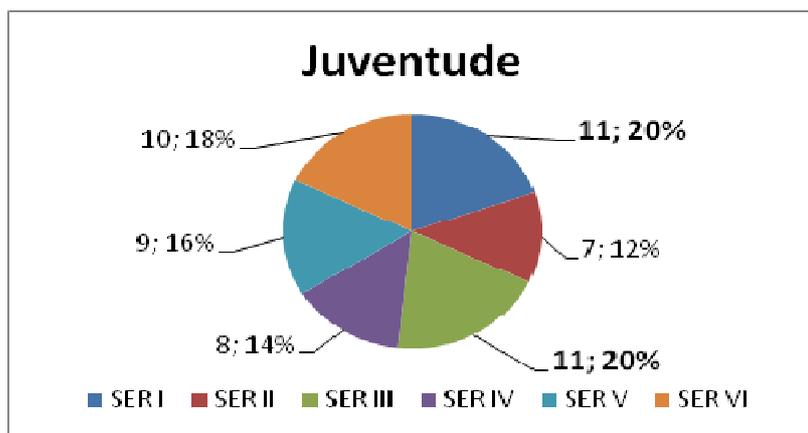
Habitacional							
Desenvolver o Programa de Regularização Fundiária, abrangendo as áreas mais pobres e favelizadas e todos os conjuntos habitacionais de fortaleza e imóveis beneficiados com melhorias habitacionais, com garantia da titularização para os moradores.		2 <sup>a</sup>	1 <sup>a</sup>	2 <sup>a</sup>	3 <sup>a</sup>	5 <sup>a</sup>	
Promover a melhoria habitacional de 40.000 domicílios, com habilitação das entidades para recebimento dos recursos e realização das melhorias, seguindo os moldes do Programa Minha Casa Minha Vida e de acordo com o perfil estipulado na Lei 9507, de 2009.		3 <sup>a</sup>			6 <sup>a</sup>	6 <sup>a</sup>	
Apoiar o Programa Minha Casa Minha Vida na condição de principal programa federativo de produção habitacional;			2 <sup>a</sup>	1 <sup>a</sup>	2 <sup>a</sup>		
Construir no mínimo 20 mil novas unidades habitacionais em parceria com o Governo do Estado, Governo Federal e as associações comunitárias, reduzindo o déficit em 25% e eliminando em 100% as áreas de risco de Fortaleza.			3 <sup>a</sup>		4 <sup>a</sup>		
Construir no mínimo 60 mil novas unidades habitacionais em parceria com os Governos do Estado e Federal e as associações comunitárias, reduzindo o déficit em 25% e eliminando em 100% as áreas de risco de Fortaleza						1 <sup>a</sup>	
Fazer controle migratório, com fiscalização e informações sobre a migração, e			4 <sup>a</sup>				



obrigatoriedade de constar no cadastro único, que incluirá informações de origem do beneficiado.							
Construir um Plano Habitacional com a criação de um banco de dados que oriente a redução do déficit habitacional no Município e reduza as distorções verificadas.			5 <sup>a</sup>		5 <sup>a</sup>		
Fornecer assistência técnica para entidades associativas voltadas para produção e requalificação de habitação.			7 <sup>a</sup>	5 <sup>a</sup>			
Elaborar e implantar Plano de Requalificação e Reabilitação do Centro da Cidade priorizando o componente habitacional, priorizando os bairros com prédios tombados.				3 <sup>a</sup>	8 <sup>a</sup>	4 <sup>a</sup>	
Custear Aluguel Social para todas as famílias de áreas de risco, em situações vulnerável e aquelas cadastradas no Programa Minha Casa Minha Vida.				6 <sup>a</sup>	7 <sup>a</sup>	3 <sup>a</sup>	
Fiscalizar de forma permanente o cadastro único da HABITAFOR e, se for o caso, responsabilizar juridicamente os reincidentes.					9 <sup>a</sup>		

Com relação ao **Resultado Estratégico 4: Fortaleza da Juventude**, observa-se que as regionais SER I e SER III apresentaram as maiores taxas de proposição de ações, ambas com 20%, seguidas pela SER VI, em torno de 18%, com valores bem distribuídos em torno da média aritmética (16%), o que nos leva a perceber a urgência e a necessidade de desenvolvimento de políticas públicas nessa área.

**Gráfico 27 - Resultado Estratégico - Fortaleza da Juventude**



Fonte: CPP 2013

No que se refere a programação do PPA 2014 – 2017 foram priorizadas as seguintes ações:

JUVENTUDE							
AÇÕES PROPOSTAS	Prioridades por Regionais						
	I	II	III	IV	V	VI	SERCEFOR
Implementar programas de combate, sistemático, ao alto índice de mortalidade da juventude com projetos	1ª		4ª	5ª	3ª	5ª	
Promover a formação profissional e incentivo à escolarização aliada à oferta de postos de trabalhos.	2ª		7ª	1ª	4ª	4ª	
Construir a Cidade do Esporte, no Titanzinho e em outros pontos estratégicos nas Comunidades de Fortaleza, para preparar atletas de alto rendimento e fomentar arranjos	3ª	1ª	3ª			6ª	





produtivos na área do Esporte							
Ofertar escola em tempo integral, cursos profissionalizantes, cursinho pré-vestibular gratuito e escolas de idiomas para jovens, priorizando os jovens dependentes químicos com encaminhamento ao mercado de trabalho.	7 <sup>a</sup>	3 <sup>a</sup>	1 <sup>a</sup>	3 <sup>a</sup>	1 <sup>a</sup>	2 <sup>a</sup>	
Ofertar alternativas de combinação entre educação e trabalho que levem em conta tanto as várias etapas da juventude (15-18; 19-25; 25-29 anos) quanto as diferentes experiências vividas pelos/as jovens.	4 <sup>a</sup>	7 <sup>a</sup>	10 <sup>a</sup>	6 <sup>a</sup>		1 <sup>a</sup>	
Ofertar ações e programas de formação, habilitação e estágios voltados à valorização de ocupações emergentes; sobretudo na área de trabalho utilidade pública, comunicação, turismo, cultura, preservação do patrimônio entre outros	9 <sup>a</sup>		5 <sup>a</sup>	4 <sup>a</sup>	6 <sup>a</sup>	3 <sup>a</sup>	
Desenvolver mecanismos que possibilitem sustento transitório para jovens que concluíram o ensino médio e não ingressarão no ensino superior, sob uma perspectiva emancipatória.	5 <sup>a</sup>		11 <sup>a</sup>		5 <sup>a</sup>	8 <sup>a</sup>	
Instituir programa de preparação para o ENEM com vagas para 25.000 jovens – O ProEnem, com aulas presenciais e na modalidade de ensino à distância.	6 <sup>a</sup>		6 <sup>a</sup>		7 <sup>a</sup>	10 <sup>a</sup>	
Reformar o sistema educacional compreendendo transformações quantitativas no padrão de acesso e			2 <sup>a</sup>	8 <sup>a</sup>		7 <sup>a</sup>	



qualitativas no projeto pedagógico escolar em busca de uma educação conectada com os anseios da juventude e com os desafios do desenvolvimento municipal.							
Promover ação coordenada entre as diversas Secretarias, com os objetivos de: gerar oportunidades de uso criativo do tempo livre; ampliar as possibilidades dos jovens circularem pelos diferentes espaços das cidades; desconcentrar os equipamentos culturais considerando as especificidades da periferia e as necessidades dos jovens com deficiência.	10 <sup>a</sup>		8 <sup>a</sup>	7 <sup>a</sup>			
Ampliar equipamentos públicos, assegurando maior complementaridade entre ações, garantindo a ampliação de investimentos e do número dos jovens participantes promovendo a inclusão e vida segura.	11 <sup>a</sup>		9 <sup>a</sup>	9 <sup>a</sup>	8 <sup>a</sup>	9 <sup>a</sup>	
Construir a Cidade do Esporte, inicialmente no Titanzinho, para preparar atletas de alto rendimento e fomentar arranjos produtivos na área do Esporte.				2 <sup>a</sup>			
Garantir transporte de ida e volta para os jovens que fazem cursos e esportes nos CUCA'S da cidade de Fortaleza nos períodos da manhã, tarde e noite.	8 <sup>a</sup>						
Construir o CUCA da SER II.		2 <sup>a</sup>					
Fortalecer e ampliar a coordenadoria e o conselho municipal de juventude		4 <sup>a</sup>					



Implementar programas de empregabilidade, cursos de qualificação profissional, etc) e de combate, sistemático, ao alto índice de mortalidade da juventude com projetos sociais de combate às Drogas e à violência policial		5 <sup>a</sup>					
Executar o plano municipal de juventude.		6 <sup>a</sup>					
Ofertar alternativas de combinação entre educação e trabalho que levem em conta tanto as várias etapas da juventude (15-18; 19-25; 25-29 anos) quanto as diferentes experiências vividas pelos/as jovens.					9 <sup>a</sup>		
Criar critérios de seleção específicos de acesso aos cursos de línguas do IMPARH nas Escolas Municipais, garantindo vagas para os estudantes das escolas públicas do município					2 <sup>a</sup>		

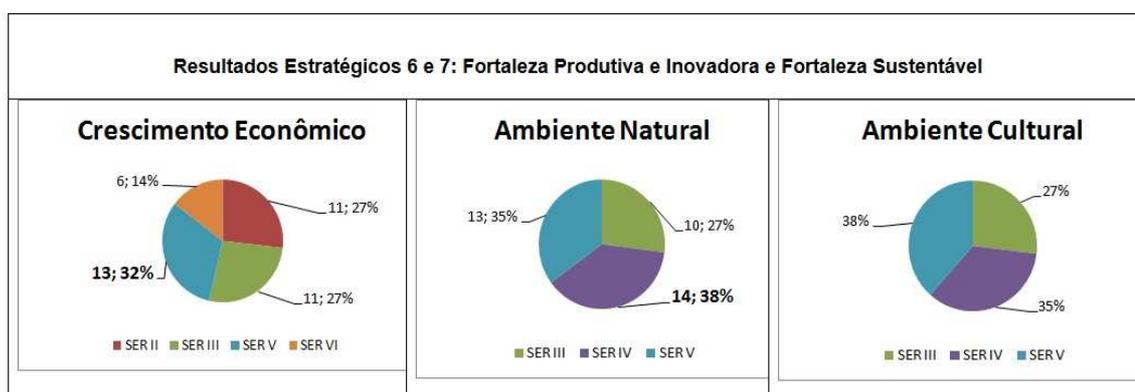
## Eixo II: Crescimento Sustentável

Com relação à análise do gráfico de Crescimento Sustentável pode-se dizer que a regional SER V apresentou com o maior número de proposições emanadas, com um percentual de 32%, seguida das presenças ativas das regionais SER II e III, ambas com um percentual de 27%. Estranhamente as regionais SER I, IV e CENTRO não emitiram ações para a área em foco.

Já o fator Ambiente Natural mostrou certa preocupação por parte da regional SER IV, seguida de 38%, seguida pela regional SER V, com um percentual de 35%. As regionais ser I, II e SER CENTRO não apresentaram proposições ou ações sobre o tema em foco, ou seja, sobre a ambiência natural.

Quanto à temática Ambiente Cultural, observa-se que somente as regionais SER III, IV e V apresentaram proposições, com respectivamente 38, 35 e 27%, respectivamente. Ora, isso nos leva a uma reflexão importante: a questão de ambiência cultural deverá ser melhor trabalhada a fim de que as regionais entendam a importância dessa temática para que uma Fortaleza produtiva, inovadora e sustentável possa afluir com mais celeridade e eficácia.

**Gráfico 28 - Resultados Estratégicos 6 e 7: Fortaleza Produtiva e Inovadora e Fortaleza Sustentável**



Fonte: CPP 2013

No que se refere a programação do PPA 2014 – 2017 foram priorizadas as seguintes ações:

<b>CRESCIMENTO ECONÔMICO</b>							
<b>AÇÕES PROPOSTAS</b>	<b>Prioridades por Regionais</b>						
	<b>I</b>	<b>II</b>	<b>III</b>	<b>IV</b>	<b>V</b>	<b>VI</b>	<b>SERCEFOP</b>
Concluir e colocar para funcionar as bibliotecas inacabadas, adequando os espaços às necessidades de público específico.			1 <sup>a</sup>				
Criar uma premiação para empreendedores criativos, para estímulo			2 <sup>a</sup>				



e reconhecimento dos inovadores do ano							
Criar um calendário de ocupação nos equipamentos existentes respeitando as datas comemorativas relativas à cultura.			3 <sup>a</sup>				
Realizar a Regulamentação Municipal da Lei Geral – Estatuto das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte.			4 <sup>a</sup>				
Desenvolvimento de um Programa de capacitação empreendedora específica em parceria com instituições da área voltado para: A - Jovens universitários que prospectem oportunidades e elaborem planos de negócios em conjunto com os moradores das comunidades e bairros carentes de Fortaleza, para ser aplicados naquela comunidade; B - Estudantes do ensino médio com vocação empreendedora para o autoemprego e criação de seu próprio negócio; C - Pessoas com deficiência, criando a possibilidade de realização de seu projeto empresarial.			5 <sup>a</sup>				
Realizar qualificação profissional na área de cultura, gastronomia e hotelaria através de parceria com o Governo do Estado.			6 <sup>a</sup>				
Mapear, cadastrar, criar site e divulgar produtos e produtores culturais e criativos			7 <sup>a</sup>				
Desenvolver um plano de gestão de cultura no município que contemple formação, circulação, acervo, pesquisa, fomento à produção, à preservação de			8 <sup>a</sup>				

patrimônio, dentre outros, a ser apresentado, discutido e validado com a comunidade de interessados.							
Criar um Centro de Tecnologia e Economia Criativa para desenvolvimento de empresas com base tecnológica e economia criativa em espaço amplo			9 <sup>a</sup>				
Criar uma feira de artesanato no centro da cidade aos sábados ou domingos e incentivo à abertura de restaurantes, sebos, lojas e ateliês de estilistas alternativos.			10 <sup>a</sup>		2 <sup>a</sup>		
Isenção do imposto sobre serviços (ISS) para as empresas criativas e inovadoras que se instalarem no distrito criativo			11 <sup>a</sup>				
Criar hortas de plantas medicinais com comunitárias em terrenos livre (agricultura urbana).					1 <sup>a</sup>		
Criar férias itinerantes de empreendedores nos bairros.							
Criar corredor gastronômico e turístico em cada regional.					3 <sup>a</sup>		
Incentivar/apoiar a organização de cooperativas e associações de empreendedores.					4 <sup>a</sup>		
Apoiar a criação de unidades especiais de produção de confecção nos centros de reabilitação e presídios					5 <sup>a</sup>		





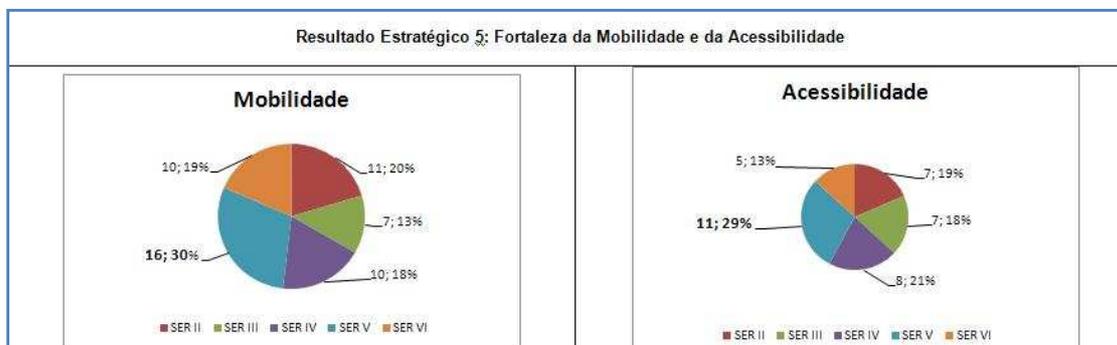
Mapear as Atividades Econômicas por Bairro / Distritos identificando oportunidades e promovendo a descentralização dos empreendimentos.					6 <sup>a</sup>	1 <sup>a</sup>	
Melhorar a limpeza das ruas dos pólos gastronômicos existentes.					7 <sup>a</sup>		
Aproveitar as instalações industriais e comerciais abandonadas para feiras, mercados, lazer, cultura reciclagem e esportes.					8 <sup>a</sup>		
Instalar centros de empreendedorismo nas regionais de Fortaleza para legalização, capacitação e consultoria as empresas locais.					9 <sup>a</sup>		
Incentivar a abertura de crédito para mulheres com atividades produtivas.					10 <sup>a</sup>		
Estimular as iniciativas voltadas para o entretenimento de crianças e idosos.					11 <sup>a</sup>		
Criar o programa "Fortaleza Criativa", programa de qualificação de jovens em cursos técnicos e tecnológicos em parceria com SESI, SENAC, SESC e IFCE					12 <sup>a</sup>	4 <sup>a</sup>	
Criar 6 Centros de Capacitação para o Trabalho - CCT, um em cada Regional, com o objetivo de capacitar trabalhadores de todas as profissões.						2 <sup>a</sup>	
Estimular o desenvolvimento das associações de classes artísticas e de						3 <sup>a</sup>	

bairros, através de redes para o desenvolvimento cultural do município de Fortaleza contemplando-os com premiações.							
Reformar e adequar os mercados de Fortaleza, que comercializam pescado e dos Boxes da Beira-Mar (Mucuripe), seguindo o padrão sanitário.						5ª	
Construir trapiches e revitalização das Lagoas de Fortaleza com o objetivo de contemplar a população e oferecer a oportunidade de passeios turísticos.						6ª	



## Fortaleza da Mobilidade e da Acessibilidade

Gráfico 29 - Fortaleza da Mobilidade e da Acessibilidade



Fonte: CPP 2013

No que se refere a programação do PPA 2014 – 2017 foram priorizadas as seguintes ações:

A mobilidade, outro fator importantíssimo do **Resultado Estratégico 6**, mostrado no gráfico anterior, demonstra que as regionais SER V e II apresentaram-se como as que mais demandaram ações para a melhoria desse item. Isso, sem sombra de dúvidas, necessitará de aplicações de mecanismos comprobatórios dessa realidade tão impactante no cotidiano de nossa população periférica.



<b>MOBILIDADE</b>							
<b>AÇÕES PROPOSTAS</b>	<b>Prioridades por Regionais</b>						
	<b>I</b>	<b>II</b>	<b>III</b>	<b>IV</b>	<b>V</b>	<b>VI</b>	<b>SERCEFOR</b>
Construir corredores exclusivos de transporte coletivo.		7 <sup>a</sup>	3 <sup>a</sup>	2 <sup>a</sup>	7 <sup>a</sup>		
Melhorar a infraestrutura das vias públicas com as principais avenidas sendo feitas com pavimento rígido e um sistema eficiente de drenagem		1 <sup>a</sup>		9 <sup>a</sup>			
Reestruturar o órgão de trânsito.		2 <sup>a</sup>					
Revitalizar a Praia do Futuro melhorando sua infraestrutura de acesso e oferecendo local adequado para informação sobre Fortaleza.		3 <sup>a</sup>					
Promover a agilidade no procedimento pós-acidentes.		4 <sup>a</sup>	1 <sup>a</sup>				
Dimensionar o acesso para cargas que saem e entram no porto do Mucuripe, pela Av. Dioguinho até a ponte da Sabiaguaba interligando com o anel viário, tirando o trânsito de caminhões das ruas da cidade, com garantia de recursos para a execução do projeto até a Av. Vicente de Castro, para fazer a ligação com o porto.		5 <sup>a</sup>					
Atualizar o plano de uso e ocupação do solo para ampliar a mobilidade urbana e regulamentar o plano diretor no que diz		6 <sup>a</sup>			1 <sup>a</sup>		

respeito ao controle de adensamento e à restrição de polos geradores em áreas congestionadas.							
Implantar uma escola de trânsito, por regional, e duas itinerantes, resgatando ainda as duas escolas de trânsito do parque Adail Barreto e do José Walter, já existentes.		8ª					
Integrar plenamente os modais de transportes - integração física, temporal e tarifária entre os modos de transporte: ônibus, metrô, VLT e mototaxi.		9ª				7ª	
Ordenar o trânsito no centro da cidade (feiras livres, estacionamentos, transporte de carga, etc.), regularizando as feiras livres com cadastro de vendedores, padronização de barracas, delimitação de áreas e definição de dias da semana.		10ª		1ª	4ª		
Criar um Centro de Operações Coordenadas em fiscalização e controle do tráfego, utilizando todos os modernos equipamentos que a Prefeitura dispõe, articulados com todas as instituições do Estado e do Município.		11ª			10ª	9ª	
Considerar as motos nos programas, ações e estratégias para melhoria de trânsito, como faixa de parada nos sinais de trânsito exclusiva para motocicletas, programa de educação de trânsito para motociclistas, dentre outros.			2ª				
Definir projetos prioritários com corredores de tráfego hierarquizados e				3ª	3ª		





integração de todos os modos de transportes tendo como base o transporte de massa (Metrô, VLT, BRTs, etc.).						
Acelerar e finalizar o processo de licitação nº 01/11 do TRANSFOR para a elaboração do Plano Cicloviário de Fortaleza.			4ª		2ª	
Desenvolver uma política de segurança para categoria de taxistas.				4ª		
Regulamentar os usos das calçadas				5ª		
Instalar e manter bicicletários integrados aos terminais e estações, que sejam gratuitos, com vigilância permanente, adequados à demanda e com o mesmo horário de funcionamento do transporte coletivo.			5ª		13ª	
Desenvolver uma rede integrada de mobilidade urbana e metropolitana.				6ª	2ª	
Criar um sistema georeferenciado de informações de transporte contemplando o mapeamento de zonas críticas de acidentes e infração.			6ª			
Definir o sistema metroferroviário como sistema troncal integrando os sistemas de transportes interestadual, intermunicipal e metropolitano, através de terminais em Messejana, Antônio Bezerra e Mondubim.			7ª	7ª		
Desenvolver instrumentos que promovam a redução da quantidade de carros em				8ª		

circulação: rodízio de placas, entre outras.							
Desenvolver políticas que estimulem transportes não motorizados				10 <sup>a</sup>			
Introduzir no componente curricular das escolas a disciplina de educação para o trânsito e realizar cursos em empresas				5 <sup>a</sup>	5 <sup>a</sup>		
Investir na malha viária (calçamento, pavimentação e asfalto nas vias de ônibus nos bairros da periferia				6 <sup>a</sup>			
Reformar e adequar as avenidas Raul Barbosa, Via Expressa e Osório de Paiva – destaque para a implantação dos túneis de passagem.				8 <sup>a</sup>			
Desenvolver campanhas de educação no trânsito.				9 <sup>a</sup>			
Promover a agilidade no procedimento pós-acidentes.				11 <sup>a</sup>			
Eliminar estacionamento de rua nos grandes corredores e estimular a implantação de estacionamentos subterrâneos.				12 <sup>a</sup>			
Definir os cruzamentos críticos para construção de passagens de nível (túnel ou viaduto).				14 <sup>a</sup>			
Unificar o serviço de fiscalização urbana, aumentando o quadro de fiscais e valorizando os servidores envolvidos na fiscalização e controle e elaborar plano de				15 <sup>a</sup>			





fiscalização com identificação das áreas críticas para desenvolvimento de ações integradas							
Manter permanentemente conservadas e sem obstáculos todas as ciclovias, ciclofaixas e rotas alternativas (Contemplando as ruas e avenidas que se encontram nas periferias).						1 <sup>a</sup>	
Definir os cruzamentos críticos para construção de passagens de nível (túnel ou viaduto).						3 <sup>a</sup>	
Tarifa zero através de ônibus alternativos que sejam de responsabilidade da prefeitura, circulando entre os bairros e terminais.						4 <sup>a</sup>	
Proibir estacionamento nas vias de acesso e realizar o reordenamento da zona azul. Intensificando a fiscalização permanente.						6 <sup>a</sup>	
Aplicar total e imediatamente a Lei do Sistema Ciclovitário de Fortaleza (Lei municipal nº 9701/2010).						8 <sup>a</sup>	
Instituir canais de diálogo que visem a promover a participação da sociedade civil, garantindo o acesso fácil à informação sobre programas, projetos e ações de interesse dos ciclistas.						10 <sup>a</sup>	

**ACESSIBILIDADE**

AÇÕES PROPOSTAS	Prioridades por Regionais						
	I	II	III	IV	V	VI	SERCEFOR
Sensibilizar e capacitar continuamente os motoristas, condutores e outros profissionais da área, para respeitar a pessoa com deficiência e idosos		1ª	2ª	6ª	3ª	1ª	
Capacitar à guarda municipal, AMC e demais órgãos que atuam na área de trânsito do município de Fortaleza, visando garantir o atendimento e qualidade a idosos, deficientes e pessoas com mobilidade reduzida.		2ª		1ª	5ª		
Adequar 100% do transporte público coletivo, os transportes escolares e as paradas de ônibus, ao livre acesso e à mobilidade das pessoas com deficiência, de acordo com suas necessidades e ao que preconizam as leis;		3ª	3ª	3ª	1ª	2ª	
Reformar praças e logradouros públicos conforme as normas técnicas de acessibilidade universal da Associação Brasileira de Normas Técnicas.				4ª	9ª	3ª	
Ampliar o número de sinais sonoros nos semáforos, para todo o município de Fortaleza.		4ª					





Condicionar a liberação dos alvarás de funcionamento e licenciamento para as empresas permissionárias de transporte público à prévia fiscalização e aprovação dos conselhos municipais das leis de acessibilidade, inclusive para criação e manutenção do passe-livre municipal, mediante 100% de acessibilidade.		5 <sup>a</sup>		5 <sup>a</sup>	10 <sup>a</sup>	5 <sup>a</sup>	
Implantar placas de identificação em ruas com o nome e o número em braile.		6 <sup>a</sup>	4 <sup>a</sup>	8 <sup>a</sup>			
Desenvolver condições objetivas para garantir o direito constitucional de ir e vir pela via da implantação de equipamentos tecnológicos de comunicação e livre trânsito das pessoas com deficiências, instalando equipamentos em aeroportos, portos, terminais rodoviários e ferroviários, pontos de ônibus, hospitais, postos de saúde e equipamentos turísticos.			1 <sup>a</sup>	2 <sup>a</sup>	4 <sup>a</sup>		
Realizar cursos básicos de libras, para qualificar os profissionais que atuam no transporte coletivo, táxi e outros meios de transporte, visando oferecer um atendimento para as pessoas surdas.			5 <sup>a</sup>		6 <sup>a</sup>		
Realizar a adaptação de um sistema de voz nos taxímetros com a finalidade de garantir um atendimento honesto para os deficientes visuais.			6 <sup>a</sup>	7 <sup>a</sup>	8 <sup>a</sup>		
Realizar campanhas de sensibilização e informação á população de forma geral, para que todos (as) possam contribuir com a acessibilidade das pessoas com			7 <sup>a</sup>				

deficiência							
Adequar as paradas de uso de transporte coletivo (ônibus, vans) e terminais às linguagens acessíveis às diversas deficiências.					4 <sup>a</sup>		
Ampliar o número de sinais sonoros nos semáforos, para todo o município de Fortaleza					7 <sup>a</sup>		
Promover reformas físicas orientadas pelas normas técnicas (acessibilidade universal) em todos os equipamentos públicos municipais.					11 <sup>a</sup>		



<b>AMBIENTE NATURAL</b>							
<b>AÇÕES PROPOSTAS</b>	<b>Prioridades por Regionais</b>						
	<b>I</b>	<b>II</b>	<b>III</b>	<b>IV</b>	<b>V</b>	<b>VI</b>	<b>SERCEFOP</b>
Realizar a capacitação, especialmente de jovens da periferia, em produção agroecológica e educação ambiental.			1 <sup>a</sup>				
Realizar Campanhas Educativas Audiovisuais permanentes e transdisciplinares e usar o sistema educacional para realizar ações articuladas envolvendo escolas públicas e a área de comunicação social da Prefeitura para implantar um amplo programa de difusão de ideias e práticas			2 <sup>a</sup>	11 <sup>a</sup>			



sustentáveis.							
Constituir um Grupo de Trabalho, com a participação de técnicos e representantes da comunidade, para avaliar Passivo Ambiental do JANGURUSSU e apresentar proposta para aquela área.			3 <sup>a</sup>	3 <sup>a</sup>			
Arborizar praças, canteiros e calçadas;			4 <sup>a</sup>	4 <sup>a</sup>	12 <sup>a</sup>		
Criar um fundo (para água e esgoto), para viabilizar a implantação de novas tecnologias, a troca de equipamentos e ativos com vida útil vencida ou tecnologicamente ultrapassados.			5 <sup>a</sup>				
Desenvolver um programa integrado para as lagoas de Fortaleza tendo em vista a conservação da qualidade de água para possibilitar múltiplos usos e o lazer da população.			6 <sup>a</sup>	12 <sup>a</sup>	4 <sup>a</sup>		
Criar programa de educação para a segurança hídrica na rede pública municipal de educação e população em geral			7 <sup>a</sup>				
Realizar a requalificação do Jangurussu com auditoria ambiental identificando o passivo ambiental.			8 <sup>a</sup>				
Geração de Energia Domiciliar Limpa- Apoiar a implantação de programas de energia limpa, priorizando os conjuntos habitacionais			9 <sup>a</sup>	2 <sup>a</sup>			



Implantar Paradas de Ônibus Sustentáveis, com ar-condicionado, adaptada a cadeirantes, iluminadas, com câmaras de segurança ligadas ao CIOPS, informação em tempo real de aproximação dos ônibus e vans por monitor.			10 <sup>a</sup>	9 <sup>a</sup>	5 <sup>a</sup>		
Realizar o cadastramento de galerias, rios, córregos e canais e definir APPs.				1 <sup>a</sup>	10 <sup>a</sup>		
Desenvolver a cadeia produtiva na reciclagem de resíduos, incentivando parcerias com as empresas prestadoras de Serviço nessa área.				5 <sup>a</sup>			
Promover estudos, em parceria com outras instituições, para dimensionamento do potencial hídrico subterrâneo, a qualidade da água e inventário dos poços				6 <sup>a</sup>			
Desenvolver e implementar programa com soluções mais eficientes e com combustíveis limpos para os transportes públicos.				7 <sup>a</sup>			
Criar programa para a geração de energia a partir do biogás gerado no aterro sanitário ou uso de um sistema que transforma o resíduo sólido não reciclável em energia e "brita" para a construção.				8 <sup>a</sup>			
Desenvolver ações para conservação das dunas, enquanto sistema de recarga dos aquíferos de Fortaleza.				10 <sup>a</sup>	9 <sup>a</sup>		



Realizar a atualização permanente do cadastro de adutoras, subadutoras, rede de distribuição de água, de forma a possibilitar a demanda hídrica de novos empreendimentos				13 <sup>a</sup>		
Ampliar em 48% a rede de esgotamento (Fortaleza tem atualmente 52% de rede);				1 <sup>a</sup>		
Realizar a capacitação, especialmente de jovens da periferia, em produção agroecológica e educação ambiental.				2 <sup>a</sup>		
Incentivar o aumento do número de associações de catadores.				3 <sup>a</sup>		
Articular com a CAGECE, ações para diminuir as perdas de água do sistema de abastecimento.				6 <sup>a</sup>		
Realizar a expansão e fiscalização das Unidades de Conservação municipais com foco na conservação das matas ciliares e ocupações irregulares dos rios, riachos e lagoas.				7 <sup>a</sup>		
Fazer diagnóstico completo da situação ambiental de Fortaleza, levantando a situação das praças, parques, lagoas e margens dos rios da bacia metropolitana que desaguam nas praias de Fortaleza.				8 <sup>a</sup>		
Implementar um projeto de construções sustentáveis, estabelecendo normas e parâmetros.				11 <sup>a</sup>		

**AMBIENTE CULTURAL**

AÇÕES PROPOSTAS	Prioridades por Regionais						
	I	II	III	IV	V	VI	SERCEFOR
Criar linha cultural, aos fins de semana e feriados, para deslocamento da população, visando conhecer o patrimônio histórico-cultural da cidade			1 <sup>a</sup>				
Implantar escolas de formação de mão de obra especializada na recuperação e preservação do patrimônio material e imaterial da cidade, em interseção com o empresariado.			2 <sup>a</sup>	7 <sup>a</sup>			
Elaborar e implementar programa de Valorização do Centro Histórico, fazendo com que sejam integradas à função comercial as de caráter artístico, lazer e habitacional.			3 <sup>a</sup>	1 <sup>a</sup>			
Utilizar parques, praças e logradouros públicos para exposições e feiras.			4 <sup>a</sup>	5 <sup>a</sup>			
Ampliar os espaços culturais, utilizando os edifícios de caráter histórico.			5 <sup>a</sup>	9 <sup>a</sup>			
Apoiar às celebrações tradicionais dos bairros,			6 <sup>a</sup>	8 <sup>a</sup>			
Elaborar e implementar programa de preservação do patrimônio com limpeza e reparo contínuos.				2 <sup>a</sup>			



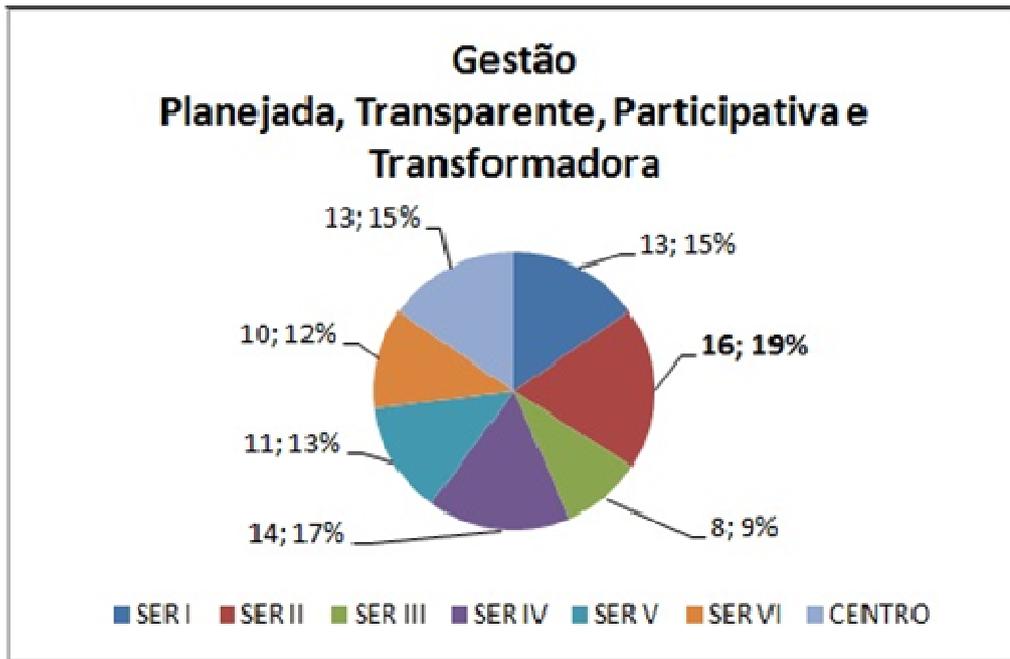


Promover um desenho urbano que conecte e articule arquitetura, engenharia, economia, história, sociologia e antropologia (Plano Mestre da Cidade).				3 <sup>a</sup>			
Requalificar a Lagoa de Messejana com infraestrutura para esporte, lazer e cultura através de parceria com a Caixa Econômica Federal.				4 <sup>a</sup>			
Realizar a promoção de maneira enfática da história da cidade, de seus símbolos históricos, de forma que o cidadão reconheça e tenha orgulho de sua cidade				6 <sup>a</sup>			

### Eixo III: Gestão Transparente, Participativa e Transformadora

Todas as regionais apresentaram percentuais muito próximos uns dos outros, o que demonstra um importante fato: a necessidade de que ocorram mais participação, planejamento e transparência na gestão, em todos os níveis da administração municipal, a fim de que possam ser transformados os métodos de gerenciamento de nossa cidade. A palavra transformação, ao pé da letra, significa ir além da forma. Isso parece ser um caminho a ser seguido; e que serve como ponto de reflexão. Porém, recomenda-se uma análise mais qualitativa para que se possam ser descobertas outras variáveis subliminares à pesquisa.

#### Gráfico 30 - Resultado Estratégico - Fortaleza Planejada e Participativa



Fonte: CPP 2013

No que se refere a programação do PPA 2014 – 2017 foram priorizadas as seguintes ações:

GESTÃO TRANSPARENTE, PARTICIPATIVA E TRANSFORMADORA							
AÇÕES PROPOSTAS	Prioridades por Regionais						
	I	II	III	IV	V	VI	SERCEFOP
Resgatar e modernizar os instrumentos institucionais, de planejamento e coordenação, de administração de recursos humanos, de finança pública, de política social, de mobilidade e acessibilidade, de segurança cidadã, de saúde pública, de gestão ambiental, de tecnologia da informação, da gestão regional, e, fundamentalmente, de educação e cultura	10 <sup>a</sup>	13 <sup>a</sup>	1 <sup>a</sup>	2 <sup>a</sup>	1 <sup>a</sup>	1 <sup>a</sup>	1 <sup>a</sup>
Divulgar as diversas ferramentas de	1 <sup>a</sup>			11 <sup>a</sup>			



comunicação e informação da prefeitura							
Implementar técnicas de planejamento do crescimento urbano.	2 <sup>a</sup>	1 <sup>a</sup>			4 <sup>a</sup>		9 <sup>a</sup>
Realizar melhoria da gestão fiscal, capacitação dos gestores para captação de recursos de forma a garantir a ampliação de recursos para investimentos para transformação de Fortaleza na cidade desejada	4 <sup>a</sup>	7 <sup>a</sup>	11 <sup>a</sup>	12 <sup>a</sup>		2 <sup>a</sup>	6 <sup>a</sup>
Divulgar a ouvidoria da prefeitura, como canal de participação da sociedade, tornando transparente seu processo de funcionamento	5 <sup>a</sup>	5 <sup>a</sup>	7 <sup>a</sup>	13 <sup>a</sup>	2 <sup>a</sup>	5 <sup>a</sup>	
Rever os estudos e projetos desenvolvidos ao longo dos últimos tempos: Planefor; Pacto por Fortaleza; Projeto de Revitalização do Centro, dentre outros, e desenvolver de forma participativa e pactuada com a comunidade, um Planejamento Estratégico para Fortaleza 2040, organizado em módulos de 4 anos, de maneira a alinhar as ações do executivo municipal para a construção de uma Fortaleza Saudável, Produtiva e Empreendedora, Criativa e Inovadora, Segura, Tolerante, Justa e Sustentável – Antevendo e viabilizando um novo futuro para Fortaleza.	6 <sup>a</sup>	4 <sup>a</sup>	2 <sup>a</sup>	10 <sup>a</sup>	7 <sup>a</sup>	3 <sup>a</sup>	3 <sup>a</sup>
Instaurar uma aliança entre o poder público e a sociedade, pautada na transparência, participação e assunção de responsabilidade	7 <sup>a</sup>	3 <sup>a</sup>		5 <sup>a</sup>	11 <sup>a</sup>		5 <sup>a</sup>

Criar o SIIM – Sistema Integrado de Informação Municipal através de um banco de dados unificados de todas as secretarias do município, disponibilizado via web para a sociedade.			8 <sup>a</sup>	6 <sup>a</sup>	10 <sup>a</sup>	8 <sup>a</sup>	4 <sup>a</sup>
Adequar a metodologia do Orçamento Participativo de modo a permitir maior participação de todos	8	2 <sup>o</sup>	10 <sup>a</sup>		6 <sup>a</sup>	9 <sup>a</sup>	12 <sup>a</sup>
Implantar a lei de acesso à informação no Município;		6 <sup>a</sup>	3 <sup>a</sup>	9 <sup>a</sup>	3 <sup>a</sup>		10 <sup>a</sup>
Rever, implementar e fortalecer os instrumentos de controle urbano para organizar as atividades produtivas e os serviços públicos	11	12 <sup>o</sup>		4 <sup>a</sup>	8 <sup>a</sup>		11 <sup>a</sup>
Implantar o Observatório do Planejamento de Fortaleza (IPLANFOR) de forma a possibilitar enxergar as várias cidades que a nossa Fortaleza abriga, realizando estudos e pesquisas, e disseminado conhecimento, permitindo avaliar a efetividade das políticas públicas quanto à melhoria da qualidade de vida da comunidade e sustentabilidade da cidade.		15 <sup>a</sup>	9 <sup>a</sup>	14 <sup>a</sup>	9 <sup>a</sup>	4 <sup>a</sup>	7 <sup>a</sup>
Implantar uma Rádio Municipal com vistas à prestação de serviços de utilidade pública e auscultar a população como ouvidores sobre a qualidade dos serviços.	3 <sup>a</sup>			7 <sup>a</sup>			
Disponibilizar informações da administração municipal no portal da transparência.	9 <sup>a</sup>	8 <sup>a</sup>					





Comprometer a administração municipal com a ética, a seriedade e a competência, redefinindo os marcos da administração pública municipal em torno da inovação, qualidade e profissionalização da gestão, instaurando novo modelo de gestão para resultados.	12 <sup>a</sup>	10 <sup>a</sup>					13 <sup>a</sup>
Realizar reforma administrativa, definindo claramente uma unidade articulada com os governos federal e estadual para a regularização fundiária urbana, compatibilizando com o plano diretor.	13 <sup>a</sup>				5 <sup>a</sup>	10 <sup>a</sup>	
Criar comunidades participativas, por meio das mídias sócias digitais, divulgando as diversas formas de comunicação da prefeituras		5 <sup>a</sup>					
Promover a descentralização com um modelo de Gestão Participativa.		9 <sup>a</sup>				6 <sup>a</sup>	
Compatibilizar os programas e ações das com o orçamento, os anseios da sociedade, as prioridades do Plano de Governo, com base no Plano Diretor do Município.		11 <sup>a</sup>	6 <sup>a</sup>				8 <sup>a</sup>
Instituir um Conselho para o desenvolvimento sustentável e equilibrado e para o planejamento da Região Metropolitana;		14 <sup>a</sup>				7 <sup>a</sup>	2 <sup>a</sup>
Permitir maior agilidade para com as demandas votadas e aprovadas no orçamento participativo.			4 <sup>a</sup>				

Reativar a Central Municipal de Interpretes da LIBRAS-CEMIL para efetivação da acessibilidade comunicativa da comunidade surda junto aos órgãos públicos municipais			5ª				
---	--	--	----	--	--	--	--



## RESULTADOS OBTIDOS - PPA DIGITAL

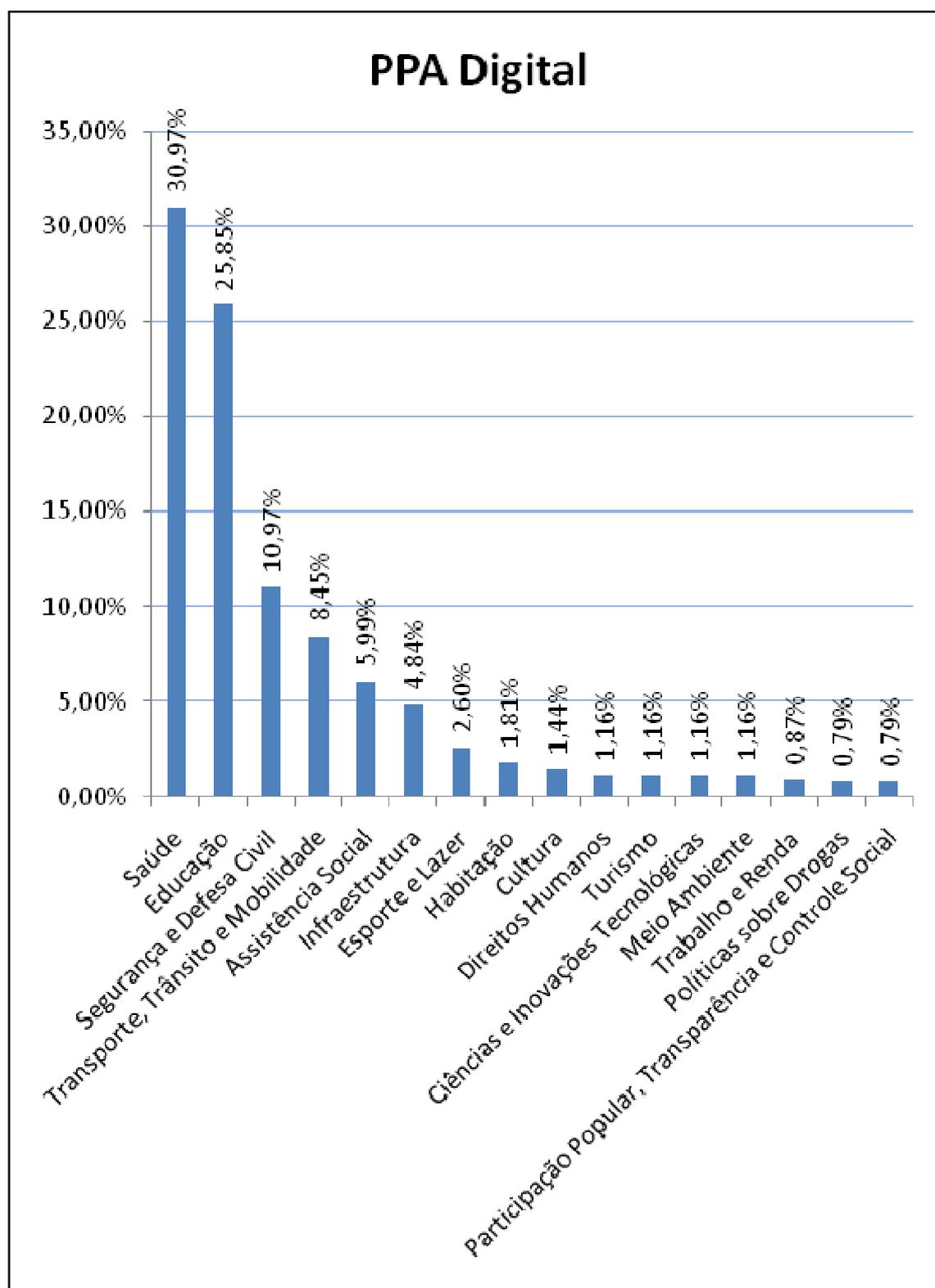
A população pode, através da internet, priorizar os eixos temáticos referentes às áreas de atuação do governo municipal.

**Tabela 10 - Resultados Obtidos - PPA Digital por Área Temática**

Área Temática	Número de Votos	%
Saúde	30,97%	429
Educação	25,85%	358
Segurança e Defesa Civil	10,97%	152
Transporte, Trânsito e Mobilidade	8,45%	117
Assistência Social	5,99%	83
Infraestrutura	4,84%	67
Esporte e Lazer	2,60%	36
Habitação	1,81%	25
Cultura	1,44%	20
Direitos Humanos	1,16%	16
Turismo	1,16%	16
Ciências e Inovações Tecnológicas	1,16%	16
Meio Ambiente	1,16%	16
Trabalho e Renda	0,87%	12
Políticas sobre Drogas	0,79%	11
Participação Popular, Transparência e Controle Social	0,79%	11
<b>Total de Participantes: 1385</b>		

Fonte: CPP - 2013

Gráfico 31 - PPA Digital



Fonte: CPP - 2013



Pela análise do gráfico acima observa-se uma quantidade maior de proposições advindas da área de Saúde, com 30,97%, seguida da Educação, com 25,80%; entretanto valores quase inexpressivos são observados na área de Política sobre Drogas (0,79%), Trabalho e Renda (0,87%), Participação Popular, Transparência e Controle Social, (0,79%), dentre outras, parecendo apontar para uma pouca preocupação por parte da amostra populacional pesquisada. Assim, recomenda-se um estudo qualitativo que acompanhe esta análise quantitativa, através de seminários específicos que forneçam orientações mais apropriadas através das quais se possa discutir a relevância desses temas.



# Orientação Estratégica do Governo



### III. ORIENTAÇÃO ESTRATÉGICA DO GOVERNO

A Orientação Estratégica compreende um conjunto de elementos que estabelece a direcionalidade estratégica do planejamento, que inspiram e orientam a elaboração de Programas e Projetos, a mobilização de recursos e o envolvimento ativo da sociedade local.

#### Visão de Futuro da Cidade de Fortaleza

*“Fortaleza de oportunidades, mais justa, bem cuidada e acolhedora”.*



#### Missão da Administração Municipal

*“Promover o bem estar da população com serviços públicos de qualidade e de forma ética, participativa e humana”.*

#### Valores da Administração Municipal

**Justiça** - transparência, compartilhamento e equidade nas políticas públicas

**Cuidado** - zelo pela coisa pública com honestidade e dedicação

**Acolhimento** - respeito, solidariedade e valorização das pessoas

**Comprometimento** - prontidão, compromisso com a cidadania e excelência nos serviços

#### III.1. Premissas do PPA

**Gestão por Resultados:** Pautada no compromisso de executar Políticas Públicas para o alcance de resultados efetivos que melhorem a condição da qualidade de vida da população. Esses resultados serão medidos com indicadores que, por sua vez, orientam a organização dos programas e ações prioritárias de investimentos focadas no bem comum.

**Cooperação Federativa:** Gestão articulada com os demais entes do Estado para uma estratégia de desenvolvimento sinérgico entre o governo federal, estado e o município, otimizando recursos, potencializando, integrando, complementando e inovando em políticas para construir um país cada vez mais justo e desenvolvido.

**Intersetorialidade:** Visa otimizar os resultados mediante a articulação e sinergia entre as diversas áreas de atuação do governo municipal, numa perspectiva de execução das políticas públicas multissetoriais, conjugando esforços e reunindo recursos para objetivar ações/entregas tendo como foco a vida do cidadão.



**Equidade:** Consiste na implementação de novos valores para a gestão e para os diversos arranjos e interações que viabilizam as entregas resultantes da implementação das políticas públicas, na adaptação da regra existente à situação concreta, observando-se os critérios de justiça e igualdade.

**Parcerias:** Compreendem o compartilhamento de responsabilidades no financiamento e gestão dos investimentos, envolvendo contratualização entre as esferas de governo, a iniciativa privada e a sociedade civil, diversificando as fontes e ampliando o volume de recursos para o alcance dos resultados comuns.

**Honestidade:** Visa obediência incondicional às regras morais existentes, compreendendo o exercício da gestão pública pautado no bem comum, honrado, comprometido com a verdade, na lisura e conduta ética, na promoção dos serviços públicos de qualidade e de forma honesta.

**Excelência da Gestão de Governo:** Visa garantir a entrega de bens e serviços de qualidade à população. Aperfeiçoamento das diretrizes para uma alocação orçamentária mais eficiente e transparente na priorização dos investimentos, no monitoramento e na gestão dos recursos públicos.

**Criatividade e Inovação:** Capacidade do governo em conduzir a gestão do Plano orientado pela flexibilidade, pela criatividade e pelo conhecimento sobre a forma de organização e as possibilidades inovadoras de superação dos problemas da cidade. Trata-se de induzir nichos de crescimento sustentáveis, com soluções eficazes, criativas e inovadoras.

**Sustentabilidade:** Gestão comprometida com alternativas sustentáveis de crescimento, assegurando o efetivo controle e ordenamento urbano e ambiental, a prevalência da função social da propriedade e a qualidade de vida da comunidade, estimulando iniciativas econômicas que preservem e até mesmo resgatem o patrimônio natural e cultural de Fortaleza.

**Participação Social:** Implica fortalecer a comunicação entre os diversos setores que compõem a gestão municipal, e entre esta e a sociedade. Significa promover canais transparentes que fortaleçam os instrumentos constituídos pela democracia participativa, compartilhando o comprometimento de todos os responsáveis pela consecução do Plano.

**Efetividade:** Foco na efetividade entendida como desempenho quanto à transformação de uma realidade que aponta mudanças socioeconômicas, ambientais

ou institucionais necessárias e que deverão se efetivar pela execução das políticas públicas.

**Foco na Eficácia:** Relacionada com a dimensão tática do Plano, entendida como a incorporação de novos valores às políticas públicas e a entrega de bens e serviços ao público adequado no tempo e no lugar apropriado.

**Economicidade:** Compreende a competência da gestão para maximizar os recursos públicos através de soluções criativas e detentoras das melhores relações entre custos e benefícios para a população, em cada ação a ser executada, além de processos de compra de bens e serviços devidamente diligenciados. A adoção de cultura de planejamento reforça esta premissa.



**Conhecimento:** O conhecimento é a chave para a identificação e escolha das melhores soluções para os grandes problemas da cidade, ampliando a possibilidade de se realizar as transformações necessárias para a comunidade, para tanto, ações e programas devem ser sempre precedidos de estudos e pesquisas, que embasem o seu planejamento, que reduzam os riscos. A produção e difusão de conhecimento sobre a cidade possibilita adoção de estratégias mais efetivas, maior engajamento da comunidade nas decisões de governo, além de facilitar o encontro de soluções e captação de parcerias.

### III.2. Eixos e Resultados Estratégicos de Governo

O caminho a ser percorrido está alicerçado em três eixos estratégicos de Governo e seus respectivos resultados estratégicos de governo para os quais buscar-se-á o alinhamento estratégico das políticas públicas:

**Eixo I:** Melhoria da Qualidade de Vida e Justiça Social

**Eixo II:** Crescimento Sustentável

**Eixo III:** Gestão Transparente, Participativa e Transformadora

## EIXO I - Melhoria da Qualidade de Vida e Justiça Social

A adoção deste Eixo se impõe pela necessidade de se investir em ações que visem à melhoria da qualidade de vida do cidadão fortalezense e a sustentabilidade social<sup>11</sup>, compreendendo a melhoria da saúde, educação, cultura, inserção social e produtiva, mobilidade e acessibilidade, segurança, justiça, equidade, preservação dos direitos humanos e integração social.

Dessa forma, a dimensão estratégica para o alcance dos resultados pretendidos por esse eixo de governo vai muito além das questões de atenção social mais tradicional, pois compreende a imperiosa necessidade de estruturação de um ambiente saudável, com condições de desenvolvimento de práticas de vida integradas a prática de esportes, ao lazer em espaços públicos seguros e aprazíveis. Pressupõe uma cidade segura, acolhedora e fraterna, para os que aqui vivem e os que a vem visitar.

A melhoria da qualidade de vida tem uma amplitude que prevê a ampliação permanente ao acesso de bens culturais, tanto quanto as inovações tecnológicas que potencializem a manifestação da juventude e possibilitem o estímulo a uma expressão de desenvolvimento com sustentabilidade. Neste sentido, promover a segurança preventiva e pacífica dos cidadãos resgatando a cordialidade das “cadeiras nas calçadas” própria da nossa tradição cultural é um desafio que só se pode atingir com a interação e integração da Política Pública de governo numa perspectiva inclusiva de justiça social.

Proporcionar garantias institucionais para o exercício dos direitos de cidadania e a inclusão social produtiva, agir com responsabilidade republicana no enfrentamento e na minimização os impactos da pobreza, oferecendo condições dignas de habitabilidade, de acesso ao conhecimento e a cultura, investindo na erradicação das áreas de risco, protegendo a juventude em situação de risco de vulnerabilidade social ampliando sua condição de participação e cidadania constituem pilares fundantes para a melhoria da qualidade de vida.

Tudo isso inserido numa perspectiva de integralidade da proteção social que cuida das pessoas e da cidade num movimento intrínseco do todo e da parte. A cidade pertence ao cidadão e, portanto tem que ser acessível à mobilidade de todos independente da faixa etária, gênero, etnia, com deficiência ou não. O acesso às calçadas, às ruas, ao

---

<sup>11</sup> Sustentabilidade Social - Processo de desenvolvimento que conduza a um padrão estável de crescimento, que significaria distribuição equitativa de renda, melhoria dos direitos da população e redução das atuais diferenças de nível de vida.



transporte, o direito de ir e vir à mobilidade urbana é condição *sine qua non* das condições de urbanidade do séc. XXI e um direito fundamental da democracia social.

Encontram-se nesse Eixo, como componentes da base estratégica de governo os seguintes resultados estratégicos:

### **Resultado Estratégico I.1: Fortaleza Saudável**

População com corpo e mente saudável, disponibilizando de diversificada oferta de esporte e lazer, usufruindo de ambiente salubre.



### **Resultado Estratégico I.2: Fortaleza do Conhecimento**

Educação de qualidade, promotora da integração social, da valorização da diversidade cultural, do desenvolvimento de competências e ampliação da capacidade de produzir soluções criativas e inovadoras, promover a inserção produtiva e a geração de riqueza.

### **Resultado Estratégico I.3: Fortaleza Segura, Inclusiva e Justa**

Integração das comunidades em redes de convivência cidadã, pacífica, tolerante (respeito à diversidade) e inclusiva, sem miséria, com soluções locais que propiciem a segurança do cidadão e a preservação de seus direitos.

### **Resultado Estratégico I.4: Fortaleza da Juventude**

Eliminação de riscos, geração de oportunidades de inserção produtiva e social e perspectiva de vida próspera para a juventude.

## **EIXO II - Crescimento Sustentável**

O eixo II versa sobre a transformação de Fortaleza em uma cidade sustentável, que compatibiliza seu desenvolvimento econômico e a melhoria da qualidade de vida da comunidade com a preservação e sustentabilidade ambiental, compreendendo tanto a preservação do patrimônio natural quanto a do patrimônio cultural.

Para tanto, é necessário que esteja alicerçado em uma economia robusta, recheada de diferenciais competitivos fundados na criatividade e inovação, de grande potencial de atratividade, solidária e na economia criativa, tendo como referência a redução das disparidades interpessoais de renda e desenvolvimento dos potenciais produtivos.

O foco da competitividade, por sua vez, exigirá o engajamento do governo municipal e dos agentes produtivos dos diferentes setores da economia local para tornar e criar em Fortaleza, um ambiente propício a inovação.

A consecução desse eixo estará condicionada à uma ação integrada para atração de investimentos e fomento ao empreendedorismo, principalmente nos setores considerados estratégicos para uma ação desenvolvimentista, o turismo e a cultura.

Referida ação deverá ter como principal orientação a melhoria do capital humano e capital natural do município, além da ampliação do capital social, da infraestrutura, o que pressupõe uma Fortaleza dotada de economia verde, infraestrutura inteligente, que preserve a biodiversidade, de baixa emissão de dióxido de carbono e metano, de práticas de consumo equilibrado e instrumentos compensatórios que estimulem a preservação do patrimônio natural e cultural (patrimônio edificado a ser preservado/tombado).

O caminho para dinamizar a economia local e para gerar mais emprego e renda será viabilizado por meio dos seguintes resultados e objetivos estratégicos de governo.

#### **Resultado Estratégico II.5: Fortaleza Produtiva e Inovadora**

Dotar Fortaleza de sustentabilidade econômica, devidamente compatibilizada com a sustentabilidade ambiental (alocação e manejo eficientes de recursos naturais), com ambiente propício à inovação e ao desenvolvimento de bens e serviços de valor agregado, maior aproveitamento de potencialidades econômicas associadas à tecnologia e ao conhecimento, à cultura, ao turismo e ao meio ambiente, maior inserção das empresas locais nos mercados nacionais e internacionais, qualificação profissional e fomento de oportunidades de trabalho e novos negócios, que gere riqueza para a população e reduza a desigualdade social e econômica, que amplie a atratividade/competitividade de nossa cidade.

#### **Resultado Estratégico II.6: Fortaleza Sustentável**

Dotar Fortaleza de sustentabilidade ecológica, geográfica e cultural, devidamente compatibilizada com sua sustentabilidade social (Eixo I) e sustentabilidade econômica, dotada de nova ordem urbanística, redistributiva, integrada à RMF, propícia à segurança, incluindo, em que a propriedade urbana cumpra sua função social, o patrimônio ambiental seja preservado (patrimônio natural e cultural), dotada de economia verde, infraestrutura inteligente, que preserve a biodiversidade, de baixa emissão de dióxido de carbono e metano, resiliente e eficiente no uso de recursos.



Enquanto a cultura viva está alocada no Eixo I, ações de preservação e valorização do patrimônio cultural edificado estão relacionadas a este eixo, dado a sua natureza.

### **Resultado Estratégico II.7: Fortaleza da Mobilidade e da Acessibilidade**

Facilidade de deslocamentos, aumento da interação e intercâmbio universal de pessoas, bens e serviços, e garantia da acessibilidade universal.

### **EIXO III: Gestão Transparente, Participativa e Transformadora**

Este eixo representa a escolha do governo sobre a requalificação da Governança Municipal de forma a tornar possível a execução das ações e programas na forma planejada e por conseguinte a obtenção dos resultados esperados nos Eixos I e II, priorizando:

- Instauração de cultura de planejamento integrado e participativo da cidade, na perspectiva de curto, médio e longo prazo (Fortaleza 2040), que garanta a transformação de Fortaleza em uma cidade próspera e sustentável e amplie a efetividade dos investimentos públicos;
- Ampla reforma administrativa, que elimine sobreposições de competências, otimize recursos humanos, financeiros e infraestrutura, reduza desperdícios e racionalize processos;
- Implantação de modelo de Gestão para Resultados;
- Implantação de Sala Situacional dotada de amplo sistema de monitoramento e avaliação de resultados, que permita rápida visualização dos indicadores relacionados aos resultados estratégicos, status de execução dos projetos e programas estratégicos;
- Gestão do conhecimento através de Observatório da Governança Municipal que realize estudos, pesquisas e análises que permitam ao poder municipal, demais poderes e a comunidade em geral, um maior entendimento das problemáticas e desafios de nossa cidade, possibilite amplo controle social, e norteie a escolha e priorização de ações estratégicas;
- Ampliação da capacidade de investimentos (públicos ou privados) seja através de gestão fiscal mais eficaz, desenvolvimento de competências para captação de recursos (PPPs, Estado, União), ampliação de ações em parceria, dentre outras estratégias.





- Articulação interinstitucional, que permita a expansão de atores e recursos envolvidos na transformação da cidade para a cidade desejada.
- Instauração de amplo Sistema de Participação Social, a partir de ampliação de interfaces (ouvidoria, controladoria, sites, conselhos, canais de acolhimento presencial e virtual para a comunidade, etc.), ampliação, ativação e qualificação de conselhos temáticos, integrados em grande conselho da cidade, onde se terá espaço para participação ativa de pessoas de notória competência e interesse na transformação de Fortaleza na cidade desejada.

A obtenção dos resultados estratégicos pretendidos nos Eixos 1 e 2 tem estreita relação com o sucesso na obtenção dos resultados do Eixo 3, tendo em vista os grandes desafios que se apresentam.

### **Resultado Estratégico III.8: Fortaleza Planejada e Participativa**

Este resultado estratégico compreende a melhoria da Governança Municipal, que viabilize e acelere a transformação de Fortaleza na(s) cidade(s) desejada(s), compreendendo a instauração de cultura de planejamento participativo da cidade e de modelo de Gestão para Resultados, dotado de sistema de monitoramento e avaliação de resultados, ampliada capacidade articulação (demais esferas de governo e iniciativa privada, demais municípios da RMF) e de investimento (seja públicos ou privados), amplo controle e engajamento social oriundo da geração de conhecimento e vivência de participação.

### III.3. Objetivos Estratégicos, Indicadores e Metas Prioritárias de Governo por Resultado.



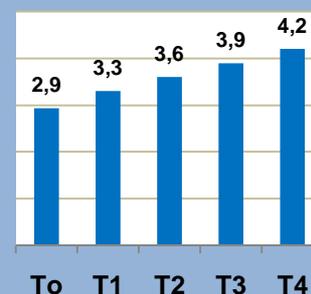
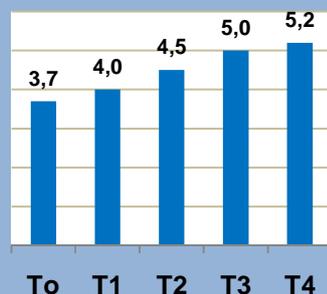
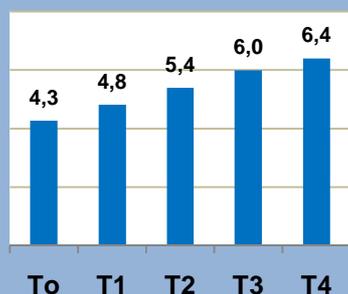
Resultado: Fortaleza Saudável																																									
Objetivo: Proporcionar ambiente saudável, com atenção de qualidade e integral à saúde, além da oferta ampla e diversificada de esporte e lazer.																																									
Indicadores	Metas																																								
	2013	2014	2015	2016	2017																																				
Pessoas atendidas com eventos e programas de esporte e lazer	8.300	74.355	89.226	98.148	98.148																																				
Número de óbitos maternos em determinado período e local de residência	20	19	18	17	17																																				
Taxa de mortalidade infantil	10	9,5	9,0	8,5	8,5																																				
<table border="1"> <caption>Trends for 'Pessoas atendidas com eventos e programas de esporte e lazer'</caption> <tr><th>T</th><td>T0</td><td>T1</td><td>T2</td><td>T3</td><td>T4</td></tr> <tr><th>Value</th><td>8300</td><td>74355</td><td>89226</td><td>98148</td><td>98148</td></tr> </table> <table border="1"> <caption>Trends for 'Número de óbitos maternos em determinado período e local de residência'</caption> <tr><th>T</th><td>T0</td><td>T1</td><td>T2</td><td>T3</td><td>T4</td></tr> <tr><th>Value</th><td>20</td><td>19</td><td>18</td><td>17</td><td>17</td></tr> </table> <table border="1"> <caption>Trends for 'Taxa de mortalidade infantil'</caption> <tr><th>T</th><td>T0</td><td>T1</td><td>T2</td><td>T3</td><td>T4</td></tr> <tr><th>Value</th><td>10</td><td>9,5</td><td>9,0</td><td>8,5</td><td>8,5</td></tr> </table>						T	T0	T1	T2	T3	T4	Value	8300	74355	89226	98148	98148	T	T0	T1	T2	T3	T4	Value	20	19	18	17	17	T	T0	T1	T2	T3	T4	Value	10	9,5	9,0	8,5	8,5
T	T0	T1	T2	T3	T4																																				
Value	8300	74355	89226	98148	98148																																				
T	T0	T1	T2	T3	T4																																				
Value	20	19	18	17	17																																				
T	T0	T1	T2	T3	T4																																				
Value	10	9,5	9,0	8,5	8,5																																				
Cobertura populacional pelas Equipes de Atenção Básica	65%	70%	75%	80%	80%																																				
Proporção de Internações Sensíveis a Atenção Básica	17%	16,49%	15,99%	15,19%	15%																																				
<table border="1"> <caption>Trends for 'Cobertura populacional pelas Equipes de Atenção Básica'</caption> <tr><th>T</th><td>T0</td><td>T1</td><td>T2</td><td>T3</td><td>T4</td></tr> <tr><th>Value</th><td>65%</td><td>70%</td><td>75%</td><td>80%</td><td>80%</td></tr> </table> <table border="1"> <caption>Trends for 'Proporção de Internações Sensíveis a Atenção Básica'</caption> <tr><th>T</th><td>T0</td><td>T1</td><td>T2</td><td>T3</td><td>T4</td></tr> <tr><th>Value</th><td>17%</td><td>16,49%</td><td>15,99%</td><td>15,19%</td><td>15%</td></tr> </table>						T	T0	T1	T2	T3	T4	Value	65%	70%	75%	80%	80%	T	T0	T1	T2	T3	T4	Value	17%	16,49%	15,99%	15,19%	15%												
T	T0	T1	T2	T3	T4																																				
Value	65%	70%	75%	80%	80%																																				
T	T0	T1	T2	T3	T4																																				
Value	17%	16,49%	15,99%	15,19%	15%																																				
Taxa de Mortalidade por Causas Externas	116,8	116,8	115,6	114,5	114,5																																				
Taxa de mortalidade prematura (<70 anos) pelo conjunto das 4 principais DCNT (Doenças do aparelho circulatório, câncer, diabetes e doenças respiratórias crônicas)	122,2	119,8	117,4	115,06	112,76																																				



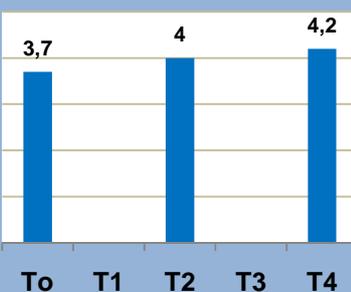
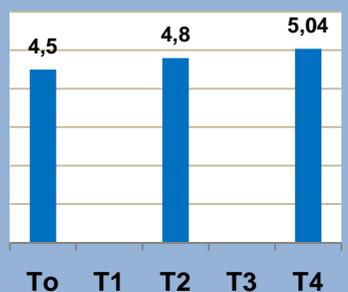
**Resultado: Fortaleza do Conhecimento**

**Objetivo: Ampliar o acesso, a permanência e a aprendizagem com reestruturação, melhoria e inovação da rede educacional**

Indicadores	Metas				
	2013	2014	2015	2016	2017
Índice de desempenho escolar / SPAECE - Alfabetização	4,3	4,8	5,4	6,0	6,4
Índice de desempenho escolar / SPAECE - 5º ano	3,7	4,0	4,5	5,0	5,2
Índice de desempenho escolar / SPAECE - 9º ano	2,9	3,3	3,6	3,9	4,2



Índice de desenvolvimento da Educação Básica - Anos Iniciais	4,5	-	4,8	-	5,04
Índice de desenvolvimento da Educação Básica - Anos Finais	3,7	-	4	-	4,2

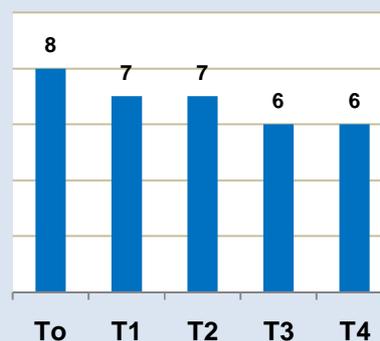
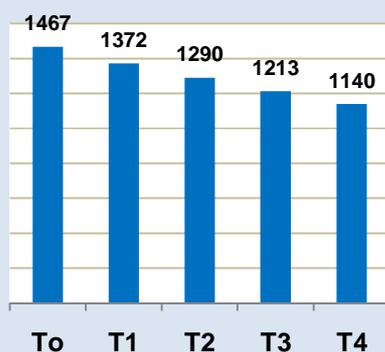


Porcentagem de atendimento da Educação Básica - % das 10.953 crianças de 1 a 3 anos atendidas na rede municipal	12,0%	19,0%	22,0%	53%	55%
Porcentagem de atendimento da Educação Básica - % das 20.517 crianças na faixa etária de 4 a 5 anos	30%	43%	44%	100%	100%
Porcentagem de atendimento da Educação Básica - % das 143.031 crianças e adolescentes entre 6 a 14 anos	44%	46,7%	49,7%	53,1%	55,0%

**Resultado: Fortaleza Segura, Inclusiva e Justa**

**Objetivo: Promover a segurança preventiva e pacífica dos cidadãos.**

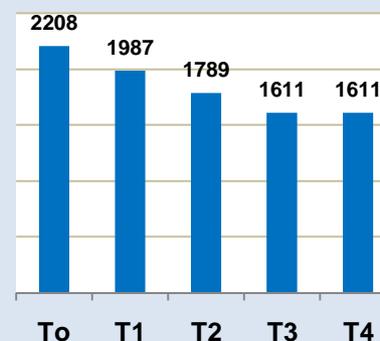
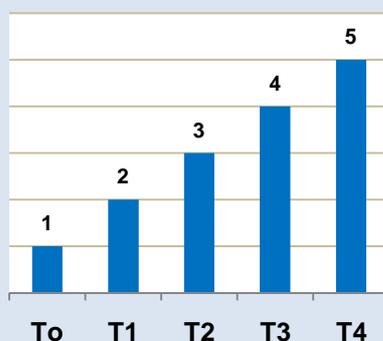
Indicadores	Metas				
	2013	2014	2015	2016	2017
Nº de ocorrências delituosas nos logradouros e equipamentos municipais	1467	1372	1290	1213	1140
Taxa de vítimas fatais de afogamento (número de vítimas por ano)	8	7	7	6	6



Taxa de Conflitos Mediados	Vo + 30%	Vo + 50%	Vo +60%	Vo +80%	Vo +80%
----------------------------	----------	----------	---------	---------	---------

**Objetivo: Minimizar o impacto dos desastres naturais, humanos e mistos e erradicar as áreas de risco.**

Indicadores	Metas				
	2013	2014	2015	2016	2017
Nº de áreas de riscos erradicados	1	2	3	4	5
Nº de ocorrências de desastre	2208	1987	1789	1611	1611



**Objetivo: Proporcionar o exercício dos direitos de cidadania e a inclusão social e produtiva.**

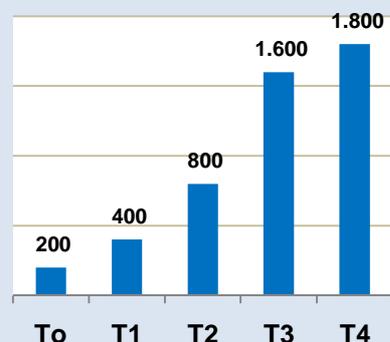
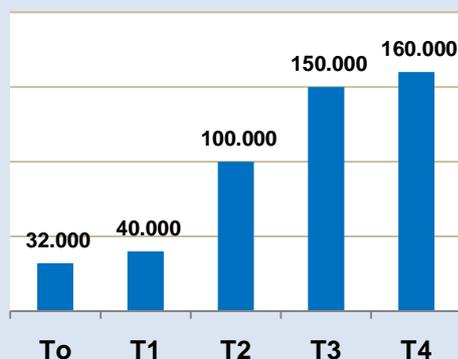




**Resultado: Fortaleza da Juventude**

**Objetivo: Promover atenção integral à juventude, com ênfase na inserção cultural, intelectual, social e econômica**

Indicadores	Metas				
	2013	2014	2015	2016	2017
Jovens beneficiados pelos Programas de Políticas Públicas de juventude	32.000	40.000	100.000	150.000	160.000
Inserção produtiva dos jovens	200	400	800	1.600	1.800



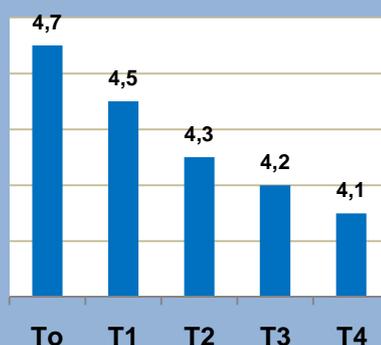
**Objetivo: Promover cuidados a jovens em situação de riscos e vulnerabilidades.**

Indicadores	Metas				
	2013	2014	2015	2016	2017
Acompanhamento terapêutico de jovens usuários de drogas	2.200	4.400	6.200	8.800	9.000
Taxa de homicídio da juventude (Quantitativo de homicídio de jovens /Quantitativo de homicídiosda população de Fortaleza por 100.000 hab.)	80%	70%	60%	50%	40%

## Fortaleza da Mobilidade e da Acessibilidade

**Objetivo: Promover maior mobilidade e acessibilidade com qualidade e segurança.**

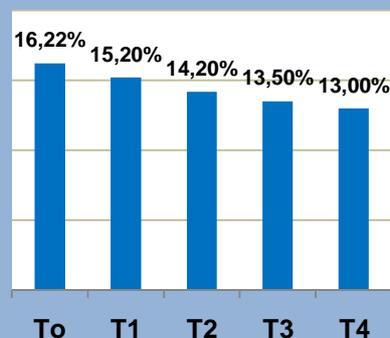
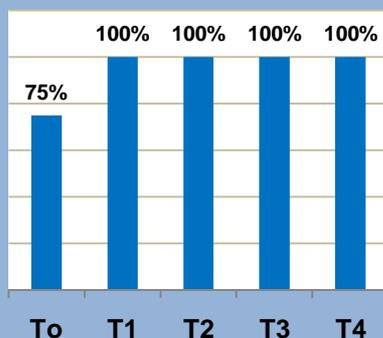
Indicadores	Metas				
	2013	2014	2015	2016	2017
Índice de mortes no trânsito por 10.000 veículos	4,7	4,5	4,3	4,2	4,1



Qualidade dos pavimentos	Vo	Vo +15%	Vo +30%	Vo +45%	Vo +60%
Índice de BRT'S	Vo	Vo +10%	Vo +20%	Vo +30%	Vo +40%

**Objetivo: Priorizar, qualificar e democratizar o acesso ao transporte público em Fortaleza.**

Indicadores	Metas				
	2013	2014	2015	2016	2017
Índice de Acessibilidade Veicular do STP (ônibus)	75%	100%	100%	100%	100%
% de custo médio com transporte público sobre o Salário Mínimo (Índice de acessibilidade econômica)	16,22%	15,20%	14,20%	13,50%	13,00%



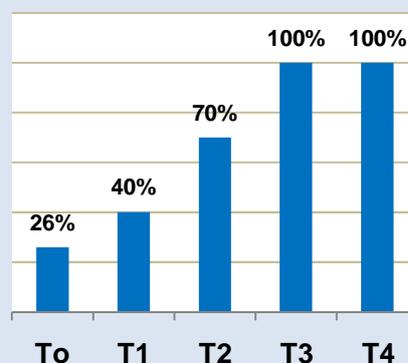
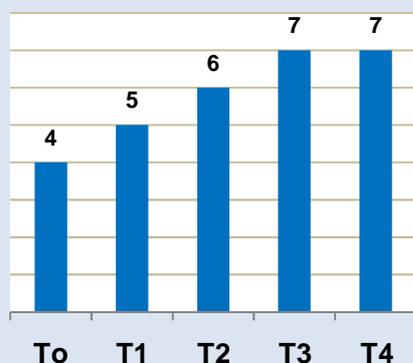


**Resultado: Fortaleza Sustentável**

**Objetivo: Assegurar o efetivo controle e ordenamento urbano e ambiental, a função social da propriedade e a qualidade de vida da comunidade.**

**Objetivo: Preservar e conservar o patrimônio natural e cultural.**

Indicadores	Metas				
	2013	2014	2015	2016	2017
Índice de Área Verde (m <sup>2</sup> de área verde por habitante)	4	5	6	7	7
Adoção e manutenção de Praças	26%	40%	70%	100%	100%



**Resultado: Fortaleza Planejada e Participativa**

**Objetivo: Implantar a cultura do planejamento (de curto, médio e longo prazo) e gestão participativa para resultados, com mecanismos observatórios e de controle social.**

Indicadores	Metas				
	2013	2014	2015	2016	2017
Taxa de órgãos e entidades do Executivo Municipal realizando análise de desempenho do PGR (Programa de Gestão por Resultados)	30%	90%	100%	100%	100%
Taxa de cumprimento dos cronogramas das iniciativas (ações, programas ou projetos cadastrados no MAPPFor e incorporados ao PPA)	0%	70%	80%	90%	90%

## III.4. ESTRUTURA PROGRAMÁTICA DO PLANO

Estabelecido o alinhamento da orientação de governo, foi definido o conteúdo da dimensão tático-operacional do PPA consolidada numa Matriz Programática, organizada em Programas Finalísticos setoriais e/ou multissetoriais e Programas de Gestão. Dessa forma, efetivou-se a elaboração programática por cada área num processo participativo e articulado da própria Prefeitura na sua dimensão interna, bem como, na dimensão externa, cujo processo de construção foi balizado pela participação da sociedade organizada.



### III.4.1. Áreas Temáticas e Programas Finalísticos

#### EIXO I: Melhoria da Qualidade de Vida e Justiça Social

##### Área da Saúde

A Gestão Municipal, a partir de 2013, compromete-se a estruturar, implementar e gerir a Política Municipal de Saúde, a partir das Redes de Atenção à Saúde (Portaria nº 4.279, de 30 de dezembro de 2012), compreendida como estratégia focada na superação da fragmentação da atenção e da gestão nas Regiões de Saúde e no aperfeiçoamento do funcionamento político-institucional do Sistema Único de Saúde (SUS), com vistas a assegurar ao usuário o conjunto de ações e serviços que necessita com efetividade e eficiência.

A Rede de Atenção à Saúde (RAS) é definida como arranjos organizativos de ações e serviços de saúde, de diferentes densidades tecnológicas, que integradas por meio de sistemas de apoio técnico, logístico e de gestão, buscam garantir a integralidade do cuidado. O objetivo da RAS é promover a integração sistêmica, de ações e serviços de saúde com provisão de atenção contínua, integral, de qualidade, responsável e humanizada, bem como incrementar o desempenho do Sistema, em termos de acesso, equidade, eficácia clínica e sanitária e eficiência econômica.

Fundamenta-se na compreensão da Atenção Primária à Saúde como primeiro nível de atenção, enfatizando a função resolutiva dos cuidados primários sobre os problemas mais comuns de saúde sendo coordenadora das redes de atenção e ordenadora do cuidado em todos os pontos de atenção, perseguindo a atenção contínua e integral, pelo cuidado multiprofissional, pelo compartilhamento de objetivos e compromissos com os resultados sanitários e econômicos.



Ressaltamos que a atenção primária tende a se fortalecer no campo da prevenção e promoção da saúde, ao ser contemplado com programas e projetos estratégicos que visam potencializar o território como espaço de construção da saúde, incentivar a melhoria da qualidade dos processos de trabalho e do desempenho dos serviços de saúde, do acesso e da gestão do cuidado. Dentre eles, destacam-se o Programa de valorização dos profissionais da Saúde (PROVAB) e o Programa de Requalificação de UBS- reformas. A adesão ao PROVAB, gerou um incremento de 33,8% para 49% na taxa de cobertura, face a ampliação de 238 equipes da Estratégia Saúde da Família para 300 equipes, distribuídos nas 92 Unidades de Atenção Primária a Saúde (UAPS).

Neste cenário de compromissos foram pactuadas as construções de 25 Unidades de Atenção Primária, e reformas e ampliações de 60 UAPS. Outro incremento pautado no foco da qualificação da Atenção Primária em Saúde está no campo da gestão de pessoas. Em abril de 2013 foi realizado um processo aberto de seleção pública realizado pela Escola de Saúde Pública do Ceará que selecionou e aprovou 108 Gestores para gerência das Regionais de Saúde, das 92 Unidades de Atenção Primária à Saúde, e direção dos hospitais e SAMU.

Portanto, este novo modelo de atenção preconiza a organização e a implementação das Redes Temáticas de Atenção, nas quais se destacam a: **Rede Materno-Infantil (Rede Cegonha)** (Portaria nº 1.459, de 24 de Junho de 2011), **Rede de Atenção as Condições Crônicas** (Portaria nº 252 de 19 de fevereiro de 2013), **Rede de Atenção Psicossocial** (Portaria nº 3.088 de 23 de Dezembro de 2011), **Rede de atenção as Urgências e Emergências** (Portaria nº 1.600 de 07 de Julho de 2011) bem como o sistema de apoio diagnóstico e terapêutico e assistência farmacêutica. Outrossim, foi pautado o fortalecimento da Vigilância em Saúde a partir da integração das Vigilâncias (Epidemiológica, Sanitária e Ambiental) e da Saúde do Trabalhador.

A **Rede Materno Infantil (Rede Cegonha)** se define como uma estratégia do Ministério da Saúde que visa organizar uma rede de cuidados que assegure às mulheres o direito ao planejamento reprodutivo e à atenção humanizada à gravidez, parto, abortamento e puerpério; às crianças de 0 a 2 anos o direito ao nascimento seguro e humanizado e ao crescimento e ao desenvolvimento saudáveis. Logo a rede se define em três componentes: Pré Natal, Parto e Nascimento, Puerpério e Atenção a Criança.

A portaria nº 3.088 de 23 de Dezembro de 2011 institui a **Rede de Atenção Psicossocial** com a criação, ampliação e articulação de pontos de atenção à saúde para pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes

do uso de crack, álcool e outras drogas, no âmbito do Sistema Único de Saúde. A Rede de Atenção Psicossocial é constituída pelos seguintes componentes: Atenção Básica em Saúde; Atenção Psicossocial Especializada; Atenção de Urgência e Emergência; Atenção Residencial de Caráter Transitório; Atenção Hospitalar; Estratégias de Desinstitucionalização e Reabilitação Psicossocial.

No Município de Fortaleza, a Rede de Atenção Psicossocial está constituída dos seguintes pontos de atenção: 06 CAPS Gerais (01 CAPS 24 hs, Tipo III) 06 Caps AD (01 CAPS AD III, 24HS) 02 CAPS Infantil, 03 Residências Terapêuticas, 01 Consultório de Rua, 02 Ocas de Saúde Comunitária, 01 Serviço de Referência Hospitalar com 12 leitos para tratamento de usuários de crack, álcool e outras drogas, 04 Comunidades Terapêuticas com 75 vagas para adultos com necessidades clínicas estáveis decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas e 01 Unidade de Acolhimento com 30 leitos.



A **Rede de Atenção às Urgências** tem a finalidade de articular e integrar todos os equipamentos de saúde, objetivando ampliar e qualificar o acesso humanizado e integral aos usuários em situação de urgência e emergência nos serviços de saúde, de forma ágil e oportuna.

Conforme a natureza da rede temática de atenção à saúde define-se os pontos de atenção secundária e terciária, na interlocução de fluxos e contra fluxos de pessoas e informações nos territórios sanitários.

Os pontos de atenção de densidade tecnológica intermediária da rede municipal compreendem oito unidades hospitalares secundárias, um Centro de Especialidades Médicas José de Alencar (CEMJA) e 02 Centros de Especialidades Odontológicas.

No tocante a capacidade instalada os Hospitais Distritais atendem urgências e emergências nas áreas de Clínica Médica, Pediatria, Cirurgia Geral, Ginecologia e Obstetrícia e Traumatologia-Ortopedia. Possuem, ainda, ambulatórios especializados, unidades de internação e serviços de apoio diagnóstico, tais como Laboratório de Análise Clínicas e Centro de Imagem contendo Ultrassom e Raio-X.

Os pontos de atenção de maior densidade tecnológica (atenção terciária) compreendem o Instituto Dr. José Frota e o Hospital da Mulher. O Instituto Dr. José Frota – IJF é uma unidade hospitalar de referência terciária para o atendimento de urgências e emergências do trauma, constituindo-se em referência estadual e regional. O Hospital da Mulher é uma unidade hospitalar de atenção secundária e terciária com

atendimento nas áreas de ginecologia e obstetrícia, internação clínica e cirúrgica. É um ponto de atenção que dialoga com as redes cegonha e de urgência.

**Figura 2 - Estrutura Operacional das Redes de Atenção à Saúde**



Destaca-se ainda como ações prioritárias construídas no campo da gestão, a reestruturação da política de gestão do trabalho e de valorização do trabalhador, bem como a ampliação e o fortalecimento dos espaços para a Gestão Participativa, Controle Social e Ouvidoria. Neste contexto, ressaltamos a relevância social da atuação dos Conselhos Municipal, Regional e Local de Saúde, como órgãos deliberativos e que tem como funções a formulação de diretrizes e estratégias, o controle e a fiscalização da execução das políticas de saúde no âmbito municipal, regional e local.

Salientamos ainda no campo da gestão do trabalho e da valorização do trabalhador, os projetos de Residência Médica, Pró-Residência e Residência Multiprofissional, convênios estabelecidos com o Ministério da Saúde para qualificação da educação permanente em saúde.

Portanto, a Saúde está no centro da agenda de desenvolvimento das instâncias de Gestão do Sistema (União, Estado, Município), pautada no Pacto político federativo que



expressa o comprometimento com a consolidação e fortalecimento do SUS. Assim, considerando os marcos inovadores do SUS com foco no fortalecimento da construção coletiva de um planejamento integrado, ressaltamos que o Município de Fortaleza, enquanto Região de Saúde está em processo de adesão ao Contrato Organizativo de Ação Pública (COAP).

É um relevante instrumento que produz evidências voltadas para a Regionalização – Co-responsabilização; articulação entre as Redes de Atenção na perspectiva da integração; partilha da responsabilidade entre os entes signatários; discussão ampliada das necessidades – regiões de saúde (Comissão Intergestores Regional); maior organização dos fluxos; identificação dos vazios assistenciais sinalizando necessidade de investimento; maior transparência na gestão do SUS; maior segurança jurídica nas relações interfederativas e maior controle social – apropriação por parte dos munícipes de seus direitos.

A estratégia de aprofundamento desse cenário de modernização requer um governo indutor e promotor das mudanças, e a área da saúde tem também esse protagonismo a partir de políticas públicas construídas por meio do permanente diálogo social e do pacto federativo, pautado nos desafios de se buscar novas formas de atuação do Estado.

Para efeito do **enfrentamento ao uso de drogas**, vale registrar a decisão adotada de criação de um órgão, concebido para ter atuação transversal, a **Coordenadoria de Políticas sobre Drogas – CPDdrogas**, decorrente do desafio a que se impôs a atual Gestão Municipal, diante da imperativa necessidade de enfrentar o problema da drogadição em Fortaleza, de maneira mais ordenada, interdependente e especializada. A CPDdrogas é uma unidade administrativa vinculada ao Gabinete do Prefeito, com premissas de atuação que pressupõem a preservação dos direitos humanos e a formulação de ações intersetoriais de combate ao uso de drogas. Composta por equipe interdisciplinar tem a missão de coordenar a política municipal sobre drogas, fundada na organização, com definição funcional, de uma rede de entidades articuladas para cuidar, segundo especificidades, da promoção da atenção integral a usuários, familiares e rede social implicada, tendo como valores o respeito à vida, aos direitos humanos, à ética, à diversidade e à responsabilidade compartilhada. A magnitude do consumo de substâncias psicoativas, especialmente o crack, associado ao contexto de vulnerabilidade social de parcela considerável da sociedade, sem dúvida reclama medidas de intensificação, ampliação e diversificação de ações orientadas para a prevenção, tratamento e reinserção social de adictos em





recuperação, por meio de dispositivos articulados de forma complementar e funcional para garantir a continuidade da atenção. Considerando que não existem soluções únicas e milagrosas, a política de atenção aos usuários de crack, álcool e outras drogas requer, sobretudo, ações conduzidas de forma interdisciplinar, com sustentação intersetorial, em virtude das singularidades expressas na demanda por atendimento. São fundamentos da política adotada reconhecer os princípios do SUS; respeitar a pluralidade dos modos de vida; prover atendimento sem julgamento moral; reduzir danos, enquanto direção de tratamento; abstinência como um dos objetivos a ser alcançado; corresponsabilização do usuário pelo seu processo; e visão holística. Suas diretrizes estão orientadas pela busca da garantia dos Direitos Humanos; acesso e atenção aos usuários em uso prejudicial e/ou dependência química; promoção de cuidados comunitários; reversão da lógica de internação como ação prioritária de atenção aos usuários com dependência química; garantia de que a internação, se necessária, ocorra em hospitais gerais e seja de curta duração; práticas intersetoriais que visem responder às demandas em sua complexidade; ações de recuperação envolvendo comunidades, familiares e usuários; adoção de programas específicos apoiados em atividades de educação permanente, intercâmbio e pesquisa. No cumprimento de suas atribuições a CPDrogas deve articular e coordenar as políticas públicas sobre drogas no Município e prestar assessoramento ao Prefeito a respeito do assunto; organizar e integrar as atividades de prevenção ao uso de drogas, dispensando atenção também aos familiares e promovendo a reinserção social dos usuários; coordenar o planejamento, a execução e o monitoramento das políticas sobre drogas nas secretarias temáticas e regionais; igualmente junto a outras entidades governamentais, aos movimentos sociais, ao setor privado e ao terceiro setor; desenvolver programas de formação dos servidores públicos municipais, visando prepará-los para o correto encaminhamento dos problemas relacionados ao uso de drogas; coordenar e executar as políticas e as ações do **Centro Integrado de Referência sobre Drogas**; gerenciar informações, promover estudos, elaborar propostas e recomendações que possibilitem o aperfeiçoamento das políticas públicas sobre drogas.

### **Programas Finalísticos**

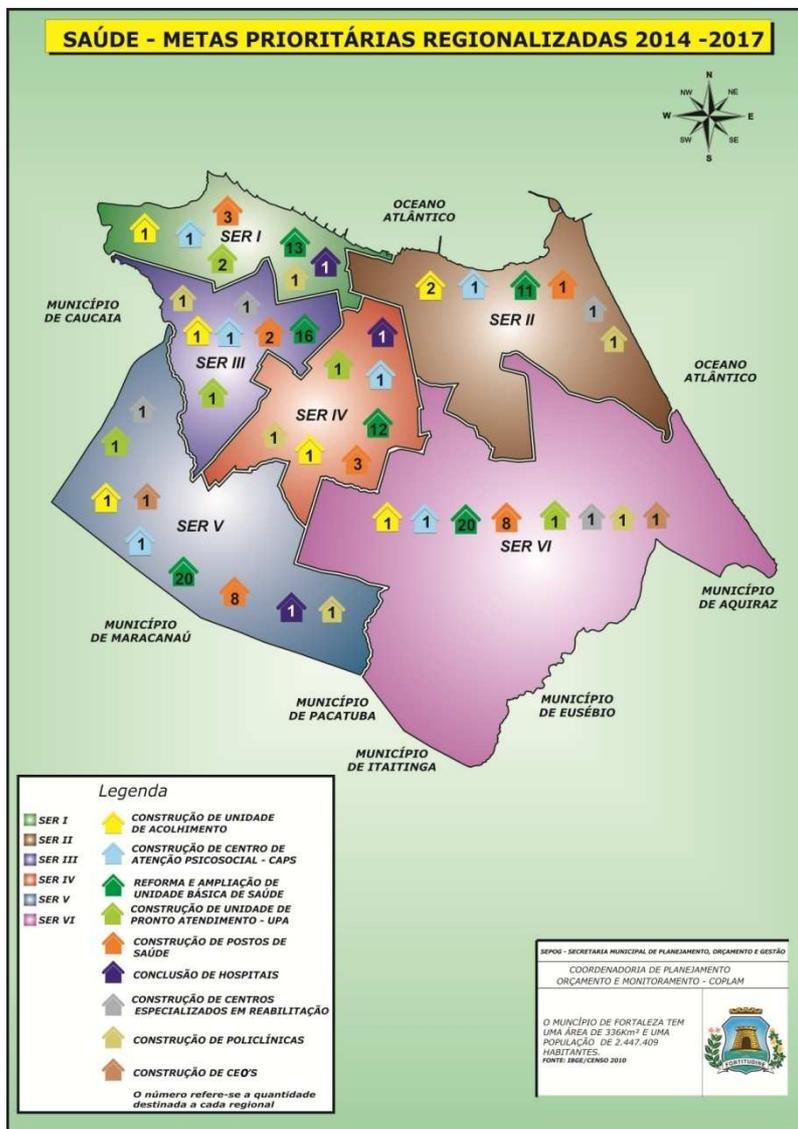
#### **SMS – Secretaria Municipal de Saúde**

- Atenção Primária à Saúde
- Coordenação integrada de Enfrentamento do Crack e outras Drogas(*Multissetorial*)

- Gestão Estratégica e Participativa do SUS
- Gestão do Trabalho e Educação na Saúde
- Atenção as Condições Crônicas
- Assistência Farmacêutica
- Atenção Especializada à Saúde
- Atenção Terciária em Saúde
- Serviço de Apoio Diagnóstico e Terapêutica
- Vigilância em Saúde
- Regulação, Controle, Avaliação e Auditoria
- Requalificação Urbana com Inclusão Social - PREURBIS (Multissetorial)



Mapa 2 - Metas prioritárias regionalizadas da área de saúde 2014-2017



Fonte: SMS

## Área de Esporte e Lazer

A prática de esporte e lazer é fundamental para a saúde física e mental do ser humano, melhorando seu bem estar, afetando, portanto, a sua qualidade de vida. Atividades de esporte e lazer integram pessoas, reduzem o estresse, e proporcionam momentos de aprendizagem para criança, adolescentes, adultos e idosos.

Ao praticar um esporte ou mesmo uma atividade de lazer expressamos sentimentos, crenças, valores, enfim, nosso modo de sentir e perceber o mundo, proporcionado assim um impacto positivo na integração social.

Os esportes, sejam coletivos ou individuais, auxiliam no desenvolvimento da cidadania, ou seja, os aspectos afetivos, sociais, cognitivos, culturais e biológicos do esporte muito contribuem para questionamento de situações e problemas.

Apesar da grande importância do esporte e lazer na vida comunitária, o Brasil possui poucos estudos a respeito, já tendo transcorrido dez anos desde a última pesquisa quantitativa realizada pelo IBGE sobre o tema “Esporte”, e mesmo esta não possui grande riqueza de dados, limitando-se praticamente ao levantamento sobre profissionais contratados pelo poder público para atuar em práticas esportivas, recursos governamentais comprometidos e equipamentos esportivos.

A prática de esportes, além da aprendizagem da técnica esportiva, auxilia na construção da convivência do indivíduo com a sociedade. O esporte canaliza de forma positiva energias acumuladas, principalmente na infância e na adolescência, que se não tratadas adequadamente poderiam se converter em movimentos de agressão e vir a gerar conflitos. Também por isso é tão importante a prática de algum esporte, além do fato de ajudar na formação do corpo, no aumento da auto-estima, no desenvolvimento de espírito de equipe, contribuindo para a inserção social e a construção de convivência pacífica destas crianças e jovens da comunidade.

Prática de esportes pode reduzir consideravelmente os riscos de doenças em adultos, proporcionando-lhes saúde e bem estar, reduzindo a ocorrência de inúmeras doenças relacionadas ao sedentarismo, principalmente se praticado de forma regular e, principalmente, moderada.

Investimentos adequados na ampliação de práticas esportivas e no lazer da população contribuem para a criação da Fortaleza Saudável, bem como de uma Fortaleza Mais Justa, Pacífica e Acolhedora, bem como a Fortaleza Produtiva e Inovadora, uma vez que



as práticas de esporte e lazer contribuem com o equilíbrio entre corpo e mente, ampliando a disposição física e a capacidade produtiva da comunidade.

Dentro destas perspectivas e considerando as propostas sugeridas pelos representantes dos diversos segmentos esportivos da Sociedade Civil durante a III Conferência Nacional do Esporte, promovida e realizada pelo Ministério do Esporte em 2010, cujo tema fora “Construindo o Futuro do Esporte em Fortaleza”, a Secretaria de Esporte e Lazer priorizou programas baseados nas seguintes estratégias de atuação:



- Criação do Sistema Municipal de Esporte e lazer – considerando o esporte e o lazer como direitos sociais, estabelecendo novos mecanismos de gestão pública democrática e descentralizada, criando instâncias de efetiva participação de todos, englobando os segmentos das diversas manifestações do esporte.
- Promoção do Esporte Educacional e de Rendimento – objetivando potencializar talentos advindos da escola, criar núcleos escolares de esporte e incentivar a participação dos atletas de destaque em campeonatos locais e nacionais, envolvendo a criação da Bolsa Esporte e da Bolsa Atleta.
- Infraestrutura e Acessibilidade para a Prática do Esporte e Lazer – com o objetivo de garantir a manutenção de infraestrutura para práticas esportivas e desenvolver programas e projetos que ofereçam mobilidade e acessibilidade para todos aos equipamentos de esporte e lazer.
- Esporte e Lazer na Comunidade e a Valorização Profissional – objetivando ampliar os projetos de esporte e lazer nas comunidades, inserindo crianças, jovens, adultos, idosos e pessoas com deficiência, grupos especiais (hipertensos, diabéticos), pessoas que buscam saúde, bem estar físico e mental, através de atividades lúdicas e específicas ao desenvolvimento esportivo, capacitando os profissionais de educação física que atuam em Programas e Projetos Sociais e de Gestão Esportiva e os agentes esportivos para o atendimento adequado a prática esportiva e de lazer.
- Ampliação e Qualificação dos Programas Sociais do Ministério do Esporte assumidos como Política Municipal - criando as condições necessárias para que ações sejam efetivamente conduzidas de maneira intersetorial, articuladas e integradas, para garantir a efetiva qualificação desses programas.

### **Programas Finalísticos**

#### **SECEL – Secretaria de Esporte e Lazer**

- Desenvolvimento do Desporto Comunitário e de Lazer
- Infraestrutura de Esporte e Lazer

- Programa de Esporte Educacional e Rendimento
- Atenção Integral à Pessoa com deficiência
- Atenção Integral à Pessoa Idosa (*multissetorial*)

## Área de Educação, Conhecimento e Inovação

### Educação

A Rede Municipal de Ensino de Fortaleza está entre as quatro maiores do nosso país, com o total de 191.233 alunos da Educação Básica, distribuídos em 7.862 turmas, em 457 unidades escolares. A oferta da Educação Básica encontra-se com cobertura integral no âmbito do Ensino Fundamental, constituindo-se desafio a universalização do atendimento às crianças da Educação Infantil de 4 e 5 anos.

De modo geral, os avanços no processo da universalização da Educação Básica não se expressaram da mesma forma na qualidade e efetividade do ensino nas escolas. Os resultados do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB) revelaram realidades inaceitáveis quanto ao resultado do processo de ensino-aprendizagem. Constatou-se que entre 1995 e 2005 houve um declínio de 8,5% no percentual de proficiência em Língua Portuguesa dos alunos que cursaram o Ensino Fundamental I, os quais não desenvolveram competências e habilidades básicas de leitura. Quanto ao Ensino Fundamental II, as avaliações registraram queda de 9,4% no percentual dos alunos que não desenvolveram habilidade de leitura e escrita compatível com o esperado neste nível de escolaridade.

Na Rede Municipal de Fortaleza o nível da proficiência escolar em Língua Portuguesa (2008-2012), de acordo com o Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará (SPAECE) para os alunos do 2º ano do Ensino Fundamental, apresentou os seguintes resultados:



**Quadro 1: Resultado do SPAECE no período de 2008 a 2012- Proficiência Média**

Ano	2º Série do Ensino Fundamental	Padrão de Desempenho
2008	122,26	Intermediário
2009	118,52	Intermediário
2010	131,73	Suficiente
2011	140,29	Suficiente
2012	131,41	Suficiente

Fonte: SEDUC

Como se observa na avaliação do ano de 2012 ocorreu uma redução de 8,8 pontos no nível de proficiência comparado ao ano anterior, observando-se padrão de desempenho apenas suficiente, onde a meta é alcançar nível de desempenho no padrão desejável. Visando superar estes índices e obter os resultados desejáveis na aprendizagem de nossas crianças e jovens, os investimentos na rede de educação municipal, durante a gestão 2013-2016, voltam-se prioritariamente à qualificação dos processos pedagógicos, com foco na Pré-Escola e Ensino Fundamental I, para que as crianças possam aprender a ler até os 7 anos de idade, condição esta que repercutirá significativamente na qualidade da escolarização subsequente. Como estratégia, desenvolveremos nas escolas ações de fortalecimento e intensificação do Programa de Alfabetização na Idade Certa (PAIC) e do Programa de Aprendizagem na Idade Certa (PAIC+5), e adesão ao Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC).

Além disso, utilizaremos uma metodologia desenvolvida pelo GEEMPA (Grupo de Estudos sobre Educação, Metodologia de Pesquisa e Ação), disponibilizada pelo MEC, que visa à alfabetização de alunos das demais séries do Ensino Fundamental que prosseguiram sua escolarização sem ter atingindo as competências relacionadas ao aprendizado da leitura e escrita.



Os resultados de aprendizagem a serem atingidos para a Rede Municipal até o ano de 2016, no âmbito nacional (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB) e âmbito estadual (SPAECE), estão assim especificados:

Quadro 2: Indicadores de aprendizagem a serem atingidos no âmbito da Rede Municipal de Fortaleza na gestão 2013-2016.

INDICADORES	META / 2013	META / 2014	META / 2015	META / 2016
<b>(IDE) Spaece - 2º ano</b>	4,3	4,8	5,4	6,0
<b>(IDE) Spaece - 5º ano</b>	3,7	4,0	4,5	5,0
<b>(IDE) Spaece - 9º ano</b>	2,9	3,3	3,6	3,9
<b>IDEB - 5º ano</b>	4,5	*	4,8	*
<b>IDEB - 9º ano</b>	3,7	*	4,0	*

\* IDEB – tem uma periodicidade bianual e o último resultado consolidado foi o ano de 2011.

Considerando que a qualidade do ensino-aprendizagem é delineada por múltiplos fatores, a gestão municipal da educação definiu como prioridade o fortalecimento da dimensão pedagógica da escola, o que tem como pressuposto a qualificação da gestão escolar com vista ao melhor desenvolvimento do ensino.

Pesquisas têm demonstrado que o fortalecimento da gestão escolar é considerado uma das dimensões importantes para a melhoria da qualidade da aprendizagem dos alunos. Para isto a Secretaria Municipal da Educação procedeu à escolha de gestores escolares por mérito, através de seleção pública, formação continuada em gestão escolar, definição de metas claras relacionadas ao processo de ensino-aprendizagem e o monitoramento permanente dos resultados, auferidos por meio de indicadores de gestão administrativa e pedagógicos. Para a efetivação deste acompanhamento,



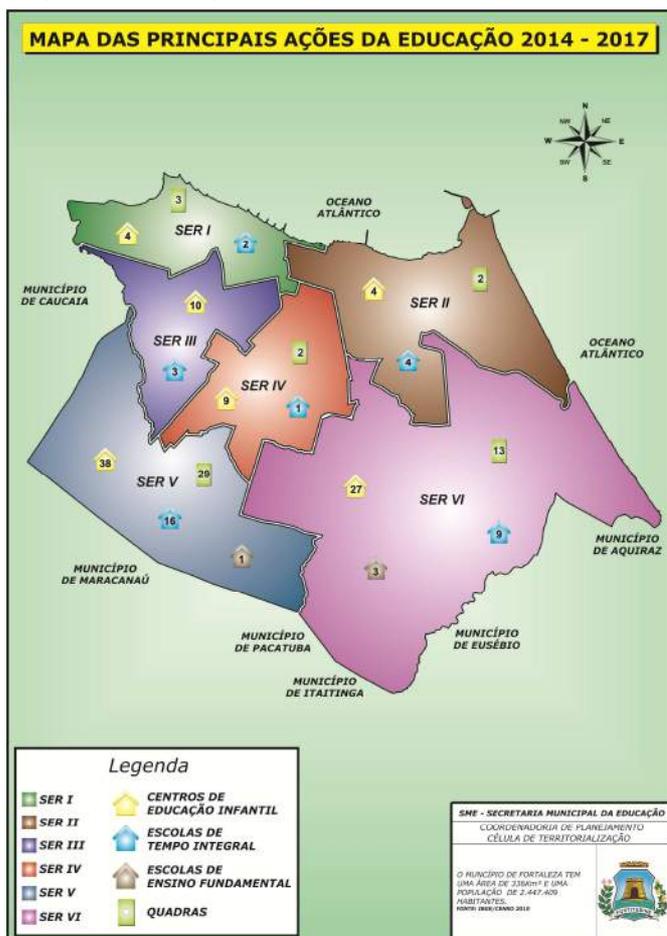
criamos programas de formação e acompanhamento à gestão, como uma das principais atribuições da Coordenadoria de Articulação da Comunidade e Gestão Escolar.

Outro investimento fundamental é a melhoria da estrutura da rede de ensino, com ampliação do atendimento na Educação Infantil e reordenamento do Ensino Fundamental, melhorando os equipamentos existentes e construindo novas unidades escolares. Destacamos algumas ações que já estão sendo realizados: construção de 91 Centros de Educação Infantil; implantação de 35 Escolas em Tempo Integral; construção de 49 quadras escolares cobertas; aquisição de 40 ônibus escolares acessíveis; investimento em novos mobiliários escolares; programas de valorização do professor; programa de formação em gestão escolar; e distribuição de fardamento, mochila e material escolar para todos os alunos da rede.

A proposta da Secretaria Municipal da Educação é elevar a qualidade do ensino oferecido às crianças e jovens usuários da rede pública de ensino, investindo em programas que fortaleçam a aprendizagem da leitura e escrita. Investimentos em estrutura, equipamentos e materiais serão agregados ao esforço necessário para garantir uma melhor ambiência à rede escolar.



Mapa 3 - Metas prioritárias regionalizadas da área da educação 2014-2017



Fonte: SME

## Ciência, Tecnologia e Inovação

No mundo contemporâneo, no qual prevalecem relações mais abertas e intensas entre os países e também entre as cidades, notadamente em metrópoles que já alcançam o porte de Fortaleza, a atuação do poder público objetivando deflagrar processos indutores de melhoria nos padrões de qualidade de vida da população, tanto exige um olhar introspectivo, ou seja, uma crítica amíúde das questões que cercam a sociedade analisada, seus valores e contradições, como também pressupõe uma leitura prospectiva, vale dizer, uma visão de futuro das potencialidades e possibilidades presentes na realidade social alvo das ações governamentais.

Ao considerar os desafios representados pela perspectiva de construir uma *Fortaleza Produtiva e Inovadora*, essa contextualização deve ser feita com acuidade, tendo em conta aspectos da sua história, do seu perfil demográfico, da sua economia, do seu patrimônio cultural, da sua localização geográfica, das oportunidades com as quais se depara e que podem ser exploradas e, em especial, aqueles relativos às suas vocações



como cidade, às potencialidades que lhe são próprias, assim como as tradições e saberes que lhe conferem identidade e a disposição da sua gente para o trabalho.

Os recursos tangíveis e intangíveis de Fortaleza, em outros termos, o que produz de bens e serviços, ao lado do que dispõe de conteúdos culturais e naturais, respondem pelo que é a cidade, ao mesmo tempo em que, na condição de metrópole aberta a ampliar suas relações, explicita as necessidades de mudanças e avanços para que se torne um espaço urbano oferecedor de melhor qualidade de vida para seus habitantes.



No trato desses desafios, o poder público municipal avalia que o desenvolvimento da cidade comporta, com equilíbrio, tanto a valorização do conhecimento tácito, o saber experimental acumulado em muitas áreas, como o estímulo que é indispensável ao conhecimento acadêmico racionalizado, capaz de assegurar o surgimento, a expansão competitiva e a consolidação de atividades baseadas no saber científico, imprescindíveis à modernização da cidade.

Conjugar bem essas possibilidades, obviamente compreende incentivar procedimentos de criatividade e inovação no âmbito da sociedade, isso admite ações de articulação em prol do desenvolvimento científico e tecnológico. Compreende, portanto, ações positivas capazes de estimular o conhecimento, os valores e talentos, potencializando o desenvolvimento de novos negócios e a atração de investimentos. São medidas fundamentais para que uma metrópole como Fortaleza, venha a tornar-se competitiva, próspera e atraente a investimentos no cenário nacional e internacional, qualidades essenciais que impactam diretamente em pelo menos três grandes resultados estratégicos: *Fortaleza do Conhecimento, Fortaleza Produtiva e Inovadora, Fortaleza Sustentável.*

O município de Fortaleza é sede de três universidades, um Instituto Federal de nível superior, dois centros universitários e um grande número de faculdades, além de institutos de tecnologia e pesquisa e de um órgão de fomento à ciência, tecnologia e inovação, a FUNCAP. Significa um considerável potencial de conhecimento científico, competência tecnológica e capacidade de inovação. Difundir essa concentração de conhecimento e competência em favor do progresso da cidade é um desafio assumido pela Prefeitura Municipal de Fortaleza.

Para tanto, criou a Coordenadoria de Ciência, Tecnologia e Inovação (CITINOVA), cujo objetivo central não é a ciência, é a cidade. Em outras palavras, não se destina tal órgão a promover a ciência e a tecnologia per se, mas delas se servir para promover



prosperidade, riqueza e felicidade na cidade. Coordenar a energia criativa, o conhecimento científico, o desenvolvimento da tecnologia para traduzi-los em soluções para os problemas urbanos e, sobretudo, em arranjos para a geração de riqueza, trabalho, ocupações criativas e bem estar é a função da CITINOVA em Fortaleza.

Para que se colham os frutos positivos que a concentração e a intensa interação de indivíduos propiciam, é necessário prover os meios e a ambiência adequados, o que requer, além de uma educação de qualidade, uma ação capaz de organizar, estimular e potencializar a criatividade e a inovação na cidade.

As atribuições a serem empreendidas pela CITINOVA possuem o objetivo de verter essa concentração de conhecimento e competência em benefício do progresso e da riqueza da cidade, realizando ações de transição em direção à nova economia, a economia da criatividade e do conhecimento.

1. Utilização da ciência e da tecnologia na solução de problemas e no desenvolvimento da cidade, inclui parcerias que resultem na aplicação da ciência e da tecnologia em benefício da cidade.
2. Desenvolvimento da inovação na cidade de Fortaleza, a partir da inovação empresarial, inovação nas políticas públicas e inovação social.
3. Fortaleza cidade inteligente.
4. Fortaleza criativa.
5. Difusão da cultura e da cidadania digital em Fortaleza.

### **A Geração de Conhecimento para transformar Fortaleza**

Esse componente é parte inerente das ações dessa área temática, cabendo ao IPLANFOR, através de sua Diretoria de Estudos e Pesquisas, a missão de produzir e difundir conhecimento acerca de projetos, pesquisas, experiências e soluções inovadoras, novas tecnologias sociais, bem como informações sobre o contexto urbano da cidade.

O IPLANFOR irá realizar ainda, uma série de seminários e fóruns temáticos para qualificação dos membros dos conselhos temáticos e conselhos regionais, para a geração compartilhada de boas soluções para transformar Fortaleza na cidade desejada.

### **Programas Finalísticos**

## **SME - Secretaria Municipal de Educação**

- Desenvolvimento da Educação Infantil
- Requalificação Urbana com Inclusão Social – PREURBIS (*multissetorial*)
- Desenvolvimento do Ensino Fundamental
- Educação de Jovens e Adultos
- Melhoria da Qualidade da Educação Básica

## **Coordenadoria da Ciência, Tecnologia e Inovação**

- Ciência, Tecnologia e Inovação para a cidade de Fortaleza



## **Área da Cultura**

A cidade de Fortaleza, para onde fluem os mais genuínos costumes, saberes e tradições, originários de todas as partes do território cearense, trazidos pelo intenso processo migratório ao qual lhe coube recepcionar, adquiriu, ao longo da história, a condição de território de convergência cultural do estado. Além disso, dada sua dinâmica econômica regional, incluindo a vigorosa atividade turística, é hoje uma metrópole aberta a outras influências que tendem a ampliar o seu patrimônio cultural.

Diante dessa realidade, um ambiente rico de oportunidades, compete à Secretaria de Cultura de Fortaleza (Secultfor) valorizar a diversidade desse mosaico cultural, executando e estimulando ações que favoreçam o desenvolvimento de suas potencialidades, muitas das quais estão por merecer maior atenção.

Isso remete, necessariamente, à formulação de uma política cultural democrática, permanente e participativa, voltada para a preservação da memória e do patrimônio histórico-cultural da cidade, ao mesmo tempo em que deve servir de instrumento para a realização de projetos que visem à requalificação de espaços públicos, bem como de apoio à economia da cultura, por meio da formação, criação e produção artística.

Ao adotar essas referências para priorizar direcionamentos, ademais tendo a Cultura como componente da cidadania e como indutora de inclusão social, a Secultfor, integrada ao Sistema Municipal de Cultura, há de atuar comprometida com o resgate, a valorização e a preservação da identidade cultural de Fortaleza.

A Secretaria norteia sua atuação a partir da definição de diretrizes destinadas à formulação da Política Municipal de Cultura, em conformidade com a Política Nacional de Cultura, com a Lei Orgânica do Município e com os Planos Nacional, Estadual e

Municipal de Cultura; da formulação, em sintonia com órgãos do Município, de programas e ações intersetoriais que promovam a inclusão e a emancipação social; e da construção de parcerias com organizações não governamentais, tendo em vista ampliar suas ações, fomentando identidades, respeitando diferenças, afirmando e reconhecendo a diversidade cultural existente.

Para responder a essas atribuições, uma das vertentes da Política Municipal de Cultura é a realização de eventos que deem visibilidade e potencializem a pluralidade cultural de Fortaleza, suas tradições e bens simbólicos. Para tanto, os equipamentos culturais da cidade como Mercado dos Pinhões, Passeio Público, Anfiteatro Flávio Ponte, Teatro Antonieta Noronha e Biblioteca Municipal Dolores Barreira, oferecem uma série de projetos estáveis, totalmente gratuitos, que garantem a ocupação desses espaços, bem como o acesso à cultura para todos os públicos.

Além disso, a Secultfor conta com uma programação especialmente voltada para o público infantil com atividades no universo das artes cênicas, do cinema, da contação de histórias e do estímulo à leitura, afora ações de lazer com programação que ocorre em diversos bairros da cidade.

Entre os equipamentos culturais, destaca-se a Vila das Artes, lugar de formação, difusão, pesquisa e produção em diversas linguagens artísticas como audiovisual, dança e teatro. Através de suas escolas, a um só tempo, é uma aposta do Poder Público na pujança das artes, um convite ao encontro e uma intervenção no espaço urbano. Dispõe de laboratório de mídias interativas com o intento de potencializar os processos de criação e abrir espaços para o debate e o pensamento sobre as questões do mundo contemporâneo.

Além das programações permanentes dos equipamentos culturais, a Secretaria conta com o projeto *Dia 25 é dia de Maracatu*. Sempre no dia 25 de cada mês, um grupo de Maracatu realiza um cortejo em um determinado ponto da cidade. O projeto foi lançado no dia 25 de março de 2013, data em que é celebrada oficialmente o Dia do Maracatu, bem como a libertação dos escravos do Ceará. A valorização, a preservação e a recuperação do patrimônio histórico-cultural têm importância destacada tanto no que tange ao patrimônio material, quanto ao imaterial, no entanto, considerando que se trata também de um legado, integra as iniciativas da área temática Urbanismo e Meio Ambiente (Natural e Cultural) do resultado Fortaleza Sustentável.

Há muito por ser feito e a Secultfor, no cumprimento do seu papel, está decidida a estreitar laços de parceria com a população e, em particular, com os artistas e agentes



culturais da cidade. Para a execução de políticas que valorizem a diversidade cultural, com alocação democrática dos recursos públicos, a Secultfor dedicará especial atenção a iniciativas criativas que contribuam para a concepção e o desenvolvimento de ações em diferentes linguagens artísticas, afora valer-se de editais de fomento como instrumento de democratização da aplicação dos recursos destinados à Cultura.

## **Programas Finalísticos**

### **SECULTFOR – Secretaria Municipal de Cultura de Fortaleza**

- Promoção do acesso à cultura e apoio as manifestações artísticas
- Apoio à criação e fomento à cultura
- Promoção da formação cultural e artística
- Valorização, preservação e recuperação do patrimônio histórico e cultural
- Educação para o patrimônio cultural
- Gestão da política cultural, manutenção e modernização da infraestrutura cultural
- Promoção e Defesa da Cidadania e Direitos Humanos de crianças e adolescentes e sua família (*multissetorial*)

### **Área de Cidadania e Direitos Humanos**

A estruturação dessa área temática se efetiva mais diretamente pela participação das seguintes políticas públicas: Cidadania e Direitos Humanos e Habitação, gerenciadas respectivamente pela Secretaria Municipal de Cidadania e Direitos Humanos (SCDH) e pela Fundação de Desenvolvimento Habitacional de Fortaleza (HABITAFOR).

Para conduzir a **Política Municipal de Cidadania e Direitos Humanos** a SCDH de princípio, tratou de mobilizar-se no sentido de assegurar a observância de suas atribuições no âmbito do Município de Fortaleza, mediante a formulação de diretrizes e a definição de prioridades que nortearão suas ações para efeito de assegurar direitos e garantias de acesso das pessoas ao exercício da cidadania, o que inclui estimular, igualmente, a prática do reconhecimento de deveres na sociedade. Em termos específicos de direitos humanos, serão alvo de sua atenção os segmentos relativos à pessoa idosa, às mulheres, às crianças e adolescentes, às pessoas com deficiência, à diversidade sexual e à igualdade étnica e racial, assim como iniciativas que favorecem a garantia de defesa dos direitos do consumidor.

É exatamente no alargamento desse domínio que a SCDH tem a missão de contribuir para uma Fortaleza pacífica e tolerante na convivência entre os diferentes. Para tanto, conta



com o Programa Cidadania em Rede: Arte e Educação em Direitos Humanos como uma política pública guarda-chuva para, até 2016, atuar em 50 bairros com baixo IDH e/ou alto índice de violência. Tem como foco o atendimento às famílias e a criação de redes locais de promoção, defesa, formação, difusão e prática da cidadania e do bem viver comunitário.

Nessa perspectiva, um dos seus diferenciais é a prestação de serviços à população com a realização da **Caravana da Cidadania** que conta com uma série de atividades realizadas de forma simultânea, tanto na área de prevenção de direitos como de sua defesa na forma de atendimentos jurídicos, bem como no trato de questões psicossociais, no campo da mediação de conflitos, com orientações e encaminhamentos aos órgãos competentes. O objetivo central é dar visibilidade as atribuições da Secretaria em todas as suas respectivas Coordenadorias, construindo sinergias ao atuar de forma integrada e em rede itinerante nos 50 bairros onde o Programa Cidadania em Rede está se fazendo presente.

Em síntese, a estratégia a ser adotada é a de disseminar serviços de promoção dos Direitos Humanos, propiciando às comunidades de bairros periféricos a condição de ter seus direitos atendidos de forma mais dinâmica e participativa. Esse processo de descentralização tem uma dimensão educativa, por contribuir com a construção de posturas de cidadania, ao possibilitar à Secretária desenvolver, lado a lado com a população, uma cultura operacional interativa, na qual poderá responder de perto às demandas da população local, de forma mais desburocratizada.

Esse procedimento em implantação traz em si um elemento de inovação, que atende a orientação da atual gestão de buscar o reconhecimento do cidadão como sujeito ativo da vida social, de edificar traços, conferir laços de proximidade da Prefeitura com homens, mulheres e crianças de Fortaleza.

Sob a ótica do ***direito a moradia digna***, esta área temática tem suas ações implementadas principalmente para contribuir com a redução déficit habitacional. É de ampla aceitação o entendimento de que o déficit habitacional observado em Fortaleza provém do intenso e desordenado processo de crescimento urbano sofrido pela cidade, no transcurso de sua história. Em particular, essa situação é mais presente na segunda metade do século XX, quando o município passou de 270.169 habitantes, no ano de 1950, para 2.141.402, no ano 2000. Visualizando um período mais recente, de 1980 a 2010, quando a cidade adquire, mais e mais, ares de metrópole, a sua população quase que duplica ao saltar de 1,3 milhão para 2,4 milhões de habitantes.



De toda maneira, as atuais contradições urbanas identificadas em Fortaleza, que carrega um expressivo déficit habitacional estimado em 82.439 moradias, não podem ser atribuídas, exclusivamente, à sempre exacerbada expansão demográfica constatada. Certamente, em boa medida, o quadro hoje existente é o resultado explícito de intervenções insuficientes do poder público, que muito mais atuou aplacando deformações localizadas, as quais são, naturalmente, decorrentes da acelerada expansão urbana verificada.

A rigor, a cidade se ressentida da ausência de práticas de planejamento fortemente direcionadas para enfrentar as diversas situações que acabaram por configurar o seu recorrente quadro de déficit habitacional. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) registram a presença de domicílios classificados como precários, em razão da improvisação e vulnerabilidade material; assinalam a incidência de famílias que estão sujeitas a dividir o mesmo teto, vivendo em coabitação; apontam famílias que comprometem mais de 30% da renda destinada ao pagamento de aluguel; e revelam haver condições de moradia com mais de três pessoas repartindo um só cômodo.

Posta a questão do déficit habitacional, em números, fica demonstrado o tamanho do desafio sobre o qual haverá de se debruçar o Poder Público Municipal, no transcorrer dos próximos anos, por meio da atuação da HABITAFOR. Tomando dados oriundos do Censo de 2010, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) destaca que o déficit habitacional levantado para o Município de Fortaleza, da ordem de 82.439 unidades habitacionais, representa 70,5% do déficit da Região Metropolitana de Fortaleza (RMF). Vale informar que o déficit geral de habitação para o estado do Ceará alcança a casa de 550 mil moradias.

Diante dessa realidade, cumpre a HABITAFOR promover ações de permanente combate ao déficit habitacional e ao déficit de habitabilidade na cidade, que estão concentrados nas faixas de mais baixa renda (famílias com renda média de até três salários mínimos). Uma vez que atua operacionalmente apoiada no conceito de ação municipal de habitação, racionalizando e focalizando a aplicação dos recursos públicos, procura obter mais efetividade em suas ações, no sentido de garantir condições de moradia digna a quem mais precisa. Assim, busca também explorar as possibilidades oferecidas no âmbito do pacto federativo, em função de resultados previstos por conta de articulações programáticas que possam ser mantidas entre os níveis nacional, estadual e municipal.





Justamente, tendo em vista que é na faixa mais pobre da população onde o déficit habitacional apresenta a sua face mais agravada, as iniciativas empenhadas em modificar essa realidade local são desencadeadas priorizando a requalificação de áreas degradadas, o saneamento ambiental, a regularização fundiária de assentamentos precários, a urbanização de favelas e, por conseguinte, a produção de unidades habitacionais, de maneira a avançar na democratização do acesso à moradia digna para a população de baixa renda da cidade.

Além disso, a HABITAFOR na execução da política de habitação do Município considera as carências da produção de habitação voltada para o mercado de caráter popular (caso do Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV), bem como a construção de equipamentos públicos, tendo em conta as diretrizes definidas pelo Plano Diretor Participativo do município e as contidas no Estatuto das Cidades.

No âmbito do **Programa Habitar Bem**, estão inclusas iniciativas como construção de praça com equipamentos comunitários, execução de novas unidades habitacionais, requalificação da malha viária com construção de novas vias e execução de melhorias habitacionais na região do Serviluz (Multissetorial HABITAFOR/SEINF/SETFOR).

**O Programa de Requalificação Urbana com Inclusão Social – PREURBIS** consiste em mais uma importante estratégia voltada à requalificação urbana e melhoria das condições de vida das famílias que residem nas áreas de risco da cidade. As ações do PREURBIS envolvem um conjunto de atividades que passam pelos aspectos de urbanização e de habitação, pelos componentes técnicos e de engenharia, obras de infraestrutura viária, sanitária, equipamentos urbanos/sociais e de recuperação ambiental, além da avaliação e controle de impactos no meio ambiente. Desenvolvido pela Prefeitura Municipal de Fortaleza, o PREURBIS atua em 16 comunidades situadas às margens do Rio Cocó, Rio Maranguapinho e Vertente Marítima Oeste.

#### **Programas Finalísticos:**

##### **SCDH - Secretaria Municipal de Cidadania e Direitos Humanos**

- Atenção Integral a Pessoa Idosa
- Atenção Integral a Pessoa com Deficiência
- Proteção e Defesa do Consumidor
- Promoção e Defesa dos Direitos das Mulheres
- Promoção da Igualdade Racial

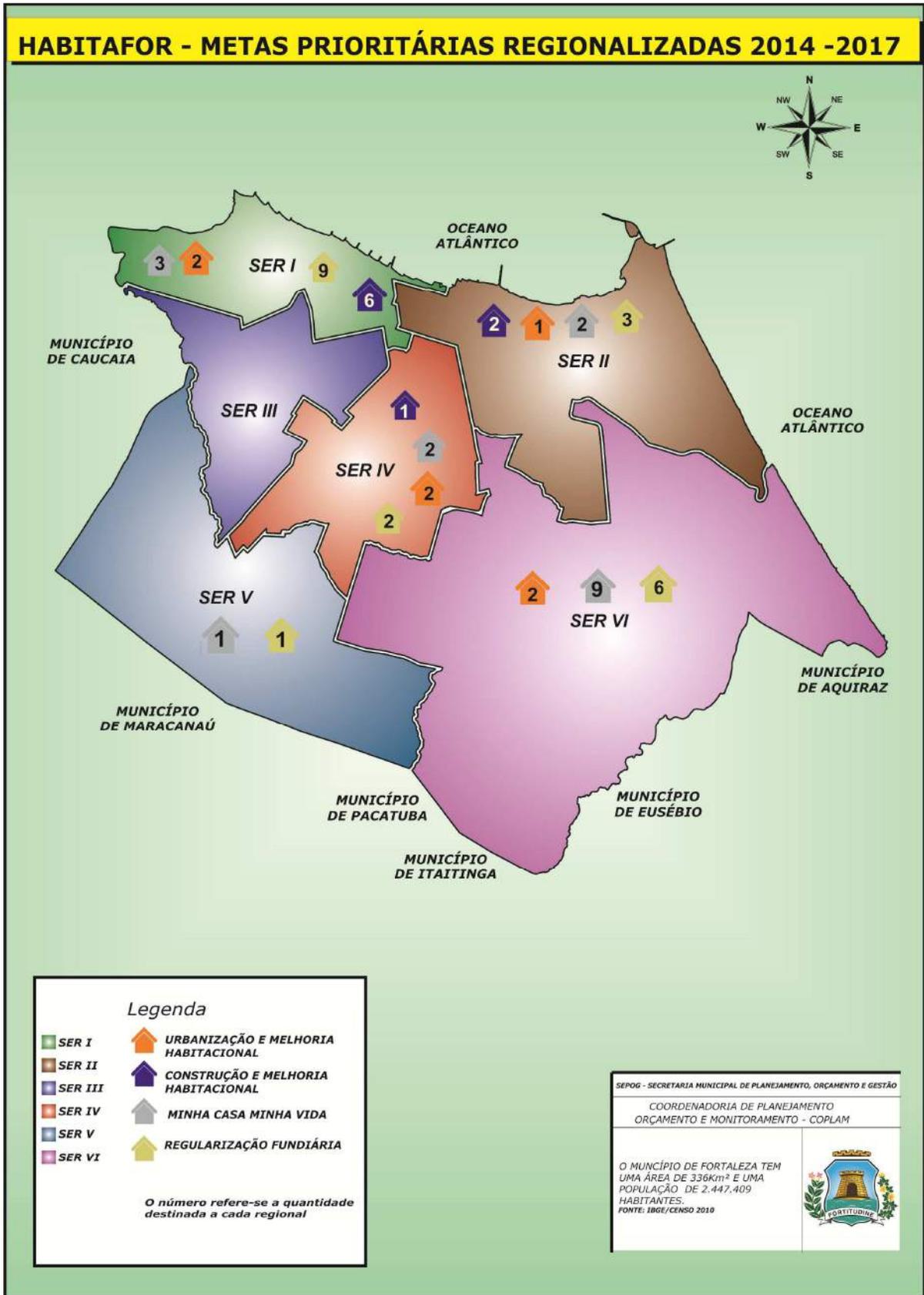
- Promoção e Defesa da Cidadania e dos Direitos Humanos da População LGBT
- Promoção e Defesa da Cidadania e dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes e suas Famílias
- Promoção do Controle Social das políticas para a infância e adolescência
- Fortaleza Inclusiva
- Cidadania e Direitos Humanos – Cidadania em Rede

#### **HABITAFOR**

- Habitar Bem
- Habitação de Fortaleza
- Requalificação Urbana com Inclusão Social - PREURBIS (multissetorial)
- Regularização Fundiária de Assentamentos Precários



Mapa 4 - Metas prioritárias regionalizadas da área da habitação 2014-2017



Fonte: HABITAFOR



## Área de Segurança Cidadã

A SESEC foi criada pela nova Gestão do Município, em razão do compromisso assumido com a população, ainda no período eleitoral, de dotar a Prefeitura de Fortaleza de uma competência institucional destinada a, em parceria com as outras esferas da federação, reunir meios para formular diretrizes e executar políticas e programas de Segurança Cidadã no Município de Fortaleza.

A política pública de Segurança Cidadã trata da situação de tranquilidade social que permite a todas as pessoas a expectativa de que podem exercer livremente seus direitos individuais e coletivos, sem temer fatos de violência originados de ações individuais ou sociais. Essencialmente, busca preservar os direitos e liberdades cidadãs, oferecer segurança (objetiva e subjetiva) e melhorar a qualidade de vida. Ela atualiza o dever constitucional da segurança social como responsabilidade de todos, embora constitua dever primordial do poder público no nível estado.

As políticas de segurança cidadã adotam estratégias focadas na prevenção para lidar com os problemas de crime, violência, conflitos urbanos e sensação de insegurança ou medo, sem que isso se dissocie de ações repressivas para o cumprimento das normas sociais. Portanto, não obstante existam casos de caráter punitivo para indivíduos, grupos e organizações que praticam crimes ou causam desordem pública, a segurança cidadã assenta-se numa agenda de controle dos fatores de risco e dos fatores de proteção, visando reduzir os primeiros e ampliar os segundos.

Em última instância, o objetivo é chegar a um equilíbrio entre a efetiva noção de segurança, que remete ao campo dos deveres, e a de cidadania, que remete ao campo dos direitos, dito em outros termos, o objetivo último é alcançar uma situação prática de sociabilidade, de vida em sociedade, na qual se conjugue liberdade individual e responsabilidade pública.

Compete também a SESEC, através de seus órgãos subordinados, executar as políticas de interesse da pasta integradas às políticas sociais do município, na medida em que estas, direta ou indiretamente, interferem nos assuntos de segurança pública da cidade; propor prioridades nas ações de policiamento investigativo, preventivo e ostensivo, realizadas sob a responsabilidade dos órgãos de segurança dos governos federal e estadual; estabelecer ações, convênios e parcerias com entidades nacionais ou estrangeiras; contribuir com procedimentos de prevenção, de diminuição da violência e da criminalidade, promovendo a mediação de conflitos e o respeito aos direitos fundamentais do cidadão; receber através do serviço disque-denúncia



informações referentes à prática do vandalismo contra equipamentos públicos municipais; executar no espaço municipal a política Nacional de Proteção e Defesa Civil (PNPDEC); e coordenar, em âmbito local, as ações do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil (SINPDEC), em articulação com os governos federal e estadual, conforme preceitos instituídos na Lei Federal Nº 12.608, de 10 de abril de 2012.

### **Programas Finalísticos**

#### **SESEC- Secretaria Municipal de Segurança Cidadã**

- Segurança Cidadã Urbana
- Coordenação do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil
- Coordenação das Ações da Guarda Municipal de Fortaleza

### **Área de Desenvolvimento Social e Trabalho**

Cabe à SETRA responder pela integração e coordenação das ações relacionadas às políticas do Trabalho, Emprego e Qualificação Profissional; Assistência Social; e Segurança Alimentar e Nutricional.

As ações de Emprego, Trabalho e Renda seguem as diretrizes gerais definidas pelo Ministério do Trabalho e Emprego – MTE. São ações inerentes ao Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda que atende ao objetivo de oferecer apoio aos desempregados, por meio do Abono Salarial e Seguro-Desemprego, além de desenvolver políticas ativas de Qualificação Profissional e de Intermediação de mão de obra visando à colocação de profissionais no mercado de trabalho.

Inserida no campo do direito, com status de política pública, a Qualificação Social e Profissional tem por objetivo promover a inserção social e atuação cidadã no mundo do trabalho, com efetivo impacto para a vida e o trabalho das pessoas. Tanto quanto a promoção do emprego e do trabalho decente, as ações de qualificação cumprem um papel estratégico no enfrentamento da pobreza e erradicação da miséria, contribuindo para a eliminação da exploração do trabalho infantil e combate a todas as formas de trabalho escravo. Fundamentada na concepção de que a formação para o trabalho é um importante instrumento para a efetiva cidadania, a SETRA cria oportunidades para que homens e mulheres aprimorem seus conhecimentos e habilidades específicas em profissões demandadas pelo mercado de trabalho.

Em conformidade com as normas vigentes, a SETRA oferece ações de qualificação profissional, desperta talentos adormecidos e mobiliza esforços na captação de vagas



existentes no mercado de trabalho, que muitas vezes ficam ociosas por falta de qualificação, ampliando sua capilaridade entre todas as categorias profissionais, produzindo resultados consistentes na inserção ao mundo do trabalho.

Os resultados alcançados com o desenvolvimento dessas ações provocarão impacto positivo na melhoria da qualidade de vida de homens e mulheres, fortalecimento o mercado de trabalho de Fortaleza, reduzindo o nível de duração do desemprego, ampliando as condições de empregabilidade da população mais vulnerável e excluída.

De outro lado, a Assistência Social – política pública de seguridade social – vem passando por muitas transformações desde a Constituição Federal de 1988, da Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS, Lei nº 8742 de 7 de dezembro de 1993 – alterada pela lei nº 12.435 de 06 de julho de 2011. Desde então o Estado brasileiro reclama para si a responsabilidade pública de promover o enfrentamento das desigualdades sociais, por meio de um modelo de proteção social não contributivo, organizado no formato de um Sistema Único de Assistência Social – SUAS. Organizado por nível de complexidade, em proteção Básica e Especial, o SUAS se expressa em um conjunto de ações destinadas ao atendimento de famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade e risco social.

A Proteção Social Básica – cuja unidade de atendimento é o Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, tem como objetivo prevenir a ocorrência de situações de vulnerabilidade e risco social por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Destina-se a segmentos da população que vive em condição de vulnerabilidade social decorrente de pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos) e/ou fragilização de vínculos afetivo-relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências)

A Proteção Social Especial – cuja unidade de atendimento é o Centro de Referência de Assistência Social – CREAS, atua no atendimento e acompanhamento a famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social, por ocorrência de abandono, maus tratos físicos e/ou psíquicos, negligência, violência, abuso sexual, cumprimento de medidas socioeducativas, mulheres vítimas de violência doméstica e sexista, situação de rua, situação de trabalho infantil, dentre outras situações de violação de direitos. Em situações específicas de populações em situação de rua, a unidade especializada de atendimento é o Centro POP – Centro de Referência para População em Situação de Rua e para o atendimento especializado às pessoas com Deficiência em elevado grau de dependência existe a unidade de atendimento



denominado Centro Dia. Os serviços de alta complexidade destinados às pessoas sem vínculos familiares são ofertados em Unidades de Acolhimento Institucional.

Quanto à Política de Segurança Alimentar e Nutricional – em processo de implantação e consolidação em todo o território nacional – está estruturada no município de Fortaleza sob a coordenação da Gestão Integrada de Segurança Alimentar e Nutricional, responsável pela execução de ações destinadas a assegurar o direito à alimentação adequada, principalmente, da população mais empobrecida do Município.

Seguindo orientações da política nacional, a SETRA concebe a Segurança Alimentar e Nutricional como a “realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo por base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis.” (Lei nº 11.346/2006)

Ao assumir o desafio de institucionalizar essa política, criando o Sistema Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Fortaleza (SISAN Fortaleza), a SETRA cumpre uma das principais deliberações da II Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (II CMSAN), ocorrida em junho de 2011. O principal compromisso é a criação dos instrumentos normativos e jurídicos de criação desse sistema, em conformidade com a Lei Orgânica Nacional de SAN (Lei nº 11.346/2006), tornando-se apto para adesão ao sistema Estadual e Nacional. Criadas as condições legais, os próximos passos serão de estruturação de uma rede de Equipamentos Públicos de Alimentação e Nutrição (Cozinhas Comunitárias, Restaurantes Populares e Bancos de Alimentos), assegurando o acesso ao alimento saudável de baixo custo para as famílias em situação de pobreza, inscritas no cadastro único de programas sociais.

Igualmente serão adotadas iniciativas para o incentivo e apoio a Agricultura Urbana e Periurbana, com o objetivo de desenvolver a Agricultura Familiar por meio da produção extração e processamentos de alimentos agroecológicos e orgânicos e de proteção e valorização da agrobiodiversidade. O propósito é promover oportunidades de qualificação para as famílias inscritas no Cadastro Único com estímulo a práticas agrícolas sustentáveis, melhorando a qualidade de vida, através do consumo saudável de alimentos e complementação da renda familiar, caso haja produção de excedente comercializável.



## Programas Finalísticos

### SETRA – Secretaria Municipal de Trabalho, Desenvolvimento Social e Combate a Fome

- Proteção Social Básica
- Proteção Social Especial
- Fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social
- Segurança Alimentar e Nutricional - SAN
- Fortalecimento do Controle Social
- Trabalho, Qualificação Profissional, Emprego e Renda



## Área da Juventude

Os desafios de governar uma cidade com uma grande população jovem são imensos. A juventude é um momento de transição complexo, de muitas inquietações, frustrações, exigências e definições. A necessidade de fortes investimentos são imperiosas, uma vez que as políticas públicas devem estar orientadas para a proteção - sob a lógica da prevenção - e para as oportunidades - sob a lógica da produção: social, cultural, política e econômica. É a extrema vulnerabilidade de amplas parcelas da juventude, vivendo sem proteção e oportunidades, que cria as condições propícias para a reprodução cíclica da desigualdade, exclusão e violência. Essa perspectiva faz-se presente quando analisamos o contexto urbano da cidade Fortaleza.

De acordo com o Censo 2010/IBGE, Fortaleza possui 718.613 mil jovens entre 15 e 29 anos, que representam 29,3% da população total. 70,3% haviam terminado o ensino médio, sendo que, da população economicamente ativa (441,6 mil), 61 mil estavam desempregados. O rendimento médio da população juvenil é de R\$803,2. Fato significativo é o de que 63,2% dos jovens vivem em famílias com renda per capita familiar inferior a um salário mínimo. Ainda, 22,4%, portanto mais de 173 mil jovens, não estudam e não trabalham. Essa condição social e econômica está diretamente relacionada ao cenário de crescimento dos indicadores de criminalidade violenta em Fortaleza. A variação percentual do número de homicídios juvenis (15 a 24 anos) entre 2001 e 2011 foi de 148,4%, atingindo a taxa 129,7 por 100 mil e colocando Fortaleza em 6º lugar no ranking entre as capitais.

Ademais, no ano de 2010, Fortaleza passa a ocupar a 27ª posição entre todas as capitais na remuneração média das pessoas empregadas formalmente e a 5ª cidade

mais desigual do mundo (Nações Unidas State of the World Cities 2010/2011: Bridging the Urban Divide), o que torna sua juventude ainda mais vulnerável.

Há muitos vetores que compõem uma explicação mais abrangente para o grave quadro descrito pelas estatísticas. Entretanto, o baixo investimento em capital humano é, sem dúvida, o principal vetor de iniquidades. Isso em razão dos jovens representarem uma grande oportunidade para o desenvolvimento, uma vez que são os portadores da inovação, com mentes abertas para renovar o conhecimento, os valores e as práticas culturais. Mas a atualização desse potencial juvenil no mundo prático depende de um conjunto articulado e intersetorial de políticas públicas com foco muito claro, preciso e conectado com os desejos e perspectivas das juventudes.

Atualmente, a agenda jovem está relacionada com a educação e qualificação profissional, melhores oportunidades no mercado de trabalho, acesso a serviços públicos de qualidade, liberdades políticas, acesso a internet e desenvolvimento sustentável. Esta agenda, no âmbito da Prefeitura de Fortaleza, será foco da articulação da Coordenadoria da Juventude, criada para tratar do tema de forma transversal, uma vez que o segmento deverá ser atendido através de ações das secretarias de saúde, educação, cultura, ação social, esporte, desenvolvimento econômico e a CITINOVA na realização de seus programas.

É essa agenda que será priorizada, criando às condições para que os jovens alcancem o desenvolvimento pleno de suas capacidades físicas, morais e intelectuais.

É neste sentido que: a) promover atenção integral à juventude, com ênfase na inserção produtiva e social; b) promover cuidados a jovens em situações de risco e vulnerabilidade; e c) estimular uma ampla participação e fortalecimento da cidadania e da juventude; serão os três principais eixos de atuação da política pública de juventude em nossa capital.

Alinhado com esses eixos prioritários, estão às ações, atividades e projetos voltados para a geração de capitais: cultural, social, intelectual e econômico. São estes que permitem aos jovens de todas as classes sociais se desenvolverem plenamente como sujeitos capazes de enfrentar e superar os obstáculos de uma sociedade competitiva e meritocrática. O *background* formado pela soma dos capitais é o que torna possível e provável a juventude atingir as diversas formas de reconhecimento, prestígio e status legítimas. Alcançando inserção no processo de produção econômica, na vida social e cultural e nas diversas formas de participação política; além disso, reinventando as formas tradicionais de convivência, preconceitos e discriminações.



Por um lado, a análise dos dados demonstram a complexidade estrutural e conjuntural do ponto de partida. Por outro, revelam-nos onde devemos chegar para termos uma juventude plenamente engajada na construção de uma cidade melhor. O caminho está delineado pela estratégia (a escolha) e o programa (projetos, ações e iniciativas) das políticas públicas deste PPA.

#### **Programas Finalísticos:**

- Juventude vive Fortaleza
- Juventude Engajada
- Fortaleza Inclusiva (*multissetorial*)



## **EIXO II: CRESCIMENTO SUSTENTÁVEL**

### **Área de Desenvolvimento Econômico**

A área temática desenvolvimento econômico volta-se ao crescimento econômico, ancorado no avanço e modernização do comércio e dos serviços e na promoção do turismo, atividades estas que assumem grande expressão em Fortaleza. Sua estruturação, no âmbito da estrutura administrativa do município, ganha forma e conteúdo a partir das políticas públicas implementadas pela Secretaria do Desenvolvimento Econômico (SDE) e pela Secretaria do Turismo (SETFOR).

A economia do Município de Fortaleza, com a característica de apresentar forte expressão nos segmentos de serviços e comércio, adquiriu uma dimensão que a torna importante polo de referência regional, reunindo crescentes possibilidades de negócios e atratividade de investimentos. Na posição de quinta maior metrópole brasileira, em termos populacionais, com cerca de 2,5 milhões de habitantes, responde hoje pelo 9º maior PIB do país, alcançando R\$ 37,1 bilhões.

São números agregados que, de todo modo, não resta dúvida, apontam para um espaço socioeconômico detentor de muitas oportunidades, no qual o papel indutor do Poder Público Municipal entra como diferencial relevante. Efetivamente, este é um componente de definições político-programáticas que, ao aliar instrumentos legais de fomento econômico, acesso a linhas de crédito, ações conjugadas com os governos federal e estadual, parcerias com o setor privado, a criatividade e o desejo de trabalhar da população, por certo ensejará a exploração, com maior ou menor aporte de capital, das melhores vocações do Município, trazendo impactos na expansão da atividade econômica e na criação de mais postos de trabalho.

Em sintonia com essa visão, o esforço de mobilização operacional formulado pela SDE tem por referência a vertente *Fortaleza Produtiva e Inovadora*.

Com essa finalidade, a SDE foca seus programas, projetos e metas mirando no empreendedorismo e na inovação. Parte de uma ação de planejamento que elege as demandas das micro e pequenas empresas como prioridade, além de considerar outros empreendimentos. O entendimento é o de que esses segmentos, se devidamente organizados e estimulados, poderão oferecer significativos resultados econômicos e sociais ao Município, no que diz respeito a criação de emprego e geração de renda.

Diante desse contexto foram priorizados dois campos de atuação, vistos como prospectivos e alavancadores do setor produtivo da economia municipal, quais sejam: o Programa de Empreendedorismo Sustentável e o Programa Atração de Investimentos e Indução de Polos Estruturantes.

- **Programa de Empreendedorismo Sustentável**

O programa contempla atividades de apoio gerencial, por meio de capacitação e assessoramento técnico; atividades de microfinanças, proporcionando acesso facilitado e desburocratizado ao crédito; atividades de apoio à comercialização, por meio da disponibilização de espaços físicos, inclusive móvel, para compra e venda de bens e serviços dos empreendedores e apoio para compras governamentais, beneficiando desta forma, os empreendimentos solidários, da economia criativa, do artesanato e das micro e pequenas empresas.

Contemplará ainda a promoção do desenvolvimento da indústria local de software e das empresas de tecnologia da informação, de forma a ampliar a participação do município no mercado nacional e internacional. O programa considera atividades de formação, envolvendo treinamento e difusão de técnicas de engajamento das empresas para desenvolvimento de projetos de inovação; apoio à criação e comercialização de novos processos e produtos baseados em inovações, por meio da disponibilização de espaços físicos, inclusive móvel; desenvolvimento de programas de fomento e de incentivos fiscais destinados a projetos de inovação tecnológica e criação de parcerias com institutos de pesquisa e de desenvolvimento tecnológico.

De modo prático, no início da atual gestão a SDE elegeu instrumentos de apoio aos micro e pequenos empreendedores: adesão a Redesim; criação do Fórum Municipal das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte; regulamentação da Lei Geral



Municipal da Micro e Pequena Empresa, que trará benefícios, menos burocracia e mais oportunidades; revisão da Lei do Fundo Municipal de Desenvolvimento Econômico e elaboração do Plano de Desenvolvimento Econômico do Município. Tais iniciativas devem contribuir para um ambiente favorável ao desenvolvimento econômico da cidade de Fortaleza.

- **Programa de Atração de Investimentos e Indução de Polos Estruturantes**

Tem por objetivo dinamizar e diversificar a base econômica local, buscando desenvolver um ambiente propício aos negócios e investimentos. O programa visa induzir o surgimento de novas vocações econômicas, especialmente os empreendimentos de base tecnológica, fomentando a criação de parques de tecnologia da informação e da economia criativa, gerando riqueza e empregos de mais qualidade, inovando produtos, processos e serviços. O programa deve orientar-se por experiências exitosas já existentes em nível municipal, estadual e também internacional, que podem ser adaptadas à realidade local. Contemplará a elaboração de um macro Plano de Desenvolvimento Econômico, reformulando instrumentos como o Fundo Municipal de Desenvolvimento Econômico, a legislação acerca da concessão de incentivos fiscais para novos empreendimentos e ampliação ou modernização dos existentes, além de estimular parcerias público-privadas. Vale ressaltar a criação de uma agência de desenvolvimento econômico com o objetivo de executar as políticas e diretrizes estabelecidas pela SDE.

**A Secretaria Municipal de Turismo de Fortaleza - SETFOR** tem por finalidade estimular o desenvolvimento da atividade turística no âmbito do município de Fortaleza, para o que responde pelo fomento aos negócios turísticos da cidade, tendo em vista explorar suas potencialidades, ao tempo em que articula a definição de políticas de promoção e qualificação do fluxo turístico e apoia ações de inclusão social pelo turismo.

Para tanto, através de parcerias mantidas com o Ministério do Turismo - MTUR e a Secretaria de Turismo do Estado do Ceará - SETUR, atua objetivando impulsionar a sustentabilidade, em plano ascendente, da atividade turística do Município. Em termos de planejamento, o foco da expansão da atividade turística do Município é o desenvolvimento da sua infraestrutura, de modo a tornar Fortaleza crescentemente competitiva como destino turístico nacional e internacional.

Na execução de programas dirigidos à consolidação da atividade turística, a SETFOR desenvolve ações de capacitação para o turismo, elabora e distribui material de





divulgação de Fortaleza em feiras, eventos e receptivo turístico, tais como guias turísticos e mapas, buscando a excelência na comunicação de seus produtos, bem como se mantém atenta ao calendário de eventos nacionais e internacionais, apoiando aqueles que têm importância estratégica para a cidade. Em especial, realiza uma das principais festas de réveillon do Brasil, tornando Fortaleza o segundo maior destino turístico desse evento no país.

Fortaleza vem se consolidando, ano após ano, como rota turística para brasileiros e estrangeiros, assumindo papel estratégico na articulação regional do turismo, sendo porta fundamental de acesso ao estado. Exerce grande centralidade no estado e na Região Metropolitana, em função da concentração de serviços que oferece. Isso termina por ampliar a demanda por investimentos públicos destinados a melhorar a qualidade da infraestrutura disponível, essencial para manter crescente o fluxo turístico para a cidade.

Nesse cenário favorável ao desenvolvimento do turismo, o modelo de gestão adotado valoriza ações descentralizadas e integradas. A nova Administração do Município vem investindo maciçamente em obras de infraestrutura que vão tornar Fortaleza cada vez mais preparada para receber os grandes eventos internacionais que o Brasil sediará a partir de 2013. Serão investidos recursos em requalificação urbana como os projetos de reforma da Nova Beira Mar, da Praia do Futuro, Aldeia da Praia, Vila do Mar, Praça 31 de Março, Encosta do Morro de Santa Terezinha, além de requalificações para garantir melhor acessibilidade aos principais corredores turísticos da cidade.

Considerando ser o turismo o quinto maior produto gerador de divisas em moeda estrangeira para o Brasil, de fato em Fortaleza se apresenta como importante atividade propulsora de desenvolvimento. Sendo assim, é um segmento estratégico da economia municipal, daí o propósito de consolidar Fortaleza como um destino turístico nacional e internacional. Por essa razão, é sempre recomendado dispor de indicadores atualizados de satisfação do turista sob três principais aspectos: os atrativos da cidade, a infraestrutura e equipamentos e os serviços turísticos existentes.

É relevante reconhecer no turismo uma atividade com forte efeito multiplicador na economia, respondendo por impactos diretos e indiretos que alcançam imenso número de empresas, contribuindo de modo significativo para a criação de oportunidades de emprego, em função das características da sua cadeia produtiva. Ademais, é via de intercâmbio cultural, caminho para a conservação das belezas naturais e gerador de positivas mudanças sociais ao colaborar para a valorização do patrimônio artístico, estético, histórico e paisagístico da cidade.

Para viabilizar as intervenções necessárias com a finalidade de estimular o desenvolvimento econômico, serão desenvolvidos os seguintes programas:

### **Programas Finalísticos**

#### **SETFOR – Secretaria Municipal de Turismo de Fortaleza**

- Prodetur Nacional - Fortaleza
- Fortaleza Cidade com Futuro
- Infraestrutura Turística de Fortaleza
- Desenvolvimento e Promoção do Turismo



#### **SDE – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico**

- Atenção Integral a Pessoa Idosa (*multissetorial*)
- Atenção Integral à Pessoa com Deficiência (*multissetorial*)
- Empreendedorismo e Sustentabilidade de Negócios
- Atração de investimentos e Projetos Estruturantes
- Promoção e Defesa dos Direitos das Mulheres
- Fortaleza Inclusiva
- Fomento Técnico e Científico
- Qualidade Total
- Integração Cultural, Arte, Ciência e Esporte

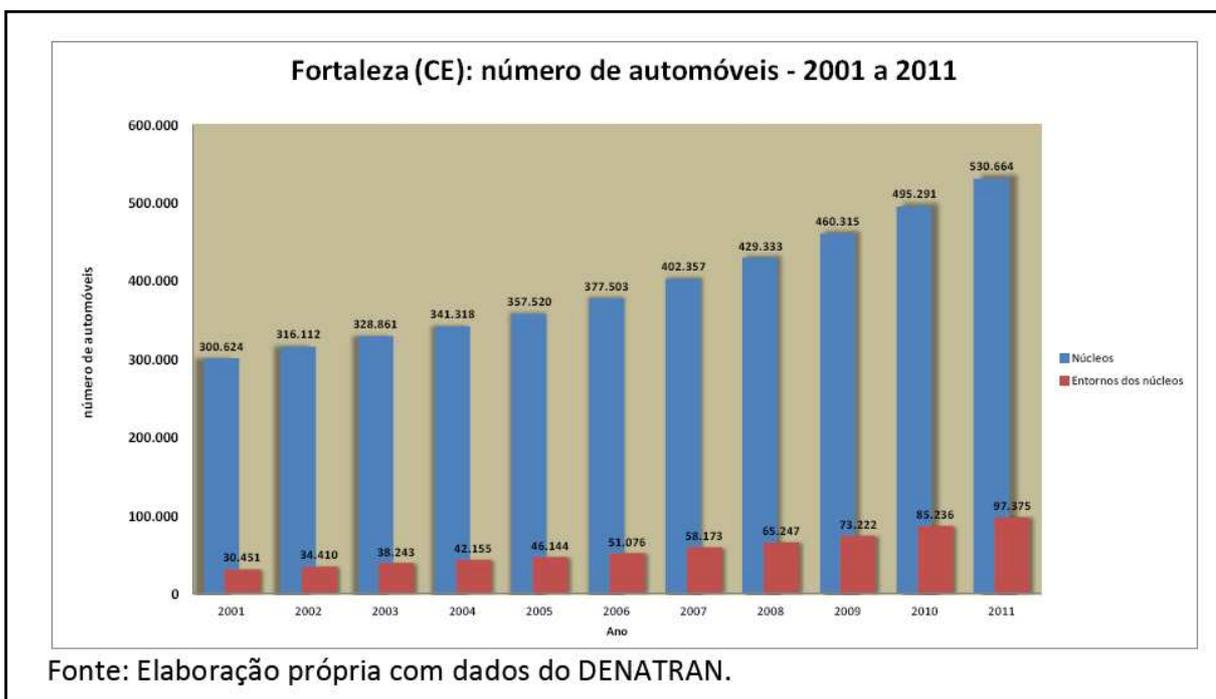
### **Área de Mobilidade, Acessibilidade e Obras Públicas**

Esta área temática envolve programas que tratam de um assunto que vem afetando sobremaneira a qualidade de vida na cidade, a mobilidade e acessibilidade urbana, onde se inclui a infraestrutura viária, transportes públicos, além da melhoria e conservação de espaços públicos.

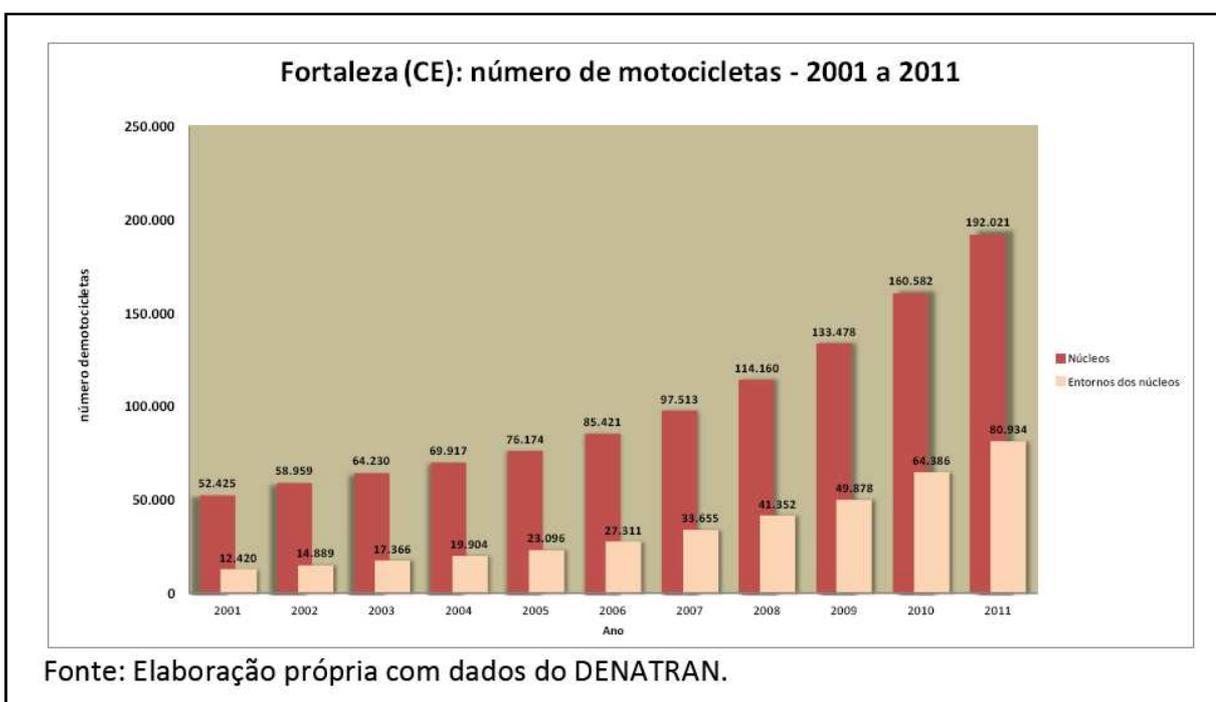
Fortaleza enquadra-se no conjunto das metrópoles que apresentaram crescimento entre a média metropolitana (77,8%) e nacional (90%). Em Fortaleza o aumento do número de automóveis entre 2001 e 2011 foi de 89,7%, correspondendo exatamente 296.964 veículos. A frota da metrópole cearense registrada no fim de 2011 era de aproximadamente 628 mil automóveis. O crescimento da frota de motocicletas no período 2001-2011 chega a 320,9% em Fortaleza.

(Fonte: DENATRAN / Relatório produzido pelo Observatório das Metrôpolis e INCT – Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia denominado: "Crescimento da frota de automóveis e motocicletas nas metrópoles brasileiras 2001/2011").

**Gráfico 32 - Número de Automóveis - 2001 a 2011**



**Gráfico 33 - Número de Motocicletas - 2001 a 2011**



O crescimento populacional somado ao aumento da renda média da população, que ampliou de maneira substancial seu poder aquisitivo, gerou grande crescimento do número de veículos e motocicletas em Fortaleza, fenômeno agravado pelo fato de que o Sistema de Transportes Públicos não se apresenta ainda de maneira atraente para a



classe média da cidade, seja devido a sua baixa cobertura em alguns territórios, a grande lotação nos horários de pique, ou mesmo problemas de segurança junto as paradas e também no interior dos meios de transporte, pelo que optam pela aquisição de veículos particulares para garantir sua mobilidade.

Os investimentos e melhorias realizados no mesmo período no sistema viário e no sistema de transporte público não suscitaram soluções compatíveis com estas taxas de crescimento populacional e, principalmente a taxa de crescimento do número de veículos e motocicletas particulares, comprometendo drasticamente a mobilidade em Fortaleza.



Apesar de ter havido, mais recentemente, algumas poucas iniciativas para garantir a acessibilidade universal em Fortaleza, se consideramos a escala da cidade, o impacto destas ações pode passar despercebido, permanecendo Fortaleza excludente para aqueles que necessitam de cuidados e recursos especiais para se locomoverem.

Considerando tantos desafios, em janeiro de 2013, a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Infraestrutura, passa a tratar de maneira exclusiva de infraestrutura, passando a ser denominada de Secretaria Municipal de Infraestrutura de Fortaleza – SEINF, transferindo as atividades relativas ao controle urbano para a Secretaria de Urbanismo e Meio Ambiente- SEUMA. Com este ajuste na estrutura, a Secretaria Municipal de Infraestrutura passou a assumir com exclusividade o objetivo de gerenciar e fiscalizar os programas de infraestrutura, elaborar e fiscalizar projetos de engenharia, administrar e zelar pelos equipamentos que compõem a infraestrutura física do município de Fortaleza, cuidar das obras viárias da cidade, que incluem: terraplanagem, pavimentação, drenagem, abertura de novas vias, requalificação das vias existentes, obras de arte especiais, construção da infraestrutura para implantação de corredores expressos de ônibus, entre outras obras de mobilidade urbana (além das obras de edificações da SEINF ou de qualquer secretaria municipal), com o propósito de transpor os desafios apresentados e atender com qualidade as necessidades da população.

Vale ressaltar os principais programas que estarão sobre a gestão desta secretaria dentro da área temática em questão:

- **Programa de Transporte Urbano de Fortaleza – TRANSFOR:** O Programa de Transporte Urbano de Fortaleza está baseado nos conceitos de coletividade e mobilidade urbana sustentável, além da acessibilidade universal. O TRANSFOR prioriza a implantação de corredores exclusivos para o transporte público. O



novo sistema garante rápido embarque através de rampas, além da utilização de ônibus articulados e até bi-articulados. Nas vias em que o TRANSFOR atua as calçadas são padronizadas, oferecendo maior conforto, segurança e acessibilidade para os pedestres. Com a implantação do programa, a prefeitura irá diminuir o tempo das viagens, os custos do transporte, o tempo de embarque e desembarque dos passageiros, com o objetivo de aumentar a segurança no trânsito. O TRANSFOR já concluiu, desde 2008, 15 obras, dentre elas, a construção da maior parte do eixo viário Antônio Bezerra-Papicu e o túnel no cruzamento das avenidas Bezerra de Menezes com Humberto Monte. O TRANSFOR irá implantar os corredores de transporte Antônio Bezerra-Papicu e Antônio Bezerra/Centro. O terminal do Antônio Bezerra está sendo reformado e ampliado para beneficiar 207 mil usuários do transporte público que circulam em 40 linhas de ônibus diariamente. Quando estiver concluído, o TRANSFOR terá implantado 45 km de corredores de transporte, 14km de vias alargadas, 23km de restaurações viárias, 30km de ciclovias, 82km de rede de drenagem e 122 semáforos inteligentes.

- **Programa de Melhoria da Qualidade de Obras Públicas da Prefeitura de Fortaleza:** Tem por objetivo a garantia da qualidade das obras públicas, através da padronização da rotina, melhoria da fiscalização e acompanhamento das obras contratadas, otimização da qualidade dos materiais, componentes, sistemas construtivos, projetos e obras públicas realizadas pelo Município de Fortaleza.
- **Infraestrutura Urbana, Viária e Edificações:** Garante a expansão e a melhoria da Malha Viária e adequação de infraestrutura urbana do município, bem como a construção de edificações públicas, atendendo no prazo útil as demandas de projetos da SEINF e de outras Secretarias e Programas.

Complementando a pauta da área temática, foi criada a **Secretaria Municipal de Conservação e Serviços Públicos (SCSP)** em janeiro de 2013, sendo atribuição deste novo órgão: planejar, coordenar, disciplinar, executar e orientar as políticas públicas de trânsito, transporte público urbano, limpeza urbana, iluminação pública, regular as concessões de serviços públicos, coordenar a execução das atividades pertinentes ao Sistema Nacional de Metrologia; planejar, coordenar, controlar e monitorar as atividades de serviços urbanos do Município, zelando pelas áreas municipais; apoiar tecnicamente e orientar as ações de serviços urbanos do Município.

Estão agora vinculadas a esta secretaria a Autarquia Municipal de Trânsito, Serviços Públicos e Cidadania de Fortaleza (AMC), o Instituto de Pesos e Medidas (IPEM), a

Companhia de Transporte Coletivo (CTC), a Empresa de Transporte Urbano de Fortaleza S.A. (ETUFOR), a Empresa Municipal de Limpeza e Urbanização (EMLURB).

### **Educação e Segurança do Trânsito**

O Programa de Educação e Segurança no Trânsito complementa as ações em prol da melhoria da mobilidade em Fortaleza, reunindo iniciativas que permita uma melhor gestão do tráfego, melhoria da sinalização e ampliação de atividades educativas de trânsito, dentre outras.

Desta forma o executivo municipal reforça os meios institucionais que deverão garantir a solução para tantos desafios, dentre os quais devemos também destacar a iluminação pública, que além de contribuir com a mobilidade, se bem projetada, pode reduzir de forma significativa a vulnerabilidade social e violência.

### **Copa do Mundo de Futebol FIFA 2014**

A realização da Copa do Mundo em Fortaleza possibilitou a captação de grande volume de recursos para investimentos em obras essenciais para melhoria da infraestrutura urbana, principalmente no tocante a melhoria da mobilidade e acessibilidade em Fortaleza. Grande maioria das obras contempladas no projeto pactuado junto à FIFA e Governo Federal em prol da mobilidade e acessibilidade urbana, apresentavam graves atrasos em seu cronograma. Para garantir, principalmente, uma maior agilidade na execução de tais obras, e permitir suas conclusões dentro do prazo necessário, foi criada uma secretaria especial com esta finalidade, a SECOPAFOR. Cumpre à SECOPAFOR o papel excepcional de, mediante rigoroso monitoramento dos cronogramas previstos, responder pela missão de coordenar o desenvolvimento de todas as ações, além de eventos de mobilização e articulação de competências destinadas a garantir a adequada preparação de Fortaleza para, na condição de uma das cidades-sede, recepcionarem jogos da Copa do Mundo de Futebol FIFA 2014.

De posse dessas atribuições, a SECOPAFOR planeja e acompanha a execução das obras de infraestrutura e mobilidade urbana que, feitas para assegurar plena viabilidade a esse mega evento, deverão ser executadas valorizando o propósito finalístico de propiciar a Fortaleza um legado econômico e social incorporado à vida da cidade. Além disso, cabe a essa Secretaria acompanhar a aplicação dos recursos financeiros destinados à implementação dos projetos da COPA FIFA 2014.





A SECOPAFOR, justo por seu caráter extraordinário, tem características que a distinguem dos demais órgãos do Município, na medida em que sua atuação tem prazo estabelecido para até o encerramento da COPA FIFA 2014. De todo modo, o êxito efetivo de suas ações, como decorrência dos investimentos realizados, tanto maior será quanto maiores forem os impactos favoráveis provocados em benefício da população e da qualidade de vida da cidade.

Para além dos ganhos físicos tangíveis acrescidos à cidade, neste caso obras de infraestrutura e de mobilidade urbana, igualmente merece destaque o legado institucional e social a ser colhido por Fortaleza como cidade-sede de vários jogos que a colocam na pauta de divulgação da imprensa nacional e internacional. De outro lado, como suporte ao evento, está projetado um grande esforço de capacitação profissional com recursos do Governo Federal, através do programa denominado PRONATEC que, em parceria com as prefeituras, qualifica pessoas para o mercado de trabalho.

A SECOPAFOR é entendida como um órgão de coordenação de projetos com data determinada para conclusão, de forma que suas ações, contidas no Plano Plurianual 2014-2017, contemplam especificamente projetos do ano de 2014. Sua atuação institucional pressupõe a integração com outras secretarias, assim o grande legado em obras físicas e institucionais, a ser incorporado ao patrimônio da cidade, em futuro próximo, decorrerá de processos apoiados na intersectorialidade e transversalidade da atual administração.

### **Programas Finalísticos**

#### **SEINF – Secretaria Municipal de Infraestrutura**

- Programa de Transporte Urbano de Fortaleza – TRANSFOR
- Requalificação Urbana com Inclusão Social – PREURBIS
- Infraestrutura Urbana e Viária e Edificações
- Drenagem Urbana de Fortaleza - DRENURB
- Habitar Bem (*Multissetorial*)

#### **SCSP – Secretaria Municipal de Conservação e Serviços públicos**

- Fortaleza Iluminada
- Obras Públicas de Infraestrutura
- Fortaleza Limpa
- Parques Urbanos Temáticos

- Educação e Segurança no Trânsito
- Controle Integrado de Transporte de Fortaleza – CITFOR
- Sustentabilidade do Ambiente Natural

### **SECOPAFOR – Secretaria da Copa**

- Promoção e realização da Copa 2014 em Fortaleza

### **Área de Urbanismo e Meio Ambiente**

As cidades adquiriram importância extraordinária na sociedade contemporânea, a ponto de o século XXI ser visto como o “século das cidades”. Embora sendo ambiência instigante, propícia a criatividade e aberta a oportunidades, as cidades carregam contradições próprias dessa forma de organização social e econômica, assim trazem muitos desafios a serem vencidos para que se tornem espaço de convivência em condições de boa qualidade de vida, notadamente em países de desenvolvimento tardio como o Brasil.

Pelo aspecto eminentemente urbano, são desafios que colocam o gestor público diante da responsabilidade continuada de adotar práticas de planejamento que projetem ajustar a cidade às demandas da população. Para o cidadão, isso significa, por exemplo, ter assegurado um lugar para morar em condições adequadas, ter um trabalho digno para suprir as demandas de consumo do cotidiano e dispor de espaços de lazer e entretenimento para estreitar seus laços sociais e estar de bem com a vida. Tudo interligado por uma rede de acessibilidade que reduza tempo e custo nos deslocamentos. Alcançar tais requisitos depende de planejamento e controle do **Ambiente Natural e do Ambiente Construído**.

O **Ambiente Natural** envolve todos os recursos naturais disponíveis para a cidade: corpos hídricos, solo, subsolo, atmosfera, flora e fauna. O **Ambiente Construído** é compreendido por artefatos originados no ambiente natural para garantir a sobrevivência do homem, composto pelas edificações, mobilidade, saneamento básico e demais infraestruturas, incluindo aquelas de lazer e entretenimento. Ou seja, urbanismo e meio ambiente são componentes de conteúdos complementares, interdependentes e indissociáveis. E assim foram tratadas no Plano Diretor do Município de Fortaleza, quando este divide a cidade em duas macrozonas: a de Proteção Ambiental e a de Ocupação Urbana. Porém, estratégias de desenvolvimento municipal jamais foram promovidas dessa forma na cidade de Fortaleza. Esse novo momento político-administrativo do município de Fortaleza, ao valorizar a integração



entre urbanismo e meio ambiente e conceber o planejamento da cidade nos curtos e longos prazos, coloca como imprescindível o alinhamento das ações finalísticas de órgãos, cuja atuação impacta na busca do desenvolvimento com melhor infraestrutura urbana, preservando o meio ambiente natural, principalmente pelas ações da SEUMA, SEINF, SCSP, EMLURB, IPLANFOR e HABITAFOR.

Especificamente, focalizando o ângulo da Secretaria de Urbanismo e Meio Ambiente do Município de Fortaleza (SEUMA) é de sua competência funcional planejar e controlar o ambiente natural e o ambiente construído do Município de Fortaleza.

Integrada às diretrizes da política urbana nacional, por meio dos instrumentos da política urbana de que trata o Estatuto da Cidade – Lei Federal Nº 10.257 de 2001, bem como às diretrizes da política ambiental nacional de que trata o SISNAMA – Lei Nº 6.938 de 31 de agosto de 1981, a política de desenvolvimento urbano e ambiental, executada sob a responsabilidade da SEUMA, tem desdobramentos práticos que estão referenciados em quatro fundamentos operacionais básicos, quais sejam:

- a) Propor medidas indispensáveis ao cumprimento da função social da cidade, através do planejamento e gestão dos ambientes natural e construído;
- b) Promover a qualidade urbana e ambiental da cidade, por meio da eficiência dos serviços de licenciamento, vistoria e fiscalização;
- c) Incentivar o melhor entendimento e a adoção das práticas e exigências legais de controle urbano e ambiental;
- d) Estabelecer medidas que favoreçam a participação democrática, responsável e positiva para o crescimento sustentável.

Recorrendo a valores imprescindíveis como *rigor técnico, prática democrática, sensibilidade social e conduta ética*, certamente, ao final de quatro anos, a SEUMA terá empreendido avanços significativas no planejamento e controle urbano e ambiental de Fortaleza, em decorrência da execução de seus programas e ações, de forma tal que a cidade disponha de um plano diretor com suas leis regulamentadas (mobilidade, uso do solo, meio ambiente e código de obras e posturas), de políticas urbano-ambientais pré-definidas, dotando a cidade de áreas específicas vinculadas aos instrumentos do Estatuto da Cidade (operações urbanas consorciadas), e com fiscalização integrada (urbano e ambiental) em função da reestruturação e otimização dos procedimentos internos, especialmente aqueles destinados ao licenciamento e ao controle.



## Área de Infraestrutura Domiciliar

Nos quesitos de infraestrutura domiciliar, que afetam diretamente a saúde e qualidade de vida da comunidade, a cidade de Fortaleza, mesmo sendo a 5ª capital mais populosa e a 1ª mais densamente povoada, ainda se encontra em defasagem em comparação as grandes capitais, mesmo com o progresso acima da média em grande parte dos quesitos abaixo entre 2000 a 2010, a situação de defasagem é desafiadora.

- 17ª Capital em % de domicílios abastecidos com água (cobertura em %)- com 93,3% dos domicílios atendidos. (Fonte IBGE/ Censo 2010)
- 11ª Capital em % de domicílios atendidos pelo sistema público de esgotamento sanitário – com 59,6% dos domicílios atendidos. (Fonte IBGE/ Censo 2010)
- 13ª Capital em % de domicílios ainda sem banheiro – 0,4% dos domicílios não tem sequer um banheiro. (Fonte IBGE/ Censo 2010);
- 11ª Capital em % de domicílios atendidos pelo sistema público de coleta de lixo – 98,8% dos domicílios. (Fonte IBGE/ Censo 2010);
- 8ª Capital em % de domicílios em áreas urbanas com presença de arvores e canteiros – 74,8% dos domicílios. (Fonte IBGE/ Censo 2010).



Portanto, é de fundamental importância, para se garantir os resultados desejados, que a infraestrutura domiciliar básica se expanda e consiga atender as demandas crescentes da cidade, até porque estes % não são distribuídos de forma equitativa, e sim de forma desigual, localizando-se a ausência de cobertura principalmente nas Regionais 5 e 6 de Fortaleza, zona sul e oeste da cidade, estando a zona leste e central, onde se localizam as atividades comerciais e os domicílios de pessoas com maior poder aquisitivo, com alto % de cobertura destes serviços e infraestrutura.

A conquista da sustentabilidade ambiental depende também da qualidade dos serviços de limpeza pública, reciclagem e destino final de resíduos, fornecimento de água e esgoto, e por fim, infraestrutura de drenagem, Os resíduos sólidos são hoje tratados de maneira inadequada, pois se dá de forma poluente, provocando degradação ambiental, com baixo índice de reciclagem, sem falar na grande vulnerabilidade social em todo o entorno dos aterros sanitários, comprometendo a qualidade do meio ambiente e a saúde da comunidade.

### Programa Municipal de Drenagem Urbana de Fortaleza – DRENURB

Dentre as iniciativas previstas, destaca-se o **DRENURB**, voltado à ampliação e recuperação de sistemas de drenagem, limpeza e urbanização de lagoas, instalação de

ecopontos, desapropriação e reassentamento de famílias residentes em áreas de risco. O DRENURB tem também a finalidade de contribuir para melhorar a qualidade de vida e as condições sanitárias e ambientais da população, mediante o desenvolvimento de ações para o controle de enchentes, para a recuperação e a preservação do meio ambiente natural e para o saneamento de bacias hidrográficas.

### **Projeto de Fiscalização Integrada**

Cabe ressaltar o projeto de Fiscalização Integrada no âmbito do executivo municipal, projeto este que irá integrar as diversas equipes de fiscalização, até então distribuídas em distintos órgãos setoriais, de forma que passem a atuar de forma transversal, passando a valer o perfil polivalente dos fiscais, já considerado nos últimos concursos públicos para seleção de fiscais realizados. Este projeto é essencial para se garantir o controle urbano e ambiental necessário, bem como uma gestão fiscal mais eficiente, a ser apoiada por modernos recursos da tecnologia da informação, inclusive para apoiar o trabalho em campo.

### **Área do Patrimônio Cultural**

A valorização, preservação e recuperação do patrimônio cultural, seja ele de relevância histórica, artística ou simbólica afetiva para a comunidade, de natureza material ou imaterial, envolvem iniciativas fundamentais à sustentabilidade de Fortaleza, uma vez que preserva um importante legado, fundamental para preservação da memória, identidade e diversidade cultural de Fortaleza. Este delicado e importante legado carece de ações eficazes de proteção, sejam eles registros (patrimônio imaterial) ou tombamentos, precedidos de mapeamentos e inventários, para que se possam compor as instruções para tombamento ou registro. Estas iniciativas, sob a alçada da SECULTFOR e do Conselho de Patrimônio Histórico e Artístico Cultural de Fortaleza, com o apoio da SEUMA, passam a ser regulamentada em Lei específica a proteção destes espaços, edificações ou entornos (patrimônio material edificado) como também dos locais de realização ou produção de patrimônio imaterial que necessitem ser resguardados.

### **Saneamento e Gestão de Resíduos Sólidos**

Programas voltados para melhoria na gestão de resíduos sólidos e saneamento complementam o *roll* de ações para a promoção do Crescimento Sustentável, contribuindo também, de forma substancial, para a Fortaleza Saudável, uma vez que promovem melhoria na salubridade ambiental.



## **Programas Finalísticos**

### **SECULTFOR – Secretaria Municipal de Cultura de Fortaleza**

- Valorização, preservação e recuperação do patrimônio histórico e cultural
- Promoção e Defesa da Cidadania e Direitos Humanos de Crianças e sua Família (*Multissetorial*)
- Promoção do Acesso à Cultura e apoio as Manifestações Artísticas
- Apoio à Criação e Fomento à Cultura
- Promoção da Formação Cultural e Artística
- Educação para o Patrimônio Cultural
- Gestão da Política Cultural, Manutenção e Modernização da Infraestrutura Cultural.



### **SEUMA – Secretaria Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente**

- Sustentabilidade do Ambiente Construído
- Sustentabilidade do Ambiente Natural
- Planejamento do Ambiente Natural e do Ambiente Construído
- Controle do Ambiente Natural e do Ambiente Construído

### **SECRETARIAS REGIONAIS**

- Ordenamento dos Espaços Urbanos
- Gentileza Urbana
- Obras Públicas de Infraestrutura
- Integração Cultural, Arte, Ciência e Esporte (CUCA's)

### **EMLURB**

- Revitalização de Arborização
- Fortaleza Limpa
- Parques Urbanos Temáticos

### **SEINF**

- Drenagem Urbana de Fortaleza – DRENURB

## **EIXO III: GESTÃO TRANSPARENTE, PARTICIPATIVA E TRANSFORMADORA**

### **Área de Planejamento e Gestão**

A área temática em questão conjuga dois grandes desafios: implementar um novo modelo de gestão (Gestão para Resultados) e tornar Fortaleza uma cidade planejada.

### **Gestão para Resultados**

O primeiro desafio envolve grande mudança cultural, desenvolvimento de novas atitudes e competências no quadro de gestores e servidores, sensibilizando-os acerca da importância de se promover contínua escuta das demandas da sociedade e o devido acolhimento de pessoas, parceiros, bem como de ideias inovadoras, compartilhando e potencializando a necessária transformação da cidade.

Trata-se de instaurar uma gestão compartilhada, aberta a troca de ideias e percepções de prioridades da comunidade. A área temática Governo e Sociedade contém um bom conjunto de iniciativas voltadas à criação de formas e processos de envolvimento da comunidade nesta gestão.

O modelo de Gestão para Resultados foi objeto de projeto realizado no primeiro semestre de 2013, onde gestores e representantes de todos os órgãos e entidades do executivo municipal foram qualificados para atuarem em sintonia com esse novo modelo. Esta qualificação findou pela produção de um Mapa Estratégico da Governança Municipal, a partir do qual foram trabalhados os eixos, resultados, áreas temáticas, programas e iniciativas deste PPA.

O novo modelo ordena também as necessárias interseções de políticas setoriais e transversais, incrementando a visão sistêmica no âmbito da gestão pública, permitindo sinergia, integração de ações e, por consequência, economia de recursos e maximização de resultados, e melhor condições de atender às demandas comunitárias.

### **Fortaleza Planejada**

Este resultado requer a instituição de cultura de planejamento integrado e participativo no âmbito do executivo municipal, bem como integração das ações do poder municipal às dos poderes executivo estadual e federal, dos demais municípios da RMF e, principalmente aquelas que impactam no meio físico territorial.

Esta área temática compreende também a produção de um Plano Estratégico de longo prazo para Fortaleza, objetivando não só a melhoria do contexto urbano como também a identificação de vocações e perspectivas para o desenvolvimento socioeconômico de Fortaleza, possibilitando geração de oportunidades de trabalho,



riqueza e redução da grande desigualdade social (Plano Mestre e Estratégico de Desenvolvimento Socioeconômico).

A melhoria da governança pretendida foi inaugurada com a elaboração do projeto de Reforma Administrativa iniciado em janeiro de 2013, cujo redesenho foi finalizado em julho de 2013. Este redesenho, envolveu não só a eliminação de sobreposições de alçadas existentes, como também a adequação da estrutura para as novas práticas acima citadas (gestão planejada, compartilhada, participativa e voltada para resultados).



Vale ressaltar, no âmbito da referida reforma, as mudanças que repercutem diretamente nesta área temática, ou seja:

#### **a) Criação da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão – SEPOG**

Resultante da fusão entre as anteriores Secretaria de Planejamento e Orçamento (SEPLA) e Secretaria de Administração do Município (SAM), a SEPOG foi constituída para atender a uma orientação de fundamento estratégico, movida pela necessidade político-administrativa de superar uma fragilidade organizacional notória e fazer o município dispor de uma instância institucional estruturada, segundo uma concepção funcional direcionada para efetivar a articulação das ações governamentais.

No âmbito da máquina administrativa municipal, ao responder por atividades-meio que assumem uma dimensão estratégica, competem à SEPOG as seguintes atribuições:

- 1) Mobilizar as demais secretarias e os órgãos da administração indireta para a montagem do Plano Plurianual (PPA), a elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentária (LDO) e também da Lei Orçamentária Anual (LOA);
- 2) Efetuar a execução orçamentária referente aos diversos programas e ações que compõem a programação do PPA, da LDO e da LOA;
- 3) Proceder o acompanhamento da execução físico-financeiro dos programas de investimento contidos no PPA, por meio do Sistema de Monitoramento e Acompanhamento de Projetos Prioritários (MappFor);
- 4) Cuidar da área de gestão de pessoas, ou seja, da vida funcional do servidor, do acesso à aposentadoria, passando pela capacitação, o que inclui a parceria com o

Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios Brasileiros (PNAFM), no aspecto da modernização administrativa;

5) Gerenciar a logística de funcionamento da Prefeitura Municipal de Fortaleza (PMF), envolvendo a gestão da frota de veículos, de telefonia e do patrimônio mobiliário e imobiliário;

6) Dirigir a política corporativa de tecnologia da informação;

7) Coordenar a política de compras públicas em escala municipal.

da informação; e coordenar a política de compras públicas em escala municipal.

### **b) Criação do Instituto de Planejamento de Fortaleza - IPLANFOR**

Com a missão de “gerar conhecimento, articular o planejamento estratégico participativo e fomentar iniciativas inovadoras para transformar Fortaleza em uma cidade acolhedora, mais justa e bem cuidada”, o IPLANFOR terá três grandes linhas de atuação:

**Gestão de Conhecimento** - compreendendo a realização de estudos, pesquisas, estruturação e gestão de acervo técnico, estruturação e gestão do Sistema de Informações Municipais (SIM), monitoramento e avaliação de políticas públicas, difusão de conhecimento e novas culturas institucionais.

**Articulação do Planejamento Estratégico e Participativo** - compreendendo apoio a Conselhos e Sistema de Participação (em parceria com a Coordenadoria Especial de Participação Popular e instituições temáticas), acompanhamento do processo de regulamentação e atualização do PDPFor, coordenação de processo compartilhado para elaboração de Planos de Desenvolvimento Integrado (urbano/ambiental) da Grande Região Metropolitana, Plano de Governo (mapa estratégico), articulação de Planos Setoriais, coordenação do processo de elaboração de Plano Estratégico Fortaleza 2040, onde se inclui o Plano Mestre e o Plano de Desenvolvimento Socioeconômico.

**Fomento de iniciativas inovadoras** - compreendendo articulações interinstitucionais para desenvolvimento de iniciativas inovadoras, voltadas para o aumento do bem estar da comunidade, oriundo da melhoria do contexto urbano. As iniciativas inovadoras tratadas pelo IPLANFOR serão complementadas pelas que serão trabalhadas pela CITINOVA (Coordenadoria de Ciência, Tecnologia e Inovação).



## **Sinergia**

A atuação da SEPOG conduz a uma natural e estreita interação com a Secretaria Municipal de Finanças (SEFIN), em particular no que tange à configuração orçamentária do PPA e à elaboração da LOA, igualmente com o Instituto de Planejamento de Fortaleza (IPLANFOR), uma vez que a formulação do PPA e, na sequência, o monitoramento da execução físico-financeiro dos programas de investimento nele contidos, exigem absoluta interdependência com a concepção macro estratégica de planejamento desse Instituto frente aos desafios impostos pela realidade do município, considerando também que o componente de avaliação das ações governamentais que lhe cabe desenvolver, colherá elementos do procedimento de monitoramento executado pela SEPOG, através do MappFor.



Especificamente, com relação a essa indispensável proximidade interativa entre a SEPOG e o IPLANFOR, em função da formulação do Plano de Governo, da montagem do PPA, do monitoramento da execução dos programas de investimento e, por último, do processo de avaliação com incorporação da ótica de gestão para resultados, fica objetivamente exposto e reforçado o entendimento do quanto é necessário construir transversalidades abrangendo, por afinidades operacionais, os órgãos da estrutura administrativa municipal.

Pondo em prática esse esforço interativo de planejamento e execução do Plano de Governo e dos programas que lhe dão substância operacional, apoiados no ajustamento de interfaces institucionais, por certo se verificarão ganhos para a população em função da inibição de situações recorrentes de desarticulação de políticas e de fragmentação da aplicação de recursos, de maneira que será factível ampliar o impacto territorial do gasto público.

Por fim, esta nova estrutura e modelo de gestão possibilitará a valorização do planejamento não apenas como circunstância de um governo, mas como instrumento de política pública, sobretudo. Permitirá um alinhamento de procedimentos com as esferas estadual e federal, de modo a reunir condições que favoreçam convergências na alocação de recursos financeiros, intervenções com mais economicidade para os cofres do município e mais efetividade nos resultados das ações planejadas.

## **Programas Finalísticos**

### **SEPOG – Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão**

- Gestão Corporativa de Tecnologia da Informação



- Atenção Integral a Pessoa Idosa
- Programa de Concursos e Seleções
- Modernização da Gestão de Recursos Logísticos e Serviços Compartilhados
- Gestão de Patrimônio
- Modernização da Gestão de Pessoas
- Modernização Administrativa da Gestão Municipal
- Fortaleza Inclusiva (multissetorial)
- Desenvolvimento do Planejamento Municipal (**Iplanfor- Multissetorial**)

### Área Governo e Sociedade

A transformação de Fortaleza na cidade desejada requer uma Governança Municipal pautada em políticas que promovam a justiça social, a participação e controle social, a redução das desigualdades, inclusive entre regionais e bairros, como também na garantia dos princípios de transparência e economicidade, tendo em vista o parco recurso disponível se comparado ao tamanho do desafio.

Para que o ente público conheça e compreenda a real situação da comunidade e o que mais afeta sua qualidade de vida, fóruns e seminários, estudos e pesquisas devem ser realizados, bem como articulados meios eficientes de escuta e participação comunitária contínua, a serem estruturados em um Sistema Municipal de Participação Popular.

Além do exposto, a geração e difusão de conhecimento sobre a cidade faz-se necessário para melhor qualificar esta participação, dando assim condições à comunidade e aos entes do poder público aprofundar o conhecimento sobre fenômenos e problemáticas da cidade, podendo então analisar e emitir parecer sobre iniciativas propostas para a conquista dos resultados esperados.

Para construir uma relação de excelência entre o poder público e a comunidade (Governo e Sociedade) em Fortaleza, o Executivo Municipal se acercou de vários recursos e estratégias, dentre os quais podemos destacar:

- A **Secretaria da Controladoria e Transparência do Município de Fortaleza**, Órgão da Administração Direta instituído em 2013 com o objetivo de contribuir

para o Município de Fortaleza, desenvolvendo o controle, fomentando a transparência e perseguindo a qualidade dos gastos públicos, através da realização da boa-prática na gestão pública, com destaque para a auditoria em projetos de investimentos amparados por contratos e convênio, onde o Município seja parte, bem como pelo acompanhamento e controle da qualidade das informações disponibilizadas pelo ente público, constantes no seu portal da transparência. Logo, o que se busca é a efetividade dos mecanismos de controle e transparência, com o fim de se otimizar o uso dos recursos e estabelecer a confiança da comunidade na gestão municipal, bem como dotar de legitimidade e legalidade os atos praticados pelos gestores, tratando de assuntos e providências relacionados à prevenção e ao combate à corrupção, à auditoria pública e ao incremento da transparência da gestão, atuando como órgão central do Poder Executivo Municipal para as funções de controle interno.



- A **Coordenadoria Especial de Participação Popular - CPP**, instituída considerando a necessária modernização do Estado por meio da criação e fortalecimento de instrumentos de participação da sociedade na elaboração e fiscalização de políticas públicas; a autonomia da sociedade civil organizada, dos movimentos populares urbanos, das centrais sindicais e dos Partidos Políticos em relação ao Estado, ao Governo e ao Município; e a necessidade de fortalecimento e maior integração dos espaços de participação existentes no Poder Público Municipal, como Conselhos, Conferências e Orçamento Participativo. Cabendo-lhe, principalmente: identificar e viabilizar os recursos orçamentários necessários a realizações de possíveis ações integradas e participativas; acompanhar, participar e monitorar os processos participativos de competência da Gestão Municipal; articular e fortalecer com a sociedade civil organizada os processos participativos integrantes do sistema de gestão participativo do Plano Diretor Participativo de Fortaleza - PDPFOR; ampliar, mobilizar e aperfeiçoar os mecanismos da democracia participativa em todas as esferas de governo através do Orçamento Participativo, das Conferências e dos Conselhos; diversificar as formas de diálogos e informações entre o poder executivo e a sociedade; promover espaços de formação continuada, com foco no processo integral de educação conscientizadora para o pleno exercício da cidadania; articular a participação da comunidade no processo de elaboração do PPA.
- O **Observatório da RMF**, criado no âmbito do Instituto de Planejamento de Fortaleza- IPLANFOR, que terá como objetivo gerar conhecimento a ser difundido junto à comunidade e gestores, oriundo de análises qualitativas, estudos e pesquisas, realizadas pelo Observatório, que permitam melhorar a qualidade



da Governança Municipal a fim de subsidiar uma nova cultura institucional de integração de políticas e inovação social.

- O avanço em Parcerias Público Privadas articuladas pela **Secretaria de Governo – SEGOV** junto ao meio empresarial, representa um avanço importante, ampliando a participação do setor privado em investimentos para melhoria de infraestrutura e serviços públicos. A SEGOV se imbuíu também da missão de promover grande melhoria na comunicação entre executivo municipal e sociedade em geral, facilitando a melhoria da relação entre este importante fornecedor (executivo municipal), seus clientes (residentes e visitantes de Fortaleza) e parceiros.
- A ação da **CITINOVA** complementa este *roll* de estratégias, inovando a forma e meios envolvidos, por meio de novas tecnologias, de maneira a aperfeiçoar ainda mais a relação e interfaces entre Governo e Sociedade.

Pretende-se, com a criação das novas instituições acima citadas e adoção de novas práticas e parcerias, viabilizar a conquista da Fortaleza Planejada e Participativa.

### Programas Finalísticos

#### SECOT – Secretaria da Controladoria e Transparência

- Controle Interno Preventivo e Auditoria Governamental
- Transparência: Ouvidoria, Participação e Controle Social

#### SETRA – Secretaria Municipal de Trabalho, Desenvolvimento Social e Combate a Fome

- Fortalecimento do Controle Social

#### SEGOV - Secretaria Municipal de Governo

- Comunicação Institucional e Apoio às Políticas Públicas
- Gestão de Eventos Governamentais

#### CPP - Coordenadoria Especial de Participação Popular

- Gestão Participativa e Social (*multissetorial*)

#### IPLANFOR – Instituto de Planejamento de Fortaleza

- Gestão de Conhecimento para Governança Municipal
- Desenvolvimento do Planejamento Municipal

## **CITINOVA**

- Ciência, Tecnologia e Inovação para a Cidade de Fortaleza

## **PGM – Procuradoria Geral do Município**

- Regulação, Fiscalização e Controle dos Serviços Públicos pela ACFOR

## **Área de Finanças**

A melhoria da gestão fiscal, qualificação do quadro técnico dos órgãos e entidade para captação de recursos junto a outras esferas de governo ou mesmo recursos de organismos internacionais e a racionalização de recursos aplicados em despesas correntes (custeio de estrutura administrativa), são estratégias que afetam sobremaneira as finanças do município e sua capacidade de investir em projetos estratégicos, tendo em vista a reduzida capacidade de investimento apresentada na LOA 2013, de apenas 16,9% do orçamento.

Apesar do significativo aumento da receita do município nos últimos dez anos, este aumento se deu na maior proporção devido a receitas de transferências, ficando a desejar a receita tributária de Fortaleza se a compararmos às de outras capitais com mesma população (Recife, Salvador e Belo Horizonte), e mesmo Recife, em 2010, já possuía uma arrecadação (receita tributária) 14,7% maior que a de Fortaleza, apesar de contar com uma população 37,2% menor (Fonte: FINBRA-STN / IBGE).

Além das estratégias citadas, é oportuna a ampliação de investimentos em infraestrutura pública através de Parcerias Público Privadas – PPP, modalidade de operação já regulamentada por Lei Municipal, com indicação no PDPFor de áreas prioritárias para tais investimentos em parceria.

Estas estratégias, embora tratadas em conjunto pela SEFIN, SEGOV, SEPOG, IPLANFOR e SECOT, farão parte de programas e iniciativas a cargo da Secretaria Municipal de Finanças de Fortaleza – SEFIN, que tem por atribuições finalísticas planejar, coordenar, supervisionar, executar, controlar e avaliar as atividades financeiras do município, por meio da política fiscal nas suas vertentes tributária e orçamentária.

O esforço de mobilização empreendido por seu quadro funcional responde a sua missão institucional de otimizar as receitas públicas com justiça fiscal e realizar uma eficiente gestão dos recursos financeiros para o desenvolvimento sustentado do município de Fortaleza.

A atuação da SEFIN atende ao escopo de privilegiar práticas de procedimentos crescentemente profissionalizados das funções que envolvem a tarefa de conduzir a





coordenação da política fiscal do município. Para tanto, seus gestores e servidores trabalham conscientes do propósito institucional de alcançar uma performance de elevado reconhecimento nacional na gestão das finanças públicas municipais pela conquista da credibilidade no cumprimento da sua missão; realizar suas ações com eficiência, eficácia, efetividade e transparência; buscar excelência no atendimento ao cidadão e qualidade dos serviços; e obter melhorias contínuas, integração com as demais unidades municipais e com outras organizações públicas, privadas e afins.

A nova estrutura organizacional contempla uma Assessoria Especial, voltada para captação de recursos.

A gestão fiscal mais eficiente está pautada em quatro pilares: aumento da arrecadação, controle do nível de endividamento, elevação dos investimentos e controle dos gastos correntes.

São objetivos relevantes dentro de seu direcionamento estratégico o aperfeiçoamento dos processos de arrecadação e de gestão financeira, a modernização da gestão, a inovação tecnológica, a melhoria da infraestrutura física, o fortalecimento da comunicação interna e externa, e o avanço na qualidade do atendimento ao contribuinte, visto como cidadão.

O novo modelo de Gestão para Resultados e a nova estrutura organizacional a ser implementada, iniciativas contidas em outra área temática (Planejamento e Gestão), contribuirão também de maneira significativa a ampliação de recursos para investimentos e efetividade dos recursos investidos.

### **Programa Finalístico**

#### **SEFIN – Secretaria de Finanças do Município**

- Modernização da Administração Tributária Municipal



# Financiamento do Plano



## IV. FINANCIAMENTO DO PLANO

### IV.1 Projeção das Receita

O demonstrativo da evolução da receita contém informações sobre as receitas efetivamente arrecadadas pelo Tesouro Municipal, resultante de impostos, transferências e outras receitas próprias do Município. Esses valores poderão ser revistos a cada exercício, para ajustar-se a diversas variáveis como, por exemplo, o crescimento econômico, a taxa de inflação, o comportamento dos contribuintes, o crescimento populacional e outros fatores externos ou internos que provoquem um aumento ou até mesmo um decréscimo da receita prevista.



As disponibilidades para criação, expansão e aperfeiçoamento da ação governamental demonstradas, atenderão as despesas com contrapartida de convênios, contratos e ajustes realizados pela administração com outras esferas de governos e entidades não governamentais, bem como as despesas decorrentes dos investimentos realizados.

Ao destacar as receitas provenientes de transferências voluntárias, objetiva-se demonstrar a vinculação dos projetos/atividades que serão executados com esses recursos. Isto porque não há garantias de que tais recursos sejam repassados como previstos, pois a sua captação depende de diversas variáveis, parte delas não mensuráveis (conjuntura política e econômica, poder de articulação dos representantes do Município, por exemplo) e o que vai subsidiar tecnicamente a sua previsão são as informações contidas no Orçamento Geral da União, os projetos encaminhados ou a encaminhar aos diversos órgãos da administração federal e estadual e outras entidades financiadoras.

Essa distinção permite, ainda, que seja conhecida a intenção do gestor no que diz respeito à captação de recursos externos e, também, dar conhecimento ao Poder Legislativo e a comunidade em geral da vinculação dos projetos e atividades constantes do PPA à realização da receita de convênios prevista.

**Tabela 12 – Evolução E Projeção das Receitas**

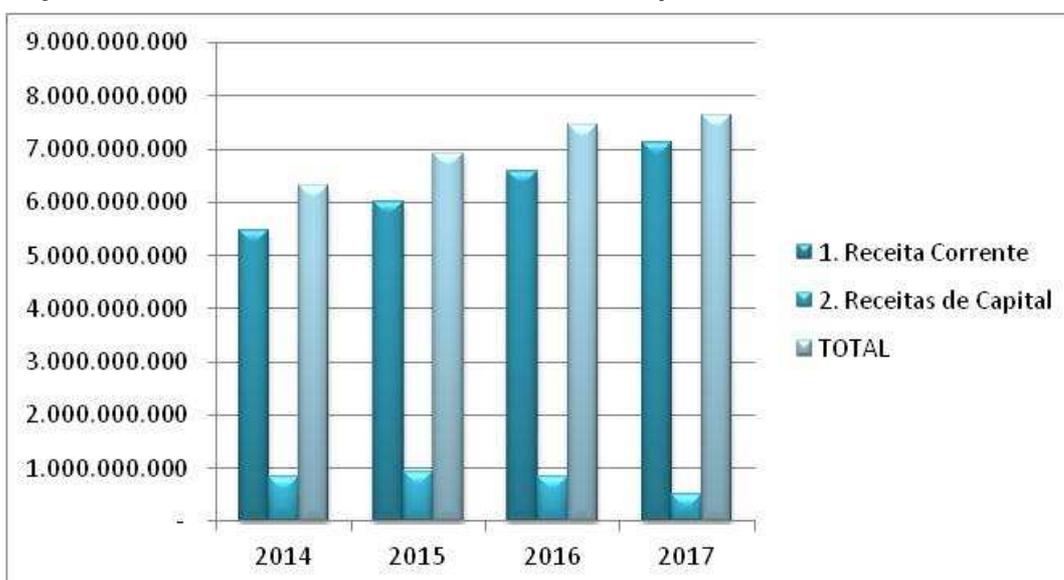
Atualizada em 30/08/2013 às 10:31h	RECEITA REALIZADA			RECEITA PREVISTA				
	2010	2011	2012	LOA 2013	2014	2015	2016	2017
<b>1. Receita Corrente</b>	3.334.193.982	3.892.994.139	4.450.839.812	5.000.088.225	5.482.367.640	6.010.515.562	6.586.856.010	7.119.547.073
<b>1.1. Receita Tributária</b>	685.995.863	809.955.682	953.759.170	1.027.571.053	1.243.890.253	1.419.523.255	1.598.584.371	1.709.750.961
ISS	363.778.384	427.468.338	495.746.952	542.352.702	650.667.874	774.604.612	898.541.350	952.453.831
IPMU	159.734.234	172.071.714	191.284.814	214.903.261	252.495.955	271.624.436	290.752.918	308.198.093
ITBI	67.138.701	88.285.647	110.132.529	117.315.532	143.750.000	152.375.000	161.517.500	171.208.550
IRRF	83.337.408	108.630.691	139.265.759	136.544.823	175.035.479	196.230.701	219.992.474	246.631.584
Outras Receitas Tributárias	12.007.137	13.499.292	17.329.115	16.454.735	21.940.945	24.688.505	27.780.129	31.258.903
<b>1.2. Receita Contribuição</b>	429.535.928	487.776.292	553.245.706	538.955.995	606.276.672	634.668.963	664.390.882	695.484.375
<b>1.3. Receita Patrimonial</b>	90.339.344	133.003.098	203.661.214	139.213.846	228.641.809	245.789.945	264.224.191	284.041.005
<b>1.4. Receita de Serviços</b>	3.286.794	1.168.401	3.691.332	3.306.065	51.231.027	50.049.923	50.545.607	52.120.502
<b>1.5. Transferências Correntes</b>	1.972.343.583	2.268.519.016	2.554.931.756	2.985.951.664	3.125.340.294	3.421.371.708	3.757.104.809	4.113.237.557
FPM	442.851.068	556.285.316	575.071.903	696.000.305	488.296.896	506.199.217	524.757.885	543.996.967
ICMS	458.060.182	492.110.353	571.029.816	652.987.193	633.847.013	667.801.330	703.574.533	741.264.057
IPVA	85.507.827	96.071.792	113.180.357	124.072.356	129.566.009	138.628.043	148.323.889	158.697.876
Demais Transferências	985.924.507	1.124.051.554	1.295.649.681	1.512.891.810	1.873.630.376	2.108.743.119	2.380.448.502	2.669.278.657
<b>1.6. Outras Receitas Correntes</b>	152.692.468	192.571.650	181.550.633	305.089.602	226.987.585	239.111.768	252.006.150	264.912.673
<b>2. Receitas de Capital</b>	109.441.405	147.188.532	215.443.638	587.707.846	831.911.651	916.303.923	852.647.636	506.091.300
<b>TOTAL</b>	<b>3.443.635.387</b>	<b>4.040.182.671</b>	<b>4.666.283.451</b>	<b>5.587.796.071</b>	<b>6.314.279.290</b>	<b>6.926.819.485</b>	<b>7.439.503.647</b>	<b>7.625.638.373</b>

Fonte: SEFIN

## IV.2 Previsão de Receita

A receita prevista para o período do PPA, 2014 a 2017, é de R\$ 28.306.240.795,00. O gráfico a seguir mostra a previsão de receita total e suas duas grande categorias com maior participação no total. A receita corrente é a categoria que tem maior participação relativa ficando entorno de 96% com exceção para o ano de 2014 que fica em 92%. A receita de capital fica variando entre 7,70% em 2014 e 3,65% em 2015.

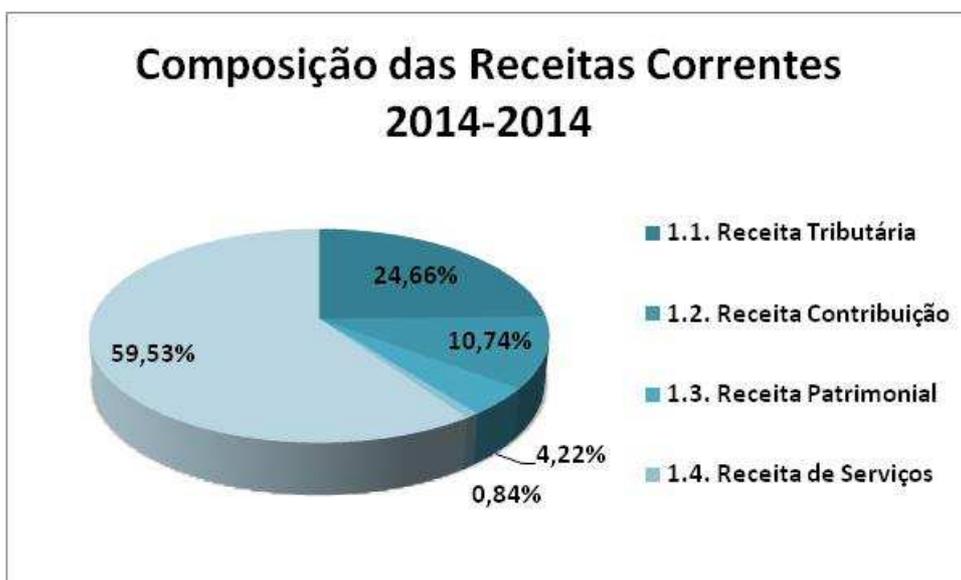
**Gráfico 34 - Receita Prevista: Total, Corrente e de Capital**



Fonte: SEFIN



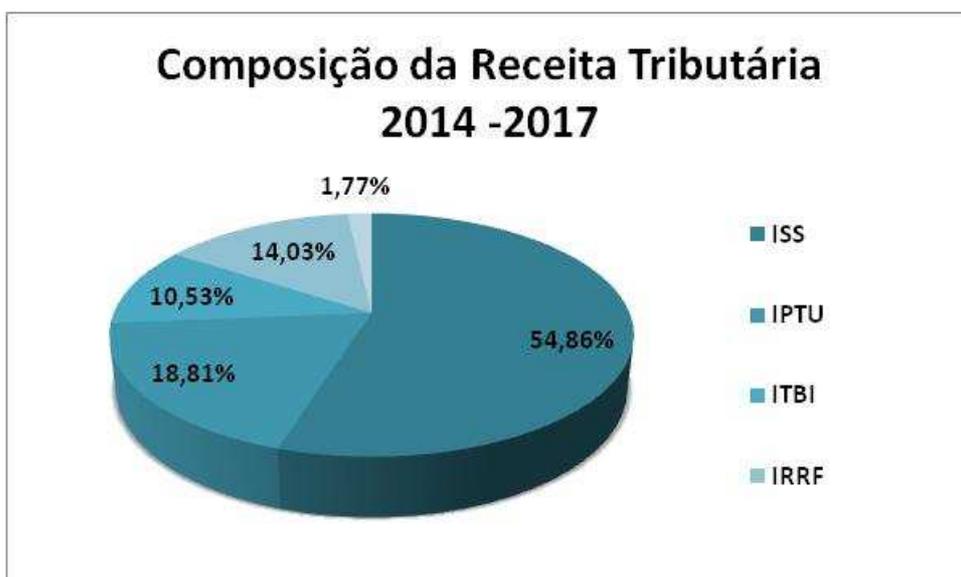
**Gráfico 35 - Composição das Receitas Correntes**



Fonte: SEFIN

*Analisando a composição da receita corrente, para os próximos 4 anos, percebe-se que as transferências correntes são responsáveis por 57,64% desta composição vindo em seguida as receitas tributárias com mais de 23,87%. Esse percentual elevado das transferências correntes mostra que a receita do município de Fortaleza ainda permanece com uma grande dependência das transferências correntes, de forma específica das transferências governamentais como FPM, FUNDEB, SUS, ICMS, IPVA dentre outros.*

**Gráfico 36 - Composição da Receita Tributária 2014 - 2017**

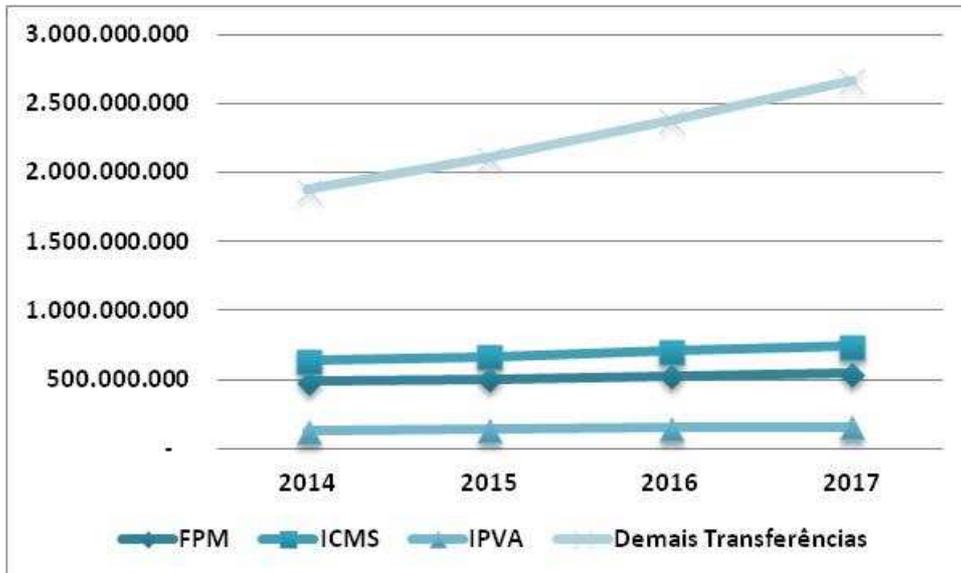


Fonte: SEFIN



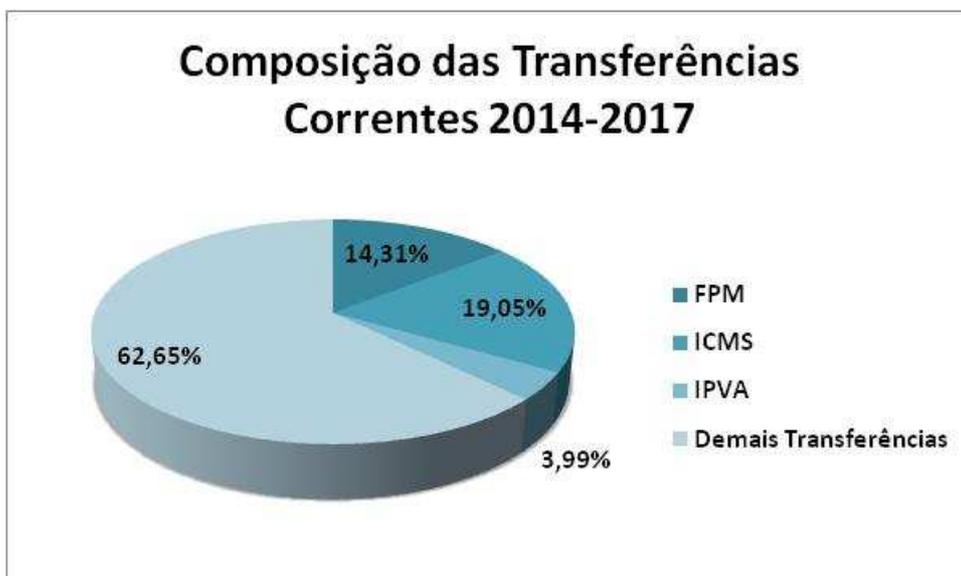
Algumas transferências importantes para a receita do município como Fundo de Participação dos Municípios (FPM), IPVA e ICMS, quando somados representam quase 40% das transferências correntes. O gráfico abaixo mostra a o comportamento previsto para as transferências.

**Gráfico 37**



Fonte: SEFIN

**Gráfico 37 - Composição das Transferências Correntes 2014-2017**



Fonte: SEFIN

Para essas projeções foram utilizadas as seguintes definições:

### **Receita própria**

- a. Aumento de 80% no ISS entre 2013-2016.
- b. Elevação de 50% no IPTU entre 2013-2016.
- c. Outras receitas próprias calculadas com base na T.G.C .
- d. Para o ano de 2017 foi utilizado o método da T.G.C para toda receita própria.



### **Transferências correntes**

- e. Foi aplicada a taxa geométrica de crescimento para evolução dos valores.
- f. Foi aplicada uma redução nos valores do FPM, devido à mudança no coeficiente do município de Fortaleza.

### **Receitas de capital**

- g. Conforme dados apresentados pela gerência do controle da dívida pública/cotem.

Demais receitas

Valores obtidos com base no método da T.G.C.

## **IV. 3 Financiamento do Plano**

O Plano Plurianual 2014-2017 do Município de Fortaleza envolve recursos públicos da ordem de R\$ 28,3 bilhões. Referidos recursos são originados da receita própria do Município, de operações de crédito, transferências intergovernamentais, receitas própria das autarquias, fundos, fundações e empresas e sociedades de economia mista em que o Município detém a maioria do capital. Esse montante compreende os Orçamentos Fiscal, da Seguridade Social e dos Investimentos das Empresas. A tabela a seguir mostra os valores especificados por orçamentos, bem como a participação relativa de cada um no total dos recursos para o período do PPA:

### Tabela 13 - Valores Totais por Função

Tabela 14 - Valores Totais dos Orçamentos

ORÇAMENTO	VALOR (R\$ Bilhões)	%
FISCAL	17,9	63,3%
SEGURIDADE SOCIAL	10,2	36,1%
INVESTIMENTOS DAS EMPRESAS	0,2	0,6%
<b>TOTAL</b>	<b>28,3</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: SEPOG/COPLAM

Fonte: SEPOG / COPLAM

O financiamento do Plano obedece à seguinte distribuição:

### Tabela 14 - Recursos por Fonte

FINANCIAMENTO	2014	%	2015 - 2017	TOTAL	%
Convênios	482.964.586	7,65%	1.389.942.038	1.872.906.624	6,62%
Op. Crédito	365.131.561	5,78%	927.631.617	1.292.763.178	4,57%
Receita Própria das indiretas	696.062.085	11,02%	2.265.192.058	2.961.254.143	10,46%
Tesouro	3.928.124.722	62,21%	14.418.238.884	18.346.363.607	64,81%
Transferências	841.996.336	13,33%	2.990.956.908	3.832.953.244	13,54%
<b>TOTAL</b>	<b>6.314.279.290</b>	<b>100,00%</b>	<b>21.991.961.505</b>	<b>28.306.240.796</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: SEPOG / COPLAM

Para os Programas Finalísticos e de Gestão de Políticas Públicas estão previstos recursos no montante de R\$ 26.809.199.489,00, os quais serão aplicados em observância ao que foi definido como Eixo Estratégico, Resultados e Áreas Temáticas do Governo Municipal, que tem por objetivo garantir a produção de bens e serviços à sociedade, além da melhoria contínua da qualidade e produtividade dos serviços públicos. Vale mencionar que não estão incluídos os valores de encargos gerais, reservas de contingências e recursos destinados ao legislativo os quais totalizam R\$: 1.497.041.306,00. O detalhamento destes Programas poderá ser visualizado no PPA através das Ações e Produtos.



O quadro abaixo apresenta o demonstrativo da destinação de recursos por função de governo:

**Tabela 15 - Recursos por Função**

COD	FUNÇÃO	2014	2015-2017	Total
01	LEGISLATIVA	144.430.930,00	499.886.028,00	644.316.958
02	JUDICIÁRIA	47.855.904,00	165.587.562,00	213.443.466
03	ESSENCIAL À JUSTIÇA	700.000,00	2.100.000,00	2.800.000
04	ADMINISTRAÇÃO	994.023.256,00	2.766.507.061,00	3.760.530.317
06	SEGURANÇA PÚBLICA	178.817.760,00	602.500.361,00	781.318.121
08	ASSISTÊNCIA SOCIAL	74.013.885,00	273.047.831,00	347.061.716
09	PREVIDÊNCIA SOCIAL	389.441.396,00	1.269.567.414,00	1.659.008.810
10	SAÚDE	1.778.125.263,00	6.419.128.876,00	8.197.254.139
11	TRABALHO	17.581.275,00	48.020.013,00	65.601.288
12	EDUCAÇÃO	1.389.200.879,00	5.222.359.704,00	6.611.560.583
13	CULTURA	51.963.996,00	182.237.474,00	234.201.470
14	DIREITOS DA CIDADANIA	46.604.250,00	211.549.778,00	258.154.028
15	URBANISMO	797.356.743,00	2.881.106.757,00	3.678.463.500
16	HABITAÇÃO	78.521.668,00	285.963.183,00	364.484.851
18	GESTÃO AMBIENTAL	106.275.047,00	366.591.257,00	472.866.304
19	CIÊNCIA E TECNOLOGIA	26.718.000,00	113.120.070,00	139.838.070
20	AGRICULTURA	105.000,00	636.000,00	741.000
23	COMÉRCIO E SERVIÇOS	280.000,00	1.420.000,00	1.700.000
24	COMUNICAÇÕES	1.995.000,00	1.645.000,00	3.640.000
27	DESPORTO E LAZER	16.555.479,00	28.806.156,00	45.361.635
28	ENCARGOS ESPECIAIS	150.613.559,00	565.736.448,00	716.350.007
99	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	23.100.000,00	84.444.532,00	107.544.532
<b>TOTAL</b>		<b>6.314.279.290,00</b>	<b>21.991.961.505,00</b>	<b>28.306.240.795</b>

Fonte: SEPOG / COPLAM



# Gestão do PPA 2014 - 2017



## V. GESTÃO DO PPA

O PPA 2014-2017 representa a orientação estratégica do Governo Municipal para o conjunto de Programas e Ações (atividades e projetos) nele expresso. Com igual responsabilidade o compromisso com a Gestão para Resultados impõe ao Plano a exigência de monitoramento fundado em indicadores e metas claros e objetivos, que demonstrem não apenas o nível de execução do que fora planejado, mas, principalmente, o impacto das referidas iniciativas na vida da comunidade, no meio ambiente (natural e cultural) e na economia urbana. Neste sentido os bens e serviços, as entregas à sociedade refletem as opções políticas e as prioridades da intervenção governamental.



Dotar a cidade de sustentabilidade econômica e ambiental, com inovação e produção de bens e serviços de maior valor agregado, explorar as potencialidades associadas à tecnologia e ao conhecimento, à cultura, ao turismo e ao meio ambiente, estimular à presença de mais empresas locais em outros mercados, fomento a novos negócios, alargando opções de qualificação profissional, gerando riqueza para a população e expansão do mercado de trabalho, de modo a **reduzir desigualdades sociais** e econômicas, ampliando a atratividade e a competitividade da cidade constitui pilares do Plano.

O monitoramento e avaliação do Plano Plurianual são instrumentos fundamentais para balizar a atuação governamental por meio dos programas e projetos adotados, possibilitando o realinhamento das intervenções realizadas, e implicando, cada vez, na renovação das estratégias adotadas para o alcance dos resultados.

O Governo Municipal de Fortaleza, no âmbito da SEPOG, já dispõe de instrumentos e mecanismos de monitoramento e avaliação dos programas e projetos que permitem a tomada de decisões. O Monitoramento de Ações e Projetos Prioritários de Fortaleza-Mappfor viabiliza o controle físico e financeiro das ações prioritárias governamentais e em implementação. O acompanhamento dos Resultados Estratégicos de Governo e dos Resultados Setoriais e seus indicadores será objeto de monitoramento do Observatório da Governança Municipal vinculado ao IPLANFOR.

Os programas, nesta proposta, deixam de ser exclusivamente setoriais e assumem a dimensão multissetorial no entendimento de que os problemas sociais não se resolvem com programas estanques que não dialogam, muito ao contrário, a perspectiva de totalidade das políticas enquanto ação plena de governo

preferencialmente de forma integrada é o caminho mais efetivo para a realização da política pública.

Para atingir a qualidade desejável na execução e gestão do Plano Plurianual 2014-2017, o Governo Municipal, sob a coordenação da SEPOG, aperfeiçoará os mecanismos atuais de monitoramento, de forma a adaptá-los ao acompanhamento sistemático dos novos programas, permitindo ao Governo rever suas atitudes e decisões, em prol da eficácia e efetividade das políticas implementadas.

Cabe registro, o papel do IPLANFOR que compartilha o planejamento municipal na sua dimensão estratégica de pensar a cidade. Dessa forma proporcionando a gestão de conhecimentos para governança municipal, e, nesta, a constituição do Observatório que será estruturado para realizar o monitoramento e avaliação da política pública *latu sensu*, em sua expressão prospectiva e humanista.

## V.1 Gerenciamento e Responsabilidade

A sistemática de monitoramento e avaliação do PPA 2014-2017, objetiva, dentre outros:

- disponibilizar informações aos gestores públicos, a fim de viabilizar a tomada de decisões em relação às políticas implementadas, por meio dos programas;
- permitir à sociedade o conhecimento dos resultados alcançados;
- dar visão pública aos agentes envolvidos na implementação das políticas públicas setoriais, sobre o desempenho e execução dos programas e da política setorial, inclusive aqueles envolvidos com a realização de temas transversais ou multissetoriais;
- atuar preventivamente em elementos críticos à consecução de metas;
- realizar análises setoriais, multissetoriais e regionais, observando os resultados em cada uma das regiões pertinentes a cada uma das 7 Secretárias Regionais-SER, da implementação do conjunto das políticas públicas; e
- dar visibilidade aos órgãos de controle externo e interno do Governo na execução e desempenho do conjunto das políticas e programas implementados.

Desse modo, o Plano Plurianual 2014-2017 observará de forma continuada a execução e desempenho de seus programas, de modo a permitir a avaliação do Plano,



permitindo ao Governo rever suas atitudes e decisões, em prol da eficácia e efetividades das políticas implementadas.

## V.2 Avaliação e Revisão do PPA 2014-2017

A sistemática de monitoramento e avaliação do Plano Plurianual 2014-2017 será implementada considerando, como premissas:

- as necessidades e peculiaridades de cada política setorial, incluindo a sua regionalização, de forma a permitir abordagens e interpretações realísticas que viabilizem a tomada de decisões;
- o conhecimento acumulado e as lições aprendidas com as experiências de monitoramento e avaliação no setor público em âmbito estadual, nacional e internacional;
- a promoção da sua implantação, de forma progressiva, segundo as prioridades estabelecidas pelo Governo.

A **avaliação** do Plano Plurianual, por sua vez, será realizada anualmente, onde o Poder Executivo Municipal enviará à Câmara de Vereadores, até o dia 30 de abril de cada exercício, o relatório de avaliação do Plano Plurianual conforme determina o Artº 9º em seu parágrafo único incisos I, II, III e IV da lei que compõe o PPA 2014-2017. Serão objetos das avaliações:

- as áreas temáticas correspondentes aos Resultados Estratégicos de governo, tendo como base os seus indicadores de resultados;
- a avaliação do comportamento e evolução das variáveis macroeconômicas que fundamentaram a elaboração do Plano;
- agendas prioritárias de governo que impactem no cumprimento dos objetivos dos Programas;
- a consistência, pertinência e suficiência da estrutura programática.



Anexos





**Eixo I MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA E JUSTIÇA SOCIAL**

FORTALEZA DA JUVENTUDE

JUVENTUDE

<u>Código</u>	<u>Programa</u>	<u>2014</u>	<u>2015 - 2017</u>	<u>TOTAL</u>
0064	FORTALEZA INCLUSIVA	39.043.565,00	132.480.225,00	171.523.790,00
0096	JUVENTUDE VIVE FORTALEZA	924.700,00	12.810.000,00	13.734.700,00
0118	JUVENTUDE ENGAJADA	1.507.890,00	14.152.000,00	15.659.890,00

FORTALEZA DO CONHECIMENTO

CULTURA

<u>Código</u>	<u>Programa</u>	<u>2014</u>	<u>2015 - 2017</u>	<u>TOTAL</u>
0071	PROMOÇÃO DO ACESSO À CULTURA E APOIO ÀS MANIFESTAÇÕES ARTÍSTICAS	5.508.050,00	29.817.760,00	35.325.810,00
0072	APOIO À CRIAÇÃO E FOMENTO À CULTURA	1.672.000,00	9.637.282,00	11.309.282,00
0073	PROMOÇÃO DA FORMAÇÃO CULTURAL E ARTÍSTICA.	540.000,00	3.279.620,00	3.819.620,00
0075	EDUCAÇÃO PARA O PATRIMÔNIO CULTURAL.	555.000,00	3.159.100,00	3.714.100,00
0109	GESTÃO DA POLÍTICA CULTURAL, MANUTENÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA CULTURAL.	2.530.000,00	11.067.400,00	13.597.400,00

EDUCAÇÃO, CONHECIMENTO E INOVAÇÃO

<u>Código</u>	<u>Programa</u>	<u>2014</u>	<u>2015 - 2017</u>	<u>TOTAL</u>
0042	DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL	911.964.711,00	3.578.287.246,00	4.490.251.957,00
0043	EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	24.150.138,00	89.523.257,00	113.673.395,00
0052	DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL	244.764.419,00	835.939.478,00	1.080.703.897,00
0077	FOMENTO TÉCNICO CIENTÍFICO	67.000,00	112.500,00	179.500,00
0099	CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO PARA A CIDADE DE FORTALEZA - CITINOVA	25.482.000,00	108.708.000,00	134.190.000,00
0105	MELHORIA DA QUALIDADE DA EDUCAÇÃO BÁSICA	84.603.596,00	229.986.066,00	314.589.662,00

FORTALEZA SAUDÁVEL

ESPORTE E LAZER

<u>Código</u>	<u>Programa</u>	<u>2014</u>	<u>2015 - 2017</u>	<u>TOTAL</u>
0003	DESENVOLVIMENTO DO ESPORTE COMUNITÁRIO E DE LAZER	2.000.000,00	6.950.000,00	8.950.000,00
0004	PROGRAMA DE ESPORTE EDUCACIONAL E RENDIMENTO	3.738.379,00	5.823.242,00	9.561.621,00
0005	INFRA-ESTRUTURA DE ESPORTE E LAZER	9.477.600,00	10.982.000,00	20.459.600,00



# Prefeitura de Fortaleza

Prefeitura Municipal de Fortaleza

Plano Plurianual 2014 - 2017

Quadro I Programas por Eixos, Resultados Estratégicos de Governo e Área Temática

Programas Finalísticos

0007	ATENÇÃO INTEGRAL A PESSOA IDOSA	2.751.452,00	6.410.340,00	9.161.792,00
0008	ATENÇÃO INTEGRAL À PESSOA COM DEFICIÊNCIA	1.813.601,00	13.038.997,00	14.852.598,00

## SAÚDE

<u>Código</u>	<u>Programa</u>	<u>2014</u>	<u>2015 - 2017</u>	<u>TOTAL</u>
0097	COORDENAÇÃO INTEGRADA DE ENFRENTAMENTO DO CRACK E OUTRAS DROGAS	2.891.500,00	11.790.217,00	14.681.717,00
0119	ATENÇÃO PRIMÁRIA A SAÚDE	315.067.307,00	1.139.924.969,00	1.454.992.276,00
0120	GESTÃO ESTRATÉGICA E PARTICIPATIVA DO SUS	766.500,00	3.027.737,00	3.794.237,00
0121	GESTÃO DO TRABALHO E EDUCAÇÃO NA SAÚDE	8.560.000,00	31.227.650,00	39.787.650,00
0122	ATENÇÃO AS CONDIÇÕES CRÔNICAS	3.800.000,00	13.835.800,00	17.635.800,00
0123	ATENÇÃO ESPECIALIZADA A SAÚDE	399.745.130,00	1.448.359.488,00	1.848.104.618,00
0124	ATENÇÃO TERCIÁRIA A SAÚDE	181.853.243,00	584.539.566,00	766.392.809,00
0125	REGULAÇÃO, CONTROLE, AVALIAÇÃO E AUDITORIA	198.538.929,00	714.768.235,00	913.307.164,00
0126	SERVIÇO DE APOIO DIAGNÓSTICO E TERAPÊUTICO	2.000.000,00	6.000.000,00	8.000.000,00
0127	ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA	41.251.000,00	150.012.616,00	191.263.616,00
0128	VIGILÂNCIA A SAÚDE	44.425.782,00	151.421.888,00	195.847.670,00

## FORTALEZA SEGURA, INCLUSIVA E JUSTA

### CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS

<u>Código</u>	<u>Programa</u>	<u>2014</u>	<u>2015 - 2017</u>	<u>TOTAL</u>
0017	HABITAR BEM	20.128.375,00	91.034.472,00	111.162.847,00
0018	HABITAÇÃO DE FORTALEZA	35.907.070,00	119.496.802,00	155.403.872,00
0020	REQUALIFICAÇÃO URBANA COM INCLUSÃO SOCIAL - PREURBIS.	57.115.065,00	73.366.293,00	130.481.358,00
0022	REGULARIZAÇÃO FUNDIARIA DE ASSENTAMENTOS PRECARIOS.	2.599.306,00	9.995.601,00	12.594.907,00
0025	PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR	173.000,00	747.500,00	920.500,00
0029	PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL	816.420,00	3.869.120,00	4.685.540,00
0031	PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DAS MULHERES	2.672.032,00	11.765.443,00	14.437.475,00
0036	CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS - CIDADANIA EM REDE	1.165.200,00	9.562.292,00	10.727.492,00
0044	PROMOÇÃO E DEFESA DA CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES E SUAS FAMILIAS	9.665.241,00	45.056.340,00	54.721.581,00
0056	PROMOÇÃO E DEFESA DA CIDADANIA E DOS DIREITOS HUMANOS DA POPULAÇÃO LGBT	1.357.155,00	8.069.579,00	9.426.734,00
0090	PROMOÇÃO DO CONTROLE SOCIAL DAS POLÍTICAS PARA INFANCIA E ADOLESCÊNCIA	406.210,00	1.486.000,00	1.892.210,00

### DESENVOLVIMENTO SOCIAL E TRABALHO

<u>Código</u>	<u>Programa</u>	<u>2014</u>	<u>2015 - 2017</u>	<u>TOTAL</u>
0141	PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	26.363.278,00	105.495.028,00	131.858.306,00



# Prefeitura de Fortaleza

Prefeitura Municipal de Fortaleza

Plano Plurianual 2014 - 2017

Quadro I Programas por Eixos, Resultados Estratégicos de Governo e Área Temática

Programas Finalísticos

0142	PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL	12.434.000,00	26.959.500,00	39.393.500,00
0152	TRABALHO, QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL, EMPREGO E RENDA	11.030.500,00	29.716.000,00	40.746.500,00
0157	INTEGRAÇÃO CULTURAL, ARTE, CIÊNCIA E ESPORTE	9.433.736,00	17.793.949,00	27.227.685,00
0160	SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL - SAN	1.780.100,00	18.404.900,00	20.185.000,00
0171	FORTALECIMENTO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	588.400,00	2.143.000,00	2.731.400,00

## SEGURANÇA CIDADÃ

<u>Código</u>	<u>Programa</u>	<u>2014</u>	<u>2015 - 2017</u>	<u>TOTAL</u>
0033	SEGURANÇA CIDADÃ URBANA	540.000,00	2.545.000,00	3.085.000,00
0034	COORDENAÇÃO DAS AÇÕES DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL	2.050.000,00	15.650.000,00	17.700.000,00
0061	COORDENAÇÃO DAS AÇÕES DA GUARDA MUNICIPAL DE FORTALEZA	1.575.000,00	11.675.000,00	13.250.000,00
<b>TOTAL DO EIXO</b>		<b>2.759.793.580,00</b>	<b>9.961.904.498,00</b>	<b>12.721.698.078,00</b>



**Eixo II CRESCIMENTO SUSTENTÁVEL**

**FORTALEZA DA MOBILIDADE E DA ACESSIBILIDADE**

**MOBILIDADE, ACESSIBILIDADE E OBRAS PÚBLICAS**

<u>Código</u>	<u>Programa</u>	<u>2014</u>	<u>2015 - 2017</u>	<u>TOTAL</u>
0006	OBRAS PÚBLICAS DE INFRAESTRUTURA	87.951.593,00	457.347.585,00	545.299.178,00
0053	EDUCAÇÃO E SEGURANÇA DO TRÂNSITO	55.313.250,00	172.598.550,00	227.911.800,00
0085	CONTROLE INTEGRADO DE TRANSPORTE DE FORTALEZA - CITFOR	4.000,00	12.000,00	16.000,00
0100	DRENAGEM URBANA DE FORTALEZA - DRENURB	55.865.430,00	127.218.091,00	183.083.521,00
0101	INFRAESTRUTURA URBANA, VIÁRIA E EDIFICAÇÕES	37.266.254,00	228.860.000,00	266.126.254,00
0102	TRANSPORTE URBANO - TRANSFOR	95.351.000,00	398.002.628,00	493.353.628,00
0132	FORTALEZA ILUMINADA	133.071.114,00	437.341.842,00	570.412.956,00
0162	PROMOÇÃO E REALIZAÇÃO DA COPA 2014 EM FORTALEZA	174.361.595,00	0,00	174.361.595,00

**FORTALEZA PRODUTIVA E INOVADORA**

**DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO**

<u>Código</u>	<u>Programa</u>	<u>2014</u>	<u>2015 - 2017</u>	<u>TOTAL</u>
0027	ATRAÇÃO DE INVESTIMENTOS E PROJETOS ESTRUTURANTES	1.350.000,00	4.760.000,00	6.110.000,00
0057	GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA	872.700,00	0,00	872.700,00
0078	QUALIDADE TOTAL	67.000,00	112.500,00	179.500,00
0110	PRODETUR NACIONAL - FORTALEZA	67.082.122,00	184.827.142,00	251.909.264,00
0111	FORTALEZA CIDADE COM FUTURO	47.779.910,00	158.954.539,00	206.734.449,00
0112	INFRAESTRUTURA TURÍSTICA DE FORTALEZA	6.418.544,00	146.934.500,00	153.353.044,00
0136	DESENVOLVIMENTO E PROMOÇÃO DO TURISMO	8.108.250,00	29.685.014,00	37.793.264,00

**FORTALEZA SUSTENTÁVEL**

**URBANISMO E MEIO AMBIENTE**

<u>Código</u>	<u>Programa</u>	<u>2014</u>	<u>2015 - 2017</u>	<u>TOTAL</u>
0010	ORDENAMENTO DOS ESPAÇOS URBANOS	9.608.250,00	43.225.380,00	52.833.630,00
0014	FORTALEZA LIMPA	259.143.338,00	925.573.944,00	1.184.717.282,00
0015	PARQUES URBANOS TEMÁTICOS	248.264,00	1.440.671,00	1.688.935,00
0026	EMPREENDEDORISMO E SUSTENTABILIDADE DE NEGÓCIOS	3.903.750,00	10.773.463,00	14.677.213,00
0037	GENTILEZA URBANA	927.000,00	5.131.266,00	6.058.266,00
0074	VALORIZAÇÃO, PRESERVAÇÃO E RECUPERAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL.	1.385.000,00	10.311.900,00	11.696.900,00



# Prefeitura de Fortaleza

Prefeitura Municipal de Fortaleza

Plano Plurianual 2014 - 2017

Quadro I Programas por Eixos, Resultados Estratégicos de Governo e Área Temática

Programas Finalísticos

0080	SUSTENTABILIDADE DO AMBIENTE CONSTRUÍDO	420.000,00	2.070.000,00	2.490.000,00
0087	SUSTENTABILIDADE DO AMBIENTE NATURAL	17.255.510,00	59.124.670,00	76.380.180,00
0088	PLANEJAMENTO DO AMBIENTE NATURAL E DO AMBIENTE CONSTRUÍDO	1.845.000,00	10.400.000,00	12.245.000,00
0089	CONTROLE DO AMBIENTE NATURAL E DO AMBIENTE CONSTRUÍDO	670.000,00	2.720.000,00	3.390.000,00
0138	REGULAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DOS SERVIÇOS PÚBLICOS PELA ACFOR	2.700.000,00	9.657.000,00	12.357.000,00
<b>TOTAL DO EIXO</b>		<b>1.068.968.874,00</b>	<b>3.427.082.685,00</b>	<b>4.496.051.559,00</b>



**Eixo III GESTÃO TRANSPARENTE, PARTICIPATIVA E TRANSFORMADORA**

FORTALEZA PLANEJADA E PARTICIPATIVA

GOVERNO E SOCIEDADE

<u>Código</u>	<u>Programa</u>	<u>2014</u>	<u>2015 - 2017</u>	<u>TOTAL</u>
0016	METROLOGIA, QUALIDADE E AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE	21.412.741,00	69.916.617,00	91.329.358,00
0039	GESTÃO DA POLÍTICA DE COMUNICAÇÃO	1.400.000,00	0,00	1.400.000,00
0065	CONTROLE INTERNO PREVENTIVO E AUDITORIA GOVERNAMENTAL	170.000,00	480.000,00	650.000,00
0066	TRANSPARÊNCIA: OUVIDORIA, PARTICIPAÇÃO E CONTROLE SOCIAL	190.000,00	410.000,00	600.000,00
0098	GESTÃO PARTICIPATIVA E SOCIAL	973.000,00	3.662.000,00	4.635.000,00
0172	FORTALECIMENTO DO CONTROLE SOCIAL	263.400,00	1.204.600,00	1.468.000,00
0176	COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL E APOIO AS POLITICAS PUBLICAS	35.900.000,00	120.454.647,00	156.354.647,00
0177	GESTÃO DE EVENTOS GOVERNAMENTAIS	15.700.000,00	51.842.549,00	67.542.549,00
0179	MOBILIDADE URBANA	42.200.000,00	132.501.556,00	174.701.556,00

PLANEJAMENTO E GESTÃO

<u>Código</u>	<u>Programa</u>	<u>2014</u>	<u>2015 - 2017</u>	<u>TOTAL</u>
0082	VALORIZAÇÃO DOS SERVIDORES	5.227.642,00	19.538.184,00	24.765.826,00
0093	MODERNIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA MUNICIPAL	20.489.527,00	38.516.000,00	59.005.527,00
0106	GESTÃO CORPORATIVA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	25.351.000,00	54.919.000,00	80.270.000,00
0145	PROGRAMA DE CONCURSOS E SELEÇÕES	7.948.000,00	24.092.000,00	32.040.000,00
0153	MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO DE RECURSOS LOGÍSTICOS E SERVIÇOS COMPARTILHADOS	32.730.500,00	72.849.500,00	105.580.000,00
0155	GESTÃO DE PATRIMÔNIO	738.200,00	1.466.600,00	2.204.800,00
0163	MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO DE PESSOAS	6.713.400,00	6.560.600,00	13.274.000,00
0164	DESENVOLVIMENTO DO PLANEJAMENTO MUNICIPAL	3.453.050,00	10.905.450,00	14.358.500,00
0165	MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DA GESTÃO MUNICIPAL	156.200,00	936.600,00	1.092.800,00
0178	GESTÃO DE CONHECIMENTO PARA GOVERNANÇA MUNICIPAL	2.704.250,00	10.585.850,00	13.290.100,00
<b>TOTAL DO EIXO</b>		<b>223.720.910,00</b>	<b>620.841.753,00</b>	<b>844.562.663,00</b>



**Câmara Municipal de Fortaleza**

**CMFOR - CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA**

0002 - ATUAÇÃO LEGISLATIVA DA CÂMARA MUNICIPAL

**FECAMFOR - FUNDO ESPECIAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA**

0002 - ATUAÇÃO LEGISLATIVA DA CÂMARA MUNICIPAL

**Gabinete do Prefeito**

**FMJF - FUNDO MUNICIPAL DE JUVENTUDE DE FORTALEZA**

0001 - GESTÃO E MANUTENÇÃO

0064 - FORTALEZA INCLUSIVA

0082 - VALORIZAÇÃO DOS SERVIDORES

0096 - JUVENTUDE VIVE FORTALEZA

0118 - JUVENTUDE ENGAJADA

**GP - GABINETE DO PREFEITO**

0001 - GESTÃO E MANUTENÇÃO

0006 - OBRAS PÚBLICAS DE INFRAESTRUTURA

0082 - VALORIZAÇÃO DOS SERVIDORES

0097 - COORDENAÇÃO INTEGRADA DE ENFRENTAMENTO DO CRACK E OUTRAS DROGAS

0098 - GESTÃO PARTICIPATIVA E SOCIAL

0099 - CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO PARA A CIDADE DE FORTALEZA - CITINOVA

**HABITAFOR - FUNDAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL DE FORTALEZA**

0001 - GESTÃO E MANUTENÇÃO

0017 - HABITAR BEM

0018 - HABITAÇÃO DE FORTALEZA

0020 - REQUALIFICAÇÃO URBANA COM INCLUSÃO SOCIAL - PREURBIS.

0022 - REGULARIZAÇÃO FUNDIARIA DE ASSENTAMENTOS PRECARIOS.

**IPLANFOR - INSTITUTO DE PLANEJAMENTO DE FORTALEZA**

0001 - GESTÃO E MANUTENÇÃO

0098 - GESTÃO PARTICIPATIVA E SOCIAL

0164 - DESENVOLVIMENTO DO PLANEJAMENTO MUNICIPAL

0178 - GESTÃO DE CONHECIMENTO PARA GOVERNANÇA MUNICIPAL

**Gabinete do Vice-Prefeito**

**GVP - GABINETE DO VICE-PREFEITO**

0001 - GESTÃO E MANUTENÇÃO

**PGM - Procuradoria Geral do Município**

**ACFOR - AUTARQUIA DE REGULAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE SANEAMENTO AMBIENTAL**

0001 - GESTÃO E MANUTENÇÃO

0082 - VALORIZAÇÃO DOS SERVIDORES

0138 - REGULAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DOS SERVIÇOS PÚBLICOS PELA ACFOR

**FAPGM - FUNDO DE APERFEIÇOAMENTO DA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**

0001 - GESTÃO E MANUTENÇÃO

**PGM - PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**

0001 - GESTÃO E MANUTENÇÃO

0093 - MODERNIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA MUNICIPAL

**Secretaria Municipal de Governo**

**SEGOV - SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO**

0001 - GESTÃO E MANUTENÇÃO

0176 - COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL E APOIO AS POLITICAS PUBLICAS

0177 - GESTÃO DE EVENTOS GOVERNAMENTAIS

**SECOT - Secretaria da Controladoria e Transparência**



**SECOT - SECRETARIA DA CONTROLADORIA E TRANSPARÊNCIA**

- 0001 - GESTÃO E MANUTENÇÃO
- 0065 - CONTROLE INTERNO PREVENTIVO E AUDITORIA GOVERNAMENTAL
- 0066 - TRANSPARÊNCIA: OUVIDORIA, PARTICIPAÇÃO E CONTROLE SOCIAL

**Secretaria Municipal de Segurança Cidadã**

**GMFOR - GUARDA MUNICIPAL DE FORTALEZA**

- 0001 - GESTÃO E MANUTENÇÃO
- 0061 - COORDENAÇÃO DAS AÇÕES DA GUARDA MUNICIPAL DE FORTALEZA

**SESEC - SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA CIDADÃ**

- 0001 - GESTÃO E MANUTENÇÃO
- 0033 - SEGURANÇA CIDADÃ URBANA
- 0034 - COORDENAÇÃO DAS AÇÕES DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

**SEPOG - Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão**

**IMPANH - INSTITUTO MUNICIPAL DE PESQUISAS, ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS**

- 0001 - GESTÃO E MANUTENÇÃO
- 0007 - ATENÇÃO INTEGRAL A PESSOA IDOSA
- 0064 - FORTALEZA INCLUSIVA
- 0082 - VALORIZAÇÃO DOS SERVIDORES
- 0145 - PROGRAMA DE CONCURSOS E SELEÇÕES

**IPM-PREVFOR - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO - PREVFOR**

- 0001 - GESTÃO E MANUTENÇÃO
- 0012 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO
- 0082 - VALORIZAÇÃO DOS SERVIDORES

**IPM-SAÚDE - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO - SAÚDE**

- 0001 - GESTÃO E MANUTENÇÃO
- 0012 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO
- 0082 - VALORIZAÇÃO DOS SERVIDORES

**SEPOG - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO**

- 0001 - GESTÃO E MANUTENÇÃO
- 0082 - VALORIZAÇÃO DOS SERVIDORES
- 0106 - GESTÃO CORPORATIVA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
- 0153 - MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO DE RECURSOS LOGÍSTICOS E SERVIÇOS COMPARTILHADOS
- 0155 - GESTÃO DE PATRIMÔNIO
- 0163 - MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO DE PESSOAS
- 0164 - DESENVOLVIMENTO DO PLANEJAMENTO MUNICIPAL
- 0165 - MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DA GESTÃO MUNICIPAL

**SCSP - Secretaria Municipal de Conservação e Serviços Públicos**

**AMC - AUTARQUIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO, SERVIÇOS PÚBLICOS E CIDADANIA DE FORTALEZA**

- 0001 - GESTÃO E MANUTENÇÃO
- 0012 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO
- 0053 - EDUCAÇÃO E SEGURANÇA DO TRÂNSITO
- 0082 - VALORIZAÇÃO DOS SERVIDORES
- 0085 - CONTROLE INTEGRADO DE TRANSPORTE DE FORTALEZA - CITFOR

**CTC - COMPANHIA DE TRANSPORTE COLETIVO S/A**

- 0001 - GESTÃO E MANUTENÇÃO

**EMLURB - EMPRESA MUNICIPAL DE LIMPEZA E URBANIZAÇÃO**

- 0001 - GESTÃO E MANUTENÇÃO
- 0012 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO
- 0014 - FORTALEZA LIMPA
- 0015 - PARQUES URBANOS TEMÁTICOS
- 0082 - VALORIZAÇÃO DOS SERVIDORES
- 0087 - SUSTENTABILIDADE DO AMBIENTE NATURAL

**ETUFOR - EMPRESA DE TRANSPORTE URBANO DE FORTALEZA S/A**



0179 - MOBILIDADE URBANA

**FUNLIMP - FUNDO MUNICIPAL DE LIMPEZA URBANA**

0014 - FORTALEZA LIMPA

**IPEM - INSTITUTO DE PESOS E MEDIDAS DE FORTALEZA**

0016 - METROLOGIA, QUALIDADE E AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE

**SCSP - SECRETARIA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS**

0001 - GESTÃO E MANUTENÇÃO

0006 - OBRAS PÚBLICAS DE INFRAESTRUTURA

0014 - FORTALEZA LIMPA

0082 - VALORIZAÇÃO DOS SERVIDORES

0132 - FORTALEZA ILUMINADA

**SEFIN - Secretaria de Finanças do Município**

**SEFIN - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS**

0001 - GESTÃO E MANUTENÇÃO

0093 - MODERNIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA MUNICIPAL

**SME - Secretaria Municipal de Educação**

**FME - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

0001 - GESTÃO E MANUTENÇÃO

0012 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

0020 - REQUALIFICAÇÃO URBANA COM INCLUSÃO SOCIAL - PREURBIS.

0042 - DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL

0043 - EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

0052 - DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

0082 - VALORIZAÇÃO DOS SERVIDORES

0105 - MELHORIA DA QUALIDADE DA EDUCAÇÃO BÁSICA

**SMS - Secretaria Municipal de Saúde**

**CEMJA - CENTRO DE ESPECIALIZAÇÕES MÉDICAS JOSÉ DE ALENCAR**

0123 - ATENÇÃO ESPECIALIZADA A SAÚDE

**CROA - HOSPITAL LÚCIA DE FÁTIMA/CROA**

0123 - ATENÇÃO ESPECIALIZADA A SAÚDE

**FMS - AC - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - ADMINISTRAÇÃO GERAL**

0001 - GESTÃO E MANUTENÇÃO

0012 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

0097 - COORDENAÇÃO INTEGRADA DE ENFRENTAMENTO DO CRACK E OUTRAS DROGAS

0119 - ATENÇÃO PRIMÁRIA A SAÚDE

0120 - GESTÃO ESTRATÉGICA E PARTICIPATIVA DO SUS

0121 - GESTÃO DO TRABALHO E EDUCAÇÃO NA SAÚDE

0122 - ATENÇÃO AS CONDIÇÕES CRÔNICAS

0123 - ATENÇÃO ESPECIALIZADA A SAÚDE

0125 - REGULAÇÃO, CONTROLE, AVALIAÇÃO E AUDITORIA

0126 - SERVIÇO DE APOIO DIAGNÓSTICO E TERAPÊUTICO

0127 - ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA

0128 - VIGILÂNCIA A SAÚDE

**FMS-SER I - COORDENADORIA REGIONAL I**

0020 - REQUALIFICAÇÃO URBANA COM INCLUSÃO SOCIAL - PREURBIS.

0119 - ATENÇÃO PRIMÁRIA A SAÚDE

0120 - GESTÃO ESTRATÉGICA E PARTICIPATIVA DO SUS

**FMS-SER II - COORDENADORIA REGIONAL II**

0119 - ATENÇÃO PRIMÁRIA A SAÚDE

0120 - GESTÃO ESTRATÉGICA E PARTICIPATIVA DO SUS

**FMS-SER III - COORDENADORIA REGIONAL III**

0020 - REQUALIFICAÇÃO URBANA COM INCLUSÃO SOCIAL - PREURBIS.

0119 - ATENÇÃO PRIMÁRIA A SAÚDE



0120 - GESTÃO ESTRATÉGICA E PARTICIPATIVA DO SUS

**FMS-SER IV - COORDENADORIA REGIONAL IV**

0119 - ATENÇÃO PRIMÁRIA A SAÚDE

0120 - GESTÃO ESTRATÉGICA E PARTICIPATIVA DO SUS

**FMS-SER V - COORDENADORIA REGIONAL V**

0020 - REQUALIFICAÇÃO URBANA COM INCLUSÃO SOCIAL - PREURBIS.

0119 - ATENÇÃO PRIMÁRIA A SAÚDE

0120 - GESTÃO ESTRATÉGICA E PARTICIPATIVA DO SUS

**FMS-SER VI - COORDENADORIA REGIONAL VI**

0119 - ATENÇÃO PRIMÁRIA A SAÚDE

0120 - GESTÃO ESTRATÉGICA E PARTICIPATIVA DO SUS

**HDEAM - HOSPITAL DISTRITAL EVANDRO AYRES DE MOURA**

0123 - ATENÇÃO ESPECIALIZADA A SAÚDE

**HDGMBC - HOSPITAL DISTRITAL GONZAGA MOTA/BARRA DO CEARÁ**

0123 - ATENÇÃO ESPECIALIZADA A SAÚDE

**HDGMJW - HOSPITAL DISTRITAL GONZAGA MOTA/JOSÉ WALTER**

0123 - ATENÇÃO ESPECIALIZADA A SAÚDE

**HDGMM - HOSPITAL DISTRITAL GONZAGA MOTA/MESSEJANA**

0123 - ATENÇÃO ESPECIALIZADA A SAÚDE

**HDMJB - HOSPITAL DISTRITAL MARIA JOSÉ BARROSO**

0123 - ATENÇÃO ESPECIALIZADA A SAÚDE

**HDNSC - HOSPITAL DISTRITAL NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO**

0123 - ATENÇÃO ESPECIALIZADA A SAÚDE

**HEBO - HOSPITAL DISTRITAL EDMILSON BARROS DE OLIVEIRA**

0123 - ATENÇÃO ESPECIALIZADA A SAÚDE

**HM - HOSPITAL DA MULHER**

0124 - ATENÇÃO TERCIÁRIA A SAÚDE

**IJF - INSTITUTO DR. JOSÉ FROTA**

0001 - GESTÃO E MANUTENÇÃO

0012 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

0082 - VALORIZAÇÃO DOS SERVIDORES

0124 - ATENÇÃO TERCIÁRIA A SAÚDE

**SDE - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico**

**CREDJOVEM - FUNDO MUNICIPAL DE FINANCIAMENTO DO PROGRAMA CREDJOVEM**

0026 - EMPREENDEDORISMO E SUSTENTABILIDADE DE NEGÓCIOS

**FMDS - FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO**

0001 - GESTÃO E MANUTENÇÃO

0026 - EMPREENDEDORISMO E SUSTENTABILIDADE DE NEGÓCIOS

0027 - ATRAÇÃO DE INVESTIMENTOS E PROJETOS ESTRUTURANTES

**FUNCET - FUNDAÇÃO DE CULTURA, ESPORTE E TURISMO DE FORTALEZA**

0001 - GESTÃO E MANUTENÇÃO

0012 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

0077 - FOMENTO TÉCNICO CIENTÍFICO

0078 - QUALIDADE TOTAL

0082 - VALORIZAÇÃO DOS SERVIDORES

0157 - INTEGRAÇÃO CULTURAL, ARTE, CIÊNCIA E ESPORTE

**SDE - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO**

0001 - GESTÃO E MANUTENÇÃO

0007 - ATENÇÃO INTEGRAL A PESSOA IDOSA

0008 - ATENÇÃO INTEGRAL À PESSOA COM DEFICIÊNCIA

0026 - EMPREENDEDORISMO E SUSTENTABILIDADE DE NEGÓCIOS

0027 - ATRAÇÃO DE INVESTIMENTOS E PROJETOS ESTRUTURANTES

0031 - PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DAS MULHERES



0064 - FORTALEZA INCLUSIVA  
0082 - VALORIZAÇÃO DOS SERVIDORES

**SEINF - Secretaria Municipal de Infra-Estrutura**

**SEINF - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA**

0001 - GESTÃO E MANUTENÇÃO  
0017 - HABITAR BEM  
0020 - REQUALIFICAÇÃO URBANA COM INCLUSÃO SOCIAL - PREURBIS.  
0082 - VALORIZAÇÃO DOS SERVIDORES  
0100 - DRENAGEM URBANA DE FORTALEZA - DRENURB  
0101 - INFRAESTRUTURA URBANA, VIÁRIA E EDIFICAÇÕES  
0102 - TRANSPORTE URBANO - TRANSFOR

**Secretaria Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente**

**FUNDEMA - FUNDO DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE**

0001 - GESTÃO E MANUTENÇÃO  
0087 - SUSTENTABILIDADE DO AMBIENTE NATURAL

**SEUMA - SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO E MEIO AMBIENTE**

0001 - GESTÃO E MANUTENÇÃO  
0080 - SUSTENTABILIDADE DO AMBIENTE CONSTRUÍDO  
0088 - PLANEJAMENTO DO AMBIENTE NATURAL E DO AMBIENTE CONSTRUÍDO  
0089 - CONTROLE DO AMBIENTE NATURAL E DO AMBIENTE CONSTRUÍDO

**Secretaria de Esporte e Lazer**

**SECEL - SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER**

0001 - GESTÃO E MANUTENÇÃO  
0003 - DESENVOLVIMENTO DO DESPORTO COMUNITÁRIO E DE LAZER  
0004 - PROGRAMA DE ESPORTE EDUCACIONAL E RENDIMENTO  
0005 - INFRA-ESTRUTURA DE ESPORTE E LAZER  
0007 - ATENÇÃO INTEGRAL A PESSOA IDOSA  
0008 - ATENÇÃO INTEGRAL À PESSOA COM DEFICIÊNCIA  
0082 - VALORIZAÇÃO DOS SERVIDORES

**SETFOR - Secretaria Municipal de Turismo de Fortaleza**

**SETFOR - SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO DE FORTALEZA**

0001 - GESTÃO E MANUTENÇÃO  
0110 - PRODETUR NACIONAL - FORTALEZA  
0111 - FORTALEZA CIDADE COM FUTURO  
0112 - INFRAESTRUTURA TURÍSTICA DE FORTALEZA  
0136 - DESENVOLVIMENTO E PROMOÇÃO DO TURISMO

**SETRA - Secretaria Municipal de Trabalho, Desenvolvimento Social e Combate a Fome**

**FMAS - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

0141 - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA  
0142 - PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL  
0171 - FORTALECIMENTO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
0172 - FORTALECIMENTO DO CONTROLE SOCIAL

**SETRA - SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO, DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME**

0001 - GESTÃO E MANUTENÇÃO  
0152 - TRABALHO, QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL, EMPREGO E RENDA  
0160 - SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL - SAN

**SECULTFOR - Secretaria Municipal de Cultura de Fortaleza**

**FMC - FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA**

0072 - APOIO À CRIAÇÃO E FOMENTO À CULTURA

**SECULTFOR - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA DE FORTALEZA**

0001 - GESTÃO E MANUTENÇÃO



0044 - PROMOÇÃO E DEFESA DA CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES E SUAS FAMILIAS  
0071 - PROMOÇÃO DO ACESSO À CULTURA E APOIO ÀS MANIFESTAÇÕES ARTÍSTICAS  
0072 - APOIO À CRIAÇÃO E FOMENTO À CULTURA  
0073 - PROMOÇÃO DA FORMAÇÃO CULTURAL E ARTÍSTICA.  
0074 - VALORIZAÇÃO, PRESERVAÇÃO E RECUPERAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL.  
0075 - EDUCAÇÃO PARA O PATRIMÔNIO CULTURAL.  
0109 - GESTÃO DA POLÍTICA CULTURAL, MANUTENÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA CULTURAL.

**SCDH - Secretaria Municipal de Cidadania e Direitos Humanos**

**COMDICA - FUNDO MUNICIPAL DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE**

0044 - PROMOÇÃO E DEFESA DA CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES E SUAS FAMILIAS

**FMDDD - FUNDO MUNICIPAL DE DEFESA DOS DIREITOS DIFUSOS**

0001 - GESTÃO E MANUTENÇÃO  
0025 - PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR

**FUNCI - FUNDAÇÃO DA CRIANÇA E DA FAMÍLIA CIDADÃ**

0001 - GESTÃO E MANUTENÇÃO  
0044 - PROMOÇÃO E DEFESA DA CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES E SUAS FAMILIAS  
0064 - FORTALEZA INCLUSIVA

**SCDH - SECRETARIA MUNICIPAL DE CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS**

0001 - GESTÃO E MANUTENÇÃO  
0007 - ATENÇÃO INTEGRAL A PESSOA IDOSA  
0008 - ATENÇÃO INTEGRAL À PESSOA COM DEFICIÊNCIA  
0025 - PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR  
0029 - PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL  
0031 - PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DAS MULHERES  
0036 - CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS - CIDADANIA EM REDE  
0044 - PROMOÇÃO E DEFESA DA CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES E SUAS FAMILIAS  
0056 - PROMOÇÃO E DEFESA DA CIDADANIA E DOS DIREITOS HUMANOS DA POPULAÇÃO LGBT  
0090 - PROMOÇÃO DO CONTROLE SOCIAL DAS POLÍTICAS PARA INFANCIA E ADOLESCÊNCIA

**Secretaria Regional do Centro**

**SERCEFOP - SECRETARIA REGIONAL DO CENTRO**

0001 - GESTÃO E MANUTENÇÃO  
0006 - OBRAS PÚBLICAS DE INFRAESTRUTURA  
0010 - ORDENAMENTO DOS ESPAÇOS URBANOS  
0014 - FORTALEZA LIMPA  
0037 - GENTILEZA URBANA

**Secretaria Regional I**

**SER I - SECRETARIA REGIONAL I**

0001 - GESTÃO E MANUTENÇÃO  
0006 - OBRAS PÚBLICAS DE INFRAESTRUTURA  
0010 - ORDENAMENTO DOS ESPAÇOS URBANOS  
0014 - FORTALEZA LIMPA  
0037 - GENTILEZA URBANA

**Secretaria Regional II**

**SER II - SECRETARIA REGIONAL II**

0001 - GESTÃO E MANUTENÇÃO  
0006 - OBRAS PÚBLICAS DE INFRAESTRUTURA  
0010 - ORDENAMENTO DOS ESPAÇOS URBANOS  
0014 - FORTALEZA LIMPA  
0039 - GESTÃO DA POLÍTICA DE COMUNICAÇÃO  
0057 - GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA  
0157 - INTEGRAÇÃO CULTURAL, ARTE, CIÊNCIA E ESPORTE

**Secretaria Regional III**

**SER III - SECRETARIA REGIONAL III**



0001 - GESTÃO E MANUTENÇÃO  
0006 - OBRAS PÚBLICAS DE INFRAESTRUTURA  
0010 - ORDENAMENTO DOS ESPAÇOS URBANOS  
0014 - FORTALEZA LIMPA  
0157 - INTEGRAÇÃO CULTURAL, ARTE, CIÊNCIA E ESPORTE

**Secretaria Regional IV**

**SER IV - SECRETARIA REGIONAL IV**

0001 - GESTÃO E MANUTENÇÃO  
0006 - OBRAS PÚBLICAS DE INFRAESTRUTURA  
0010 - ORDENAMENTO DOS ESPAÇOS URBANOS  
0014 - FORTALEZA LIMPA  
0157 - INTEGRAÇÃO CULTURAL, ARTE, CIÊNCIA E ESPORTE

**Secretaria Regional V**

**SER V - SECRETARIA REGIONAL V**

0001 - GESTÃO E MANUTENÇÃO  
0006 - OBRAS PÚBLICAS DE INFRAESTRUTURA  
0010 - ORDENAMENTO DOS ESPAÇOS URBANOS  
0014 - FORTALEZA LIMPA  
0037 - GENTILEZA URBANA  
0157 - INTEGRAÇÃO CULTURAL, ARTE, CIÊNCIA E ESPORTE

**Secretaria Regional VI**

**SER VI - SECRETARIA REGIONAL VI**

0001 - GESTÃO E MANUTENÇÃO  
0006 - OBRAS PÚBLICAS DE INFRAESTRUTURA  
0010 - ORDENAMENTO DOS ESPAÇOS URBANOS  
0014 - FORTALEZA LIMPA  
0157 - INTEGRAÇÃO CULTURAL, ARTE, CIÊNCIA E ESPORTE

**SECOPA - Secretaria da Copa**

**SECOPA FOR - SECRETARIA MUNICIPAL EXTRAORDINÁRIA DA COPA 2014**

0001 - GESTÃO E MANUTENÇÃO  
0162 - PROMOÇÃO E REALIZAÇÃO DA COPA 2014 EM FORTALEZA

**Recursos Supervisionados**

**RSSSEPOG - RECURSOS SOB A SUPERVISÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO**

0012 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

**RSSSF - RECURSOS SOB A SUPERVISÃO DA SECRETARIA DE FINANÇA**

0012 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO



# Prefeitura de Fortaleza

## Prefeitura Municipal de Fortaleza Plano Plurianual 2014 - 2017 Quadro III Orgaos e programas por fonte

### Câmara Municipal de Fortaleza

PROGRAMA	TESOURO	OUTRAS FONTES	TOTAL
0002 - ATUAÇÃO LEGISLATIVA DA CÂMARA MUNICIPAL	633.116.958,00	11.200.000,00	644.316.958,00

### Gabinete do Prefeito

PROGRAMA	TESOURO	OUTRAS FONTES	TOTAL
0001 - GESTÃO E MANUTENÇÃO	221.421.394,00	17.031.800,00	238.453.194,00
0006 - OBRAS PÚBLICAS DE INFRAESTRUTURA	928.200,00	0,00	928.200,00
0017 - HABITAR BEM	17.473.828,00	86.489.019,00	103.962.847,00
0018 - HABITAÇÃO DE FORTALEZA	19.346.730,00	136.057.142,00	155.403.872,00
0020 - REQUALIFICAÇÃO URBANA COM INCLUSÃO SOCIAL - PREURBIS.	6.289.352,00	8.852.516,00	15.141.868,00
0022 - REGULARIZAÇÃO FUNDIARIA DE ASSENTAMENTOS PRECARIOS.	1.331.131,00	11.263.776,00	12.594.907,00
0064 - FORTALEZA INCLUSIVA	81.318.790,00	75.050.000,00	156.368.790,00
0082 - VALORIZAÇÃO DOS SERVIDORES	687.125,00	0,00	687.125,00
0096 - JUVENTUDE VIVE FORTALEZA	13.226.700,00	508.000,00	13.734.700,00
0097 - COORDENAÇÃO INTEGRADA DE ENFRENTAMENTO DO CRACK E OUTRAS DROGAS	5.780.661,00	1.939.556,00	7.720.217,00
0098 - GESTÃO PARTICIPATIVA E SOCIAL	4.635.000,00	0,00	4.635.000,00
0099 - CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO PARA A CIDADE DE FORTALEZA - CITINOVA	24.730.000,00	109.460.000,00	134.190.000,00
0118 - JUVENTUDE ENGAJADA	8.457.890,00	7.202.000,00	15.659.890,00
0164 - DESENVOLVIMENTO DO PLANEJAMENTO MUNICIPAL	3.503.500,00	7.910.000,00	11.413.500,00
0178 - GESTÃO DE CONHECIMENTO PARA GOVERNANÇA MUNICIPAL	6.968.100,00	6.322.000,00	13.290.100,00

### Gabinete do Vice-Prefeito

PROGRAMA	TESOURO	OUTRAS FONTES	TOTAL
0001 - GESTÃO E MANUTENÇÃO	4.309.609,00	0,00	4.309.609,00

### PGM - Procuradoria Geral do Município

PROGRAMA	TESOURO	OUTRAS FONTES	TOTAL
0001 - GESTÃO E MANUTENÇÃO	212.343.466,00	12.683.585,00	225.027.051,00



# Prefeitura de Fortaleza

## Prefeitura Municipal de Fortaleza Plano Plurianual 2014 - 2017 Quadro III Orgaos e programas por fonte

0082 - VALORIZAÇÃO DOS SERVIDORES	0,00	312.000,00	312.000,00
0093 - MODERNIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA MUNICIPAL	1.100.000,00	0,00	1.100.000,00
0138 - REGULAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DOS SERVIÇOS PÚBLICOS PELA ACFOR	0,00	12.357.000,00	12.357.000,00

### Recursos Supervisionados

PROGRAMA	TESOURO	OUTRAS FONTES	TOTAL
0012 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	639.040.798,00	0,00	639.040.798,00

### Reserva de Contigência

PROGRAMA	TESOURO	OUTRAS FONTES	TOTAL
9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	104.038.892,00	0,00	104.038.892,00

### SCDH - Secretaria Municipal de Cidadania e Direitos Humanos

PROGRAMA	TESOURO	OUTRAS FONTES	TOTAL
0001 - GESTÃO E MANUTENÇÃO	129.736.662,00	977.000,00	130.713.662,00
0007 - ATENÇÃO INTEGRAL A PESSOA IDOSA	4.456.000,00	2.810.152,00	7.266.152,00
0008 - ATENÇÃO INTEGRAL À PESSOA COM DEFICIÊNCIA	11.224.398,00	928.200,00	12.152.598,00
0025 - PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR	373.000,00	547.500,00	920.500,00
0029 - PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL	3.215.440,00	1.470.100,00	4.685.540,00
0031 - PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DAS MULHERES	10.237.244,00	3.595.231,00	13.832.475,00
0036 - CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS - CIDADANIA EM REDE	9.133.257,00	1.594.235,00	10.727.492,00
0044 - PROMOÇÃO E DEFESA DA CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES E SUAS	37.708.501,00	11.347.070,00	49.055.571,00
0056 - PROMOÇÃO E DEFESA DA CIDADANIA E DOS DIREITOS HUMANOS DA POPULAÇÃO LGBT	7.017.134,00	2.409.600,00	9.426.734,00
0064 - FORTALEZA INCLUSIVA	3.000.000,00	390.000,00	3.390.000,00
0090 - PROMOÇÃO DO CONTROLE SOCIAL DAS POLÍTICAS PARA INFANCIA E ADOLESCÊNCIA	1.892.210,00	0,00	1.892.210,00

### SCSP - Secretaria Municipal de Conservação e Serviços Públicos

PROGRAMA	TESOURO	OUTRAS FONTES	TOTAL
0001 - GESTÃO E MANUTENÇÃO	814.010.241,00	46.839.615,00	860.849.856,00
0006 - OBRAS PÚBLICAS DE INFRAESTRUTURA	165.378.788,00	0,00	165.378.788,00



# Prefeitura de Fortaleza

## Prefeitura Municipal de Fortaleza Plano Plurianual 2014 - 2017 Quadro III Orgaos e programas por fonte

0012 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	80.000,00	2.448.000,00	2.528.000,00
0014 - FORTALEZA LIMPA	1.112.176.765,00	496.000,00	1.112.672.765,00
0015 - PARQUES URBANOS TEMÁTICOS	1.688.935,00	0,00	1.688.935,00
0016 - METROLOGIA, QUALIDADE E AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE	0,00	91.329.358,00	91.329.358,00
0053 - EDUCAÇÃO E SEGURANÇA DO TRÂNSITO	13.780.200,00	214.131.600,00	227.911.800,00
0082 - VALORIZAÇÃO DOS SERVIDORES	535.800,00	1.439.000,00	1.974.800,00
0085 - CONTROLE INTEGRADO DE TRANSPORTE DE FORTALEZA - CITFOR	4.000,00	12.000,00	16.000,00
0087 - SUSTENTABILIDADE DO AMBIENTE NATURAL	12.153.400,00	0,00	12.153.400,00
0132 - FORTALEZA ILUMINADA	114.900,00	570.298.056,00	570.412.956,00
0179 - MOBILIDADE URBANA	0,00	174.701.556,00	174.701.556,00

### SDE - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico

PROGRAMA	TESOURO	OUTRAS FONTES	TOTAL
0001 - GESTÃO E MANUTENÇÃO	52.021.921,00	2.330.000,00	54.351.921,00
0007 - ATENÇÃO INTEGRAL A PESSOA IDOSA	735.640,00	55.000,00	790.640,00
0008 - ATENÇÃO INTEGRAL À PESSOA COM DEFICIÊNCIA	400.000,00	40.000,00	440.000,00
0012 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	133.200,00	116.400,00	249.600,00
0026 - EMPREENDEDORISMO E SUSTENTABILIDADE DE NEGÓCIOS	8.156.730,00	6.520.483,00	14.677.213,00
0027 - ATRAÇÃO DE INVESTIMENTOS E PROJETOS ESTRUTURANTES	5.300.000,00	810.000,00	6.110.000,00
0031 - PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DAS MULHERES	550.000,00	55.000,00	605.000,00
0064 - FORTALEZA INCLUSIVA	1.300.000,00	130.000,00	1.430.000,00
0077 - FOMENTO TECNICO CIENTIFICO	29.500,00	150.000,00	179.500,00
0078 - QUALIDADE TOTAL	29.500,00	150.000,00	179.500,00
0082 - VALORIZAÇÃO DOS SERVIDORES	800.000,00	570.000,00	1.370.000,00
0157 - INTEGRAÇÃO CULTURAL, ARTE, CIÊNCIA E ESPORTE	0,00	3.659.736,00	3.659.736,00

### SECEL - Secretaria de Esporte e Lazer

PROGRAMA	TESOURO	OUTRAS FONTES	TOTAL
0001 - GESTÃO E MANUTENÇÃO	15.504.445,00	0,00	15.504.445,00
0003 - DESENVOLVIMENTO DO DESPORTO COMUNITÁRIO E DE LAZER	8.950.000,00	0,00	8.950.000,00
0004 - PROGRAMA DE ESPORTE EDUCACIONAL E RENDIMENTO	7.579.647,00	1.981.974,00	9.561.621,00



# Prefeitura de Fortaleza

## Prefeitura Municipal de Fortaleza Plano Plurianual 2014 - 2017 Quadro III Orgaos e programas por fonte

0005 - INFRA-ESTRUTURA DE ESPORTE E LAZER	12.287.600,00	8.172.000,00	20.459.600,00
0007 - ATENÇÃO INTEGRAL A PESSOA IDOSA	765.000,00	0,00	765.000,00
0008 - ATENÇÃO INTEGRAL À PESSOA COM DEFICIÊNCIA	2.260.000,00	0,00	2.260.000,00
0082 - VALORIZAÇÃO DOS SERVIDORES	80.000,00	0,00	80.000,00

### SECOPA - Secretaria da Copa

PROGRAMA	TESOURO	OUTRAS FONTES	TOTAL
0001 - GESTÃO E MANUTENÇÃO	7.385.172,00	0,00	7.385.172,00
0162 - PROMOÇÃO E REALIZAÇÃO DA COPA 2014 EM FORTALEZA	25.480.000,00	148.881.595,00	174.361.595,00

### SECOT - Secretaria da Controladoria e Transparência

PROGRAMA	TESOURO	OUTRAS FONTES	TOTAL
0001 - GESTÃO E MANUTENÇÃO	12.477.601,00	0,00	12.477.601,00
0065 - CONTROLE INTERNO PREVENTIVO E AUDITORIA GOVERNAMENTAL	650.000,00	0,00	650.000,00
0066 - TRANSPARÊNCIA: OUVIDORIA, PARTICIPAÇÃO E CONTROLE SOCIAL	600.000,00	0,00	600.000,00

### Secretaria Municipal de Governo

PROGRAMA	TESOURO	OUTRAS FONTES	TOTAL
0001 - GESTÃO E MANUTENÇÃO	20.533.338,00	0,00	20.533.338,00
0176 - COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL E APOIO AS POLITICAS PUBLICAS	156.354.647,00	0,00	156.354.647,00
0177 - GESTÃO DE EVENTOS GOVERNAMENTAIS	67.542.549,00	0,00	67.542.549,00

### Secretaria Municipal de Segurança Cidadã

PROGRAMA	TESOURO	OUTRAS FONTES	TOTAL
0001 - GESTÃO E MANUTENÇÃO	508.946.706,00	0,00	508.946.706,00
0033 - SEGURANÇA CIDADÃ URBANA	3.085.000,00	0,00	3.085.000,00
0034 - COORDENAÇÃO DAS AÇÕES DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL	17.700.000,00	0,00	17.700.000,00
0061 - COORDENAÇÃO DAS AÇÕES DA GUARDA MUNICIPAL DE FORTALEZA	13.250.000,00	0,00	13.250.000,00

### Secretaria Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente



# Prefeitura de Fortaleza

## Prefeitura Municipal de Fortaleza Plano Plurianual 2014 - 2017 Quadro III Orgaos e programas por fonte

<b>PROGRAMA</b>	<b>TESOURO</b>	<b>OUTRAS FONTES</b>	<b>TOTAL</b>
0001 - GESTÃO E MANUTENÇÃO	89.745.956,00	7.536.000,00	97.281.956,00
0080 - SUSTENTABILIDADE DO AMBIENTE CONSTRUÍDO	2.490.000,00	0,00	2.490.000,00
0087 - SUSTENTABILIDADE DO AMBIENTE NATURAL	13.331.460,00	50.895.320,00	64.226.780,00
0088 - PLANEJAMENTO DO AMBIENTE NATURAL E DO AMBIENTE CONSTRUÍDO	10.545.000,00	1.700.000,00	12.245.000,00
0089 - CONTROLE DO AMBIENTE NATURAL E DO AMBIENTE CONSTRUÍDO	3.390.000,00	0,00	3.390.000,00
<b>Secretaria Regional do Centro</b>			
<b>PROGRAMA</b>	<b>TESOURO</b>	<b>OUTRAS FONTES</b>	<b>TOTAL</b>
0001 - GESTÃO E MANUTENÇÃO	42.840.961,00	0,00	42.840.961,00
0006 - OBRAS PÚBLICAS DE INFRAESTRUTURA	20.116.066,00	0,00	20.116.066,00
0010 - ORDENAMENTO DOS ESPAÇOS URBANOS	8.453.731,00	0,00	8.453.731,00
0014 - FORTALEZA LIMPA	400.000,00	0,00	400.000,00
0037 - GENTILEZA URBANA	4.201.866,00	0,00	4.201.866,00
<b>Secretaria Regional I</b>			
<b>PROGRAMA</b>	<b>TESOURO</b>	<b>OUTRAS FONTES</b>	<b>TOTAL</b>
0001 - GESTÃO E MANUTENÇÃO	83.658.755,00	0,00	83.658.755,00
0006 - OBRAS PÚBLICAS DE INFRAESTRUTURA	34.901.183,00	0,00	34.901.183,00
0010 - ORDENAMENTO DOS ESPAÇOS URBANOS	4.877.825,00	0,00	4.877.825,00
0014 - FORTALEZA LIMPA	12.778.662,00	0,00	12.778.662,00
0037 - GENTILEZA URBANA	1.392.300,00	0,00	1.392.300,00
<b>Secretaria Regional II</b>			
<b>PROGRAMA</b>	<b>TESOURO</b>	<b>OUTRAS FONTES</b>	<b>TOTAL</b>
0001 - GESTÃO E MANUTENÇÃO	180.738.633,00	0,00	180.738.633,00
0006 - OBRAS PÚBLICAS DE INFRAESTRUTURA	60.326.550,00	3.850.000,00	64.176.550,00
0010 - ORDENAMENTO DOS ESPAÇOS URBANOS	6.692.800,00	0,00	6.692.800,00
0014 - FORTALEZA LIMPA	8.026.000,00	0,00	8.026.000,00
0039 - GESTÃO DA POLÍTICA DE COMUNICAÇÃO	1.400.000,00	0,00	1.400.000,00



# Prefeitura de Fortaleza

## Prefeitura Municipal de Fortaleza Plano Plurianual 2014 - 2017 Quadro III Orgaos e programas por fonte

0057 - GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA	63.700,00	809.000,00	872.700,00
0157 - INTEGRAÇÃO CULTURAL, ARTE, CIÊNCIA E ESPORTE	5.124.000,00	1.000.000,00	6.124.000,00

### Secretaria Regional III

PROGRAMA	TESOURO	OUTRAS FONTES	TOTAL
0001 - GESTÃO E MANUTENÇÃO	86.041.804,00	0,00	86.041.804,00
0006 - OBRAS PÚBLICAS DE INFRAESTRUTURA	61.810.000,00	0,00	61.810.000,00
0010 - ORDENAMENTO DOS ESPAÇOS URBANOS	6.291.000,00	0,00	6.291.000,00
0014 - FORTALEZA LIMPA	19.180.000,00	0,00	19.180.000,00
0157 - INTEGRAÇÃO CULTURAL, ARTE, CIÊNCIA E ESPORTE	8.410.000,00	0,00	8.410.000,00

### Secretaria Regional IV

PROGRAMA	TESOURO	OUTRAS FONTES	TOTAL
0001 - GESTÃO E MANUTENÇÃO	92.268.289,00	0,00	92.268.289,00
0006 - OBRAS PÚBLICAS DE INFRAESTRUTURA	57.992.000,00	0,00	57.992.000,00
0010 - ORDENAMENTO DOS ESPAÇOS URBANOS	2.300.000,00	0,00	2.300.000,00
0014 - FORTALEZA LIMPA	7.457.250,00	0,00	7.457.250,00
0157 - INTEGRAÇÃO CULTURAL, ARTE, CIÊNCIA E ESPORTE	3.000.000,00	0,00	3.000.000,00

### Secretaria Regional V

PROGRAMA	TESOURO	OUTRAS FONTES	TOTAL
0001 - GESTÃO E MANUTENÇÃO	85.259.606,00	0,00	85.259.606,00
0006 - OBRAS PÚBLICAS DE INFRAESTRUTURA	85.994.098,00	0,00	85.994.098,00
0010 - ORDENAMENTO DOS ESPAÇOS URBANOS	14.642.852,00	0,00	14.642.852,00
0014 - FORTALEZA LIMPA	17.865.266,00	0,00	17.865.266,00
0037 - GENTILEZA URBANA	464.100,00	0,00	464.100,00
0157 - INTEGRAÇÃO CULTURAL, ARTE, CIÊNCIA E ESPORTE	4.433.949,00	0,00	4.433.949,00

### Secretaria Regional VI

PROGRAMA	TESOURO	OUTRAS FONTES	TOTAL
----------	---------	---------------	-------



# Prefeitura de Fortaleza

## Prefeitura Municipal de Fortaleza Plano Plurianual 2014 - 2017 Quadro III Orgaos e programas por fonte

0001 - GESTÃO E MANUTENÇÃO	94.053.640,00	0,00	94.053.640,00
0006 - OBRAS PÚBLICAS DE INFRAESTRUTURA	54.002.293,00	0,00	54.002.293,00
0010 - ORDENAMENTO DOS ESPAÇOS URBANOS	9.575.422,00	0,00	9.575.422,00
0014 - FORTALEZA LIMPA	6.337.339,00	0,00	6.337.339,00
0157 - INTEGRAÇÃO CULTURAL, ARTE, CIÊNCIA E ESPORTE	1.600.000,00	0,00	1.600.000,00

### SECULT - Secretaria Municipal de Cultura de Fortaleza

PROGRAMA	TESOURO	OUTRAS FONTES	TOTAL
0001 - GESTÃO E MANUTENÇÃO	42.180.394,00	566.306,00	42.746.700,00
0044 - PROMOÇÃO E DEFESA DA CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES E SUAS	5.550.000,00	116.010,00	5.666.010,00
0071 - PROMOÇÃO DO ACESSO À CULTURA E APOIO ÀS MANIFESTAÇÕES ARTÍSTICAS	28.557.500,00	6.768.310,00	35.325.810,00
0072 - APOIO À CRIAÇÃO E FOMENTO À CULTURA	11.300.000,00	9.282,00	11.309.282,00
0073 - PROMOÇÃO DA FORMAÇÃO CULTURAL E ARTÍSTICA.	3.750.000,00	69.620,00	3.819.620,00
0074 - VALORIZAÇÃO, PRESERVAÇÃO E RECUPERAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL.	9.330.000,00	2.366.900,00	11.696.900,00
0075 - EDUCAÇÃO PARA O PATRIMÔNIO CULTURAL.	3.250.000,00	464.100,00	3.714.100,00
0109 - GESTÃO DA POLÍTICA CULTURAL, MANUTENÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA CULTURAL.	7.100.000,00	6.497.400,00	13.597.400,00

### SEFIN - Secretaria de Finanças do Município

PROGRAMA	TESOURO	OUTRAS FONTES	TOTAL
0001 - GESTÃO E MANUTENÇÃO	430.345.992,00	0,00	430.345.992,00
0093 - MODERNIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA MUNICIPAL	12.055.527,00	45.850.000,00	57.905.527,00

### SEINF - Secretaria Municipal de Infra-Estrutura

PROGRAMA	TESOURO	OUTRAS FONTES	TOTAL
0001 - GESTÃO E MANUTENÇÃO	312.018.396,00	0,00	312.018.396,00
0017 - HABITAR BEM	7.200.000,00	0,00	7.200.000,00
0020 - REQUALIFICAÇÃO URBANA COM INCLUSÃO SOCIAL - PREURBIS.	10.016.567,00	86.398.467,00	96.415.034,00
0082 - VALORIZAÇÃO DOS SERVIDORES	294.800,00	0,00	294.800,00
0100 - DRENAGEM URBANA DE FORTALEZA - DRENURB	46.354.703,00	136.728.818,00	183.083.521,00
0101 - INFRAESTRUTURA URBANA, VIÁRIA E EDIFICAÇÕES	266.126.254,00	0,00	266.126.254,00
0102 - TRANSPORTE URBANO - TRANSFOR	150.170.013,00	343.183.615,00	493.353.628,00



# Prefeitura de Fortaleza

## Prefeitura Municipal de Fortaleza Plano Plurianual 2014 - 2017 Quadro III Orgaos e programas por fonte

### SEPOG - Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão

PROGRAMA	TESOURO	OUTRAS FONTES	TOTAL
0001 - GESTÃO E MANUTENÇÃO	157.343.870,00	2.342.800.472,00	2.500.144.342,00
0007 - ATENÇÃO INTEGRAL A PESSOA IDOSA	210.000,00	130.000,00	340.000,00
0012 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	0,00	4.060.000,00	4.060.000,00
0064 - FORTALEZA INCLUSIVA	4.150.000,00	6.185.000,00	10.335.000,00
0082 - VALORIZAÇÃO DOS SERVIDORES	6.666.900,00	12.140.000,00	18.806.900,00
0106 - GESTÃO CORPORATIVA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	29.845.000,00	50.425.000,00	80.270.000,00
0145 - PROGRAMA DE CONCURSOS E SELEÇÕES	610.000,00	31.430.000,00	32.040.000,00
0153 - MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO DE RECURSOS LOGÍSTICOS E SERVIÇOS COMPARTILHADOS	105.094.000,00	486.000,00	105.580.000,00
0155 - GESTÃO DE PATRIMÔNIO	2.204.800,00	0,00	2.204.800,00
0163 - MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO DE PESSOAS	4.992.000,00	8.282.000,00	13.274.000,00
0164 - DESENVOLVIMENTO DO PLANEJAMENTO MUNICIPAL	2.945.000,00	0,00	2.945.000,00
0165 - MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DA GESTÃO MUNICIPAL	1.092.800,00	0,00	1.092.800,00

### SETFOR - Secretaria Municipal de Turismo de Fortaleza

PROGRAMA	TESOURO	OUTRAS FONTES	TOTAL
0001 - GESTÃO E MANUTENÇÃO	20.699.959,00	1.500.000,00	22.199.959,00
0110 - PRODETUR NACIONAL - FORTALEZA	24.842.114,00	227.067.150,00	251.909.264,00
0111 - FORTALEZA CIDADE COM FUTURO	10.135.348,00	196.599.101,00	206.734.449,00
0112 - INFRAESTRUTURA TURÍSTICA DE FORTALEZA	5.408.044,00	147.945.000,00	153.353.044,00
0136 - DESENVOLVIMENTO E PROMOÇÃO DO TURISMO	8.785.132,00	29.008.132,00	37.793.264,00

### SETRA - Secretaria Municipal de Trabalho, Desenvolvimento Social e Combate a Fome

PROGRAMA	TESOURO	OUTRAS FONTES	TOTAL
0001 - GESTÃO E MANUTENÇÃO	69.411.945,00	0,00	69.411.945,00
0141 - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	89.837.661,00	42.020.645,00	131.858.306,00
0142 - PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL	15.501.500,00	23.892.000,00	39.393.500,00
0152 - TRABALHO, QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL, EMPREGO E RENDA	14.170.500,00	26.576.000,00	40.746.500,00
0160 - SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL - SAN	20.185.000,00	0,00	20.185.000,00



# Prefeitura de Fortaleza

## Prefeitura Municipal de Fortaleza Plano Plurianual 2014 - 2017 Quadro III Orgaos e programas por fonte

0171 - FORTALECIMENTO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	591.400,00	2.140.000,00	2.731.400,00
0172 - FORTALECIMENTO DO CONTROLE SOCIAL	524.000,00	944.000,00	1.468.000,00

### SMS - Secretaria Municipal de Educação

PROGRAMA	TESOURO	OUTRAS FONTES	TOTAL
0001 - GESTÃO E MANUTENÇÃO	330.240.717,00	53.768.354,00	384.009.071,00
0012 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	21.822.751,00	0,00	21.822.751,00
0020 - REQUALIFICAÇÃO URBANA COM INCLUSÃO SOCIAL - PREURBIS.	894.456,00	13.710.000,00	14.604.456,00
0042 - DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL	1.764.897.473,00	2.725.354.484,00	4.490.251.957,00
0043 - EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	28.032.883,00	85.640.512,00	113.673.395,00
0052 - DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL	566.246.101,00	514.457.796,00	1.080.703.897,00
0082 - VALORIZAÇÃO DOS SERVIDORES	378.176,00	0,00	378.176,00
0105 - MELHORIA DA QUALIDADE DA EDUCAÇÃO BÁSICA	238.536.129,00	76.053.533,00	314.589.662,00

### SMS - Secretaria Municipal de Saúde

PROGRAMA	TESOURO	OUTRAS FONTES	TOTAL
0001 - GESTÃO E MANUTENÇÃO	1.816.023.016,00	332.722.209,00	2.148.745.225,00
0012 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	27.095.787,00	50.457.880,00	77.553.667,00
0020 - REQUALIFICAÇÃO URBANA COM INCLUSÃO SOCIAL - PREURBIS.	120.000,00	4.200.000,00	4.320.000,00
0082 - VALORIZAÇÃO DOS SERVIDORES	0,00	862.025,00	862.025,00
0097 - COORDENAÇÃO INTEGRADA DE ENFRENTAMENTO DO CRACK E OUTRAS DROGAS	0,00	6.961.500,00	6.961.500,00
0119 - ATENÇÃO PRIMÁRIA A SAÚDE	796.368.924,00	658.623.352,00	1.454.992.276,00
0120 - GESTÃO ESTRATÉGICA E PARTICIPATIVA DO SUS	169.395,00	3.624.842,00	3.794.237,00
0121 - GESTÃO DO TRABALHO E EDUCAÇÃO NA SAÚDE	185.640,00	39.602.010,00	39.787.650,00
0122 - ATENÇÃO AS CONDIÇÕES CRÔNICAS	0,00	17.635.800,00	17.635.800,00
0123 - ATENÇÃO ESPECIALIZADA A SAÚDE	533.563.142,00	1.314.541.476,00	1.848.104.618,00
0124 - ATENÇÃO TERCIÁRIA A SAÚDE	186.087.121,00	580.305.688,00	766.392.809,00
0125 - REGULAÇÃO, CONTROLE, AVALIAÇÃO E AUDITORIA	0,00	913.307.164,00	913.307.164,00
0126 - SERVIÇO DE APOIO DIAGNÓSTICO E TERAPÊUTICO	0,00	8.000.000,00	8.000.000,00
0127 - ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA	28.330.100,00	162.933.516,00	191.263.616,00
0128 - VIGILÂNCIA A SAÚDE	66.158.305,00	129.689.365,00	195.847.670,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO  
COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E MONITORAMENTO  
PPA - PLANO PLURIANUAL

QUADRO IV - PPA POR PROGRAMA E AÇÃO - META FÍSICA DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS

PROG.	DESCRIÇÃO DO PROGRAMA	MUNICÍPIO		REG. CENTRO		REGIONAL I		REGIONAL II		REGIONAL III		REGIONAL IV		REGIONAL V		REGIONAL VI	
		2014	2015-2017	2014	2015-2017	2014	2015-2017	2014	2015-2017	2014	2015-2017	2014	2015-2017	2014	2015-2017	2014	2015-2017
0003	<u>DESENVOLVIMENTO DO DESPORTO COMUNITÁRIO E DE LAZER</u>																
1008	REALIZAÇÃO DE EVENTOS ESPORTIVOS E DE LAZER																
	EVENTO PROMOVIDO/REALIZADO/APOIADO - UNIDADE																
		7	21														
1236	AQUISIÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAL ESPORTIVO																
	MATERIAL ADQUIRIDO - UNIDADE																
		500	1.500														
1239	IMPLANTAÇÃO DE NÚCLEOS DE ESPORTE E LAZER																
	NÚCLEO IMPLANTADO - UNIDADE																
		130	390														
0004	<u>PROGRAMA DE ESPORTE EDUCACIONAL E RENDIMENTO</u>																
1009	CONCESSÃO DE BENEFÍCIO EM FORMA DE BOLSA PARA O DESENVOLVIMENTO ESPORTIVO DE HABILIDADES DE CRIANÇAS E JOVENS																
	BENEFÍCIO CONCEDIDO AO CIDADÃO - UNIDADE																
		300	900														
1237	APOIO A ATLETAS PARA REPRESENTAÇÃO DO MUNICÍPIO EM EVENTOS ESPORTIVOS NACIONAIS E INTERNACIONAIS																
	ATLETA APOIADO - UNIDADE																
		480	1.440														
1241	CONCESSÃO DE BENEFÍCIO EM FORMA DE BOLSA PARA ATLETAS DE ALTO RENDIMENTO																
	BOLSA CONCEDIDA - UNIDADE																
		25	75														
1324	REALIZAÇÃO DE EVENTOS ESPORTIVOS EDUCACIONAIS																
	EVENTO APOIADO/REALIZADO - UNIDADE																
		3	9														
1590	IMPLANTAÇÃO DE NÚCLEOS DE ESPORTE EDUCACIONAL																
	NÚCLEO IMPLANTADO - UNIDADE																
		25															
0005	<u>INFRA-ESTRUTURA DE ESPORTE E LAZER</u>																
1243	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE EQUIPAMENTOS ESPORTIVOS																
	EQUIPAMENTO ADQUIRIDO/CONSERVADO/ IMPLANTADO - UNIDADE																
		6	18														
1248	MODERNIZAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS ESPORTIVOS																
	EQUIPAMENTO ADQUIRIDO/CONSERVADO/ IMPLANTADO - UNIDADE																
		3	9														
2834	MANUTENÇÃO DOS EQUIPAMENTOS ESPORTIVOS																
	MANUTENÇÃO REALIZADA - UNIDADE																
		2	6														
0006	<u>OBRAS PÚBLICAS DE INFRAESTRUTURA</u>																
1207	REFORMA E AMPLIAÇÃO DE CEMITÉRIOS																
	CENTRAL REFORMADA E AMPLIADA - UNIDADE																
												1	3				
1210	IMPLANTAÇÃO, AMPLIAÇÃO E RECUPERAÇÃO DE MERCADOS PÚBLICOS																
	EQUIPAMENTO URBANO IMPLANTADO/RECUPERADO - UNIDADE																
												2	5				















PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO  
COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E MONITORAMENTO  
PPA - PLANO PLURIANUAL

**QUADRO IV - PPA POR PROGRAMA E AÇÃO - META FÍSICA DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS**

PROG.	DESCRIÇÃO DO PROGRAMA	MUNICÍPIO		REG. CENTRO		REGIONAL I		REGIONAL II		REGIONAL III		REGIONAL IV		REGIONAL V		REGIONAL VI	
		2014	2015-2017	2014	2015-2017	2014	2015-2017	2014	2015-2017	2014	2015-2017	2014	2015-2017	2014	2015-2017	2014	2015-2017
	AÇÃO APOIADA/DESENVOLVIDA - UNIDADE							25	67	11	33						
1726	DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES PARA CONTROLE E USO REGULAR DOS ESPAÇOS URBANOS																
	AÇÃO APOIADA/DESENVOLVIDA - UNIDADE					30	90										
1742	DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES PARA CONTROLE URBANO E USO REGULAR DOS ESPAÇOS PÚBLICOS																
	AÇÃO APOIADA/DESENVOLVIDA - UNIDADE												15	60			
1745	ADEQUAÇÃO DOS ESPAÇOS URBANOS GARANTINDO ACESSIBILIDADE																
	EQUIPAMENTO URBANO IMPLANTADO/RECUPERADO - UNIDADE												1	24			
1746	PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO NATURAL E CULTURAL																
	PATRIMÔNIO PROTEGIDO E CONSERVADO - PERCENTAGEM												10	90			
1752	AQUISIÇÃO E IMPLANTAÇÃO DOS SISTEMAS DE CIRCUITO FECHADO DE TVS																
	SISTEMA DESENVOLVIDO/IMPLANTADO - UNIDADE			2	6												
1941	PREVENÇÃO DE OCUPAÇÕES IRREGULARES E DESOCUPAÇÕES DE ESPAÇOS PÚBLICOS EM ÁREAS DE RISCOS																
	AÇÃO APOIADA/DESENVOLVIDA - UNIDADE												30	120			
1950	PREVENÇÃO DE OCUPAÇÕES IRREGULARES E DESOCUPAÇÃO DE ESPAÇOS PÚBLICOS E ÁREAS DE RISCO																
	AÇÃO APOIADA/DESENVOLVIDA - UNIDADE					30	70										
1957	DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES PARA CONTROLE E USO REGULAR DOS ESPAÇOS URBANOS																
	AÇÃO APOIADA/DESENVOLVIDA - UNIDADE											15	54				
2266	MANUTENÇÃO DO CENTRO MUNICIPAL DE PEQUENOS NEGÓCIOS ( CMPN )																
	MANUTENÇÃO REALIZADA - UNIDADE			1	3												
2533	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS URBANOS																
	MANUTENÇÃO REALIZADA - UNIDADE												25	75			
2558	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS URBANOS																
	MANUTENÇÃO REALIZADA - UNIDADE							1	3	52	156						
2768	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS URBANOS																
	MANUTENÇÃO REALIZADA - UNIDADE															10	30
2769	DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES PARA CONTROLE URBANO E USO REGULAR DOS ESPAÇOS PÚBLICOS																
	AÇÃO APOIADA/DESENVOLVIDA - UNIDADE															11	33
2806	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS URBANOS																
	MANUTENÇÃO REALIZADA - UNIDADE											10	30				



PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO  
COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E MONITORAMENTO  
PPA - PLANO PLURIANUAL

QUADRO IV - PPA POR PROGRAMA E AÇÃO - META FÍSICA DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS

PROG.	DESCRIÇÃO DO PROGRAMA	MUNICÍPIO		REG. CENTRO		REGIONAL I		REGIONAL II		REGIONAL III		REGIONAL IV		REGIONAL V		REGIONAL VI	
		2014	2015-2017	2014	2015-2017	2014	2015-2017	2014	2015-2017	2014	2015-2017	2014	2015-2017	2014	2015-2017	2014	2015-2017
2838	MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS URBANOS																
	MANUTENÇÃO REALIZADA - UNIDADE					30	70										
2860	MANUTENÇÃO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS																
	MANUTENÇÃO REALIZADA - UNIDADE			4	12												
2958	MANUTENÇÃO DO BIOPARQUE																
	MANUTENÇÃO REALIZADA - UNIDADE															1	3
2962	MANUTENÇÃO DO ZOOLOGICO																
	MANUTENÇÃO REALIZADA - UNIDADE															1	3
2979	MODERNIZAÇÃO E MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE																
	MANUTENÇÃO REALIZADA - UNIDADE			1	3												
0014	FORTALEZA LIMPA																
1068	CONSTRUÇÃO E REFORMA DE PRÉDIOS DAS ZONAS GERADORAS DE LIXO - ZGLS																
	PRÉDIO PÚBLICO IMPLANTADO/REFORMADO - UNIDADE					1	3	1	3	1	3	1	3	1	3		2
1484	IMPLANTAÇÃO DE POSTOS DE RECICLAGEM DE RESÍDUOS																
	PRÉDIO PÚBLICO IMPLANTADO/REFORMADO - UNIDADE					1	3										
1593	IMPLANTAÇÃO DE POSTOS DE RECICLAGEM DE RESÍDUOS																
	PRÉDIO PÚBLICO IMPLANTADO/REFORMADO - UNIDADE											1	1				
1596	LIMPEZA E CONSERVAÇÃO URBANA SUPLEMENTAR E EMERGENCIAL																
	LIMPEZA URBANA REALIZADA - M <sup>2</sup>							1.500	11.112								
1602	IMPLANTAÇÃO DE UNIDADES DE RECICLAGEM DE RESÍDUOS																
	PRÉDIO PÚBLICO IMPLANTADO/REFORMADO - UNIDADE							1									
1619	LIMPEZA E CONSERVAÇÃO URBANA, SUPLEMENTAR E EMERGENCIAL																
	LIMPEZA URBANA REALIZADA - M <sup>2</sup>									15.000	45.000						
1714	LIMPEZA E CONSERVAÇÃO URBANA SUPLEMENTAR E EMERGENCIAL																
	LIMPEZA URBANA REALIZADA - M <sup>2</sup>											2.000	8.000				
1743	IMPLANTAÇÃO DE POSTOS DE RECICLAGEM DE RESÍDUOS																
	PRÉDIO PÚBLICO IMPLANTADO/REFORMADO - UNIDADE													1	6		
1748	LIMPEZA E DESOBSTRUÇÃO DE LAGOAS, CANAIS, RIACHOS E BUEIROS																
	LAGOAS, GALERIAS E CANAIS LIMPOS E DESOBSTRUÍDOS - UNIDADE													10	300		

















PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO  
COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E MONITORAMENTO  
PPA - PLANO PLURIANUAL

**QUADRO IV - PPA POR PROGRAMA E AÇÃO - META FÍSICA DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS**

PROG.	DESCRIÇÃO DO PROGRAMA	MUNICÍPIO		REG. CENTRO		REGIONAL I		REGIONAL II		REGIONAL III		REGIONAL IV		REGIONAL V		REGIONAL VI	
		AÇÃO	DESCRIÇÃO DA AÇÃO	2014	2015-2017	2014	2015-2017	2014	2015-2017	2014	2015-2017	2014	2015-2017	2014	2015-2017	2014	2015-2017
		PRODUTO / UNIDADE															
1077	CAPACITAÇÃO PARA A IGUALDADE DE GÊNERO NAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE FORTALEZA																
		PESSOA ASSISTIDA/ATENDIDA/BENEFICIADA - PESSOA	410	1.230													
1078	REALIZAÇÃO DA BIENAL INTERNACIONAL DAS MULHERES																
		EVENTO PROMOVIDO/REALIZADO/APOIADO - UNIDADE	1	1													
1081	PROMOÇÃO E AMPLIAÇÃO DAS POLITICAS DE ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE DA MULHER - SPM/PR																
		MULHER APOIADA/ATENDIDA/BENEFICIADA - PESSOA	5.000	15.000													
1084	APOIO À COMERCIALIZAÇÃO E TROCAS SOLIDÁRIAS																
		MULHER APOIADA/ATENDIDA/BENEFICIADA - PESSOA	150	450													
1086	PROMOÇÃO DA AUTONOMIA DAS MULHERES - ORGANIZAÇÃO PRODUTIVA																
		MULHER APOIADA/ATENDIDA/BENEFICIADA - PESSOA	250	750													
1089	PROMOÇÃO DA CIDADANIA E AUTONOMIA E GERAÇÃO DE TRABALHO PARA AS MULHERES - SPM/PR																
		MULHER APOIADA/ATENDIDA/BENEFICIADA - PESSOA	840	2.520													
1093	REALIZAÇÃO DE CAMPANHA CONTRA A EXCLUSÃO SOCIAL - UNIÃO EUROPÉIA																
		MULHER APOIADA/ATENDIDA/BENEFICIADA - PESSOA	200	200													
1671	APOIO ÀS MULHERES EMPREENDEDORAS																
		MULHER APOIADA/ATENDIDA/BENEFICIADA - UNIDADE	50	210													
1885	REALIZAÇÃO DE CAMPANHA DE PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER																
		CAMPANHAS REALIZADA - PESSOA	15	45													
1886	REALIZAÇÃO DE CAMPANHA DE PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO AO CÂNCER DE MAMA E COLO DE ÚTERO																
		CAMPANHA REALIZADA - UNIDADE	1	3													
1887	REALIZAÇÃO DE CAMPANHA DE DIVULGAÇÃO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE QUE ATENDEM AS MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA SEXUAL E EM SITUAÇÃO DE ABORTAMENTO																
		CAMPANHA REALIZADA - UNIDADE	1	3													
1888	FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA SAÚDE MENTAL PARA ATENDIMENTO HUMANIZADO ÀS MULHERES																
		EVENTO PROMOVIDO/REALIZADO/APOIADO - UNIDADE	12	36													
1889	IMPLANTAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DA MULHER																
		CONSELHO MANTIDO/APOIADO/IMPLANTADO - UNIDADE	1	3													
1890	IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE POLITICAS PARA AS MULHERES																
		PLANOS ELABORADOS/IMPLEMENTADOS - UNIDADE	1	1													
1891	REALIZAÇÃO DE CONFERÊNCIAS DE POLITICAS PARA AS MULHERES																



















PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO  
COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E MONITORAMENTO  
PPA - PLANO PLURIANUAL

**QUADRO IV - PPA POR PROGRAMA E AÇÃO - META FÍSICA DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS**

PROG.	DESCRIÇÃO DO PROGRAMA	MUNICÍPIO		REG. CENTRO		REGIONAL I		REGIONAL II		REGIONAL III		REGIONAL IV		REGIONAL V		REGIONAL VI	
		2014	2015-2017	2014	2015-2017	2014	2015-2017	2014	2015-2017	2014	2015-2017	2014	2015-2017	2014	2015-2017	2014	2015-2017
	<b>AÇÃO</b>																
	<b>DESCRIÇÃO DA AÇÃO</b>																
	<b>PRODUTO / UNIDADE</b>																
	EDITAL CRIADO - UNIDADE	3	9														
1273	REALIZAÇÃO DE DEBATES E SIMPÓSIOS SOBRE CULTURA.																
	EVENTO PROMOVIDO/REALIZADO/APOIADO - UNIDADE	26	78														
1297	REALIZAÇÃO DA PROGRAMAÇÃO DO ANIVERSÁRIO DE FORTALEZA.																
	EVENTO PROMOVIDO/REALIZADO/APOIADO - UNIDADE	1	3														
1612	REALIZAÇÃO DE AÇÕES CULTURAIS INCLUSIVAS																
	EVENTO PROMOVIDO/REALIZADO/APOIADO - UNIDADE	28	84														
1870	PROMOÇÃO E DIVULGAÇÃO DAS AÇÕES DE CULTURA.																
	DIVULGAÇÃO REALIZADA - UNIDADE	20	60														
0072	<u>APOIO À CRIAÇÃO E FOMENTO À CULTURA</u>																
1257	REALIZAÇÃO DE FEIRAS, FESTIVAIS E MOSTRAS.																
	FEIRA APOIADA/REALIZADA - UNIDADE	20	60														
1258	REALIZAÇÃO DO SALÃO DE ABRIL.																
	EVENTO PROMOVIDO/REALIZADO/APOIADO - UNIDADE	1	3														
1268	CRIAÇÃO DE EDITAIS PARA O FOMENTO DE AÇÕES PRODUÇÕES E REALIZAÇÕES ARTÍSTICAS.																
	EDITAL CRIADO - UNIDADE	10	30														
1274	APOIO À PROCESSOS CRIATIVOS EM DANÇA .																
	CURSO / OFICINA REALIZADOS - UNIDADE	15	45														
0073	<u>PROMOÇÃO DA FORMAÇÃO CULTURAL E ARTÍSTICA.</u>																
1269	REALIZAR ATIVIDADES DE FORMAÇÃO ARTÍSTICA E CULTURAL																
	FORMAÇÃO REALIZADA - UNIDADE	29	87														
1270	CRIAÇÃO DE EDITAIS DE APOIO À FORMAÇÃO CULTURAL E ARTÍSTICA																
	EDITAL CRIADO - UNIDADE	10	30														
0074	<u>VALORIZAÇÃO, PRESERVAÇÃO E RECUPERAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL.</u>																
1277	ELABORAÇÃO DO INVENTÁRIO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO CULTURAL DE FORTALEZA.																
	INVENTÁRIO REALIZADO - UNIDADE	1	3														
1279	RESTAURAÇÃO, REQUALIFICAÇÃO E INTEGRAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO EDIFICADO.																
	PATRIMÔNIO PROTEGIDO E CONSERVADO - UNIDADE	10	30														
1280	ELABORAÇÃO DE ESTUDOS TÉCNICOS PARA TOMBAMENTO																
	AÇÃO APOIADA/DESENVOLVIDA - UNIDADE	1	3														







PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO  
COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E MONITORAMENTO  
PPA - PLANO PLURIANUAL

**QUADRO IV - PPA POR PROGRAMA E AÇÃO - META FÍSICA DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS**

PROG.	DESCRIÇÃO DO PROGRAMA	MUNICÍPIO		REG. CENTRO		REGIONAL I		REGIONAL II		REGIONAL III		REGIONAL IV		REGIONAL V		REGIONAL VI	
		AÇÃO	DESCRIÇÃO DA AÇÃO	2014	2015-2017	2014	2015-2017	2014	2015-2017	2014	2015-2017	2014	2015-2017	2014	2015-2017	2014	2015-2017
		PRODUTO / UNIDADE															
2644	REELABORAÇÃO DA PRAXES PEDAGÓGICA DO CENTRO DE LÍNGUAS E DA GERENCIA DE FORMAÇÃO CONTINUADA																
		AÇÃO APOIADA/DESENVOLVIDA - UNIDADE		1	3												
2713	CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES																
		SERVIDOR CAPACITADO - PESSOA		100	300												
2734	MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DO SINEP - SISTEMA DE NEGOCIAÇÃO PERMANENTE																
		AÇÃO APOIADA/DESENVOLVIDA - UNIDADE		10	30												
2789	CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES E QUALIFICAÇÃO PERMANENTE DOS PROCESSOS DE TRABALHO																
		SERVIDOR CAPACITADO - UNIDADE		1.000	3.000												
2842	CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES																
		SERVIDOR CAPACITADO - PESSOA		500	1.500												
2998	CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES																
		SERVIDOR CAPACITADO - PESSOA		20	60												
0085	CONTROLE INTEGRADO DE TRANSPORTE DE FORTALEZA - CITFOR																
2239	AQUISIÇÃO DE TECNOLOGIA INTEGRADA PARA O CONTROLE DO TRÂNSITO - CITFOR																
		EQUIPAMENTO ADQUIRIDO/CONSERVADO/ IMPLANTADO - UNIDADE		1.500.000	4.500.000												
0087	SUSTENTABILIDADE DO AMBIENTE NATURAL																
1712	RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS																
		ÁREA DE RISCO DEGRADADA/RECUPERADA - PERCENTUAL		10	90												
1713	PROMOÇÃO DE AÇÕES DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL																
		AÇÃO APOIADA/DESENVOLVIDA - PERCENTUAL		25	75												
1715	APOIO À FISCALIZAÇÃO DA POLUIÇÃO E DA DEGRADAÇÃO AMBIENTAL																
		FISCALIZAÇÃO REALIZADA - UNIDADE		10	90												
1841	OPERACIONALIZAÇÃO DA AGENDA 21 E IMPLANTAÇÃO DA A3P - AGENDA AMBIENTAL NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA																
		A3P NOS ÓRGÃOS DA PREFEITURA DE FORTALEZA IMPLANTADA - PERCENTUAL		25	75												
1845	PRESERVAÇÃO / CONSERVAÇÃO DO AMBIENTE NATURAL																
		PLANOS ELABORADOS/IMPLEMENTADOS - UNIDADE		1	3												
1846	BALNEABILIDADE DOS CORPOS HÍDRICOS																
		CORPOS HÍDRICOS MONITORADOS - PERCENTUAL		10	90												
1847	APOIO AO MONITORAMENTO E CONTROLE DA POLUIÇÃO AMBIENTAL																















PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO  
COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E MONITORAMENTO  
PPA - PLANO PLURIANUAL

**QUADRO IV - PPA POR PROGRAMA E AÇÃO - META FÍSICA DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS**

PROG.	DESCRIÇÃO DO PROGRAMA	MUNICÍPIO		REG. CENTRO		REGIONAL I		REGIONAL II		REGIONAL III		REGIONAL IV		REGIONAL V		REGIONAL VI	
		2014	2015-2017	2014	2015-2017	2014	2015-2017	2014	2015-2017	2014	2015-2017	2014	2015-2017	2014	2015-2017	2014	2015-2017
	<b>AÇÃO</b>																
	<b>PRODUTO / UNIDADE</b>																
	EQUIPAMENTO ADQUIRIDO/CONSERVADO/ IMPLANTADO - UNIDADE	1.100	1.800														
1412	GESTAO DA SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO																
	PLANO DESENVOLVIDO - UNIDADE	1	3														
1416	IMPLANTAÇÃO DE OUTSOURCING DE IMPRESSÃO																
	AÇÃO APOIADA/DESENVOLVIDA - UNIDADE	1	3														
1456	IMPLANTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INTERNET NAS PRAÇAS																
	AÇÃO APOIADA/DESENVOLVIDA - UNIDADE	10	30														
1463	IMPLANTAÇÃO DE GERENCIAMENTO ELETRÔNICO DE DOCUMENTOS CORPORATIVO																
	AÇÃO APOIADA/DESENVOLVIDA - UNIDADE	1	3														
1473	IMPLANTAÇÃO E ESTRUTURAÇÃO DO PLANO DE CERTIFICAÇÃO DIGITAL																
	AÇÃO APOIADA/DESENVOLVIDA - UNIDADE	1	3														
1477	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE SUPORTE EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO																
	EQUIPAMENTO ADQUIRIDO/CONSERVADO/ IMPLANTADO - UNIDADE	1	3														
1479	IMPLANTAÇÃO DO NUCLEO DE MONITORAMENTO DA REDE CORPORATIVA DE T.I																
	SALA DE SITUAÇÃO IMPLANTADA - UNIDADE	1	3														
0109	GESTÃO DA POLITICA CULTURAL, MANUTENÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA CULTURAL.																
1386	IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA MUNICIPAL DE CULTURA E FORTALECER AS POLITICAS PÚBLICAS CULTURAIS.																
	SISTEMA DESENVOLVIDO/IMPLANTADO - UNIDADE	5	17														
1871	RECUPERAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS CULTURAIS.																
	EQUIPAMENTO ADQUIRIDO/CONSERVADO/ IMPLANTADO - UNIDADE	6	18														
2389	MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS CULTURAIS.																
	MANUTENÇÃO REALIZADA - UNIDADE	1	3														
0110	PRODETUR NACIONAL - FORTALEZA																
1312	ELABORAÇÃO DE PLANOS ESTRATÉGICOS PARA A COMERCIALIZAÇÃO																
	PLANOS ELABORADOS/IMPLEMENTADOS - UNIDADE	1	3														
1327	INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS BÁSICOS																
	EQUIPAMENTO TURÍSTICO CONSTRUÍDO/REFORMADO - UNIDADE							2	3								
0111	FORTALEZA CIDADE COM FUTURO																
1331	URBANIZAÇÃO E PADRONIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA TURÍSTICA - NOVO SERVILUZ																
	EQUIPAMENTO TURÍSTICO CONSTRUÍDO/REFORMADO - UNIDADE							1	1								













PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO  
COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E MONITORAMENTO  
PPA - PLANO PLURIANUAL

**QUADRO IV - PPA POR PROGRAMA E AÇÃO - META FÍSICA DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS**

PROG.	DESCRIÇÃO DO PROGRAMA	MUNICÍPIO		REG. CENTRO		REGIONAL I		REGIONAL II		REGIONAL III		REGIONAL IV		REGIONAL V		REGIONAL VI	
		2014	2015-2017	2014	2015-2017	2014	2015-2017	2014	2015-2017	2014	2015-2017	2014	2015-2017	2014	2015-2017	2014	2015-2017
1639	IMPLANTAÇÃO DE HOSPITAL																
	UNIDADE IMPLANTADA - UNIDADE	1															
1640	AMPLIAÇÃO, REFORMA E EQUIPAMENTO DOS HOSPITAIS - QUALISUS																
	UNIDADE REFORMADA, AMPLIADA E EQUIPADA - UNIDADE	1	2														
1641	AMPLIAÇÃO, REFORMA E EQUIPAMENTO DE HOSPITAIS																
	UNIDADE REFORMADA, AMPLIADA E EQUIPADA - UNIDADE	2	7														
1642	IMPLANTAÇÃO DAS CASAS DA GESTANTE - REDE CEGONHA																
	UNIDADE IMPLANTADA - UNIDADE	1	1														
1643	REFORMA DO CENTRO OBSTÉTRICO / REDE CEGONHA																
	CENTRO REFORMADO - UNIDADE	1															
2514	MANUTENÇÃO DOS PONTOS DE ATENÇÃO DA REDE PSICOSSOCIAL																
	MANUTENÇÃO REALIZADA - UNIDADE	15	58														
2520	MANUTENÇÃO DOS PONTOS DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA A SAÚDE																
	UNIDADE MANTIDA - UNIDADE	8	24														
2523	MANUTENÇÃO DOS PONTOS DE ATENÇÃO DA REDE DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA ( SAMU)																
	MANUTENÇÃO REALIZADA - UNIDADE	1	3														
2528	FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA E HOSPITALAR																
	AÇÃO DE MARKETING REALIZADA - UNIDADE	10	30														
	UNIDADES ASSISTIDAS - UNIDADE	10	30														
2621	MANUTENÇÃO DO HOSPITAL GONZAGA MOTA/BARRA DO CEARÁ - HGMB																
	MANUTENÇÃO REALIZADA - UNIDADE							1									
2622	MANUTENÇÃO DO CENTRO DE ESPECIALIDADES MÉDICAS JOSÉ DE ALENCAR-CEMJA																
	MANUTENÇÃO REALIZADA - UNIDADE							1	3								
2623	MANUTENÇÃO DO HOSPITAL EVANDRO AYRES DE MOURA - HDEAM																
	MANUTENÇÃO REALIZADA - UNIDADE									1	3						
2624	MANUTENÇÃO DO HOSPITAL MARIA JOSÉ BARROSO - HMJB																
	MANUTENÇÃO REALIZADA - UNIDADE											1					
2625	MANUTENÇÃO DO HOSPITAL LÚCIA DE FÁTIMA - CROA																
	MANUTENÇÃO REALIZADA - UNIDADE											1					



















PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO  
COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E MONITORAMENTO  
PPA - PLANO PLURIANUAL

**QUADRO IV - PPA POR PROGRAMA E AÇÃO - META FÍSICA DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS**

PROG.	DESCRIÇÃO DO PROGRAMA	MUNICÍPIO		REG. CENTRO		REGIONAL I		REGIONAL II		REGIONAL III		REGIONAL IV		REGIONAL V		REGIONAL VI	
		2014	2015-2017	2014	2015-2017	2014	2015-2017	2014	2015-2017	2014	2015-2017	2014	2015-2017	2014	2015-2017	2014	2015-2017
	AÇÃO																
	DESCRÇÃO DA AÇÃO																
	PRODUTO / UNIDADE																
	EVENTO PROMOVIDO/REALIZADO/APOIADO - UNIDADE	5															
1573	ELABORAÇÃO DE PROJETOS VOLTADOS À REALIZAÇÃO DA COPA																
	ESTUDOS E PROJETOS ELABORADOS - UNIDADE	10															
1575	GERENCIAMENTO E SUPERVISÃO DE OBRAS VOLTADAS PARA A COPA																
	GERENCIAMENTO E SUPERVISÃO REALIZADOS - UNIDADE	4															
0163	MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO DE PESSOAS																
1546	IMPLANTAÇÃO DE PROGRAMA DE GESTÃO POR COMPETÊNCIA																
	SERVIDOR ATENDIDO/BENEFICIADO - UNIDADE	37.000															
1547	DESENVOLVIMENTO E IMPLANTAÇÃO DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO INDIVIDUAL E INSTITUCIONAL																
	SERVIDOR ATENDIDO/BENEFICIADO - UNIDADE	37.000															
1580	PROMOÇÃO DA ANÁLISE DA CONFORMIDADE E QUALIDADE DOS GASTOS COM A FOLHA DE PAGAMENTO																
	AUDITORIA REALIZADA - UNIDADE	1															
1581	MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA INFORMATIZADO DE RH E FOLHA DE PAGAMENTO																
	SISTEMA DESENVOLVIDO/IMPLANTADO - UNIDADE	1	2														
1582	RECADASTRAMENTO E IDENTIDADE FUNCIONAL DO SERVIDOR																
	SERVIDOR ATENDIDO/BENEFICIADO - UNIDADE	18.500	18.500														
2781	COORDENAÇÃO E REALIZAÇÃO DE SELEÇÃO E CONCURSOS PÚBLICOS PARA SUPRIR AS DEMANDAS DA PMF																
	CONCURSO PUBLICO REALIZADO - UNIDADE	2	4														
0164	DESENVOLVIMENTO DO PLANEJAMENTO MUNICIPAL																
1718	ELABORAÇÃO DO PLANO ESTRATÉGICO "FORTALEZA 2040"																
	PLANO DESENVOLVIDO - UNIDADE	1	1														
1719	ELABORAÇÃO DOS PLANOS ESTRATÉGICOS REGIONAIS																
	PLANO DESENVOLVIDO - UNIDADE	2	5														
1787	APOIO A ELABORAÇÃO DOS PLANOS SETORIAIS																
	APOIO EFETIVADO/REALIZADO - UNIDADE	3	9														
1788	APOIO NA ESTRUTURAÇÃO DE INICIATIVAS DE INOVAÇÃO																
	APOIO EFETIVADO/REALIZADO - UNIDADE	6	18														
2736	ELABORAÇÃO, MONITORAMENTO, REVISÃO E AVALIAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO																
	MONITORAMENTO/AVALIAÇÃO REALIZADOS - UNIDADE	4	10														
2737	ESTRUTURAÇÃO E MONITORAMENTO DA REDE MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO																







PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO  
COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E MONITORAMENTO  
PPA - PLANO PLURIANUAL

**QUADRO IV - PPA POR PROGRAMA E AÇÃO - META FÍSICA DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS**

PROG.	DESCRIÇÃO DO PROGRAMA	MUNICÍPIO		REG. CENTRO		REGIONAL I		REGIONAL II		REGIONAL III		REGIONAL IV		REGIONAL V		REGIONAL VI	
		2014	2015-2017	2014	2015-2017	2014	2015-2017	2014	2015-2017	2014	2015-2017	2014	2015-2017	2014	2015-2017	2014	2015-2017
	AÇÃO																
	DESCRIÇÃO DA AÇÃO																
	PRODUTO / UNIDADE																
	EVENTO PROMOVIDO/REALIZADO/APOIADO - UNIDADE	3	9														
1785	REALIZAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS PARA GOVERNANÇA MUNICIPAL																
	ESTUDO E PESQUISA REALIZADOS - UNIDADE	4	12														
1786	REALIZAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS SOBRE A CIDADE																
	ESTUDO E PESQUISA REALIZADOS - UNIDADE	2	6														
1791	ELABORAÇÃO DE RELATÓRIOS, ANAIS, PERIÓDICOS, REPOSITÓRIO DE DADOS NA WEB, BOLETINS VIRTUAIS E OUTRAS PUBLICAÇÕES PARA DIFUSÃO EXPERIÊNCIAS, ESTUDOS E PESQUISAS																
	PUBLICAÇÃO REALIZADA - UNIDADE	12	36														
0179	MOBILIDADE URBANA																
1965	CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO DOS TERMINAIS DE INTEGRAÇÃO																
	EQUIPAMENTO ADQUIRIDO/CONSERVADO/ IMPLANTADO - UNIDADE	7	4														
2978	GESTÃO DO SISTEMA DE TRANSPORTE URBANO DO MUNICÍPIO DE FORTALEZA																
		3	9														



PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO  
COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E MONITORAMENTO  
PPA - PLANO PLURIANUAL

**QUADRO V - PPA POR PROGRAMA E AÇÃO - META FINANCEIRA DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS**

PROG.	DESCRIÇÃO DO PROGRAMA	MUNICÍPIO		REG. CENTRO		REGIONAL I		REGIONAL II		REGIONAL III		REGIONAL IV		REGIONAL V		REGIONAL VI	
		AÇÃO	DESCRIÇÃO DA AÇÃO	2014	2015-2017	2014	2015-2017	2014	2015-2017	2014	2015-2017	2014	2015-2017	2014	2015-2017	2014	2015-2017
0003	<u>DESENVOLVIMENTO DO DESPORTO COMUNITÁRIO E DE LAZER</u>																
1008	REALIZAÇÃO DE EVENTOS ESPORTIVOS E DE LAZER			245.000	1.905.000												
1236	AQUISIÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAL ESPORTIVO			105.000	495.000												
1239	IMPLANTAÇÃO DE NÚCLEOS DE ESPORTE E LAZER			1.650.000	4.550.000												
0004	<u>PROGRAMA DE ESPORTE EDUCACIONAL E RENDIMENTO</u>																
1009	CONCESSÃO DE BENEFÍCIO EM FORMA DE BOLSA PARA O DESENVOLVIMENTO ESPORTIVO DE HABILIDADES DE CRIANÇAS E JOVENS			300.090	1.688.610												
1237	APOIO A ATLETAS PARA REPRESENTAÇÃO DO MUNICÍPIO EM EVENTOS ESPORTIVOS NACIONAIS E INTERNACIONAIS			280.000	1.320.000												
1241	CONCESSÃO DE BENEFÍCIO EM FORMA DE BOLSA PARA ATLETAS DE ALTO RENDIMENTO			91.263	579.000												
1324	REALIZAÇÃO DE EVENTOS ESPORTIVOS EDUCACIONAIS			399.910	1.942.000												
1590	IMPLANTAÇÃO DE NÚCLEOS DE ESPORTE EDUCACIONAL			2.667.116	293.632												
0005	<u>INFRA-ESTRUTURA DE ESPORTE E LAZER</u>																
1243	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE EQUIPAMENTOS ESPORTIVOS			8.527.600	8.132.000												
1248	MODERNIZAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS ESPORTIVOS			350.000	750.000												
2834	MANUTENÇÃO DOS EQUIPAMENTOS ESPORTIVOS			600.000	2.100.000												
0006	<u>OBRAS PÚBLICAS DE INFRAESTRUTURA</u>																
1207	REFORMA E AMPLIAÇÃO DE CEMITÉRIOS											64.000	376.000				
1210	IMPLANTAÇÃO, AMPLIAÇÃO E RECUPERAÇÃO DE MERCADOS PÚBLICOS											350.000	1.200.000				
1214	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE MERCADOS PÚBLICOS					350.000	3.625.000										
1215	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO, REFORMA E URBANIZAÇÃO DE VIAS E ESPAÇOS PÚBLICOS											1.025.000	16.020.000				











PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO  
COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E MONITORAMENTO  
PPA - PLANO PLURIANUAL

**QUADRO V - PPA POR PROGRAMA E AÇÃO - META FINANCEIRA DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS**

PROG.	DESCRIÇÃO DO PROGRAMA	MUNICÍPIO		REG. CENTRO		REGIONAL I		REGIONAL II		REGIONAL III		REGIONAL IV		REGIONAL V		REGIONAL VI	
		AÇÃO	DESCRIÇÃO DA AÇÃO	2014	2015-2017	2014	2015-2017	2014	2015-2017	2014	2015-2017	2014	2015-2017	2014	2015-2017	2014	2015-2017
1094	IMPLANTAÇÃO DO NÚCLEO DE INCLUSÃO PROFISSIONAL E EMPREENDEDOR DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA.			240.000	1.414.088												
1095	IMPLANTAÇÃO DE CENTROS DE INCLUSÃO SOCIAL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA			197.000	2.975.800												
1096	RECONHECIMENTO DE EMPRESAS QUE INCLUEM PESSOAS COM DEFICIENCIA - SELO DE QUALIDADE INCLUSIVA			35.000	190.000												
1097	PROJETO CIDADÃO TRABALHADOR			197.000	1.279.050												
1098	SAÚDE INCLUSIVA			147.000	1.572.400												
1099	ADEQUAÇÃO DE PONTO DE ÔNIBUS, TERMINAIS E CALÇADAS PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA.			143.500	1.861.500												
1201	REALIZAÇÃO DE SEMANA DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA			40.789	229.641												
1591	PROMOÇÃO DE ATIVIDADES DE LAZER PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA			420.000	1.440.000												
1670	APOIO AO DESENVOLVIMENTO INCLUSIVO			80.000	360.000												
1893	CAPACITAÇÃO DE INTERPRETES DE LIBRAS			8.400	51.100												
1894	IMPLANTAÇÃO NÚCLEO DE FORMAÇÃO INCLUSIVA			129.500	845.500												
1895	SENSIBILIZAÇÃO DE FUNCIONÁRIOS DO TRANSPORTE PÚBLICO PARA MELHOR ATENDIMENTO DA PESSOA COM DEFICIENCIA			35.000	195.000												
1900	REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES NO DIA INTERNACIONAL DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA			20.412	114.918												
2005	MANUTENÇÃO DOS CENTROS DE INCLUSÃO SOCIAL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA			50.000	180.000												
0010	<u>ORDENAMENTO DOS ESPAÇOS URBANOS</u>																
1598	DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES PARA CONTROLE E USO REGULAR DOS ESPAÇOS URBANOS							900.000	3.472.800	350.000	3.641.000						
1726	DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES PARA CONTROLE E USO REGULAR DOS ESPAÇOS URBANOS					350.000	2.907.825										
1742	DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES PARA CONTROLE URBANO E USO REGULAR DOS ESPAÇOS PÚBLICOS													350.000	1.970.500		



PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO  
COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E MONITORAMENTO  
PPA - PLANO PLURIANUAL

**QUADRO V - PPA POR PROGRAMA E AÇÃO - META FINANCEIRA DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS**

PROG. DESCRIÇÃO DO PROGRAMA		MUNICÍPIO		REG. CENTRO		REGIONAL I		REGIONAL II		REGIONAL III		REGIONAL IV		REGIONAL V		REGIONAL VI	
AÇÃO	DESCRIÇÃO DA AÇÃO	2014	2015-2017	2014	2015-2017	2014	2015-2017	2014	2015-2017	2014	2015-2017	2014	2015-2017	2014	2015-2017	2014	2015-2017
1745	ADEQUAÇÃO DOS ESPAÇOS URBANOS GARANTINDO ACESSIBILIDADE													350.000	5.163.399		
1746	PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO NATURAL E CULTURAL													350.000	1.970.500		
1752	AQUISIÇÃO E IMPLANTAÇÃO DOS SISTEMAS DE CIRCUITO FECHADO DE TVS			50.250	51.481												
1941	PREVENÇÃO DE OCUPAÇÕES IRREGULARES E DESOCUPAÇÕES DE ESPAÇOS PÚBLICOS EM ÁREAS DE RISCOS													140.000	728.453		
1950	PREVENÇÃO DE OCUPAÇÕES IRREGULARES E DESOCUPAÇÃO DE ESPAÇOS PÚBLICOS E ÁREAS DE RISCO					100.000	420.000										
1957	DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES PARA CONTROLE E USO REGULAR DOS ESPAÇOS URBANOS											150.000	650.000				
2266	MANUTENÇÃO DO CENTRO MUNICIPAL DE PEQUENOS NEGÓCIOS ( CMPN )			48.000	144.000												
2533	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS URBANOS													800.000	2.820.000		
2558	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS URBANOS							500.000	1.820.000	500.000	1.800.000						
2768	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS URBANOS															800.000	2.820.000
2769	DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES PARA CONTROLE URBANO E USO REGULAR DOS ESPAÇOS PÚBLICOS															350.000	1.350.000
2806	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS URBANOS											300.000	1.200.000				
2838	MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS URBANOS					200.000	900.000										
2860	MANUTENÇÃO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS			200.000	600.000												
2958	MANUTENÇÃO DO BIOPARQUE															500.000	1.671.134
2962	MANUTENÇÃO DO ZOOLOGICO															480.000	1.604.288
2979	MODERNIZAÇÃO E MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE			1.840.000	5.520.000												







PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO  
COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E MONITORAMENTO  
PPA - PLANO PLURIANUAL

**QUADRO V - PPA POR PROGRAMA E AÇÃO - META FINANCEIRA DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS**

PROG.	DESCRIÇÃO DO PROGRAMA	MUNICÍPIO		REG. CENTRO		REGIONAL I		REGIONAL II		REGIONAL III		REGIONAL IV		REGIONAL V		REGIONAL VI	
		AÇÃO	DESCRIÇÃO DA AÇÃO	PRODUTO / UNIDADE	2014	2015-2017	2014	2015-2017	2014	2015-2017	2014	2015-2017	2014	2015-2017	2014	2015-2017	2014
0017	<b>HABITAR BEM</b>																
1013	PRODUÇÃO DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL																
			12.212.389	56.587.713													
1014	REFORMA/MELHORIA DE UNIDADES HABITACIONAIS PARA FAMÍLIA DE BAIXA RENDA																
			1.873.000	10.381.200													
1015	REALIZAÇÃO DE ESTUDOS E PROJETOS PARA FINS HABITACIONAIS																
			370.000	1.230.000													
1016	IMPLANTAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA URBANA																
			356.000	1.264.000													
1017	REALIZAÇÃO DE TRABALHO TÉCNICO SOCIAL JUNTO ÀS FAMÍLIAS DE BAIXA RENDA																
			270.000	930.000													
1034	MELHORIA HABITACIONAL - POÇO DA DRAGA																
			332.228	3.121.551													
1040	PRODUÇÃO DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL - POÇO DA DRAGA																
			2.331.758	10.061.008													
1063	IMPLANTAÇÃO DE INFRAESTRUTURA URBANA - POÇO DA DRAGA																
			456.000	1.564.000													
1358	REQUALIFICAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS																
			107.000	403.000													
1838	SUPERVISÃO DAS OBRAS DA ALDEIA DA PRAIA																
			1.800.000	5.400.000													
2964	PROMOVER LOCAÇÃO SOCIAL PARA FAMÍLIAS DE BAIXA RENDA EM CASOS EMERGENCIAIS																
			20.000	92.000													
0018	<b>HABITAÇÃO DE FORTALEZA</b>																
1018	MELHORIA DA HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL																
			843.100	2.729.100													
1019	MELHORIA HABITACIONAL - PROJETO VILA DO MAR																
			102.240	2.199.602													
1020	PRODUÇÃO DE UNIDADE HABITACIONAL DE INTERESSE SOCIAL																
			16.134.000	42.850.000													
1021	PRODUÇÃO DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL - POP. RUA.																
			2.210.000	6.990.000													
1028	PRODUÇÃO E MELHORIA HABITACIONAL - SERVILUZ (ALDEIA DA PRAIA)																
			202.730	842.000													
1039	PROMOVER ESTUDOS E PROJETOS PARA FINS HABITACIONAIS																

























PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO  
COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E MONITORAMENTO  
PPA - PLANO PLURIANUAL

**QUADRO V - PPA POR PROGRAMA E AÇÃO - META FINANCEIRA DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS**

PROG.	DESCRIÇÃO DO PROGRAMA	MUNICÍPIO		REG. CENTRO		REGIONAL I		REGIONAL II		REGIONAL III		REGIONAL IV		REGIONAL V		REGIONAL VI	
		AÇÃO	DESCRIÇÃO DA AÇÃO	PRODUTO / UNIDADE	2014	2015-2017	2014	2015-2017	2014	2015-2017	2014	2015-2017	2014	2015-2017	2014	2015-2017	2014
0066	<u>TRANSPARÊNCIA: OUVIDORIA, PARTICIPAÇÃO E CONTROLE SOCIAL</u>																
1225	MODERNIZAÇÃO DO PORTAL DA TRANSPARÊNCIA DO MUNICÍPIO																
			140.000	260.000													
2268	ATENDIMENTO AO CIDADÃO ATRAVÉS DA OUVIDORIA																
			30.000	90.000													
2273	ELABORAÇÃO DE RECOMENDAÇÕES PARA INTERVENÇÃO EM ÓRGÃOS E ENTIDADES DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL																
			20.000	60.000													
0071	<u>PROMOÇÃO DO ACESSO À CULTURA E APOIO ÀS MANIFESTAÇÕES ARTÍSTICAS</u>																
1253	AMPLIAÇÃO DAS AÇÕES CULTURAIS NAS REGIONAIS																
			525.000	3.225.000													
1259	REALIZAÇÃO DOS FESTEJOS JUNINOS.																
			775.000	4.135.250													
1261	REALIZAÇÃO DO CICLO CARNAVALESCO.																
			2.400.000	12.241.000													
1264	CRIAÇÃO DE EDITAIS DE APOIO AS MANIFESTAÇÕES DA CULTURA TRADICIONAL POPULAR.																
			350.000	2.150.000													
1273	REALIZAÇÃO DE DEBATES E SIMPÓSIOS SOBRE CULTURA.																
			139.650	857.850													
1297	REALIZAÇÃO DA PROGRAMAÇÃO DO ANIVERSÁRIO DE FORTALEZA.																
			690.000	3.498.600													
1612	REALIZAÇÃO DE AÇÕES CULTURAIS INCLUSIVAS																
			362.400	2.076.060													
1870	PROMOÇÃO E DIVULGAÇÃO DAS AÇÕES DE CULTURA.																
			266.000	1.634.000													
0072	<u>APOIO À CRIAÇÃO E FOMENTO À CULTURA</u>																
1257	REALIZAÇÃO DE FEIRAS, FESTIVALS E MOSTRAS.																
			526.000	3.228.641													
1258	REALIZAÇÃO DO SALÃO DE ABRIL.																
			351.000	2.153.641													
1268	CRIAÇÃO DE EDITAIS PARA O FOMENTO DE AÇÕES, PRODUÇÕES E REALIZAÇÕES ARTÍSTICAS.																
			525.000	3.225.000													
1274	APOIO ÀS PROCESSOS CRIATIVOS EM DANÇA .																
			70.000	430.000													
2580	PROMOÇÃO DA CRIAÇÃO E DO FOMENTO AS MANIFESTAÇÕES ARTÍSTICAS E A CULTURA																

























PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO  
COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E MONITORAMENTO  
PPA - PLANO PLURIANUAL

**QUADRO V - PPA POR PROGRAMA E AÇÃO - META FINANCEIRA DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS**

PROG. DESCRIÇÃO DO PROGRAMA		MUNICÍPIO		REG. CENTRO		REGIONAL I		REGIONAL II		REGIONAL III		REGIONAL IV		REGIONAL V		REGIONAL VI	
AÇÃO	DESCRIÇÃO DA AÇÃO	2014	2015-2017	2014	2015-2017	2014	2015-2017	2014	2015-2017	2014	2015-2017	2014	2015-2017	2014	2015-2017	2014	2015-2017
								1.000.000	440.000								
1691	REFORMA, AMPLIAÇÃO E EQUIPAMENTO DAS UNIDADES DE SAÚDE - REGIONAL III									850.000	600.000						
1692	IMPLANTAÇÃO DE UNIDADES DE SAÚDE - REGIONAL III									1.000.000	440.000						
1693	REFORMA, AMPLIAÇÃO E EQUIPAMENTO DAS UNIDADES DE SAÚDE - REGIONAL IV											700.000	350.000				
1694	IMPLANTAÇÃO DAS UNIDADES DE SAÚDE - REGIONAL IV											2.500.000	1.800.000				
1696	REFORMA, AMPLIAÇÃO E EQUIPAMENTO DAS UNIDADES DE SAÚDE - REGIONAL V													750.000	800.000		
1697	IMPLANTAÇÃO DAS UNIDADES DE SAÚDE - REGIONAL V													4.500.000	4.150.000		
1698	REFORMA, AMPLIAÇÃO E EQUIPAMENTO DAS UNIDADES DE SAÚDE - REGIONAL VI															750.000	500.000
1699	IMPLANTAÇÃO DAS UNIDADES DE SAÚDE - REGIONAL VI															8.000.000	4.950.000
2504	MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DAS UNIDADES DA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE	100.000.000	371.510.000														
2506	INTEGRAÇÃO DOS PROGRAMAS DE SAÚDE / COMUNIDADE	1.500.000	5.461.000														
2507	MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO CONTÍNUA DA QUALIDADE DA ATENÇÃO PRIMÁRIA	2.000.000	7.282.000														
2550	REMUNERAÇÃO DE PESSOAL ATIVO DO MUNICÍPIO E ENCARGOS SOCIAIS / PSF	79.645.250	326.011.874														
2551	REMUNERAÇÃO DE PESSOAL ATIVO DO MUNICÍPIO E ENCARGOS SOCIAIS / AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE	23.313.852	77.921.106														
2649	MANUTENÇÃO DAS UNIDADES DE SAÚDE - REGIONAL I					20.000	60.000										
2651	MANUTENÇÃO DAS UNIDADES DE SAÚDE - REGIONAL II							20.000	60.000								
2652	MANUTENÇÃO DAS UNIDADES DE SAÚDE - REGIONAL IV											10.000	36.000				
2653	MANUTENÇÃO DAS UNIDADES DE SAÚDE - REGIONAL V													20.000	90.000		



























### QUADRO V - PPA POR PROGRAMA E AÇÃO - META FINANCEIRA DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS

PROG.	DESCRIÇÃO DO PROGRAMA	MUNICÍPIO		REG. CENTRO		REGIONAL I		REGIONAL II		REGIONAL III		REGIONAL IV		REGIONAL V		REGIONAL VI		
		AÇÃO	DESCRIÇÃO DA AÇÃO	PRODUTO / UNIDADE	2014	2015-2017	2014	2015-2017	2014	2015-2017	2014	2015-2017	2014	2015-2017	2014	2015-2017	2014	2015-2017
0178	<u>GESTÃO DE CONHECIMENTO PARA GOVERNANÇA MUNICIPAL</u>																	
1720	AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DO ACERVO (BIBLIOGRÁFICO, VIDEOGRÁFICO, DOCUMENTAL E CARTOGRAFICO - EM MEIO FÍSICO E DIGITAL)																	
			709.500	1.390.500														
1729	DESENVOLVIMENTO DO OBSERVATÓRIO DE GOVERNANÇA MUNICIPAL																	
			474.150	2.256.850														
1730	IMPLEMENTAÇÃO DA SALA SITUACIONAL																	
			433.500	1.766.500														
1783	REALIZAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS PARA O OBSERVATÓRIO DE GOVERNANÇA																	
			224.000	1.056.000														
1784	REALIZAÇÃO DE FÓRUNS, PALESTRAS, ENCONTROS, PARA DIFUSÃO DE EXPERIÊNCIAS, ESTUDOS E PESQUISAS																	
			105.000	545.000														
1785	REALIZAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS PARA GOVERNANÇA MUNICIPAL																	
			264.600	1.245.000														
1786	REALIZAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS SOBRE A CIDADE																	
			252.000	1.188.000														
1791	ELABORAÇÃO DE RELATÓRIOS, ANAIS, PERIÓDICOS, REPOSITÓRIO DE DADOS NA WEB, BOLETINS VIRTUAIS E OUTRAS PUBLICAÇÕES PARA DIFUSÃO EXPERIÊNCIAS, ESTUDOS E PESQUISAS																	
			241.500	1.138.000														
0179	<u>MOBILIDADE URBANA</u>																	
1965	CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO DOS TERMINAIS DE INTEGRAÇÃO																	
			800.000	600.000														
2334	REMUNERAÇÃO DE PESSOAL ATIVO DO MUNICÍPIO E ENCARGOS SOCIAIS																	
			22.500.000	75.201.556														
2978	GESTÃO DO SISTEMA DE TRANSPORTE URBANO DO MUNICÍPIO DE FORTALEZA																	
			18.900.000	56.700.000														
<b>TOTAL</b>			3.314.287.593	11.327.162.740	17.078.279	74.378.702	76.516.415	35.703.458	213.708.997	665.019.773	70.161.351	307.665.462	63.684.300	270.463.573	137.443.030	521.275.317	159.603.399	588.159.911
			<b>MUNICÍPIO</b>		<b>REG. CENTRO</b>		<b>REGIONAL I</b>		<b>REGIONAL II</b>		<b>REGIONAL III</b>		<b>REGIONAL IV</b>		<b>REGIONAL V</b>		<b>REGIONAL VI</b>	



### QUADRO VI - PPA POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO

<u>FUNÇÃO</u>	<u>DESCRIÇÃO DA FUNÇÃO</u>			
SFC	DESCRIÇÃO DA SUBFUNÇÃO	VALOR 2014	VALOR 2015-2017	TOTAL
<u>01</u>	<u>LEGISLATIVA</u>			
031	AÇÃO LEGISLATIVA	144.430.930	499.886.028	644.316.958
<u>02</u>	<u>JUDICIÁRIA</u>			
062	DEFESA DO INTERESSE PÚBLICO NO PROCESSO JUDICIÁRIO	5.461.516	19.585.267	25.046.783
122	ADMINISTRAÇÃO GERAL	42.394.388	146.002.295	188.396.683
<u>03</u>	<u>ESSENCIAL À JUSTIÇA</u>			
128	FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	700.000	2.100.000	2.800.000
<u>04</u>	<u>ADMINISTRAÇÃO</u>			
032	CONTROLE EXTERNO	50.250	51.481	101.731
121	PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	2.967.920	10.676.547	13.644.467
122	ADMINISTRAÇÃO GERAL	607.426.711	2.019.307.713	2.626.734.424
123	ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	30.943.517	108.203.705	139.147.222
124	CONTROLE INTERNO	190.000	570.000	760.000
125	NORMALIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	1.310.000	4.542.000	5.852.000
126	TECNOLOGIA DA INFORMATIZAÇÃO	42.201.795	82.296.520	124.498.315
128	FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	549.800	1.904.000	2.453.800
129	ADMINISTRAÇÃO DE RECEITAS	3.936.942	10.667.000	14.603.942
334	FOMENTO AO TRABALHO	120.000		120.000
392	DIFUSÃO CULTURAL	750.000		750.000
451	INFRA-ESTRUTURA URBANA	166.597.995	7.095.000	173.692.995
452	SERVIÇOS URBANOS	3.400.000		3.400.000
665	NORMALIZAÇÃO E QUALIDADE	10.000	30.000	40.000
695	TURISMO	133.372.326	521.007.695	654.380.021
813	LAZER	160.000		160.000
846	OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	36.000	155.400	191.400
<u>06</u>	<u>SEGURANÇA PÚBLICA</u>			
122	ADMINISTRAÇÃO GERAL	118.639.510	393.731.811	512.371.321
128	FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	700.000	6.300.000	7.000.000
181	POLICIAMENTO	56.903.250	182.093.550	238.996.800
182	DEFESA CIVIL	2.050.000	15.650.000	17.700.000
422	DIREITOS INDIVIDUAIS, COLETIVOS E DIFUSOS	525.000	4.725.000	5.250.000
<u>08</u>	<u>ASSISTÊNCIA SOCIAL</u>			
122	ADMINISTRAÇÃO GERAL	20.061.707	65.770.022	85.831.729



### QUADRO VI - PPA POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO

<u>FUNÇÃO</u>	<u>DESCRIÇÃO DA FUNÇÃO</u>			
SFC	DESCRIÇÃO DA SUBFUNÇÃO	VALOR 2014	VALOR 2015-2017	TOTAL
243	ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE			
		9.729.900	42.204.910	51.934.810
244	ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA			
		42.549.278	147.313.899	189.863.177
306	ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO			
		1.673.000	17.759.000	19.432.000
<u>09</u>	<u>PREVIDÊNCIA SOCIAL</u>			
122	ADMINISTRAÇÃO GERAL			
		385.211.396	1.263.447.414	1.648.658.810
126	TECNOLOGIA DA INFORMATIZAÇÃO			
		1.200.000	3.000.000	4.200.000
331	PROTEÇÃO E BENEFÍCIOS AO TRABALHADOR			
		30.000	120.000	150.000
363	ENSINO PROFISSIONAL			
		3.000.000	3.000.000	6.000.000
<u>10</u>	<u>SAÚDE</u>			
122	ADMINISTRAÇÃO GERAL			
		358.384.957	1.326.848.239	1.685.233.196
126	TECNOLOGIA DA INFORMATIZAÇÃO			
		1.369.000	4.159.412	5.528.412
128	FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS			
		225.000	737.025	962.025
241	ASSISTÊNCIA AO IDOSO			
		48.000	292.000	340.000
244	ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA			
		315.000	1.620.000	1.935.000
301	ATENÇÃO BÁSICA			
		321.897.307	1.155.050.769	1.476.948.076
302	ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL			
		1.008.703.617	3.624.775.927	4.633.479.544
303	SUORTE PROFILÁTICO ETAPÊUTICO			
		43.251.000	156.012.616	199.263.616
304	VIGILÂNCIA SANITÁRIA			
		41.625.782	141.227.538	182.853.320
305	VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA			
		2.800.000	10.194.350	12.994.350
331	PROTEÇÃO E BENEFÍCIOS AO TRABALHADOR			
		5.600	31.000	36.600
<u>11</u>	<u>TRABALHO</u>			
331	PROTEÇÃO E BENEFÍCIOS AO TRABALHADOR			
		1.219.800	3.796.200	5.016.000
333	EMPREGABILIDADE			
		15.511.775	44.286.953	59.798.728
334	FOMENTO AO TRABALHO			
		889.700	82.500	972.200
<u>12</u>	<u>EDUCAÇÃO</u>			
122	ADMINISTRAÇÃO GERAL			
		75.060.740	314.148.331	389.209.071
124	CONTROLE INTERNO			
		10.000	30.000	40.000
128	FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS			
		20.240.000	91.150.000	111.390.000
243	ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE			
		280.000	1.576.400	1.856.400
361	ENSINO FUNDAMENTAL			
		12.407.800	37.223.400	49.631.200
362	ENSINO MÉDIO			
		4.131.118	16.501.000	20.632.118
363	ENSINO PROFISSIONAL			
		250.000	1.290.000	1.540.000



### QUADRO VI - PPA POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO

<u>FUNÇÃO</u>	<u>DESCRIÇÃO DA FUNÇÃO</u>			
SFC	DESCRIÇÃO DA SUBFUNÇÃO	VALOR 2014	VALOR 2015-2017	TOTAL
365	EDUCAÇÃO INFANTIL	250.919.609	845.423.744	1.096.343.353
366	EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	24.150.138	89.523.257	113.673.395
368	EDUCAÇÃO BÁSICA	996.656.049	3.808.563.746	4.805.219.795
392	DIFUSÃO CULTURAL	32.000	170.500	202.500
846	OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	5.063.425	16.759.326	21.822.751
<u>13</u>	<u>CULTURA</u>			
122	ADMINISTRAÇÃO GERAL	18.872.647	46.089.816	64.962.463
391	PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARTÍSTICO E ARQUEOLÓGICO	1.961.000	13.531.000	15.492.000
392	DIFUSÃO CULTURAL	30.605.349	119.740.958	150.346.307
422	DIREITOS INDIVIDUAIS, COLETIVOS E DIFUSOS	315.000	1.693.400	2.008.400
813	LAZER	210.000	1.182.300	1.392.300
<u>14</u>	<u>DIREITOS DA CIDADANIA</u>			
032	CONTROLE EXTERNO	12.000	48.996	60.996
122	ADMINISTRAÇÃO GERAL	9.482.308	32.896.625	42.378.933
125	NORMALIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	21.412.741	69.916.617	91.329.358
241	ASSISTÊNCIA AO IDOSO	2.467.952	4.798.200	7.266.152
242	ASSISTÊNCIA AO PORTADOR DE DEFICIÊNCIA	1.243.601	10.908.997	12.152.598
243	ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	565.951	3.131.020	3.696.971
422	DIREITOS INDIVIDUAIS, COLETIVOS E DIFUSOS	10.853.277	86.730.203	97.583.480
423	ASSISTÊNCIA AOS POVOS INDÍGENAS	816.420	3.869.120	4.685.540
<u>15</u>	<u>URBANISMO</u>			
122	ADMINISTRAÇÃO GERAL	1.834.445	6.676.991	8.511.436
125	NORMALIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	1.800.000	5.400.000	7.200.000
127	ORDENAMENTO TERRITORIAL	2.570.000	13.465.000	16.035.000
451	INFRA-ESTRUTURA URBANA	167.800.618	553.027.014	720.827.632
452	SERVIÇOS URBANOS	414.865.269	1.504.525.893	1.919.391.162
453	TRANSPORTES COLETIVOS URBANOS	190.956.000	724.121.443	915.077.443
572	DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E ENGENHARIA	6.330.411	10.130.416	16.460.827
665	NORMALIZAÇÃO E QUALIDADE	11.200.000	63.760.000	74.960.000
<u>16</u>	<u>HABITAÇÃO</u>			
122	ADMINISTRAÇÃO GERAL	17.761.510	59.619.847	77.381.357
482	HABITAÇÃO URBANA	60.760.158	226.343.336	287.103.494



PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO  
COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E MONITORAMENTO  
PPA - PLANO PLURIANUAL

**QUADRO VI - PPA POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO**

<u>FUNÇÃO</u>	<u>DESCRIÇÃO DA FUNÇÃO</u>			
SFC	DESCRIÇÃO DA SUBFUNÇÃO	VALOR 2014	VALOR 2015-2017	TOTAL
<u>18</u>	<u>GESTÃO AMBIENTAL</u>			
032	CONTROLE EXTERNO	100.000	300.000	400.000
122	ADMINISTRAÇÃO GERAL	85.568.623	293.281.549	378.850.172
125	NORMALIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	1.700.000	6.165.000	7.865.000
128	FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	20.000	90.000	110.000
541	PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL	14.504.264	48.707.688	63.211.952
542	CONTROLE AMBIENTAL	3.026.160	13.327.020	16.353.180
543	RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS	1.356.000	4.720.000	6.076.000
<u>19</u>	<u>CIÊNCIA E TECNOLOGIA</u>			
126	TECNOLOGIA DA INFORMATIZAÇÃO	200.000	660.000	860.000
333	EMPREGABILIDADE	40.000	236.070	276.070
573	DIFUSÃO DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO	26.478.000	112.224.000	138.702.000
<u>20</u>	<u>AGRICULTURA</u>			
601	PROMOÇÃO DA PRODUÇÃO VEGETAL	105.000	636.000	741.000
<u>23</u>	<u>COMÉRCIO E SERVIÇOS</u>			
334	FOMENTO AO TRABALHO	280.000	1.420.000	1.700.000
<u>24</u>	<u>COMUNICAÇÕES</u>			
122	ADMINISTRAÇÃO GERAL	200.000	660.000	860.000
131	COMUNICAÇÃO SOCIAL	1.795.000	985.000	2.780.000
<u>27</u>	<u>DESPORTO E LAZER</u>			
811	DESPORTO DE RENDIMENTO	3.038.379	2.192.632	5.231.011
812	DESPORTO COMUNITÁRIO	13.493.100	26.492.524	39.985.624
813	LAZER	24.000	121.000	145.000
<u>28</u>	<u>ENCARGOS ESPECIAIS</u>			
843	SERVIÇO DA DÍVIDA INTERNA	58.814.869	184.699.985	243.514.854
844	SERVIÇO DA DÍVIDA EXTERNA	17.118.636	121.485.322	138.603.958
846	OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	74.680.054	259.551.141	334.231.195
<u>99</u>	<u>RESERVA DE CONTINGÊNCIA</u>			
999	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	22.310.000	81.728.892	104.038.892
<b>TOTAL</b>		<b>6.314.279.290</b>	<b>21.991.961.505</b>	<b>28.306.240.795</b>
		<b>PPA 2014</b>	<b>PPA 2015-2017</b>	<b>TOTAL PPA</b>



### QUADRO VII - PPA POR PROGRAMA E INDICADORES

PROG.	DESCRIÇÃO DO PROGRAMA					
0001	<u>GESTÃO E MANUTENÇÃO</u> PÚBLICO ALVO: TODOS OS ORGÃOS E VINCULADAS OBJETIVO: PROPORCIONAR CONDIÇÕES DE MANUTENÇÃO, MODERNIZAÇÃO E INOVAÇÃO PARA GARANTIR A EFICIENCIA E EFETIVIDADE DA GESTÃO DA POLITICA PUBLICA					
		<u>INDICADOR</u>	<u>UNIDADE</u>	<u>ÍNDICE RECENTE</u>	<u>ÍNDICE FINAL</u>	<u>FONTE</u>
		NÃO SE APLICA				
0002	<u>ATUAÇÃO LEGISLATIVA DA CÂMARA MUNICIPAL</u> PÚBLICO ALVO: SOCIEDADE DE FORTALEZA OBJETIVO: EXERCER A FISCALIZAÇÃO E O CONTROLE DOS ATOS DO PODER EXECUTIVO E DESENVOLVER AS ATIVIDADES LEGISLATIVAS E ADMINISTRATIVAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA					
		<u>INDICADOR</u>	<u>UNIDADE</u>	<u>ÍNDICE RECENTE</u>	<u>ÍNDICE FINAL</u>	<u>FONTE</u>
		NÃO SE APLICA				
0003	<u>DESENVOLVIMENTO DO DESPORTO COMUNITÁRIO E DE LAZER</u> PÚBLICO ALVO: CRIANÇAS E ADOLESCENTES, JOVENS, PESSOAS IDOSAS E PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS. OBJETIVO: PROPORCIONAR A PRÁTICA DE ATIVIDADES FÍSICAS, ESPORTIVAS E DE LAZER, ENVOLVENDO TODOS OS SEGMENTOS DA SOCIEDADE, ESTIMULANDO A CONVIVÊNCIA, SOCIAL, E O ACESSO AO ESPORTE E LAZER NOS ESPAÇOS PÚBLICOS.					
		<u>INDICADOR</u>	<u>UNIDADE</u>	<u>ÍNDICE RECENTE</u>	<u>ÍNDICE FINAL</u>	<u>FONTE</u>
		PESSOAS ATENDIDAS	UNIDADE	8300	261760	SECEL
0004	<u>PROGRAMA DE ESPORTE EDUCACIONAL E RENDIMENTO</u> PÚBLICO ALVO: CRIANÇAS E ADOLESCENTES, JOVENS, PESSOAS IDOSAS E PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS. OBJETIVO: DEMOCRATIZAR O ACESSO À PRÁTICA DO ESPORTE EDUCACIONL E DE RENDIMENTO, PROMOVENDO O DESNVOLVIMENTO INTEGRAL DE CRIANÇAS, ADOLESCENTES, JOVENS E ADULTOS, COM VISTA A FORMAÇÃO DE FUTUROS					
		<u>INDICADOR</u>	<u>UNIDADE</u>	<u>ÍNDICE RECENTE</u>	<u>ÍNDICE FINAL</u>	<u>FONTE</u>
		PESSOAS ATENDIDAS	UNIDADE	0	78020	SECEL
0005	<u>INFRA-ESTRUTURA DE ESPORTE E LAZER</u> PÚBLICO ALVO: CRIANÇAS, ADOLESCENTES, JOVENS, ADULTOS, PESSOAS IDOSAS E E PESSOAS COM DEFICIÊNCIA. OBJETIVO: MODERNIZAR A INFRA-ESTRUTURA ESPORTIVA DO MUNICIPIO DE FORTALEZA VOLTADA PARA O DESENVOLVIMENTO DO ESPORTE EDUCACIONAL, DE RENDIMENTO DE PARTICIPAÇÃO E LAZER.					
		<u>INDICADOR</u>	<u>UNIDADE</u>	<u>ÍNDICE RECENTE</u>	<u>ÍNDICE FINAL</u>	<u>FONTE</u>
		EQUIPAMENTOS ESPORTIVOS IMPLANTADOS	UNIDADE	2	27	SECEL



PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO  
COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E MONITORAMENTO  
PPA - PLANO PLURIANUAL

**QUADRO VII - PPA POR PROGRAMA E INDICADORES**

PROG.	DESCRIÇÃO DO PROGRAMA				
0006	<u>OBRAS PÚBLICAS DE INFRAESTRUTURA</u> PÚBLICO ALVO: POPULAÇÃO DE FORTALEZA OBJETIVO: IMPLEMENTAR OBRAS PÚBLICAS PARA INFRAESTRUTURAS BÁSICAS, SUPLEMENTARES E EMERGENCIAIS, PARA ATENDER ÀS DEMANDAS DAS DIVERSAS ÁREAS DE ATUAÇÃO DO MUNICÍPIO				
	<u>INDICADOR</u>	<u>UNIDADE</u>	<u>ÍNDICE RECENTE</u>	<u>ÍNDICE FINAL</u>	<u>FONTE</u>
	ÍNDICE DE CRESCIMENTO DAS EDIFICAÇÕES PÚBLICAS EM BOM ESTADO DE CONSERVAÇÃO	PERCENTUAL	10	90	
0007	<u>ATENÇÃO INTEGRAL A PESSOA IDOSA</u> PÚBLICO ALVO: IDOSOS OBJETIVO: PROMOVER A INCLUSÃO SOCIAL, AÇÃO EMPREENDEDORA E A MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA DA PESSOA IDOSA				
	<u>INDICADOR</u>	<u>UNIDADE</u>	<u>ÍNDICE RECENTE</u>	<u>ÍNDICE FINAL</u>	<u>FONTE</u>
	IDOSO ATENDIDO	UNIDADE	0	48000	SECEL
0008	<u>ATENÇÃO INTEGRAL À PESSOA COM DEFICIÊNCIA</u> PÚBLICO ALVO: PESSOAS COM DEFICIÊNCIA OBJETIVO: DESENVOLVER AÇÕES DE POLITICAS PÚBLICAS QUE CONTRIBUAM PARA A MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE VIDA DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA				
	<u>INDICADOR</u>	<u>UNIDADE</u>	<u>ÍNDICE RECENTE</u>	<u>ÍNDICE FINAL</u>	<u>FONTE</u>
	PESSOA COM DEFICIÊNCIA	%	0	100	SECEL/IBGE
	PESSOA COM DEFICIÊNCIA ATENDIDA	UNIDADE	0	9600	SECEL
0009	<u>REVITALIZAÇÃO DE ARBORIZAÇÃO</u> PÚBLICO ALVO: POPULAÇÃO DE FORTALEZA OBJETIVO: GARANTIR A ARBORIZAÇÃO DE VIAS E ESPAÇOS PÚBLICOS COMPATÍVEIS COM A NECESSIDADE DA POPULAÇÃO E DOS PADRÕES EXIGIDOS PARA MELHORIA DA QUALIDADE AMBIENTAL.				
	<u>INDICADOR</u>	<u>UNIDADE</u>	<u>ÍNDICE RECENTE</u>	<u>ÍNDICE FINAL</u>	<u>FONTE</u>
	ÍNDICE DE ÁREA VERDE	M <sup>2</sup> POR HABITANTE	4	7	SEUMA
0010	<u>ORDENAMENTO DOS ESPAÇOS URBANOS</u> PÚBLICO ALVO: POPULAÇÃO OBJETIVO: ASSEGURAR O USO ORDENADO E REGULAR DOS ESPAÇOS URBANOS				
	<u>INDICADOR</u>	<u>UNIDADE</u>	<u>ÍNDICE RECENTE</u>	<u>ÍNDICE FINAL</u>	<u>FONTE</u>
	ASSEGURAR O USO ORDENADO REGULAR DOS ESPAÇOS URBANOS	PERCENTUAL	40	100	REGIONAIS



PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO  
COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E MONITORAMENTO  
PPA - PLANO PLURIANUAL

**QUADRO VII - PPA POR PROGRAMA E INDICADORES**

PROG.	DESCRIÇÃO DO PROGRAMA				
0012	ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO PÚBLICO ALVO: SERVIDORES DA EMPRESA OBJETIVO: ASSEGURAR O CUMPRIMENTO DE SENTENÇA JUDICIAL TRANSITADA EM JULGADO.				
	<b>INDICADOR</b>	<b>UNIDADE</b>	<b>ÍNDICE RECENTE</b>	<b>ÍNDICE FINAL</b>	<b>FONTE</b>
	PERCENTUAL DE INCREMENTO DE INSCRIÇÃO E COBRANÇA DE DÉBITOS DA DÍVIDA ATIVA DO MUNICÍPIO	PERCENTUAL			
0014	FORTALEZA LIMPA PÚBLICO ALVO: POPULAÇÃO DE FORTALEZA OBJETIVO: MANTER A CIDADE LIMPA COMO FONTE DE SAÚDE PÚBLICA E DE ADEQUADAS CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE DA POPULAÇÃO.				
	<b>INDICADOR</b>	<b>UNIDADE</b>	<b>ÍNDICE RECENTE</b>	<b>ÍNDICE FINAL</b>	<b>FONTE</b>
	ÍNDICE DA POPULAÇÃO ASSISTIDA COM O SISTEMA PÚBLICO DE COLETA DE RESÍDUOS	PERCENTUAL	10	90	SECRETARIA DE CONSERVAÇÃO E SE
0015	PARQUES URBANOS TEMÁTICOS PÚBLICO ALVO: POPULAÇÃO DE FORTALEZA OBJETIVO: PROPORCIONAR A POPULAÇÃO DE FORTALEZA O CONTATO COM A BIODIVERSIDADE PARA CONSIENTIZAÇÃO DE SUA IMPORTANCIA.				
	<b>INDICADOR</b>	<b>UNIDADE</b>	<b>ÍNDICE RECENTE</b>	<b>ÍNDICE FINAL</b>	<b>FONTE</b>
	ÍNDICE DE POPULAÇÃO CONSCIENTIZADA	PERCENTUAL	0	80	SEUMA
0017	HABITAR BEM PÚBLICO ALVO: FAMILIAS DE BAIXA RENDAS OBJETIVO: URBANIZAÇÃO SÓCIO AMBIENTAL DE ÁREAS DE RISCO DE FORTALEZA, PRODUÇÃO DE UNIDADES HABITACIONAIS DE INTERESSE SOCIAL E MELHORIA HABITACIONAL.				
	<b>INDICADOR</b>	<b>UNIDADE</b>	<b>ÍNDICE RECENTE</b>	<b>ÍNDICE FINAL</b>	<b>FONTE</b>
	DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL DE INTERESSE SOCIAL	PERCENTUAL	5	100	HABITAFOR
0018	HABITAÇÃO DE FORTALEZA PÚBLICO ALVO: FAMILIAS DE BAIXA RENDA. OBJETIVO: CONSTRUÇÃO E MELHORIAS DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL.				
	<b>INDICADOR</b>	<b>UNIDADE</b>	<b>ÍNDICE RECENTE</b>	<b>ÍNDICE FINAL</b>	<b>FONTE</b>
	PRODUÇÃO DE UNIDADES HABITACIONAIS	FAMÍLIAS	0	1	HABITAFOR



PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO  
COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E MONITORAMENTO  
PPA - PLANO PLURIANUAL

**QUADRO VII - PPA POR PROGRAMA E INDICADORES**

PROG.	DESCRIÇÃO DO PROGRAMA	INDICADOR	UNIDADE	ÍNDICE RECENTE	ÍNDICE FINAL	FONTE
0020	<u>REQUALIFICAÇÃO URBANA COM INCLUSÃO SOCIAL - PREURBIS.</u> PÚBLICO ALVO: FAMÍLIA DE BAIXA RENDA. OBJETIVO: PROMOVER A REQUALIFICAÇÃO URBANA E A MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE VIDA DAS FAMÍLIAS QUE RESIDEM EM ÁREAS DE RISCO DA CIDADE.	REQUALIFICAÇÃO HABITACIONAL - PREURBIS	PERCENTUAL	35,46	100	HABITAFOR
0022	<u>REGULARIZAÇÃO FUNDIARIA DE ASSENTAMENTOS PRECARIOS.</u> PÚBLICO ALVO: FAMÍLIAS DE BAIXA RENDA. OBJETIVO: DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO DA POPULAÇÃO DE BAIXA RENDA Á TERRA REGULARIZADA. (CONJUNTOS HABITACIONAIS, LOTEAMENTOS IRREGULARES E ARÉAS PÚBLICAS, DA UNIÃO ESTADO E DO MUNICÍPIO, BEM COMO ARÉAS CONSOLIDADAS NOS TERMOS DO ESTATUTO DA CIDADE E OUTOS MARCOS LEGAIS.	REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA NO MUNICÍPIO	FAMÍLIAS	0	1	HABITAFOR
0025	<u>PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR</u> PÚBLICO ALVO: CONSUMIDORES ATENDIDOS OBJETIVO: APERFEIÇOAR E FORTALECER AS AÇÕES DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE FORTALEZA, POR MEIO DA AMPLIAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL E DO APROFUNDAMENTO DA CAPACITAÇÃO E FORMAÇÃO CIDADÃ.	% DE RESOLUTIVIDADE DAS DENÚNCIAS	%	60	80	SINDEC
		NUMERO DE CONSUMIDORES ATENDIDOS	PESSOAS	15226	21316	SINDEC
0026	<u>EMPREENDEDORISMO E SUSTENTABILIDADE DE NEGÓCIOS</u> PÚBLICO ALVO: EMPREENDEDORES FORMAIS E INFORMAIS OBJETIVO: APOIAR AÇÕES E PROJETOS QUE VISEM FOMENTAR O EMPREENDEDORISMO DE FORMA SUSTENTÁVEL	EVOLUÇÃO DA RENDA MEDIANA	R\$	463	616	SDE
		PIB DA ECONOMIA CRIATIVA	R\$ MILHÕES	3500	5200	SDE
		TAXA DE EMPREGOS GERADOS NA ECONOMIA CRIATIVA	PERCENTUAL	53	57	SDE
		TAXA DE OCUPAÇÃO	PERCENTUAL	50	54	SDE
0027	<u>ATRAÇÃO DE INVESTIMENTOS E PROJETOS ESTRUTURANTES</u> PÚBLICO ALVO: EMPREENDEDORES FORMAIS OBJETIVO: APOIAR AÇÕES PARA ATRAÇÃO DE INVESTIMENTOS E INDUÇÃO DE POLOS ESTRUTURANTES					



PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO  
COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E MONITORAMENTO  
PPA - PLANO PLURIANUAL

**QUADRO VII - PPA POR PROGRAMA E INDICADORES**

PROG.	DESCRIÇÃO DO PROGRAMA				
	EVOLUÇÃO DA RENDA - RENDA MÉDIA QUARTÍLICA DA POPULAÇÃO DE FORTALEZA	R\$	402	534	SDE
	TAXA DE OCUPAÇÃO	PERCENTUAL	50	54	SDE
0029	<u>PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL</u> PÚBLICO ALVO: POPULAÇÃO NEGRA OBJETIVO: PROMOÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS E ENFRENTAMENTO A DISCRIMINAÇÃO RACIAL E DESIGUALDADE ENTRE OS DIFERENTES GRUPOS SOCIAIS.				
	<u>INDICADOR</u>	<u>UNIDADE</u>	<u>ÍNDICE RECENTE</u>	<u>ÍNDICE FINAL</u>	<u>FONTE</u>
	% DE PESSOAS COM DIREITOS VIOLADOS BENEFICIADAS	UN	0	80	COPPIR
	% DE RESOLUTIVIDADE DAS DENÚNCIAS DE RACISMO RECEBIDAS	PERCENTUAL	00	70	DISQUE DENÚNCIAS
0031	<u>PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DAS MULHERES</u> PÚBLICO ALVO: MULHERES OBJETIVO: IMPLEMENTAR POLÍTICAS PÚBLICAS QUE CONTRIBUAM PARA A MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE VIDA DAS MULHERES				
	<u>INDICADOR</u>	<u>UNIDADE</u>	<u>ÍNDICE RECENTE</u>	<u>ÍNDICE FINAL</u>	<u>FONTE</u>
	% NUMERO DE MULHERES EM SITUAÇÃO DE RISCO BENEFICIADAS	PESSOAS	0	0000	CENTRO DE REFERENCIA DA MULHER
	NUMERO DE MULHERES ACOLHIDAS	PESSOAS	0	100	CENTRO DE REFERENCIA DA MULHER
	NUMERO DE MULHERES PROTEGIDAS	PERCENTUAL	0	100	CENTRO DE REFERENCIA DA MULHER
0033	<u>SEGURANÇA CIDADÃ URBANA</u> PÚBLICO ALVO: CIDADÃO OBJETIVO: DISPONIBILIZAR SERVIÇOS DE SEGURANÇA PARA SOCIEDADE NO ÂMBITO MUNICIPAL POR MEIO DA IMPLANTAÇÃO DE POLÍTICAS DE SEGURANÇA URBANA CIDADÃ.				
	<u>INDICADOR</u>	<u>UNIDADE</u>	<u>ÍNDICE RECENTE</u>	<u>ÍNDICE FINAL</u>	<u>FONTE</u>
	NÚMERO DE CONFLITOS MEDIADOS	CONFLITO	00	80	CONSELHO MEDIADOR
0034	<u>COORDENAÇÃO DAS AÇÕES DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL</u> PÚBLICO ALVO: CIDADÃO OBJETIVO: CONHECER E IDENTIFICAR OS RISCOS DE DESASTRES NO MUNICÍPIO, OBJETIVANDO A MINIMIZAÇÃO DE IMPACTOS POR MEIO DO PLANEJAMENTO DE AÇÕES DE CONTIGÊNCIA.				
	<u>INDICADOR</u>	<u>UNIDADE</u>	<u>ÍNDICE RECENTE</u>	<u>ÍNDICE FINAL</u>	<u>FONTE</u>
	TAXA DE OCORRÊNCIA DE DESASTRE	OCORRÊNCIA	2453	1600	DEFESA CIVIL MUNICIPAL



PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO  
COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E MONITORAMENTO  
PPA - PLANO PLURIANUAL

**QUADRO VII - PPA POR PROGRAMA E INDICADORES**

PROG.	DESCRIÇÃO DO PROGRAMA				
0035	<u>CIDADANIA EM REDE</u> PÚBLICO ALVO: FAMILIAS ATENDIDAS EM 50 BAIROS DE FORTALEZA OBJETIVO: FORTALECER O PROTAGONISMO SOCIAL EM REDES LOCAIS PARA O ACESSO AS POLITICAS PÚBLICAS DE CIDADANIA, DIREITOS HUMANOS, ARTE E EDUCAÇÃO.				
	<b>INDICADOR</b>	<b>UNIDADE</b>	<b>ÍNDICE RECENTE</b>	<b>ÍNDICE FINAL</b>	<b>FONTE</b>
	REDES LOCAIS EM 50 BAIROS FORTALECIDAS	BAIROS ATENDIDOS	10	50	RELATÓRIO IDH- PNUD
0036	<u>CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS - CIDADANIA EM REDE</u> PÚBLICO ALVO: PESSOAS OBJETIVO: PROMOÇÃO, ARTICULAÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS DA POPULAÇÃO DE FORTALEZA				
	<b>INDICADOR</b>	<b>UNIDADE</b>	<b>ÍNDICE RECENTE</b>	<b>ÍNDICE FINAL</b>	<b>FONTE</b>
	% RESOLUTIVIDADE DAS DENUNCIAS RECEBIDAS	PERCENTUAL	0000	0000	DISQUE DENUNCIA
	Nº DE REDES LOCAIS IMPLANTADAS	REDE	10	50	CIDADANIA EM REDE
0037	<u>GENTILEZA URBANA</u> PÚBLICO ALVO: POPULAÇÃO OBJETIVO: TORNAR O ESPAÇO PÚBLICO EM ÁREA SAUDÁVEL PARA APRIMORAMENTO DE EDUCAÇÃO URBANA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL.				
	<b>INDICADOR</b>	<b>UNIDADE</b>	<b>ÍNDICE RECENTE</b>	<b>ÍNDICE FINAL</b>	<b>FONTE</b>
	ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL	PERCENTUAL	0	90	SECRETARIA REGIONAL DO CENTRO
0039	<u>GESTÃO DA POLÍTICA DE COMUNICAÇÃO</u> PÚBLICO ALVO: OBJETIVO: DIVULGAR AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS E OS PROGRAMAS DE GOVERNO				
	<b>INDICADOR</b>	<b>UNIDADE</b>	<b>ÍNDICE RECENTE</b>	<b>ÍNDICE FINAL</b>	<b>FONTE</b>
	ACESSOS EXTERNOS AOS SERVIÇOS E INFORMAÇÕES DO GOVERNO NOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO	UNIDADE			PMF
0042	<u>DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL</u> PÚBLICO ALVO: OBJETIVO: MELHORAR A PERMANÊNCIA E APRENDIZAGEM DOS ALUNOS, COM REESTRUTURAÇÃO, MELHORIA E INOVAÇÃO DA REDE EDUCACIONAL				
	<b>INDICADOR</b>	<b>UNIDADE</b>	<b>ÍNDICE RECENTE</b>	<b>ÍNDICE FINAL</b>	<b>FONTE</b>
	ÍNDICE DE DESEMPENHO ESCOLAR / SPAECE ( 5 ANO)	0 A 10	4	5	CENSO ESCOLAR E AVALIAÇÕES EXT
	ÍNDICE DE DESEMPENHO ESCOLAR/SPAECE (ALFABETIZAÇÃO)	0 A 10	4	6	CENSO ESCOLAR E AVALIAÇÕES EXT
	ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA (ANOS FINAIS 9 ANO)	0 A 10	3	4	CENSO ESCOLAR E AVALIAÇÕES EXT



PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO  
COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E MONITORAMENTO  
PPA - PLANO PLURIANUAL

**QUADRO VII - PPA POR PROGRAMA E INDICADORES**

PROG.	DESCRIÇÃO DO PROGRAMA				
	ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA (ANOS INICIAIS 5 ANO)	0 A 10	4	5	CENSO ESCOLAR A AVALIAÇÕES EXT
	ÍNDICE DE DESEMPENHO ESCOLAR / SPAECE (9 ANO)	0 A 10	3	4	CENSO ESCOLAR E AVALIAÇÕES EXT
	PORCENTAGEM DE ATENDIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA (6 A 14 ANOS)	PORCENTAGEM DE ATENDIMENTO	42	53	CENSO IBGE E SISTEMA DE GESTÃO
	PORCENTAGEM DE PERMANÊNCIA DO ALUNO NO ENSINO FUNDAMENTAL	PORCENTAGEM	94	97	SISTEMA DE GESTÃO ACADÊMICA SM
0043	<b>EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS</b> <b>PÚBLICO ALVO:</b> JOVENS E ADULTOS <b>OBJETIVO:</b> ASSEGURAR A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS QUE NÃO TIVERAM ACESSO AO ENSINO FUNDAMENTAL OU NÃO LOGRARAM CONCLUÍ-LO NA IDADE PRÓPRIA				
	<b>INDICADOR</b>	<b>UNIDADE</b>	<b>ÍNDICE RECENTE</b>	<b>ÍNDICE FINAL</b>	<b>FONTE</b>
	NÚMERO DE ALUNOS MATRICULADOS NO E.J.A.	UNIDADE	15300	45900	SME
	NÚMERO DE ALUNOS MATRICULADOS NO PROGRAMA BRASIL ALFABETIZADO	UNIDADE	2000	6000	SME
0044	<b>PROMOÇÃO E DEFESA DA CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES E SUAS FAMILIAS</b> <b>PÚBLICO ALVO:</b> CRIANÇAS ADOLESCENTES E SUAS FAMILIAS <b>OBJETIVO:</b> GARANTIR A EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS DE CRIANÇAS, ADOLESCENTES E SUAS FAMÍLIAS CONFORME PROCONIZA O ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.				
	<b>INDICADOR</b>	<b>UNIDADE</b>	<b>ÍNDICE RECENTE</b>	<b>ÍNDICE FINAL</b>	<b>FONTE</b>
	% DE FAMILIAS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES FORTALECIDAS	PESSOAS	4564	4800	FUNCİ
	NUMERO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES ACOLHIDOS	PESSOAS	4564	4800	FUNCİ
	NUMERO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES COM DIREITOS GARANTIDOS	PESSOAS	4564	4800	FUNCİ
0048	<b>PROJOVEM</b> <b>PÚBLICO ALVO:</b> <b>OBJETIVO:</b> PROMOÇÃO DO ENSINO E INCLUSÃO SOCIAL PARA FORMAÇÃO EDUCACIONAL DE JOVENS (PARCERIA COM O GOVERNO FEDERAL)				
	<b>INDICADOR</b>	<b>UNIDADE</b>	<b>ÍNDICE RECENTE</b>	<b>ÍNDICE FINAL</b>	<b>FONTE</b>
	JOVENS BENEFICADOS PELOS PROGRAMAS DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE JUVENTUDE	NUMERO			
0052	<b>DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL</b> <b>PÚBLICO ALVO:</b> <b>OBJETIVO:</b> CONTRIBUIR PARA A EXPANSÃO E MELHORIA DA QUALIDADE DA EDUCAÇÃO INFANTIL EM CRECHES E PRÉ-ESCOLAS				
	<b>INDICADOR</b>	<b>UNIDADE</b>	<b>ÍNDICE RECENTE</b>	<b>ÍNDICE FINAL</b>	<b>FONTE</b>
	PORCENTAGEM DE ATENDIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA ( 4 A 5 ANOS - TAXA DE ESCOLARIZAÇÃO	PORCENTAGEM DE ATENDIMENTO	29	100	CENSO IBGE E SISTEMA DE GESTÃO



PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO  
COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E MONITORAMENTO  
PPA - PLANO PLURIANUAL

**QUADRO VII - PPA POR PROGRAMA E INDICADORES**

PROG.	DESCRIÇÃO DO PROGRAMA				
	PORCENTAGEM DE ATENDIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA ( CRIANÇAS DE 1 A 3 ANOS)	PORCENTAGEM DE ATENDIMENTO	7	53	IBGE E SISTEMA DE GESTÃO ACADÊ
0053	<u>EDUCAÇÃO E SEGURANÇA DO TRÂNSITO</u> PÚBLICO ALVO: CIDADÃO OBJETIVO: PROMOVER O ORDENAMENTO, A ENGENHARIA E FISCALIZAÇÃO DO TRÂNSITO DE MODO A REDUZIR O NUMERO DE ACIDENTES. MANUTENÇÃO E IMPLANTAÇÃO DE SEMÁFOROS E PAINÉIS DE SINALIZAÇÃO.				
	<b>INDICADOR</b>	<b>UNIDADE</b>	<b>ÍNDICE RECENTE</b>	<b>ÍNDICE FINAL</b>	<b>FONTE</b>
	INDICE DE FISCALIZAÇÃO	PERCENTUAL	0		AMC
0055	<u>COORDENAÇÃO DAS AÇÕES DE RESPOSTA E RECONSTRUÇÃO</u> PÚBLICO ALVO: CIDADÃO OBJETIVO: ATENDER DE IMEDIATO AS SOLICITAÇÕES DE ATENDIMENTO À POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE DESASTRE.				
	<b>INDICADOR</b>	<b>UNIDADE</b>	<b>ÍNDICE RECENTE</b>	<b>ÍNDICE FINAL</b>	<b>FONTE</b>
	PESSOAS ATENDIDAS DE FORMA IMEDIATA	PESSOAS			PMF
0056	<u>PROMOÇÃO E DEFESA DA CIDADANIA E DOS DIREITOS HUMANOS DA POPULAÇÃO LGBT</u> PÚBLICO ALVO: POPULAÇÃO LGBT OBJETIVO: IMPLEMENTAR AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE PROMOÇÃO DE DIREITOS E DE ENFRENTAMENTO AO PRECONCEITO E A DISCRIMINAÇÃO A POPULAÇÃO LGBT.				
	<b>INDICADOR</b>	<b>UNIDADE</b>	<b>ÍNDICE RECENTE</b>	<b>ÍNDICE FINAL</b>	<b>FONTE</b>
	% DE RESOLUTIVIDADE DAS DENÚNCIAS DE HOMOFOBIA RECEBIDAS	UN	0	80	CMDS
	Nº DE LGBT COM ACESSO A INFORMAÇÕES SOBRE OS DIREITOS HUMANOS	UN	0	800	PROGRAMA
	Nº LGBT COM DIREITOS HUMANOS GARANTIDOS	UN	0	80	CMDS
0057	<u>GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA</u> PÚBLICO ALVO: POPULAÇÃO OBJETIVO: AMPLIAR AS OPORTUNIDADES DE TRABALHO E RENDA EM SEGMENTOS ECONOMICOS COM DIFICULDADES DE ACESSO AO CREDITO E A CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL.				
	<b>INDICADOR</b>	<b>UNIDADE</b>	<b>ÍNDICE RECENTE</b>	<b>ÍNDICE FINAL</b>	<b>FONTE</b>
	NUMERO DE EMPREGOS GERADOS EM ECONOMIA CRIATIVA	PERCENTUAL	5,27	5,72	RAIS
0061	<u>COORDENAÇÃO DAS AÇÕES DA GUARDA MUNICIPAL DE FORTALEZA</u> PÚBLICO ALVO: CIDADÃO OBJETIVO: REDUZIR OS ÍNDICES DE VIOLÊNCIA EM REGIÕES DA CIDADE CONFLAGRADAS PELA CRIMINALIDADE				
	<b>INDICADOR</b>	<b>UNIDADE</b>	<b>ÍNDICE RECENTE</b>	<b>ÍNDICE FINAL</b>	<b>FONTE</b>



PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO  
COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E MONITORAMENTO  
PPA - PLANO PLURIANUAL

QUADRO VII - PPA POR PROGRAMA E INDICADORES

PROG.	DESCRIÇÃO DO PROGRAMA				
	TAXA DE OCORRÊNCIAS DELITUOSAS NOS LOGRADOUROS E EQUIPAMENTOS MUNICIPAIS	OCORRÊNCIA	1650	1288	CIOPS E SESEC
0064	FORTALEZA INCLUSIVA PÚBLICO ALVO: JOVENS DE 15 A 29 ANOS OBJETIVO: PROMOVER ATENÇÃO INTEGRAL À JUVENTUDE, COM ÊNFASE NA INSERÇÃO SOCIAL, CULTURAL, INTELLECTUAL E ECONÔMICA				
	<b>INDICADOR</b>	<b>UNIDADE</b>	<b>ÍNDICE RECENTE</b>	<b>ÍNDICE FINAL</b>	<b>FONTE</b>
	JOVENS BENEFICADOS PELOS PROGRAMAS DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE JUVENTUDE	NUMERO	20000	300000	CEPPJ / SETRA (BASE DE DADOS)
0065	CONTROLE INTERNO PREVENTIVO E AUDITORIA GOVERNAMENTAL PÚBLICO ALVO: ÓRGÃOS DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL OBJETIVO: IMPLANTAR FERRAMENTAS DE CONTROLE INTERNO PREVENTIVO NO ÂMBITO DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL.				
	<b>INDICADOR</b>	<b>UNIDADE</b>	<b>ÍNDICE RECENTE</b>	<b>ÍNDICE FINAL</b>	<b>FONTE</b>
	ÍNDICE DE CONTROLE INTERNO	PERCENTUAL	0	100	SECOT
0066	TRANSPARÊNCIA: OUVIDORIA, PARTICIPAÇÃO E CONTROLE SOCIAL PÚBLICO ALVO: SOCIEDADE OBJETIVO: DISSEMINAR CONHECIMENTOS E PRÁTICAS VOLTADAS AO CONTROLE SOCIAL DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, BEM COMO RECOMENDAR AOS ÓRGÃOS E ENTIDADES DO PODER EXECUTIVO INTERVENÇÕES PARA MELHORIA DE PRODUTOS, SERVIÇOS, PROCEDIMENTOS E ROTINAS PROCESSUAIS.				
	<b>INDICADOR</b>	<b>UNIDADE</b>	<b>ÍNDICE RECENTE</b>	<b>ÍNDICE FINAL</b>	<b>FONTE</b>
	ACESSO AO PORTAL DA TRANSPARÊNCIA DO MUNICÍPIO	UNIDADE	0		SECOT
0071	PROMOÇÃO DO ACESSO À CULTURA E APOIO ÀS MANIFESTAÇÕES ARTÍSTICAS PÚBLICO ALVO: POPULAÇÃO DE FORTALEZA E VISITANTES OBJETIVO: POSSIBILITAR À POPULAÇÃO MAIS OPORTUNIDADES DE ACESSO AS MANIFESTAÇÕES CULTURAIS E ARTÍSTICAS.				
	<b>INDICADOR</b>	<b>UNIDADE</b>	<b>ÍNDICE RECENTE</b>	<b>ÍNDICE FINAL</b>	<b>FONTE</b>
	PESSOAS QUE TIVERAM ACESSO AS AÇÕES DE CULTURA.	PESSOAS	500000	4000000	SECULTFOR
0072	APOIO À CRIAÇÃO E FOMENTO À CULTURA PÚBLICO ALVO: ARTISTAS EM GERAL E AGENTES CULTURAIS OBJETIVO: PROPORCIONAR ACESSO ÀS DIVERSAS EXPRESSÕES DE CULTURA E CONHECIMENTO, POR MEIO DE TECNOLOGIAS INOVADORAS				
	<b>INDICADOR</b>	<b>UNIDADE</b>	<b>ÍNDICE RECENTE</b>	<b>ÍNDICE FINAL</b>	<b>FONTE</b>
	PESSOAS APOIADAS POR PROGRAMAS CULTURAIS	PESSOAS	300000	1200000	SECULTFOR



### QUADRO VII - PPA POR PROGRAMA E INDICADORES

PROG.	DESCRIÇÃO DO PROGRAMA				
0073	PROMOÇÃO DA FORMAÇÃO CULTURAL E ARTISTICA. PÚBLICO ALVO: ARTISTA EM GERAL E PUBLICO INTERESSADO. OBJETIVO: DESENVOLVER AÇÕES DE FORMAÇÃO VOLTADAS PARA CULTURA E DESENVOLVIMENTO ARTISTICOS.				
	<b>INDICADOR</b>	<b>UNIDADE</b>	<b>ÍNDICE RECENTE</b>	<b>ÍNDICE FINAL</b>	<b>FONTE</b>
	PESSOAS BENEFICIADAS COM AÇÕES DE FORMAÇÃO CULTURAL.	PESSOAS	1000	50000	SECULTFOR
0074	VALORIZAÇÃO, PRESERVAÇÃO E RECUPERAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL. PÚBLICO ALVO: POPULAÇÃO EM GERAL E VISITANTES. OBJETIVO: DESENVOLVER AÇÕES, VISANDO O RESGATE E A VALORIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO-CULTURAL, MATERIAL E IMATERIAL.				
	<b>INDICADOR</b>	<b>UNIDADE</b>	<b>ÍNDICE RECENTE</b>	<b>ÍNDICE FINAL</b>	<b>FONTE</b>
	AÇÕES REALIZADAS DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO.	AÇÕES	5	50	SECULTFOR
0075	EDUCAÇÃO PARA O PATRIMÔNIO CULTURAL. PÚBLICO ALVO: POPULAÇÃO EM GERAL. OBJETIVO: DESENVOLVER AÇÕES EDUCACIONAIS VOLTADAS PARA VALORIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO CULTURAL.				
	<b>INDICADOR</b>	<b>UNIDADE</b>	<b>ÍNDICE RECENTE</b>	<b>ÍNDICE FINAL</b>	<b>FONTE</b>
	PESSOAS BENEFICIADAS.	PESSOAS	0	200000	SECULTFOR
0077	FOMENTO TECNICO CIENTIFICO PÚBLICO ALVO: ENTES PUBLICOS, INICIATIVA PRIVADA, COMUNIDADE ORGANIZADA, SISTEMA "S" E TERCEIRO SETOR ENVOLVIDOS. OBJETIVO: APOIAR O DESENVOLVIMENTO CIENTIFICO E TECNOLÓGICO, A TRANSFERENCIA DE TECNOLOGIA, A PESQUISA E AS NOVAS POLITICAS PUBLICAS- USANDO COMO FERRAMENTAS: CAPATÇAO DE RECURSOS PUBLICOS E PRIVADOS; PPP'S ; AÇÕES DE INCENTIVOS FISCAIS E AÇÕES BENEMÉRITAS				
	<b>INDICADOR</b>	<b>UNIDADE</b>	<b>ÍNDICE RECENTE</b>	<b>ÍNDICE FINAL</b>	<b>FONTE</b>
	TAXA DE ALCANCE DE META : PROPORÇÃO DE PROCEDIMENTOS REALIZADOS EM RELAÇÃO AO TOTAL DE PROCEDIMENTOS PROGRAMADOS, VÁLIDO PARA AMBOS OS PROGRAMAS	%	0	30	FUNCET
	TAXA DE ALCANCE DE META : PROPORÇÃO DE PROCEDIMENTOS REALIZADOS EM RELAÇÃO AO TOTAL DE PROCEDIMENTOS PROGRAMADOS, VÁLIDO PARA OS PROGRAMAS	%	0	30	FUNCET
	EQUAÇÃO DE SATISFAÇÃO DO CLIENTE ( PERCEPÇÃO DO CLIENTE QUE SUPERA A SUA EXPETATIVA EM RELAÇÃO AO PROGRAMA IMPLANTADO)	%	0	30	FUNCET



PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO  
COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E MONITORAMENTO  
PPA - PLANO PLURIANUAL

**QUADRO VII - PPA POR PROGRAMA E INDICADORES**

PROG.	DESCRIÇÃO DO PROGRAMA				
0078	<u>QUALIDADE TOTAL</u> PÚBLICO ALVO: ENTES PÚBLICOS, INICIATIVA PRIVADA, COMUNIDADE ORGANIZADA, SISTEMA "S" E 3º SETOR ENVOLVIDOS OBJETIVO: PROMOVER A IMPLANTAÇÃO DE UM PROCESSO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS, ATRAVÉS DE ACREDITAÇÃO E CERTIFICAÇÃO DE QUALIDADE TOTAL DOS SERVIÇOS, PÚBLICOS.				
	<b>INDICADOR</b>	<b>UNIDADE</b>	<b>ÍNDICE RECENTE</b>	<b>ÍNDICE FINAL</b>	<b>FONTE</b>
	EQUAÇÃO DA SATISFAÇÃO DO CLIENTE: (A PERCEPÇÃO DO CLIENTE É IGUAL OU MELHOR QUE SUA EXPECTATIVA ESPERADA EM RELAÇÃO AOS PROGRAMAS IMPLANTADOS, VÁLIDOS PARA OS PROGRAMAS ACREDIFOR/AGENTEFOR	%	0	30	FUNCET
	GASTO PER CAPTA: REFERE-SE AO GASTO MÉDIO POR USUÁRIOS DOS SERVIÇOS DE QUALIDADE TOTAL, PARA O PROGRAMA ACREDITAÇÃO, PODENDO SER GERAL OU EM GRUPOS ESPECÍFICOS	%	0	30	FUNCET
	TAXA DE ALCANCE DE META: PROPORÇÃO DE PROCEDIMENTOS REALIZADOS EM RELAÇÃO AO TOTAL DE PROCEDIMENTOS PROGRAMADOS, VALIDO PARA OS PROGRAMAS ACREDIFOR/AGENTEFOR	%	0	30	FUNCET
0079	<u>PÚBLICO ALVO:</u> <u>OBJETIVO:</u>				
	<b>INDICADOR</b>	<b>UNIDADE</b>	<b>ÍNDICE RECENTE</b>	<b>ÍNDICE FINAL</b>	<b>FONTE</b>
	VALOR DE CAPTAÇÃO DE RECURSO	%	0		FUNCET
0080	<u>SUSTENTABILIDADE DO AMBIENTE CONSTRUÍDO</u> PÚBLICO ALVO: HABITANTES DO MUNICÍPIO DE FORTALEZA OBJETIVO: PROMOVER A MELHORIA DA QUALIDADE DO AMBIENTE CONSTRUÍDO, ASSEGURANDO QUE A CIDADE CUMPRA SUA FUNÇÃO SOCIAL, PREMISSA DO ESTATUTO DA CIDADE				
	<b>INDICADOR</b>	<b>UNIDADE</b>	<b>ÍNDICE RECENTE</b>	<b>ÍNDICE FINAL</b>	<b>FONTE</b>
	ÍNDICE DE OPERAÇÕES URBANAS CONSORCIADAS	PERCENTUAL	0	60	COURB
	OUTORGAS ONEROSAS EFETUADAS	UNIDADE	24	96	FUNDEMA
0082	<u>VALORIZAÇÃO DOS SERVIDORES</u> PÚBLICO ALVO: SERVIDORES MUNICIPAIS OBJETIVO: PROPORCIONAR UMA POLÍTICA EFETIVA DE CAPACITAÇÃO E VALORIZAÇÃO DOS SERVIDORES.				
	<b>INDICADOR</b>	<b>UNIDADE</b>	<b>ÍNDICE RECENTE</b>	<b>ÍNDICE FINAL</b>	<b>FONTE</b>
	% DE APOSENTADORIA DE SERVIDOR ATIVO (IPM PREVIFOR)	%		50	
	ÍNDICE DE ABSENTÉISMO	PERCENTUAL	21,63	10	SISTEMA RH SEPOG
	NEGOCIAÇÃO SALARIAL	PERCENTUAL	0	100	COORDENADORIA DE GESTÃO DE PESS



PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO  
COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E MONITORAMENTO  
PPA - PLANO PLURIANUAL

**QUADRO VII - PPA POR PROGRAMA E INDICADORES**

PROG.	DESCRIÇÃO DO PROGRAMA				
	SERVIDOR CAPACITADO	PERCENTUAL	5	80	COORDENADORIA DE GESTÃO DE PES
	SERVIDOR CAPACITADO (SECEL)		0	200	SECEL
	SERVIDOR CAPACITADO (SEPOG)	PESSOA	0	100	SEPOG
	SERVIDOR DO IPM SAÚDE CAPACITADO	SERVIDORES	0	85	IPM
0085	<u>CONTROLE INTEGRADO DE TRANSPORTE DE FORTALEZA - CITFOR</u> <b>PÚBLICO ALVO:</b> USUÁRIOS DE TRANSPORTE PÚBLICOS <b>OBJETIVO:</b> GARANTIR O CONTROLE OPERACIONAL DO SISTEMA DE TRANSPORTE URBANO DO MUNICÍPIO E PROMOVER A MELHORIA DO NÍVEL DE SERVIÇO NO TRANSPORTE PÚBLICO.				
	<b>INDICADOR</b>	<b>UNIDADE</b>	<b>ÍNDICE RECENTE</b>	<b>ÍNDICE FINAL</b>	<b>FONTE</b>
	ÍNDICE DE MELHORIA DOS SERVIÇOS DO TRANSPORTE PÚBLICOS	PESSOAS ATENDIDAS			PMF
0087	<u>SUSTENTABILIDADE DO AMBIENTE NATURAL</u> <b>PÚBLICO ALVO:</b> HABITANTES DO MUNICÍPIO DE FORTALEZA <b>OBJETIVO:</b> PROMOVER A MELHORIA DA QUALIDADE DO AMBIENTE NATURAL, ASSEGURANDO A RECUPERAÇÃO, PRESERVAÇÃO, CONSERVAÇÃO E O MONITORAMENTO DOS SISTEMAS NATURAIS DO MUNICÍPIO DE FORTALEZA				
	<b>INDICADOR</b>	<b>UNIDADE</b>	<b>ÍNDICE RECENTE</b>	<b>ÍNDICE FINAL</b>	<b>FONTE</b>
	CAPACITAÇÃO EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL	UNIDADE	1000	7200	SEUMA
	CORPOS HÍDRICOS MONITORADOS	UNIDADE	13	60	SEUMA
	ÍNDICE DA POLUIÇÃO SONORA	DECIBÉIS	0	45	SEUMA
	ÍNDICE DE ÁREA VERDE	PERCENTUAL	4	12	SEUMA
	ÍNDICE DE CONTROLE DA POLUIÇÃO ATMOSFÉRICA	MG/M <sup>3</sup>	0	240	SEUMA
	ÍNDICE DE CONTROLE DA POLUIÇÃO DE RESÍDUOS	UNIDADE	0	5	SEUMA
	ÍNDICE DE CONTROLE DA POLUIÇÃO HÍDRICA	MILILITROS	0	500	SEUMA
	ÍNDICE DE CONTROLE DA POLUIÇÃO VISUAL	PERCENTUAL	0	80	SEUMA
	ÍNDICE DE CONTROLE DA RADIAÇÃO NÃO IONIZANTE	HZ	0	300	SEUMA
	ÍNDICE DE RECUPERAÇÃO AMBIENTAL	PERCENTUAL	0	70	SEUMA
	REDUÇÃO DE DENÚNCIAS	PERCENTUAL	0	30	SEUMA
0088	<u>PLANEJAMENTO DO AMBIENTE NATURAL E DO AMBIENTE CONSTRUÍDO</u> <b>PÚBLICO ALVO:</b> HABITANTES DO MUNICÍPIO DE FORTALEZA <b>OBJETIVO:</b> PROPOR MEDIDAS PARA O CUMPRIMENTO DA FUNÇÃO SOCIAL DA CIDADE POR MEIO DO PLANEJAMENTO E GESTÃO DOS AMBIENTES NATURAL E CONSTRUÍDO NO MUNICÍPIO DE FORTALEZA				
	<b>INDICADOR</b>	<b>UNIDADE</b>	<b>ÍNDICE RECENTE</b>	<b>ÍNDICE FINAL</b>	<b>FONTE</b>
	ÍNDICE DE OPERAÇÕES URBANAS CONSORCIADAS	PERCENTUAL	0	60	COURB
	NUMERO DE EMPRESAS CERTIFICADAS	PERCENTUAL	0	100	SEUMA



PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO  
COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E MONITORAMENTO  
PPA - PLANO PLURIANUAL

**QUADRO VII - PPA POR PROGRAMA E INDICADORES**

PROG.	DESCRIÇÃO DO PROGRAMA				
	OUTORGAS ONEROSAS EFETUADAS	UNIDADE	24	96	FUNDEMA
	PLANOS AMBIENTAIS ELABORADOS	UNIDADE	0	8	SEUMA
	PROJETOS DE LEI ELABORADOS	UNIDADE	6	27	COURB
	PROJETOS URBANÍSTICOS ELABORADOS	UNIDADE	2	11	COURB
0089	<u>CONTROLE DO AMBIENTE NATURAL E DO AMBIENTE CONSTRUÍDO</u> PÚBLICO ALVO: HABITANTES DO MUNICÍPIO DE FORTALEZA OBJETIVO: PROMOVER A QUALIDADE URBANO - AMBIENTAL DA CIDADE, POR MEIO DA EFICIÊNCIA DOS SERVIÇOS DE LICENCIAMENTO, VISTORIA E FISCALIZAÇÃO DOS AMBIENTES NATURAL E CONSTRUÍDO, DEFINIDOS NA LEGISLAÇÃO CORRESPONDENTE.				
	<b>INDICADOR</b>	<b>UNIDADE</b>	<b>ÍNDICE RECENTE</b>	<b>ÍNDICE FINAL</b>	<b>FONTE</b>
	ALVARÁS DE CONSTRUÇÃO EMITIDOS	UNIDADE	484	700	SEUMA
	ALVARÁS DE FUNCIONAMENTO EMITIDOS	UNIDADE	365	554	SEUMA
	AUTORIZAÇÕES DE DEMOLIÇÃO EMITIDAS	UNIDADE	0		SEUMA
	AUTORIZAÇÕES DE ENGENHO EMITIDAS	UNIDADE	383	450	SEUMA
	AUTORIZAÇÕES SONORAS EMITIDAS	UNIDADE	406	506	SEUMA
	AUTOS DE CONSTATAÇÃO EMITIDOS	UNIDADE	3553	5400	SEUMA
	HABITE-SE EMITIDOS	UNIDADE	6214	9350	SEUMA
	LICENÇAS AMBIENTAIS EMITIDAS	UNIDADE	775	1000	SEUMA
	PERCENTUAL DE DENUNCIAS	PERCENTUAL	6000	3000	SEUMA
	TERMOS DE COMPROMISSO ASSINADOS	UNIDADE	1200	1600	SEUMA
0090	<u>PROMOÇÃO DO CONTROLE SOCIAL DAS POLÍTICAS PARA INFANCIA E ADOLESCÊNCIA</u> PÚBLICO ALVO: CONSELHEIROS TUTELARES OBJETIVO: VIABILIZAR O ACOMPANHAMENTO E MONITORAMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS ATRAVÉS DA ATUAÇÃO DOS OPERADORES DO SISTEMA DE GARANTIA DE DIREITOS				
	<b>INDICADOR</b>	<b>UNIDADE</b>	<b>ÍNDICE RECENTE</b>	<b>ÍNDICE FINAL</b>	<b>FONTE</b>
	Nº DE CONSELHOS TUTELARES IMPLANTADAS	CONSELHOS	6	10	PROGRAMA
0093	<u>MODERNIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA MUNICIPAL</u> PÚBLICO ALVO: PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA OBJETIVO: APOIAR A GESTÃO ADMINISTRATIVA E FISCAL DO MUNICÍPIO DE FORTALEZA.				
	<b>INDICADOR</b>	<b>UNIDADE</b>	<b>ÍNDICE RECENTE</b>	<b>ÍNDICE FINAL</b>	<b>FONTE</b>
	ÍNDICE DE PARTICIPAÇÃO DO ORÇAMENTO NOS INDICADORES	PERCENTUAL	0	10	SEFIN/COPLAN



PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO  
COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E MONITORAMENTO  
PPA - PLANO PLURIANUAL

**QUADRO VII - PPA POR PROGRAMA E INDICADORES**

PROG.	DESCRIÇÃO DO PROGRAMA				
0096	<u>JUVENTUDE VIVE FORTALEZA</u> PÚBLICO ALVO: JOVENS DE 15 A 29 ANOS OBJETIVO: ESTIMULAR AMPLA PARTICIPAÇÃO E FORTALECIMENTO DA CIDADANIA DA JUVENTUDE				
	<b>INDICADOR</b>	<b>UNIDADE</b>	<b>ÍNDICE RECENTE</b>	<b>ÍNDICE FINAL</b>	<b>FONTE</b>
	INDICE DA PARTICIPAÇÃO DA JUVENTUDE	UNIDADE	600	30000	CPP, CEPPJ
0097	<u>COORDENAÇÃO INTEGRADA DE ENFRENTAMENTO DO CRACK E OUTRAS DROGAS</u> PÚBLICO ALVO: POPULAÇÃO DE FORTALEZA USUÁRIO DE DROGAS OBJETIVO: PROMOVER DE FORMA CONTÍNUA E ARTICULADA COM AS POLÍTICAS PÚBLICAS PERTINENTES, AÇÕES DE PREVENÇÃO E TRATAMENTO SOCIAL DOS USUÁRIOS DE CRACK, ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS				
	<b>INDICADOR</b>	<b>UNIDADE</b>	<b>ÍNDICE RECENTE</b>	<b>ÍNDICE FINAL</b>	<b>FONTE</b>
	ACOMPANHAMENTO TERAPÊUTICO DE USUÁRIOS DE DROGAS	QUANTIDADE	1800	9300	CPDROGAS / SMS (CAPS) / SETRA
0098	<u>GESTÃO PARTICIPATIVA E SOCIAL</u> PÚBLICO ALVO: OS GESTORES E A POPULAÇÃO DE FORTALEZA EM GERAL OBJETIVO: AMPLIAR E FORTALECER A IMPLEMENTAÇÃO DE ALTERNATIVAS DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL QUE AUXILIE A TOMADA DE DECISÃO DA GESTÃO PÚBLICA E FORTALEÇA O CONTROLE SOCIAL. ALÉM DE MEDIAR O DIÁLOGO ENTRE GOVERNO E SOCIEDADE, NA BUSCA DE UMA CIDADE JUSTA, PLANEJADA, DEMOCRÁTICA E PARTICIPATIVA.				
	<b>INDICADOR</b>	<b>UNIDADE</b>	<b>ÍNDICE RECENTE</b>	<b>ÍNDICE FINAL</b>	<b>FONTE</b>
	AUMENTO DO ÍNDICE DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL				
0099	<u>CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO PARA A CIDADE DE FORTALEZA - CITINOVA</u> PÚBLICO ALVO: HABITANTES E VISITANTES DO MUNICÍPIO DE FORTALEZA (COMUNIDADE ACADÊMICA, EMPRESÁRIOS, ESTUDANTES E OS GESTORES DA CIDADE) OBJETIVO: COORDENAR A ENERGIA CRIATIVA, O CONHECIMENTO CIENTÍFICO E A INOVAÇÃO TECNOLÓGICA, PARA TRADUZÍ-LOS EM SOLUÇÕES PARA OS PROBLEMAS DA CIDADE E, SOBRETUDO, EM ARRANJOS PARA A GERAÇÃO DE RIQUEZA, TRABALHO, OCUPAÇÕES CRIATIVAS E BEM ESTAR DA POPULAÇÃO;				
	<b>INDICADOR</b>	<b>UNIDADE</b>	<b>ÍNDICE RECENTE</b>	<b>ÍNDICE FINAL</b>	<b>FONTE</b>
	ÍNDICE DO CRESCIMENTO DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO	PERCENTUAL			PREFEITURA
0100	<u>DRENAGEM URBANA DE FORTALEZA - DRENURB</u> PÚBLICO ALVO: POPULAÇÃO OBJETIVO: IMPLANTAR, AMPLIAR E RECUPERAR O SISTEMA DE DRENAGEM, GARANTINDO MELHORIA DAS CONDIÇÕES SANITÁRIAS E AMBIENTAIS DE FORTALEZA, ELEVANDO A QUALIDADE DE VIDA DA POPULAÇÃO.				
	<b>INDICADOR</b>	<b>UNIDADE</b>	<b>ÍNDICE RECENTE</b>	<b>ÍNDICE FINAL</b>	<b>FONTE</b>
	PERCENTUAL DE DESAPROPRIAÇÕES E INDENIZAÇÕES REALIZADAS	PERCENTUAL	64	100	SEINF
	PERCENTUAL DE DRENAGEM IMPLANTADA E RECUPERADA	PERCENTUAL	0	100	SEINF
	PERCENTUAL DE ESTUDOS E PROJETOS TÉCNICOS ELABORADOS	PERCENTUAL	0	100	SEINF
	PERCENTUAL DE OBRAS CONCLUÍDAS	PERCENTUAL	0	100	SEINF



PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO  
COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E MONITORAMENTO  
PPA - PLANO PLURIANUAL

**QUADRO VII - PPA POR PROGRAMA E INDICADORES**

PROG.	DESCRIÇÃO DO PROGRAMA	INDICADOR	UNIDADE	ÍNDICE RECENTE	ÍNDICE FINAL	FONTE
0101	INFRAESTRUTURA URBANA, VIÁRIA E EDIFICAÇÕES					
		PÚBLICO ALVO: POPULAÇÃO				
		OBJETIVO: GARANTIR A EXPANSÃO, A MELHORIA E A QUALIDADE DA INFRAESTRUTURA URBANA, MALHA VIÁRIA E EDIFICAÇÕES.				
		PERCENTUAL DE DESAPROPRIAÇÕES E INDENIZAÇÕES REALIZADAS	PERCENTUAL	0	100	SEINF
		PERCENTUAL DE ESTUDOS E PROJETOS DE ENGENHARIA E EDIFICAÇÃO EM CONFORMIDADE	PERCENTUAL	0	100	SEINF
		PERCENTUAL DE OBRAS IMPLANTADAS COM QUALIDADE	PERCENTUAL	25	100	SEINF
		PERCENTUAL DE VIAS URBANAS PAVIMENTADAS E RECUPERADAS	PERCENTUAL	0	100	SEINF
0102	TRANSPORTE URBANO - TRANSFOR					
		PÚBLICO ALVO: POPULAÇÃO				
		OBJETIVO: IMPLANTAR, AMPLIAR E RECUPERAR VIAS URBANAS DE FORTALEZA, GARANTINDO A COLETIVIDADE E MOBILIDADE URBANA SUSTENTÁVEL, ALÉM DA ACESSIBILIDADE UNIVERSAL.				
		PERCENTUAL DE DESAPROPRIAÇÕES E INDENIZAÇÕES REALIZADAS	PERCENTUAL	0	100	SEINF
		PERCENTUAL DE EQUIPAMENTOS ADQUIRIDOS	PERCENTUAL	0	100	SEINF
		PERCENTUAL DE ESTUDOS E PROJETOS TÉCNICOS ELABORADOS	PERCENTUAL	0	100	SEINF
		PERCENTUAL DE GERENCIAMENTO, SUPERVISÃO E CONSULTORIA REALIZADOS	PERCENTUAL	71	100	SEINF
		PERCENTUAL DE VIAS URBANAS IMPLANTADAS E RESTAURADAS	PERCENTUAL	0	100	SEINF
0105	MELHORIA DA QUALIDADE DA EDUCAÇÃO BÁSICA					
		PÚBLICO ALVO:				
		OBJETIVO: DESENVOLVER O PLANEJAMENTO, AVALIAÇÃO E CONTROLE DO PLANO E PROGRAMAS NAS ÁREAS DE EDUCAÇÃO				
		ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA - ANOS INICIAIS (5º ANO)	PONTOS (0 A 10)	4,2	4,8	CENSO ESCOLAR E AVALIAÇÕES EXT
		ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA ANOS FINAIS (9º ANO)	PONTOS (0 A 10)	3,5	4	CENSO ESCOLAR E AVALIAÇÕES EXT
		PORCENTAGEM DE ATENDIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA - 10.953 CRIANÇAS DE 1 A 3 ANOS ATENDIDAS NA REDE MUNICIPAL	PORCENTAGEM DE ATENDIMENTO	7,0	53	CENSO IBGE E SISTEMA DE GESTÃO
		PORCENTAGEM DE ATENDIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA - 6 A 14 ANOS (143.031 )	PORCENTAGEM DE ATENDIMENTO	41,7	53,1	CENSO IBGE E SISTEMA DE GESTÃO
		PORCENTAGEM DE ATENDIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA - FAIXA ETÁRIA DE 4 A 5 ANOS (20.517)	PORCENTAGEM DE ATENDIMENTO	29	100	CENSO IBGE E SISTEMA DE GESTÃO



PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO  
COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E MONITORAMENTO  
PPA - PLANO PLURIANUAL

**QUADRO VII - PPA POR PROGRAMA E INDICADORES**

PROG.	DESCRIÇÃO DO PROGRAMA				
0106	<u>GESTÃO CORPORATIVA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO</u> PÚBLICO ALVO: TODOS OS ÓRGÃOS E VINCULADAS DA PMF OBJETIVO: MODERNIZAR E AMPLIAR A INFRAESTRUTURA E A GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DA PMF				
	<u>INDICADOR</u>	<u>UNIDADE</u>	<u>ÍNDICE RECENTE</u>	<u>ÍNDICE FINAL</u>	<u>FONTE</u>
	CONECTIVIDADE NA REDE GIGAFOR	UNIDADE	21	91	COORDENADORIA DE TI CORPORATIV
	ÍNDICE DE ÓRGÃOS OU ENTIDADES CONECTIVIDOS NA REDE GIGAFOR	PERCENTUAL	23	100	COORDENADORIA DE GESTÃO CORP
0107	<u>PROGRAMA DE REQUALIFICAÇÃO URBANA COM INCLUSÃO SOCIAL - PREURBIS/PAC</u> PÚBLICO ALVO: OBJETIVO: PROMOVER, DE MANEIRA SUSTENTÁVEL, MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA DA POPULAÇÃO RESIDENTE EM ÁREAS DE RISCO E/OU ÁREAS DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL				
	<u>INDICADOR</u>	<u>UNIDADE</u>	<u>ÍNDICE RECENTE</u>	<u>ÍNDICE FINAL</u>	<u>FONTE</u>
	REGULARIZAÇÃO URBANA	PERCENTUAL			SEUMA
0109	<u>GESTÃO DA POLÍTICA CULTURAL, MANUTENÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA CULTURAL.</u> PÚBLICO ALVO: 004 OBJETIVO: GERIR AS POLÍTICAS PÚBLICAS, PROMOVER O DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL, MANTER E MODERNIZAR A INFRAESTRUTURA CULTURAL.				
	<u>INDICADOR</u>	<u>UNIDADE</u>	<u>ÍNDICE RECENTE</u>	<u>ÍNDICE FINAL</u>	<u>FONTE</u>
	AÇÕES REALIZADAS	AÇÕES	20	200	SECULTFOR
0110	<u>PRODETUR NACIONAL - FORTALEZA</u> PÚBLICO ALVO: TURISTAS E CIDADÃOS OBJETIVO: DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES QUE CONTRIBUEM PARA O FORTALECIMENTO DA POLÍTICA NACIONAL DE TURISMO EM FORTALEZA.				
	<u>INDICADOR</u>	<u>UNIDADE</u>	<u>ÍNDICE RECENTE</u>	<u>ÍNDICE FINAL</u>	<u>FONTE</u>
	IMPACTO DO TURISMO SOBRE O PIB	%	13	17	FUNDAÇÃO DOM CABRAL
0111	<u>FORTALEZA CIDADE COM FUTURO</u> PÚBLICO ALVO: TURISTAS E CIDADÃOS OBJETIVO: DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES QUE FORTALECEM A INFRAESTRUTURA DO MUNICÍPIO DE FORTALEZA COM ÊNFASE NA GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA, SEGURANÇA, MEIO AMBIENTE E IMPLANTAÇÃO DE NOVOS EQUIPAMENTOS TURÍSTICOS.				
	<u>INDICADOR</u>	<u>UNIDADE</u>	<u>ÍNDICE RECENTE</u>	<u>ÍNDICE FINAL</u>	<u>FONTE</u>
	COMUNIDADE ATENDIDA COM INFRAESTRUTURA URBANA	%	0	100	SETFOR
	IMPACTO DO TURISMO SOBRE O PIB	%	13	17	FUNDAÇÃO DOM CABRAL



PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO  
COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E MONITORAMENTO  
PPA - PLANO PLURIANUAL

**QUADRO VII - PPA POR PROGRAMA E INDICADORES**

PROG.	DESCRIÇÃO DO PROGRAMA				
0112	<u>INFRAESTRUTURA TURÍSTICA DE FORTALEZA</u> PÚBLICO ALVO: TURISTAS E CIDADÃOS OBJETIVO: DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES QUE AMPLIEM A INFRAESTRUTURA DO MUNICÍPIO DE FORTALEZA COM ÊNFASE NA IMPLANTAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO DE EQUIPAMENTOS TURÍSTICOS, BEM COMO NA ACESSIBILIDADE E MOBILIDADE URBANA.				
	<b>INDICADOR</b>	<b>UNIDADE</b>	<b>ÍNDICE RECENTE</b>	<b>ÍNDICE FINAL</b>	<b>FONTE</b>
	IMPACTO DO TURISMO SOBRE O PIB	%	13	17	FUNDAÇÃO DOM CABRAL
0115	<u>JUVENTUDE EM FOCO</u> PÚBLICO ALVO: JUVENTUDE OBJETIVO: POSSIBILITAR AOS JOVENS "CARENTES" A INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO, COM ENFOQUE NA QUALIDADE DE VIDA				
	<b>INDICADOR</b>	<b>UNIDADE</b>	<b>ÍNDICE RECENTE</b>	<b>ÍNDICE FINAL</b>	<b>FONTE</b>
	INSERÇÃO PRODUTIVA DOS JOVENS	QUANTIDADE	0	3200	CEPPJ / SETRA / GESTÃO SINE
0118	<u>JUVENTUDE ENGAJADA</u> PÚBLICO ALVO: JOVENS DE 15 A 29 ANOS OBJETIVO: PROMOVER CUIDADOS A JOVENS EM SITUAÇÃO DE RISCOS E VULNERABILIDADE				
	<b>INDICADOR</b>	<b>UNIDADE</b>	<b>ÍNDICE RECENTE</b>	<b>ÍNDICE FINAL</b>	<b>FONTE</b>
	ACOMPANHAMENTO TERAPÊUTICO DE JOVENS USUÁRIOS DE DROGAS	QUANTIDADE	1800	8800	CPDROGAS / SMS (CAPS) / SETRA
	INCLUSÃO PRODUTIVA DE JOVENS EM TRATAMENTO DE DROGAS	%	500	100	BASE
	PARTICIPAÇÃO DOS JOVENS NOS CUCAS	NÚMERO	5000	22000	CEPPJ/UGP
0119	<u>ATENÇÃO PRIMÁRIA A SAÚDE</u> PÚBLICO ALVO: POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO DE FORTALEZA OBJETIVO: QUALIFICAR ATENÇÃO PRIMÁRIA ENQUANTO ORDENADORA DA ATENÇÃO INTEGRAL E COORDENADORA DO CUIDADO EM SAÚDE				
	<b>INDICADOR</b>	<b>UNIDADE</b>	<b>ÍNDICE RECENTE</b>	<b>ÍNDICE FINAL</b>	<b>FONTE</b>
	COBERTURA DE ACOMPANHAMENTO DAS CONDIÇÕES DE SAÚDE DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA	PERCENTUAL	41,82	80	COAP
	COBERTURA POPULACIONAL ESTIMADA PELAS EQUIPES DE ATENÇÃO PRIMÁRIA	COBERTURA	41	85	COAP
	MÉDIA DA AÇÃO COLETIVA DE ESCOVAÇÃO DENTAL SUPERVISIONADA	PERCENTUAL	3	11	COAP
	TAXA DE MORTALIDADE INFANTIL	PERCENTUAL	10	09	COAP



### QUADRO VII - PPA POR PROGRAMA E INDICADORES

PROG.	DESCRIÇÃO DO PROGRAMA				
0120	<u>GESTÃO ESTRATÉGICA E PARTICIPATIVA DO SUS</u> PÚBLICO ALVO: MUNICÍPIO DE FORTALEZA OBJETIVO: IMPLEMENTAR A POLÍTICA DE GESTÃO DEMOCRÁTICA DO SUS E FORTALECER A PARTICIPAÇÃO SOCIAL.				
	<b>INDICADOR</b>	<b>UNIDADE</b>	<b>ÍNDICE RECENTE</b>	<b>ÍNDICE FINAL</b>	<b>FONTE</b>
	PROPORÇÃO DE CONSELHOS LOCAIS EM FUNCIONAMENTO	PROPORÇÃO	50	100	CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE
0121	<u>GESTÃO DO TRABALHO E EDUCAÇÃO NA SAÚDE</u> PÚBLICO ALVO: MUNICÍPIO DE FORTALEZA OBJETIVO: VALORIZAR OS TRABALHADORES DA SAÚDE E DESENVOLVER POLÍTICAS DE GESTÃO DO TRABALHO ARTICULADAS COM AS POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO NA SAÚDE, VISANDO DEMOCRATIZAR AS RELAÇÕES DE TRABALHO, DESPRECARIZAR A SAÚDE DO TRABALHADOR DO SUS.				
	<b>INDICADOR</b>	<b>UNIDADE</b>	<b>ÍNDICE RECENTE</b>	<b>ÍNDICE FINAL</b>	<b>FONTE</b>
	PROPORÇÃO DE TRABALHADORES QUE ATENDEM NO SUS NA ESFERA PÚBLICA COM VINCULOS PROTEGIDOS	PERCENTUAL	60	90	COAP
0122	<u>ATENÇÃO AS CONDIÇÕES CRÔNICAS</u> PÚBLICO ALVO: MUNICÍPIO DE FORTALEZA OBJETIVO: REALIZAR A ATENÇÃO DE FORMA INTEGRAL AOS USUÁRIOS COM DOENÇAS CRÔNICA EM TODOS OS PONTOS DE ATENÇÃO, COM REALIZAÇÃO DE AÇÕES E SERVIÇOS DE PROMOÇÃO E PROTEÇÃO DA SAÚDE, PREVENÇÃO DE AGRAVOS, DIAGNÓSTICO, TRATAMENTO, REABILITAÇÃO E REDUÇÃO DE DANOS.				
	<b>INDICADOR</b>	<b>UNIDADE</b>	<b>ÍNDICE RECENTE</b>	<b>ÍNDICE FINAL</b>	<b>FONTE</b>
	Nº DE CASOS NOVOS DE SÍFILIS CONGÊNITAS EM MENORES DE 1 ANO DE IDADE	UNIDADE	400	50	COAP
	Nº DE ÓBITOS PREMATUROS (< 70 ANOS) PELO CONJUNTO DAS 4 PRINCIPAIS DCNT	PERCENTUAL	122,2	115,0	COAP
0123	<u>ATENÇÃO ESPECIALIZADA A SAÚDE</u> PÚBLICO ALVO: MUNICÍPIO DE FORTALEZA OBJETIVO: GARANTIR A POPULAÇÃO, ATENÇÃO AMBULATORIAL E HOSPITALAR POR MEIO DA DISPONIBILIDADE DOS SERVIÇOS DE SAÚDE NA REDE MUNICIPAL SUS, ATRAVÉS DA COMUNICAÇÃO COM OS OUTROS NÍVEIS DE ATENÇÃO;				
	<b>INDICADOR</b>	<b>UNIDADE</b>	<b>ÍNDICE RECENTE</b>	<b>ÍNDICE FINAL</b>	<b>FONTE</b>
	COBERTURA DO SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVELDE URGÊNCIA SAMU 192	PERCENTUAL	100	100	COAP
	PROPORÇÃO DE ÓBITOS DE MULHERES EM IDADE FÉRTIL INVESTIGADOS	PERCENTUAL	80	80	COAP
	PROPORÇÃO DE ÓBITOS EM MENORES DE 15 ANOS NAS UNIDADES DE TERAPIA INTENSIVA	PERCENTUAL	17,3	12	COAP
	PROPORÇÃO DE ÓBITOS NAS INTERNAÇÕES POR INFARTO AGUDO DO MIOCÁRDIO (IAM)	PERCENTUAL	15	10	COAP
0124	<u>ATENÇÃO TERCIÁRIA A SAÚDE</u> PÚBLICO ALVO: MUNICÍPIO DE FORTALEZA OBJETIVO: ASSEGURAR A POPULAÇÃO O ACESSO DE QUALIDADE A SERVIÇOS DE ALTA DENSIDADE TECNOLÓGICA, COM CUIDADOS ABRANGENTES ORGANIZADOS NA FORMA DE REDE.				
	<b>INDICADOR</b>	<b>UNIDADE</b>	<b>ÍNDICE RECENTE</b>	<b>ÍNDICE FINAL</b>	<b>FONTE</b>



PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO  
COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E MONITORAMENTO  
PPA - PLANO PLURIANUAL

**QUADRO VII - PPA POR PROGRAMA E INDICADORES**

PROG.	DESCRIÇÃO DO PROGRAMA				
	RAZÃO DE INTERNAÇÕES CLÍNICO CIRÚRGICAS DE ALTA COMPLEXIDADE NA POPULAÇÃO RESIDENTE	UNIDADE	78922	40000	COAP
0125	<u>REGULAÇÃO, CONTROLE, AVALIAÇÃO E AUDITORIA</u> PÚBLICO ALVO: MUNICÍPIO DE FORTALEZA OBJETIVO: GARANTIR O ACESSO UNIVERSAL A PRESTAÇÃO DO CUIDADO EFETIVO, O EFICIENTE USO DOS RECURSOS DISPONÍVEIS, A QUALIDADE NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO E A CAPACIDADE DE RESPOSTA ÀS NECESSIDADES DE SAÚDE DA POPULAÇÃO.				
	<u>INDICADOR</u>	<u>UNIDADE</u>	<u>ÍNDICE RECENTE</u>	<u>ÍNDICE FINAL</u>	<u>FONTE</u>
	ENTIDADES PRIVADAS CONTRATUALIZADAS	PERCENTUAL	48	100	REGULAÇÃO SMS
	PROPORÇÃO DAS INTERNAÇÕES DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA REGULADAS	PERCENTUAL	15	50	COAP
0126	<u>SERVIÇO DE APOIO DIAGNÓSTICO E TERAPÊUTICO</u> PÚBLICO ALVO: MUNICÍPIO DE FORTALEZA OBJETIVO: REALIZAR SERVIÇOS RESOLUTIVOS, COMUNS A TODOS OS PONTOS DE ATENÇÃO A SAÚDE NOS CAMPOS DO APOIO DIAGNÓSTICO E TERAPÊUTICO, COMPREENDENDO O SERVIÇO DIAGNÓSTICO POR IMAGEM, A HEMODINÂMICA E A PATOLOGIA CLÍNICA.				
	<u>INDICADOR</u>	<u>UNIDADE</u>	<u>ÍNDICE RECENTE</u>	<u>ÍNDICE FINAL</u>	<u>FONTE</u>
	PROPORÇÃO DE SERVIÇOS DIAGNÓSTICOS TERAPÊUTICOS REALIZADOS NA POPULAÇÃO RESIDENTE	PROPORÇÃO	3	4	REGULAÇÃO SMS
	RAZÃO DE EXAMES CITO PATOLÓGICOS DO COLO DO ÚTERO EM MULHERES DE 25 A 64 ANOS E A POPULAÇÃO DA MESMA FAIXA ETÁRIA	PERCENTUAL	58,1	70,3	COAP
	RAZÃO DE EXAMES DE MAMOGRAFIA DE RASTREAMENTO REALIZADOS EM MULHER DE 50 A 69 ANOS E POPULAÇÃO NA MESMA FAIXA ETÁRIA	PERCENTUAL	68	80	COAP
0127	<u>ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA</u> PÚBLICO ALVO: MUNICÍPIO DE FORTALEZA OBJETIVO: AVANÇAR NA CONSOLIDAÇÃO DE UMA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA UNIVERSAL, INTEGRAL E DE QUALIDADE COMO PARTE DA ATENÇÃO À SAÚDE.				
	<u>INDICADOR</u>	<u>UNIDADE</u>	<u>ÍNDICE RECENTE</u>	<u>ÍNDICE FINAL</u>	<u>FONTE</u>
	PERCENTUAL DE MEDICAMENTOS DISPENSADOS NAS UNIDADES DE SAÚDE DA LISTA PACTUADA	PERCENTUAL	90	100	CELAF
0128	<u>VIGILÂNCIA A SAÚDE</u> PÚBLICO ALVO: MUNICÍPIO DE FORTALEZA OBJETIVO: INTEGRAR AS AÇÕES DE VIGILÂNCIAS EPIDEMIOLÓGICA, SANITÁRIA, AMBIENTAL, SAÚDE DO TRABALHADOR E DOS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO VISANDO À PROMOÇÃO E PROTEÇÃO À SAÚDE.				
	<u>INDICADOR</u>	<u>UNIDADE</u>	<u>ÍNDICE RECENTE</u>	<u>ÍNDICE FINAL</u>	<u>FONTE</u>
	PROPORÇÃO DE IMÓVEIS VISITADOS EM PELO MENOS 4 CICLOS DE VISITAS DOMICILIARES PARA CONTROLE DA DENGUE	PERCENTUAL	80	80	COAP
	PROPORÇÃO DE IMÓVEIS VISITADOS EM PELO MENOS QUATRO CICLOS DE VISITAS DOMICILIARES PARA CONTROLE DA DENGUE	PROPORÇÃO	55	80	SISFAD
	PROPORÇÃO DE OBITOS MATERNOS INVESTIGADOS	PERCENTUAL	31	100	CEVEPI



PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO  
COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E MONITORAMENTO  
PPA - PLANO PLURIANUAL

**QUADRO VII - PPA POR PROGRAMA E INDICADORES**

PROG.	DESCRIÇÃO DO PROGRAMA				
	PROPORÇÃO DE REGISTRO DE ÓBITOS COM CAUSA BÁSICA DEFINIDA	PERCENTUAL	96	98	COAP
	PROPORÇÃO DE UNIDADES SENTINELAS COM CASOS DE DOENÇAS / AGRAVOS E ACIDENTES RELACIONADOS AO TRABALHO NOTIFICADOS	PERCENTUAL	64,2	100	COAP
0132	<b>FORTALEZA ILUMINADA</b> <b>PÚBLICO ALVO:</b> POPULAÇÃO <b>OBJETIVO:</b> GARANTIR A GESTÃO INTEGRAL DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA DE FORTALEZA, PROMOVENDO A MELHORIA, AMPLIAÇÃO, CONSERVAÇÃO, MANUTENÇÃO E A IMPLANTAÇÃO DE NOVAS TECNOLOGIAS PARA A SATISFAÇÃO E SEGURANÇA DA POPULAÇÃO DE FORTALEZA.				
	<b>INDICADOR</b>	<b>UNIDADE</b>	<b>ÍNDICE RECENTE</b>	<b>ÍNDICE FINAL</b>	<b>FONTE</b>
	NÚMERO DE PONTOS LUMINOSOS	UNIDADE	181000	203601	COORDENADORIA DE ILUMINAÇÃO PU
	NÚMERO DE PONTOS LUMINOSOS DO PARQUE DE IP	UNIDADE	181000	779510	COORDENADORIA DE ILUMINAÇÃO PU
	PONTOS LUMINOSOS MELHORADOS OU AMPLIADOS	UNIDADE	181000	203601	COORDENADORIA DE ILUMINAÇÃO PU
0136	<b>DESENVOLVIMENTO E PROMOÇÃO DO TURISMO</b> <b>PÚBLICO ALVO:</b> TURISTAS <b>OBJETIVO:</b> CRIAÇÃO DE ESTRATÉGIAS E IMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES QUE FOMENTEM O DESENVOLVIMENTO E A PROMOÇÃO DO TURISMO SUSTENTÁVEL				
	<b>INDICADOR</b>	<b>UNIDADE</b>	<b>ÍNDICE RECENTE</b>	<b>ÍNDICE FINAL</b>	<b>FONTE</b>
	IMPACTO DO TURISMO SOBRE O PIB	%	13	17	FUNDAÇÃO DOM CABRAL
0137	<b>PÚBLICO ALVO:</b> <b>OBJETIVO:</b>				
	<b>INDICADOR</b>	<b>UNIDADE</b>	<b>ÍNDICE RECENTE</b>	<b>ÍNDICE FINAL</b>	<b>FONTE</b>
	IMPACTO DO TURISMO SOBRE O PIB	%	13	17	FUNDAÇÃO DOM CABRAL
0138	<b>REGULAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DOS SERVIÇOS PÚBLICOS PELA ACFOR</b> <b>PÚBLICO ALVO:</b> POPULAÇÃO <b>OBJETIVO:</b> ASSEGURAR A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS A POPULAÇÃO, OBSERVADOS OS PADRÕES DE QUALIDADE E EFICIÊNCIA.				
	<b>INDICADOR</b>	<b>UNIDADE</b>	<b>ÍNDICE RECENTE</b>	<b>ÍNDICE FINAL</b>	<b>FONTE</b>
	ÍNDICE DE COBERTURA DE ÁGUA	PERCENTUAL	9852	99	CAGECE
	ÍNDICE DE COBERTURA DE COLETA DOMICILIAR DE RESÍDUOS SÓLIDOS	PERCENTUAL	9875	9950	ECOFOR
	ÍNDICE DE COBERTURA DE ESGOTO	PERCENTUAL	5433	81	CAGECE



PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO  
COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E MONITORAMENTO  
PPA - PLANO PLURIANUAL

**QUADRO VII - PPA POR PROGRAMA E INDICADORES**

PROG.	DESCRIÇÃO DO PROGRAMA					
0141	<u>PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA</u> PÚBLICO ALVO: FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL OBJETIVO: FORTALECER A FUNÇÃO PROTÉTICA DA FAMÍLIA, PROMOVEDO ACESSO A BENEFÍCIOS, PROGRAMAS E SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS.					
		<b>INDICADOR</b>	<b>UNIDADE</b>	<b>ÍNDICE RECENTE</b>	<b>ÍNDICE FINAL</b>	<b>FONTE</b>
		NÚMERO DE UNIDADES DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA IMPLANTADAS	UNIDADE	24	60	SETRA
		TAXA DE ACOMPANHAMENTO DAS FAMÍLIAS BENEFICIÁRIAS PELO BOLSA FAMÍLIA NO SERVIÇO DE PROTEÇÃO E ATENDIMENTO INTEGRAL À FAMÍLIA - PAIF	PERCENTAGEM	3	10	SETRA/MDS
		TAXA DE COBERTURA DOS SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	PERCENTAGEM	40	100	SETRA
0142	<u>PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL</u> PÚBLICO ALVO: FAMÍLIAS E INDÍVIDUOS EM SITUAÇÃO DE RISCO SOCIAL OBJETIVO: CONTRIBUIR PARA ROMPER COM PADRÕES VIOLADORES DE DIREITOS E REPARAÇÃO DE DANOS, PREVENINDO A REINCIDÊNCIA DE VIOLAÇÃO DE DIREITOS.					
		<b>INDICADOR</b>	<b>UNIDADE</b>	<b>ÍNDICE RECENTE</b>	<b>ÍNDICE FINAL</b>	<b>FONTE</b>
		NÚMERO DE UNIDADES DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL IMPLANTADAS	UNIDADE	13	33	SETRA
		TAXA DE CADASTRAMENTO DE FAMILIAS COM SITUAÇÃO IDENTIFICADA DE TRABALHO INFANTIL	PERCENTUAL	58	70	SETRA E IBGE
		TAXA DE COBERTURA DOS SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL	PERCENTAGEM	50	100	SETRA
0145	<u>PROGRAMA DE CONCURSOS E SELEÇÕES</u> PÚBLICO ALVO: PMF E OUTROS ENTES PÚBLICOS E PRIVADOS OBJETIVO: REALIZAR CONCURSOS E SELEÇÕES PARA PMF E OUTROS ENTES PÚBLICOS E PRIVADOS					
		<b>INDICADOR</b>	<b>UNIDADE</b>	<b>ÍNDICE RECENTE</b>	<b>ÍNDICE FINAL</b>	<b>FONTE</b>
		NÚMERO DE CONCURSO E SELEÇÕES POR META	UNIDADE	04	15	DCS
0146	<u>PROGRAMA DE EXCELÊNCIA DE GESTÃO</u> PÚBLICO ALVO: GESTORES E GERENTES DO IMPARH OBJETIVO: MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO E IMPLANTANÇÃO DA PATICA DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO					
		<b>INDICADOR</b>	<b>UNIDADE</b>	<b>ÍNDICE RECENTE</b>	<b>ÍNDICE FINAL</b>	<b>FONTE</b>
		ATUAÇÃO E RESULTADO DO COMITÊ	AÇÕES	00	00	XX



PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO  
COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E MONITORAMENTO  
PPA - PLANO PLURIANUAL

**QUADRO VII - PPA POR PROGRAMA E INDICADORES**

PROG.	DESCRIÇÃO DO PROGRAMA					
0147	PROGRAMA CORPORATIVO DE REESTRUTURAÇÃO FÍSICA E TECNOLÓGICA PÚBLICO ALVO: IMPARH OBJETIVO: REESTRUTURAÇÃO FÍSICA E TECNOLÓGICAMENTE O IMPARH, BEM COMO IMPLANTAR UM PLANO DE AQUISIÇÃO, MANUTENÇÃO E PRESERVAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS					
		<b>INDICADOR</b>	<b>UNIDADE</b>	<b>ÍNDICE RECENTE</b>	<b>ÍNDICE FINAL</b>	<b>FONTE</b>
		PORCENTEGEM DE AÇÕES REALIZADAS	%	00	00	XX
0148	PROGRAMA DE VALORIZAÇÃO E QUALIFICAÇÃO CONTINUADA DOS SERVIDORES PÚBLICO ALVO: SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DA PMF E DE OUTROS ENTES PÚBLICOS E PRIVADOS OBJETIVO: VALORIZAR E QUALIFICAR CONTINUAMENTE O SERVIDOR, HUMANIZADO AS RELAÇÕES DE TRABALHO E SEU AMBIENTE					
		<b>INDICADOR</b>	<b>UNIDADE</b>	<b>ÍNDICE RECENTE</b>	<b>ÍNDICE FINAL</b>	<b>FONTE</b>
		SERVIDORES QUALIFICADOS EM RELAÇÃO A META	PESSOA	00	00	XX
0149	PROGRAMA DE INOVAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICO ALVO: OBJETIVO: INCENTIVAR A INOVAÇÃO DE PRATICAS E ROTINAS QUE MELHORES A GESTÃO PÚBLICA					
		<b>INDICADOR</b>	<b>UNIDADE</b>	<b>ÍNDICE RECENTE</b>	<b>ÍNDICE FINAL</b>	<b>FONTE</b>
		AÇÕES REALIZADAS EM RELAÇÃO A AÇÕES PLANEJADAS	AÇÃO	00	00	XX
0150	PROGRAMA POLÍTICO PEDAGÓGICO PÚBLICO ALVO: IMPARH OBJETIVO: ELABORAR E PAERFEIÇOAR PRAXES PEDAGÓGICAS					
		<b>INDICADOR</b>	<b>UNIDADE</b>	<b>ÍNDICE RECENTE</b>	<b>ÍNDICE FINAL</b>	<b>FONTE</b>
		NÃO SE APLICA				
0152	TRABALHO, QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL, EMPREGO E RENDA PÚBLICO ALVO: POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL E POPULAÇÃO DE FORTALEZA EM GERAL OBJETIVO: AUMENTAR A EMPREGABILIDADE, REDUZINDO OS RISCOS DO DESEMPREGO E SUBEMPREGO, E ELEVAR A RENDA DOS TRABALHADORES/TRABALHADORAS.					
		<b>INDICADOR</b>	<b>UNIDADE</b>	<b>ÍNDICE RECENTE</b>	<b>ÍNDICE FINAL</b>	<b>FONTE</b>
		PESSOAS QUALIFICADAS E INSERIDAS NO MUNDO DO TRABALHO	PERCENTAGEM	16	50	SINE/PMF-MTE



PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO  
COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E MONITORAMENTO  
PPA - PLANO PLURIANUAL

**QUADRO VII - PPA POR PROGRAMA E INDICADORES**

PROG.	DESCRIÇÃO DO PROGRAMA				
0153	<u>MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO DE RECURSOS LOGÍSTICOS E SERVIÇOS COMPARTILHADOS</u> PÚBLICO ALVO: TODOS OS ÓRGÃOS OBJETIVO: DESENVOLVER E IMPLEMENTAR SISTEMAS E POLÍTICAS DE GESTÃO DOS RECURSOS LOGÍSTICOS E DE SERVIÇOS COMPARTILHADOS, NA BUSCA PELA MELHORIA DA QUALIDADE DOS SERVIÇOS PRESTADOS E DA OTIMIZAÇÃO DO GASTO PÚBLICO.				
	<b>INDICADOR</b>	<b>UNIDADE</b>	<b>ÍNDICE RECENTE</b>	<b>ÍNDICE FINAL</b>	<b>FONTE</b>
	GASTO COM MATERIAL DE CONSUMO POR QUANTIDADE DE COLABORADORES	MOEDA	15	12	SISTEMA DE INFORMAÇÕES ORÇAMEN
0155	<u>GESTÃO DE PATRIMÔNIO</u> PÚBLICO ALVO: OBJETIVO: GERIR COM TRANSPARÊNCIA O PATRIMÔNIO MUNICIPAL ATENDENDO AS NORMAS DO STN				
	<b>INDICADOR</b>	<b>UNIDADE</b>	<b>ÍNDICE RECENTE</b>	<b>ÍNDICE FINAL</b>	<b>FONTE</b>
	ÍNDICE DE BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL REGULARIZADOS DO MUNICÍPIO	PERCENTUAL	65	100	COORDENADORIA DE GESTÃO DE PAT
	ÍNDICE DE BENS IMÓVEIS MAPEADOS	PORCENTAGEM	0	100	COORDENADORIA DE GESTÃO DE PAT
0157	<u>INTEGRAÇÃO CULTURAL, ARTE, CIÊNCIA E ESPORTE</u> PÚBLICO ALVO: POPULAÇÃO EM GERAL OBJETIVO: IMPLANTAR, AMPLIAR, MODERNIZAR E RECUPERAR ESPAÇOS VISANDO PROMOVER A SOCIABILIDADE E O ACESSO À CULTURA, ARTE, CIÊNCIA, ESPORTE E LAZER, PRIORIZANDO ÁREAS DE ALTA VULNERABILIDADE SOCIAL NO MUNICÍPIO DE FORTALEZA.				
	<b>INDICADOR</b>	<b>UNIDADE</b>	<b>ÍNDICE RECENTE</b>	<b>ÍNDICE FINAL</b>	<b>FONTE</b>
	PERCENTUAL DE INVESTIMENTO EM CULTURA	PERCENTUAL	0		SECRETARIAS
0159	<u>ACADEMIA DO SERVIDOR - FORMAÇÃO CONTINUADA</u> PÚBLICO ALVO: SERVIDORES OBJETIVO: FORMAÇÃO CONTINUADA EM SERVIÇO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO COM VISTAS AO APERFEIÇOAMENTO TEÓRICO E PRÁTICO				
	<b>INDICADOR</b>	<b>UNIDADE</b>	<b>ÍNDICE RECENTE</b>	<b>ÍNDICE FINAL</b>	<b>FONTE</b>
	SERVIDORES CAPACITADOS (1)	%	5	70	SISTEMA RH/SEPOG
0160	<u>SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL - SAN</u> PÚBLICO ALVO: População em situação de vulnerabilidade social e insegurança alimentar. OBJETIVO: PROMOVER O DIREITO HUMANO À ALIMENTAÇÃO ADEQUADA ATRAVÉS DE AÇÕES DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL, ÀS FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE E RISCO SOCIAL.				
	<b>INDICADOR</b>	<b>UNIDADE</b>	<b>ÍNDICE RECENTE</b>	<b>ÍNDICE FINAL</b>	<b>FONTE</b>
	PERCENTUAL DE INSCRITOS COM ACESSO A ALIMENTO SAUDÁVEL DE BAIXO CUSTO	PERCENTAGEM	0	3	SETRA



PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO  
COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E MONITORAMENTO  
PPA - PLANO PLURIANUAL

**QUADRO VII - PPA POR PROGRAMA E INDICADORES**

PROG.	DESCRIÇÃO DO PROGRAMA				
0162	<u>PROMOÇÃO E REALIZAÇÃO DA COPA 2014 EM FORTALEZA</u> PÚBLICO ALVO: POPULAÇÃO DE FORTALEZA E TURISTAS OBJETIVO: COORDENAR, DESENVOLVER E IMPLEMENTAR AS AÇÕES DE EVENTOS, MOBILIZAÇÃO, PROMOÇÃO, CAPACITAÇÃO E OBRAS DE MOBILIDADE URBANA REFERENTES À PREPARAÇÃO DO MUNICÍPIO DE FORTALEZA PARA A COPA 2014,				
	<b>INDICADOR</b>	<b>UNIDADE</b>	<b>ÍNDICE RECENTE</b>	<b>ÍNDICE FINAL</b>	<b>FONTE</b>
	INDICE DE AÇÕES DESENVOLVIDAS	PERCENTUAL	0	100	SECOPA
0163	<u>MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO DE PESSOAS</u> PÚBLICO ALVO: TODOS OS ÓRGÃOS E VINCULADAS DA PMF OBJETIVO: PROMOVER A MODERNIZAÇÃO E O APERFEIÇOAMENTO DAS SISTEMÁTICAS DE GESTÃO DE PESSOAS, DO CADASTRO FUNCIONAL E DA FOLHA DE PAGAMENTO DA PMF.				
	<b>INDICADOR</b>	<b>UNIDADE</b>	<b>ÍNDICE RECENTE</b>	<b>ÍNDICE FINAL</b>	<b>FONTE</b>
	ÍNDICE DA FORÇA DE TRABALHO	PERCENTUAL	30	15	SISTEMA RH-SEPOG
	PERCENTUAL DE MESAS DE NEGOCIAÇÃO EM PLENO FUNCIONAMENTO	PERCENTUAL	0	100	COORDENADORIA DE GESTÃO DE PES
0164	<u>DESENVOLVIMENTO DO PLANEJAMENTO MUNICIPAL</u> PÚBLICO ALVO: TODOS OS ÓRGÃOS E VINCULADAS DA PMF OBJETIVO: COORDENAR A ELABORAÇÃO, ACOMPANHAMENTO E MONITORAMENTO DOS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO, CONSOLIDANDO NO MUNICÍPIO A PRÁTICA DO PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL				
	<b>INDICADOR</b>	<b>UNIDADE</b>	<b>ÍNDICE RECENTE</b>	<b>ÍNDICE FINAL</b>	<b>FONTE</b>
	INDICE DE AÇÕES DESENVOLVIDAS	PERCENTUAL	0	100	PMF
0165	<u>MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DA GESTÃO MUNICIPAL</u> PÚBLICO ALVO: SEPOG OBJETIVO: INCENTIVAR OS ÓRGÃOS OU ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL A BUSCAR MELHORIAS EM GESTÃO.				
	<b>INDICADOR</b>	<b>UNIDADE</b>	<b>ÍNDICE RECENTE</b>	<b>ÍNDICE FINAL</b>	<b>FONTE</b>
	ÍNDICE DE PROCESSOS MAPEADOS EM OPERAÇÃO	PERCENTUAL	0	100	ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO E D
0166	<u>IMPLANTAÇÃO DO CENTRO ADMINISTRATIVO DA PMF</u> PÚBLICO ALVO: TODOS OS ÓRGÃOS DA PMF OBJETIVO: OFERECER UMA ESTRUTURA FÍSICA CORPORATIVA PRÓPRIA QUE INTEGRE O FUNCIONAMENTO DOS ÓRGÃOS E POSSIBILITE UMA MELHOR PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS À POPULAÇÃO ATRAVÉS DA REDUÇÃO DE TEMPO E CUSTOS COM DESLOCAMENTOS ENTRE ÓRGÃOS				
	<b>INDICADOR</b>	<b>UNIDADE</b>	<b>ÍNDICE RECENTE</b>	<b>ÍNDICE FINAL</b>	<b>FONTE</b>
	EQUIPAMENTO IMPLANTADO	UNIDADE	0	1	PMF



PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO  
COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E MONITORAMENTO  
PPA - PLANO PLURIANUAL

**QUADRO VII - PPA POR PROGRAMA E INDICADORES**

PROG.	DESCRIÇÃO DO PROGRAMA	INDICADOR	UNIDADE	ÍNDICE RECENTE	ÍNDICE FINAL	FONTE
0168	SANEAMENTO BASICO					
	PÚBLICO ALVO:					
	OBJETIVO: AMPLIAR A COBERTURA: DOS SISTEMAS DE ABASTECIMENTO PÚBLICO DE ÁGUA; DE COLETA DE ESGOTOS SANITÁRIOS; INCREMENTAR O TRATAMENTO DE ESGOTOS.					
		INDICADOR	UNIDADE	ÍNDICE RECENTE	ÍNDICE FINAL	FONTE
		INDICE DE COBERTURA DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTO	PERCENTUAL		90	PMF
0170	PROGRAMA FORTALEZA AMIGA DO IDOSO					
	PÚBLICO ALVO: IDOSO					
	OBJETIVO: PROMOÇÃO INTEGRAL DA QUALIDADE DE VIDA DO IDOSO					
		INDICADOR	UNIDADE	ÍNDICE RECENTE	ÍNDICE FINAL	FONTE
		AÇÃO REALIZADA EM RELAÇÃO A AÇÃO PLANEJADA	AÇÃO	00	00	XX
		NÚMERO DE PARTICIPANTES	PESSOAS	300	500	DPGP
0171	FORTALECIMENTO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL					
	PÚBLICO ALVO: TRABALHADORES DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CONSELHEIROS MUNICIPAIS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL					
	OBJETIVO: ORGANIZAR AS AÇÕES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL CONFORME PRECONIZADO NAS NORMATIZAÇÕES VIGENTES, COM FOCO NA ESTRUTURAÇÃO DAS RELAÇÕES E CONDIÇÕES DE TRABALHO, UNIDADES E SERVIÇOS.					
		INDICADOR	UNIDADE	ÍNDICE RECENTE	ÍNDICE FINAL	FONTE
		INDICE DE DESENVOLVIMENTO DO CENTRO DE REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	ÍNDICE	0,78	0,85	MDS
0172	FORTALECIMENTO DO CONTROLE SOCIAL					
	PÚBLICO ALVO: USUÁRIOS, TRABALHADORES E CONSELHEIROS DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, GESTORES E REDE SOCIASSISTENCIAL E DE POLÍTICAS PÚBLICAS.					
	OBJETIVO: GARANTIR ESPAÇOS PARA AVALIAR A EXECUÇÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL E PROPOR DIRETRIZES PARA O APERFEIÇOAMENTO DO SUAS DO MUNICÍPIO.					
		INDICADOR	UNIDADE	ÍNDICE RECENTE	ÍNDICE FINAL	FONTE
		NÚMERO DE AÇÕES DE ARTICULAÇÃO E MOBILIZAÇÃO REALIZADAS	AÇÕES	30	60	CMAS E SETRA
		TAXA DE CONSELHEIROS CAPACITADOS POR MEIO DE CAPACITAÇÕES OFERTADAS PELA SETRA	PERCENTUAL	18	100	CMAS E SETRA
0175	AQUI TEM JUVENTUDE					
	PÚBLICO ALVO: JOVENS DE 15 A 29 ANOS					
	OBJETIVO: PROMOVER ATENÇÃO INTEGRAL À JUVENTUDE, COM ÊNFASE NA INSERÇÃO CULTURAL, INTELLECTUAL, SOCIAL E ECONÔMICA					
		INDICADOR	UNIDADE	ÍNDICE RECENTE	ÍNDICE FINAL	FONTE
		PARTICIPAÇÃO DOS JOVENS NOS CUCAS	%	5000	20000	CEPPJ



### QUADRO VII - PPA POR PROGRAMA E INDICADORES

<u>PROG.</u>	<u>DESCRIÇÃO DO PROGRAMA</u>				
0176	COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL E APOIO AS POLITICAS PUBLICAS PÚBLICO ALVO: POPULAÇÃO OBJETIVO: REALIZAR E DIVULGAR AS CAMPANHAS, INFORMATIVOS E MIDIAS DIVERSAS				
	<u>INDICADOR</u>	<u>UNIDADE</u>	<u>ÍNDICE RECENTE</u>	<u>ÍNDICE FINAL</u>	<u>FONTE</u>
	NIVEL DE SATISFAÇÃO DAS AÇÕES DA PREFEITURA	PERCENTUAL	0	60	SEGOV
0177	GESTÃO DE EVENTOS GOVERNAMENTAIS PÚBLICO ALVO: POPULAÇÃO E ORGÃOS DA PREFEITURA OBJETIVO: ORGANIZAR, PROMOVER, PROMOVER E MOBILIZAR OS EVENTOS DO GOVERNO MUNICIPAL				
	<u>INDICADOR</u>	<u>UNIDADE</u>	<u>ÍNDICE RECENTE</u>	<u>ÍNDICE FINAL</u>	<u>FONTE</u>
	NIVEL DE SATISFAÇÃO DOS EVENTOS REALIZADOS PELO GOVERNO MUNICIPAL	PERCENTUAL	0	60	SEGOV